



Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2527-2136 ANO I Nº 2 - JULHO - DEZEMBRO DE 2017



Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2527-2136 ANO I, Nº 2, JULHO - DEZEMBRO DE 2017

Governador

Paulo Cesar Hartung Gomes

Vice-governador

César Roberto Colnaghi

Secretário de Estado da Cultura

João Gualberto Moreira Vasconcelos

Subsecretário de Gestão Administrativa

Ricardo Savacini Pandolfi

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Cilmar Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo

Augusto César Gobbi Fraga

© 2017 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano. 1, n. 2, (jul./dez. 2017).
Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

Semestral
ISSN 2527-2136

1. História do Espírito Santo - Periódico. 2. Mão de obra escrava no
Espírito Santo – Periódico. 3. Política no Espírito Santo – Periódico.
I. Secretaria de Estado de Cultura do Espírito Santo. II. Arquivo
Público do Estado do Espírito Santo.

CDD – 981.52

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Editor Executivo

Cilmar Franceschetto

Coordenação Editorial

André Malverdes
Departamento de Arquivologia - UFES
Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Bruno César Nascimento
Jória Scolforo
Michel Caldeira de Souza

Projeto Gráfico e Editoração

Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica

Michel Caldeira de Souza
Sergio Oliveira Dias

Apoio Técnico

Taynna Mendonça Marino
Viviane Vieira Vasconcelos

Revisão de estrutura e linguagem

Stefano Favarato - língua inglesa
Rozimery Baptista Fontana Nascimento
Jória Scolforo
Bruno César Nascimento



Três elegantes modelos de fantasias para o carnaval deste ano.

Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Adriana Campos (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Estilague Ferreira dos Santos (UFES), Helena Molloy (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Luiz Carlos de Almeida Lima (SEGER), Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Maria Cristina Dadalto (UFES), Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Ricardo Savacini Pandolfi (UFES - SECULT), Rodrigo da Silva Goularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESCO), Sérgio Marlow (Faculdade Unida), Sonia M. Mattos (UFES), Vânia Maria Losada (UFRRJ) e Vitor de Ângelo (UVV).

SUMÁRIO

EDITORIAL

- 8 | *Cilmar Franceschetto*

ENTREVISTA

- 12 | *Colette Dantas: trajetórias e recordações de uma vida dedicada à arte* - Jória Motta Scolforo e Taynna Mendonça Marino

ARTIGOS

- 22 | *Correspondências e atos do príncipe regente: a capitania do Espírito Santo nos papeis do governo (1788-1822)*
Thiara Bernardo Dutra
- 38 | *O príncipe e o antropófago*
Romulo Cabral de Sá
- 54 | *O contrabando de escravos em Itapemirim após 1850: resistência ao cumprimento da lei*
Laryssa da Silva Machado
- 72 | *Misael Ferreira Penna e os fundamentos da história no Espírito Santo do final do século XIX*
Julio Cesar Bentivoglio e Bruno César Nascimento
- 84 | *Vieira da Cunha – O filho da Atenas Campestre*
Vanessa Pereira Vassoler

- 98 | *Entre o cuidar e o curar: as Irmãs de Jesus na Eucaristia e a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim*

Luciene Carla Corrêa Francelino

- 112 | *Impactos da ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo: a atuação da AESI/UFES entre 1974 e 1975*

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine e Leonardo Baptista

- 126 | *As artes de fazer e narrar a produção do congo de máscaras de Roda d'Água, Cariacica, ES*

Andreia Teixeira Ramos

- 144 | *Paneleiras de Goiabeiras: ofício como herança cultural imaterial capixaba*

Fernando Santa Clara Viana Junior e Lucas Onorato Braga

DOCUMENTOS

- 154 | *Arbitramento para a liberdade*

Katiane Dutra de Meireles

RESENHA

- 158 | *Passado a limpo: o estado capixaba e o seu mito fundador*

Thiago Vieira de Brito

REPORTAGEM

- 162 | *Raízes*

Hesio Pessali

PRESPECTO DA VILLA DA VICTORIA

CAPITAL DA CAPITANIA DO ESPIRITO SANTO.

Lat. 20° 15' Sul. Long. 344° 45'.

- A. Trapiche que foi dos Padres da Companhia.
- B. Igreja, e Collegio dos ditos Padres.
- C. Forte de N. S. do Monte do Carmo.
- D. Igreja da Misericórdia.
- E. Cadia, e Casa da Câmara.
- F. Igreja Matriz.
- G. Forte de S. Thiago.
- H. Igreja de S. Antonio e Convento dos Carmos.



O primeiro número da “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo” foi um gratificante desafio, que proporcionou resultados excelentes para a divulgação da história, arquivologia e cultura capixaba. Com muito entusiasmo demos prosseguimento ao projeto e lançamos este 2º número, que traz à cena novos temas, resenhas, artigos, documentos e reportagens para o enriquecimento e disseminação do saber científico.

Abrindo o nosso periódico temos a entrevista com a arquiteta e cenógrafa Colette Dantas. Ao relatar as suas trajetórias e vivências ela expõe a sua profunda conexão com as artes cênicas, com ênfase no belíssimo trabalho de pesquisa “Revivendo o Melpômene”, no qual, junto a uma equipe multidisciplinar, adentrou nos mistérios e acontecimentos do antigo teatro de madeira que se destacava no Centro da cidade de Vitória no final do século XIX e início do XX.

Prosseguindo com a missão de produzir conhecimentos, a Revista apresenta oito artigos científicos inéditos dos pesquisadores: Thiara Bernardo Dutra, Rômulo Cabral de Sá, Laryssa da Silva Machado, Júlio Cesar Bentivoglio, Bruno César Nascimento, Vanessa Pereira Vassoler, Luciene Carla Corrêa Francelino, Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine, Leonardo Baptista, Eliane Lordello, Andreia Teixeira Ramos, Fernando Santa Clara Viana Junior e Lucas Onorato Braga. Neles delineiam-se reflexões sobre diferentes assuntos e tempos históricos, como o Espírito Santo colonial e a visão dos viajantes estrangeiros, o tráfico ilegal de escravos, os aspectos da Província no Império, a imprensa na propagação de costumes e ideias, a história da saúde, a ditadura militar, as paisagens urbanas e as práticas culturais enquanto resistências e heranças.



Para complementar a produção intelectual e dinamizar a publicação com distintas abordagens, a Revista traz também a seção “Documentos”, por Katiane Dutra de Meireles, com um ofício encaminhado ao Juiz de Órfãos solicitando a alforria da escrava Theresa. Na “Resenha” o doutorando em História, Thiago Vieira de Brito, analisa a obra “Passado a limpo: o estado capixaba e o seu mito fundador” de José Pontes Schayder. No espaço “Reportagem” o jornalista Hesio Pessali conta a sua viagem à Itália na busca de suas origens e antepassados.

Em seu conjunto, a “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo” oferece à sociedade, gratuitamente e com fácil acesso via internet, uma fonte de importantes e ricas informações que contribuem para o aprofundamento da história, assim como para o fortalecimento da memória e identidade. Esperamos que mais estudiosos, ao percorrem as nossas páginas, também se sintam estimulados a contribuir com a publicação, enviando artigos e trabalhos.

Com a mesma honra e alegria que sentimos no lançamento do nosso número inaugural, disponibilizamos este segundo número! Desejamos a todos uma excelente leitura!

Cilmar Franceschetto
Editor Executivo

ARQUIVO PÚBLICO *online*

Redes Sociais



arquivopublicoes



arquivopublicoes



*Arquivo Público do
Estado do Espírito Santo*

Sites



ape.es.gov.br



proged.es.gov.br



imigrantes.es.gov.br





ENTREVISTA

**COLETTE DANTAS:
TRAJETÓRIAS E
RECORDAÇÕES DE UMA
VIDA DEDICADA À ARTE**

Jória Motta Scolforo

*Doutoranda em História pela Universidade Federal do
Espírito Santo*

Taynna Mendonça Marino

*Mestranda em História pela Universidade Federal do
Espírito Santo*



Colette Dantas

Cenógrafa e atriz, Colette Dantas participou de diversos espetáculos cênicos e musicais. Arquiteta Urbanista e mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisa e desenvolve projetos de Arquitetura Cênica. Como educadora e gestora cultural trabalhou na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Vila Velha (UVV) e Secretarias de Estado e Municipal da Cultura. Nesta entrevista Colette traz as suas vivências e o interesse pelo Theatro Melpômene, edifício construído no final do século XIX no Centro de Vitória.

RAPEES: Colette, conte-nos um pouco sobre a sua formação e trajetória profissional.

Colette Dantas: Eu venho primeiro das artes, muito nova comecei no teatro, isso em Recife, onde fui criada. Lá participei de um grupo com uma referência muito forte em Olinda, no Teatro “Hermilo Borba Filho”. Iniciei também a minha formação em Educação Artística na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde tive a oportunidade de ter alguns grandes professores como Ariano Suassuna. Dali eu fui para o Sudeste, morei dois anos no Rio de Janeiro e depois segui para o Espírito Santo. Nessa época já estava graduada em arte e com experiência no teatro. Cheguei a Vitória e continuei minha trajetória, estudando e me aperfeiçoando, especialmente nos campos da cenografia, do figurino e da atuação.

Posteriormente, enquanto eu estava trabalhando na gestão de cultura, na Prefeitura Municipal de Vitória, na administração de Vitor Buaiz, tive a oportunidade de fazer algumas inserções na cidade, projetos que ainda existem na atualidade. Foram criadas, por exemplo, a Lei Rubem Braga e a Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música (FAFI). Na FAFI, eu acompanhei a implantação do projeto junto ao arquiteto e algumas coisas me incomodaram como cenógrafa e atriz. Em algum momento eu o desafiei: “ainda vou fazer arquitetura para te dizer como se faz um espaço cultural” e briguei para a praça ter piso liso e pela correta iluminação do auditório. Voltei a sentir uma grande paixão que eu tinha, a arquitetura, e resolvi arriscar o vestibular. Passei e anos depois

fiz o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Minha formação é eclética, passeando pelas artes visuais e cênicas. Eu me fixei, principalmente, na questão do espaço cênico, onde se representa e acontece a cultura. É um desafio bem contemporâneo atuar em uma espécie de película entre a arte e a arquitetura. Nesse sentido eu me sinto confortável, mas não me sinto quando olho para esse mundo cheio de caixinhas e que nos obriga a viver nessas caixinhas.

RAPEES: Por que a escolha pelas artes?

Colette Dantas: A arte era uma coisa que já vinha em mim. Minha mãe me colocou no ballet aos dois anos. Ela era professora de dança, uma das poucas da cidade. Desde criança eu me envolvia nos teatros da escola, da igreja. Ainda menina, quando eu me imaginava em uma profissão, era sentada em um cavalete, ao ar livre, pintando uma paisagem.

RAPEES: Recentemente você desenvolveu o projeto “Revivendo o Melpômene”. Por que o interesse especificamente nesse objeto?

Colette Dantas: Esse é um projeto que eu destaco dentro da minha atuação nas artes, porque ele é justamente o resultado de todo esse hibridismo e também do meu percurso. O Theatro Melpômene tem alguns aspectos que me deixaram bastante interessada em mergulhar na sua história. Primeiro, porque ele é um edifício de teatro. No componente arquite-

“Desde criança eu me envolvia nos teatros da escola, da igreja. Ainda menina, quando eu me imaginava em uma profissão, era sentada em um cavalete, ao ar livre, pintando uma paisagem”.

tônico ele é um elemento que tem significativa importância para a paisagem urbana. Essa paisagem que é para mim cotidiana, a Praça Costa Pereira, pois sou moradora do Centro de Vitória há anos. A Costa Pereira exerce um poder de centralidade muito forte, principalmente no que concerne às áreas artística e cultural.

De repente eu descobri, por meio de um grande amigo e parceiro de teatro, Agostino Lazaro, que trabalhava no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo na época, as plantas desse edifício. Prédio este que se tornou o grande objeto da minha vida enquanto pesquisadora. Não tinha como não buscar descobrir o que tinha de mistério nesse edifício, que disseram que pegou fogo. Como pegou fogo assim do nada? Um edifício de madeira que tinha personagens envolvidos em situações bastante curiosas, mas que estavam todas ocultas e perdidas. Era um mistério! Eu sempre gostei de mistério e o Melpômene me intrigou realmente. Queria descobrir mais coisas. Eu pensei, então, em como popularizar essas plantas, fazê-las chegar ao público.

Veio-me a ideia de trazer essa história, por meio de uma equipe de pesquisadores, observando esse edi-

fício sobre vários aspectos da história, das memórias daquelas pessoas, do cotidiano, da arquitetura intrigante de madeira, da região, que era de pescadores, ali não era um espaço da cultura naquele momento. Era interessante que um ponto de destaque na cidade fosse colocado em um ambiente de pescadores e não na Cidade Alta, onde vivia a burguesia capixaba. Surgiu, após, a vontade de disseminar esse estudo em diversos suportes. Era importante registrar em um livro, era relevante promovê-lo visualmente, surgiu desta forma, a exposição, e ainda por meio do teatro, de onde veio a intenção de montar um espetáculo. E por que não a virtualidade? Oportunamente montamos um site que registrou todo esse trabalho e está online.

RAPEES: Qual era o lugar ocupado pelo Theatro Melpômene na sociedade capixaba na transição do Império para a República?

Colette Dantas: Naquele momento existiam vários grupos teatrais, as “Sociedades Dramáticas”. O edifício do Melpômene surgiu de uma delas. As Sociedades Dramáticas reuniam grupos intelectuais e as pessoas que movimentavam a cultura da cidade no final do século XIX. Elas traziam cenas do cotidiano a partir das comédias de costume, que era o tipo de encenação comum naquela época, mas não existiam espaços tecnicamente adequados para a prática do teatro. Não se tinha em Vitória, por exemplo, teatros no modelo italiano, que era o modelo tradicional implantado em várias cidades do Brasil. O Melpômene surge do desejo de Muniz Freire, um dos diretores do grupo da “Sociedade Dramática Melpômene”. É ele quem consegue o terreno com o governo: um lote na Praça Costa Pereira, antigo Largo da Conceição. Adquire também recursos para construir o teatro. Logo após ele falece e o grupo não consegue seguir com esse sonho.

A Sociedade Dramática empreende uma tentativa de conquistar um espaço e cria um pequeno teatro na atual Rua José Marcelino, próximo à Catedral e à igreja de Santa Luzia. Muniz Freire havia morrido e o

*“Um edifício de madeira
que tinha personagens
envolvidos em situações
bastante curiosas, mas que
estavam todas ocultas e
perdidas. Era um mistério!
Eu sempre gostei de
mistério e o Melpômene
me intrigou realmente”.*

sonho dele estava no ar. O filho dele, governador do Estado nos anos de 1882 a 1886, que também se chamava Muniz Freire, resolve resgatar isso. Ele estava na época promovendo um crescimento urbano significativo para o Espírito Santo. Foi ele que provocou a contratação e a criação do projeto de expansão da cidade para o Norte, o Novo Arrabalde. Por que não trazer aquilo que era o símbolo, o ícone de uma sociedade moderna, um teatro? Eu imagino que ele devia estar junto com o pai quando ele lançou a ideia, lá atrás, em 1872. No território da Costa Pereira ele fez o Theatro Melpômene, que significa “musa da tragédia”, inaugurando um movimento cultural cênico significativo para Vitória.

RAPEES: No livro “Revivendo o Melpômene” você contextualiza alguma das principais características do teatro brasileiro da segunda metade do século XIX. Como o Theatro Melpômene se aproxima ou se distancia desse panorama nacional?

Colette Dantas: Eu trago esse panorama até para demonstrar que o Melpômene estava inserido nesse

contexto em que o teatro era um elemento representativo no Brasil inteiro e no mundo. Precisava-se de um edifício teatral na cidade, mas ele, contrariamente ao mais comum no período, não é feito de alvenaria, ele é elaborado em madeira, um material perecível, que era visto na época como inferior, que servia para constituir barracões, casas temporárias e de pessoas que não tinham condições. O Edifício Central, enquanto ícone de uma edificação de cultura, mantinha toda uma identificação simbólica com a sociedade burguesa e intelectual. Grupos estes que contestavam a madeira. Apesar disso, o projetor da obra, Filinto Santoro, tira algumas vantagens com o uso desse material, por exemplo, na constituição da acústica. Além disso, o local possuía uma beleza e formato que não deixavam nada a dever aos demais prédios teatrais construídos nas outras capitais brasileiras.

RAPEES: Pensando no âmbito local, quais eram as principais características do cenário urbano de Vitória e como o Theatro Melpômene se inseria dentro desses aspectos destacados?

Colette Dantas: O Theatro Melpômene estava em uma região que começava a ser urbanizada. Antes de ele ser erguido houve todo um período no qual se falava, se programava e se pensava nele, sem efetivamente ocorrer a construção, que ocorre em 1896. Já existia a Rua Sete, mais ou menos até onde está o Bar Bimbo, mas a partir dali havia um pequeno riacho que descia até a Costa Pereira e alagava tudo. Havia algumas casas, mas em uma ocupação completamente desordenada. Quando o Melpômene vai para lá, há um alinhamento, porque ele foi implantado exatamente na esquina da Rua Sete com a Costa Pereira. Não havia a Graciano Neves. Aquele local era um pequeno cais de pescadores e a Igreja Nossa Senhora da Conceição estava ao lado. Quando começa a se espalhar a notícia da construção do teatro a Igreja Católica se sente ofendida e resolve retirar a igreja. Ela vende o espaço para o governo, que desapropria a igreja e leva a imagem embora, em uma precis-

“Existia uma fala popular que dizia que o teatro ia pegar fogo. Ele nem tinha sido construído e já afirmavam que ele ia sofrer algum incêndio, porque ele era de madeira. Esse era o cenário que a gente tinha: um cais de pescador, uma igreja que se desloca e um ambiente que começa a se modificar”.

são na qual os participantes caminharam reclamando a edificação do teatro. A igreja se sente ofendida moralmente, porque a religiosidade e a arte cênica eram distantes.

Além disso, existia uma fala popular que dizia que o teatro ia pegar fogo. Ele nem tinha sido construído e já afirmavam que ele ia sofrer algum incêndio, porque ele era de madeira. Esse era o cenário que a gente tinha: um cais de pescador, uma igreja que se desloca e um ambiente que começa a se modificar. Antes, as pessoas para irem ao teatro tinham que pisar em um chão de barro. Durante vários anos houve reclamações, até que se fez a calçada em torno do Melpômene e depois o calçamento da rua. Isso tudo com o teatro já erguido. Nesse contexto a Cidade Alta era o local onde estavam os poderes, a burguesia da cida-

de, as famílias mais nobres e as instituições. Ao colocar o teatro na parte de baixo se inicia um processo expansivo. E dali outros pontos surgem, como o Cine Éden na Rua Sete. Eu vejo o Melpômene como um espaço pioneiro na organização desse movimento.

RAPEES: Com o passar do tempo, por meio das mudanças urbanas como os aterros e calçamentos, houve a discussão entre os moradores, inclusive na imprensa, que um teatro de madeira já não combinava mais com esse espaço que se pretendia moderno. Como ocorreu esse processo?

Colette Dantas: O teatro sempre teve um mito de amaldiçoado. Existia a maldição da igreja, existia a maldição dele ser de madeira e pegar fogo, tinha a maldição dele estar em um local alagado, onde se dizia o tempo todo que ele ia boiar, tanto que ele não foi inaugurado no dia previsto, choveu muito em Vitória e derreteu a pintura, ele ficou completamente alagado e a cidade embaixo d'água. Ele foi inaugurado no dia 23 de maio de 1896, que foi inclusive, o último dia de Muniz Freire no Governo. Na administração de Florentino Avidos havia também um movimento forte de modificação da cidade. Foi um segundo processo de mudança dessa urbanidade. Havia também, claro, os bastidores políticos e as inimizades. Tinha-se, portanto, um Governador que desejava colocar a assinatura dele no espaço do teatro. Ele então aproveitou que a maldição virou realidade quando houve um pequeno incêndio na cabine de projeção durante a exibição do filme “Ordens Secretas”. No outro dia o local foi interditado. Não houve um grande incêndio. O que houve foi pânico. Gritaram “fogo” e todo mundo saiu correndo apavorado do último andar que era o balcão, por uma única escada e ela cedeu. Duas pessoas morreram e muitas se machucaram. Foi dito nos jornais que o projetor foi salvo por um menino de 16 anos, que era o projecionista. Ele, com a ajuda de um policial, tirou da cabine esse projetor do local que estava pegando fogo. Mais uma prova de que não houve um grande incêndio. Houve um princípio de fogo que queimou essa cabine, mas quando

esse fato acontece aparece, uns meses depois, todo um plano urbanístico já pronto, englobando a Chácara Muniz Freire e o entorno da Costa Pereira. Menos de seis meses depois e o Melpômene aparece no projeto com a legenda “a retirar”. Surge, atravessando por ele, a Rua Graciano Neves.

O atual “Teatro Carlos Gomes” surge no novo projeto, ou seja, ele não foi feito após o incêndio, ele já vinha sendo planejado. Pode-se dizer que o fogo foi o estopim de uma ideia que já se encontrava em andamento. Retirou-se o velho teatro de madeira, que ameaçava o tempo todo pegar fogo e que representava, também, outras forças políticas. Era preciso um novo espaço com a assinatura do Governo. E quem fez esse teatro, ironicamente, ou não? André Carloni, que ainda menino era auxiliar de pintor no Melpômene. É ele quem projeta o Teatro Carlos Gomes, para isso compra o material do Melpômene, como as colunas que sabemos que ele usou no novo edifício. Ele faz um projeto com um formato interno parecido com o do teatro antigo, mas com o exterior já em um estilo eclético e de alvenaria.

RAPEES: Após o fechamento do teatro, de que forma ainda ressoam os ecos da sua existência?

Colette Dantas: O Melpômene marca muitas questões na nossa história. Foi o primeiro edifício teatral nos moldes necessários a um bom teatro. Foi o primeiro local de cinema em Vitória, quando em 1902 exhibe o “Biógrafo Lumière”. Foi o primeiro edifício a ter luz elétrica. Foi o primeiro espaço onde se formou uma rotina de artes cênicas e audiovisual no Espírito Santo. Ele tem um papel muito significativo e as memórias dele a gente conseguiu reunir. Elas estavam todas espalhadas. Acho que tem muitas lacunas ainda e desejamos que outros pesquisadores possam seguir as pistas. A maior reverberação dele, para mim, está no uso que ele gerou naquele ambiente. Se não houvesse a provocação de Muniz Freire para trazer um teatro a um local onde não seria a lógica ele estar, provavelmente aquela região seria um lugar de comércio ou residencial, mas não... o Melpô-

Retirou-se o velho teatro de madeira, que ameaçava o tempo todo pegar fogo e que representava, também, outras forças políticas. Era preciso um novo espaço com a assinatura do Governo. E quem fez esse teatro, ironicamente, ou não? André Carloni, que ainda menino era auxiliar de pintor no Melpômene”.

mene trouxe a força da cultura. Ele criou uma rotina que não havia na cidade de Vitória, motivando o aparecimento de outros pontos. Eu vejo a relevância do Melpômene quando, por exemplo, eu olho para o Carlos Gomes, vejo também o Melpômene continuar dentro do Glória, ele está presente ainda quando observo os grupos de teatro se apresentando, as performances, os músicos, enfim, ali na Praça Costa Pereira. Acho que esse é o maior legado dele.

RAPEES: Você acredita que houve uma valorização maior do projeto de André Carloni com o Teatro Carlos Gomes em comparação ao do Melpômene?

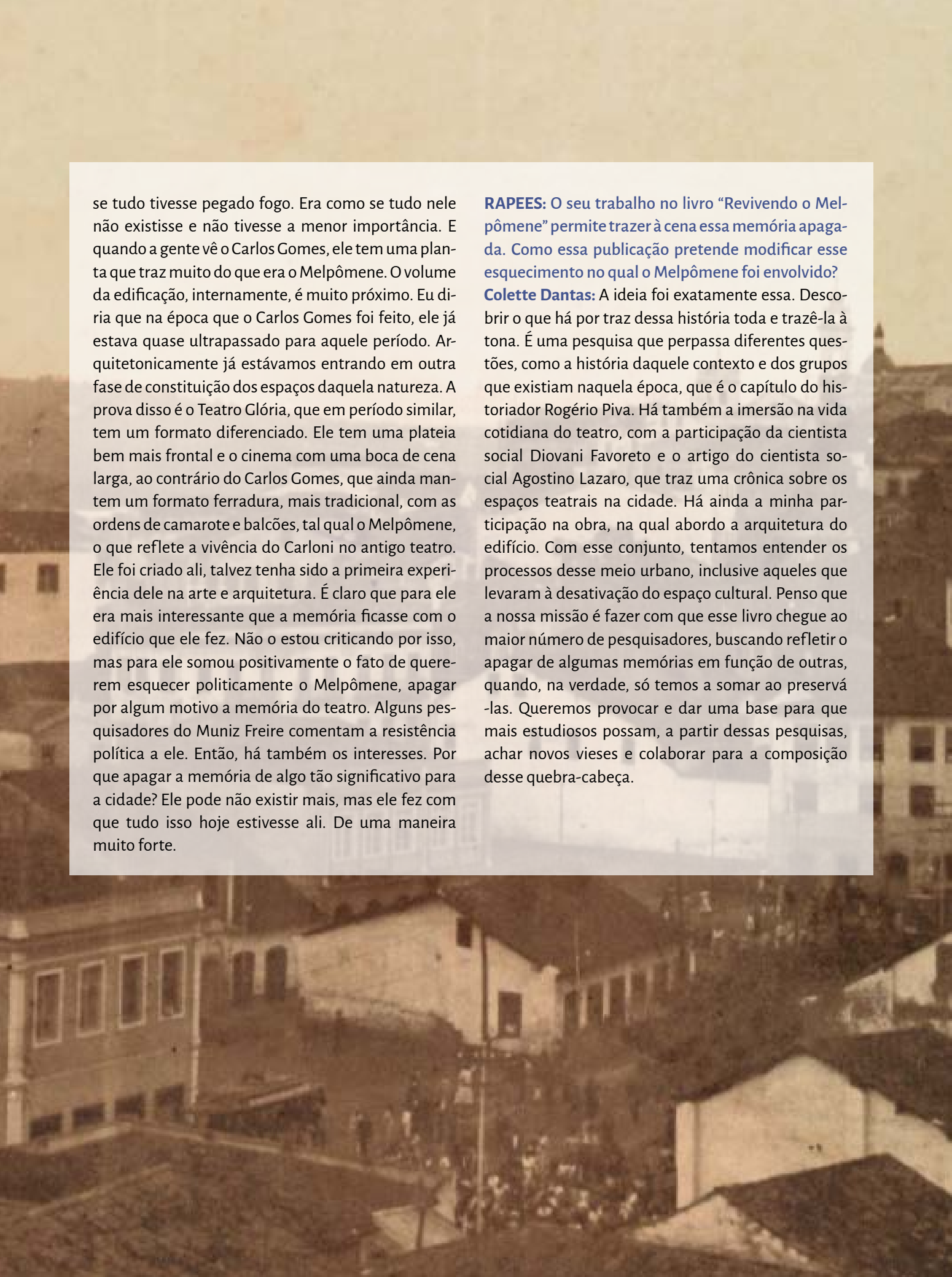
Colette Dantas: Eu percebo que tentaram apagar, com fogo mesmo, a memória do Melpômene. Como



Cartão postal com reprografia colorida do Theatro Melpômene; 1906; Vitória; Acervo Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFES; Série Mário Aristides Freire; Referência: 297.



Praça Costa Pereira e o Hotel Imperial em Vitória (edifício rosa de quatro pavimentos ao centro), onde se localizava o Teatro Melpômene.



se tudo tivesse pegado fogo. Era como se tudo nele não existisse e não tivesse a menor importância. E quando a gente vê o Carlos Gomes, ele tem uma planta que traz muito do que era o Melpômene. O volume da edificação, internamente, é muito próximo. Eu diria que na época que o Carlos Gomes foi feito, ele já estava quase ultrapassado para aquele período. Arquitetonicamente já estávamos entrando em outra fase de constituição dos espaços daquela natureza. A prova disso é o Teatro Glória, que em período similar, tem um formato diferenciado. Ele tem uma plateia bem mais frontal e o cinema com uma boca de cena larga, ao contrário do Carlos Gomes, que ainda mantém um formato ferradura, mais tradicional, com as ordens de camarote e balcões, tal qual o Melpômene, o que reflete a vivência do Carloni no antigo teatro. Ele foi criado ali, talvez tenha sido a primeira experiência dele na arte e arquitetura. É claro que para ele era mais interessante que a memória ficasse com o edifício que ele fez. Não o estou criticando por isso, mas para ele somou positivamente o fato de quererem esquecer politicamente o Melpômene, apagar por algum motivo a memória do teatro. Alguns pesquisadores do Muniz Freire comentam a resistência política a ele. Então, há também os interesses. Por que apagar a memória de algo tão significativo para a cidade? Ele pode não existir mais, mas ele fez com que tudo isso hoje estivesse ali. De uma maneira muito forte.

RAPEES: O seu trabalho no livro “Revivendo o Melpômene” permite trazer à cena essa memória apagada. Como essa publicação pretende modificar esse esquecimento no qual o Melpômene foi envolvido?

Colette Dantas: A ideia foi exatamente essa. Descobrir o que há por trás dessa história toda e trazê-la à tona. É uma pesquisa que perpassa diferentes questões, como a história daquele contexto e dos grupos que existiam naquela época, que é o capítulo do historiador Rogério Piva. Há também a imersão na vida cotidiana do teatro, com a participação da cientista social Diovani Favoreto e o artigo do cientista social Agostino Lazaro, que traz uma crônica sobre os espaços teatrais na cidade. Há ainda a minha participação na obra, na qual abordo a arquitetura do edifício. Com esse conjunto, tentamos entender os processos desse meio urbano, inclusive aqueles que levaram à desativação do espaço cultural. Penso que a nossa missão é fazer com que esse livro chegue ao maior número de pesquisadores, buscando refletir o apagar de algumas memórias em função de outras, quando, na verdade, só temos a somar ao preservá-las. Queremos provocar e dar uma base para que mais estudiosos possam, a partir dessas pesquisas, achar novos vieses e colaborar para a composição desse quebra-cabeça.



ARTIGO

**CORRESPONDÊNCIAS
E ATOS DO PRÍNCIPE
REGENTE: A CAPITANIA
DO ESPÍRITO SANTO NOS
PAPEIS DO GOVERNO
(1788-1822)**

Thiara Bernardo Dutra

Mestre em História Social das Relações Políticas pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-Graduada em PROEJA pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Resumo

Correspondências e Atos do Príncipe Regente é o nome do corpus documental que se encontra nos Livros 001, 002 e 003 depositado no fundo de Governadoria da série Acciolly, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Apresenta-se neste artigo a transcrição inédita de algumas cartas enviadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho – o conde de Linhares – a Antônio Pires da Silva Pontes, o primeiro governador da capitania do Espírito Santo. A análise dessa documentação permitiu observar as mudanças ocorridas na capitania, no limiar do século XIX, como parte de um contexto de reorganização político-administrativo do Império português, na qual a escolha das autoridades governamentais aparecia como tentativa da Coroa exercer maior domínio sobre suas possessões coloniais. Todavia, essas mudanças competiram para a autonomia política, administrativa e militar, bem como, certa prosperidade econômica ao Espírito Santo em finais do período colonial.

Palavras-chaves: *Correspondências, Conde de Linhares, Silva Pontes, Império português.*

Abstract

Correspondence and Acts of the Prince Regent is the name of the documentary corpus found in Books 001, 002 and 003 deposited in the Governorship of the Acciolly series fund, of the Public Archive of the State of Espírito Santo (APEES). In this article is presented the unpublished transcription of some letters sent by D. Rodrigo de Souza Coutinho - the Count of Linhares - to Antônio Pires da Silva Pontes, the first governor of the Espírito Santo captaincy. The analysis of this documentation made it possible to observe the changes that occurred in the captaincy, at the threshold of the nineteenth century, as part of a context of politico-administrative reorganization of the Portuguese Empire, within which the choice of the governmental authorities appeared as an attempt of the Crown to exercise more control over its colonial possessions. However, these changes competed for political, administrative and military autonomy, as well a measure of economic prosperity to the Espírito Santo at the end of the colonial period.

Keywords: *Correspondence, Count of Linhares, Silva Pontes, Portuguese Empire.*

Introdução

O início do século XIX marca um tempo de mudanças na capitania do Espírito Santo. A escolha e instrução das autoridades governamentais da capitania pela Coroa, a partir das duas últimas décadas do Setecentos, garantiu aos poucos a autonomia política, administrativa e militar, bem como, certa prosperidade econômica da região. A análise das *Correspondências e Atos do Príncipe Regente*, um conjunto de cartas trocadas entre o poder central e as autoridades locais, permitiu observar as mudanças ocorridas na capitania como parte de uma política imperial na tentativa da monarquia portuguesa em centralizar a administração e obter maior controle sobre seus domínios ultramarinos. Ao longo do século XVIII, a coroa

agiu a fim de limitar a autonomia com que as elites coloniais atuaram no século anterior. Apesar disso, considera-se demasiado afirmar uma centralização política, pois, visavam “[...] criar um contrapeso à influência da já enraizada nobreza da terra” (SAMPAIO, 2007, p. 231).

Assim como outras áreas da colônia, o Espírito Santo sentira os efeitos da reorganização política e administrativa portuguesa. Neste artigo, apresenta-se transcrição integral e inédita de quatro das doze cartas enviadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho – o conde de Linhares – a Antônio Pires da Silva Pontes – primeiro governador da capitania do Espírito Santo – encontradas no conjunto documental apresentado. Por meio dessas cartas, busca-se observar a modulação da política imperial no cotidiano da capitania

espírito-santense. A fim de analisar em que medida as instruções feitas pelo ministro influenciaram aspectos políticos, administrativos e econômicos do governo de Silva Pontes.

Antes disso, porém, faz-se necessário elucidar que, nos últimos anos, capitães-mores e governadores das capitanias passaram a constituir campo fértil para as pesquisas históricas. O estudo dessas autoridades foi possível graças à renovação da história política e social, que passou a conferir importância aos “rostos”, aos indivíduos, na descrição daquilo que se configurou chamar de poder. Nesse sentido, a história das elites vem “ocupando-se de pessoas” dando “um rosto à história política”, ao aproximar esses indivíduos dos poderes efetivos vivenciados no cotidiano das relações (HESPANHA, 2012, p. 68). Referencia-se, assim, pela noção de elite, visto pelos historiadores a partir da década de 1970, como

uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros (HEINZ, 2006, p. 08).

Nesse processo de renovação historiográfica, colocou-se em questão também os estudos sobre a época moderna, especialmente, voltados para a formação dos estados europeus e dos impérios ultramarinos. Tais discussões desdobraram-se em uma revisão crítica dos paradigmas explicativos sobre o relacionamento entre as sociedades europeias e os espaços coloniais. Ao propor outra perspectiva teórico-metodológica, os trabalhos levantaram questões acerca dos limites do poder e da centralização política da coroa (HESPANHA, 1994), do relacionamento entre centro e periferia (GREENE, 1994), bem como da dinâmica interna da formação das sociedades coloniais (FRAGOSO, 2001).

Os estudos apontaram certa limitação do poder régio, uma vez que ele seria partilhado com outras instâncias de poder no reino e no ultramar (BICALHO,

2003, p. 344). Sob essa ótica, a nomeação de pessoas para os diversos cargos da administração colonial aparece como ponto nevrálgico da governação imperial. O que justifica a atenção adquirida pelas autoridades governamentais no estudo da governação e centralidade régia na América portuguesa. Nesse contexto, a documentação de caráter oficial ganha importância, sobretudo, pelo fato de o registro escrito ter tornado viável ao Império português a administração dos domínios ultramarinos. Ao reconhecer a lógica pluralista, em que se fragmentou o poder central em diversas instâncias representativas nos espaços coloniais, o ato de informar foi intrínseco à prática de governar.

Tais questões, por sua vez, influenciaram uma renovação nos estudos voltados ao passado colonial brasileiro. Visto que não se encontrava nos modelos explicativos da “grande tradição” espaços para as regiões que estavam alheias à dinâmica mercantil-exportadora, como o caso espírito-santense. Na medida em que as pequenas propriedades, a economia de abastecimento e o enclave dominado por homens pobres encontraram lugar na nova reflexão historiográfica, o estudo sobre o Espírito Santo pode conferir maior entendimento sobre a complexa realidade que se configurou nos espaços coloniais. Haja vista que os mesmos elementos, a saber, a escravidão mercantil e a monarquia, experimentaram diferentes conotações nas regiões que formavam a América portuguesa (FRAGOSO, 2014, p. 16).

A historiografia capixaba acompanhou o movimento com pesquisas feitas por Adriana Pereira Campos (2005), Patrícia da Silva Merlo (2008), Enaile Flauzina Carvalho (2008) e Bruno Santos Conde (2011). Em virtude dos avanços sobre as redes mercantis e escravistas na capitania do Espírito Santo em fins do período colonial, identificou-se uma economia diversificada e pautada na comercialização de alimentos que se baseava, apesar dos altos preços, no emprego massivo da mão de obra escrava. Contudo, a ausência de uma análise voltada, especificamente, para as autoridades governamentais da capitania,

considerando a dinâmica política imperial e sua modulação na esfera local, torna o tema relevante e justifica sua importância. A partir dessa ótica, torna-se possível entender o desenvolvimento econômico na capitania do Espírito Santo, em finais do período colonial, observado por esses historiadores, como parte de uma política pública implementada pela coroa. Dada as lacunas, o presente artigo oferece material para a discussão sobre o relacionamento entre os governadores coloniais e o poder central, em um contexto de reorganização política-administrativa dos domínios coloniais pela monarquia portuguesa.

Diante da interdependência entre a esfera local e global, considerou-se pertinente o emprego da variação de escala como recurso analítico. Isso porque, a constante incursão aos simbolismos e práticas que moldaram o Império português e o próprio caráter da documentação impõem a necessidade de se realizar um diálogo entre a dinâmica local e imperial, ao permitir vislumbrar o modo como a realidade cotidiana se constrói levando em consideração a correlação entre as esferas micro e macro dessa realidade histórica.

O artigo está dividido em três seções. A primeira apresenta as *Correspondências e Atos do Príncipe Regente*, um conjunto documental recolhido junto ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). A segunda parte traz o governo de Silva Pontes, em que se destaca a política de régia nomeação dos governadores da capitania e os critérios de seleção e recrutamento desses indivíduos. Por fim, apresenta-se a transcrição das cartas trocadas entre aquele governador e o ministro Dom Rodrigo de Souza Coutinho, no ano de 1798, em que o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar tem notória intenção de preparar e instruir o futuro governador. Por meio dessas cartas foi possível observar o momento em que o desenvolvimento econômico da capitania capixaba tornou-se política pública. O governo de Silva Pontes (1800-1804) marcou a consolidação do projeto político imperial em terras capixabas, ao inaugurar um tempo de mudanças.

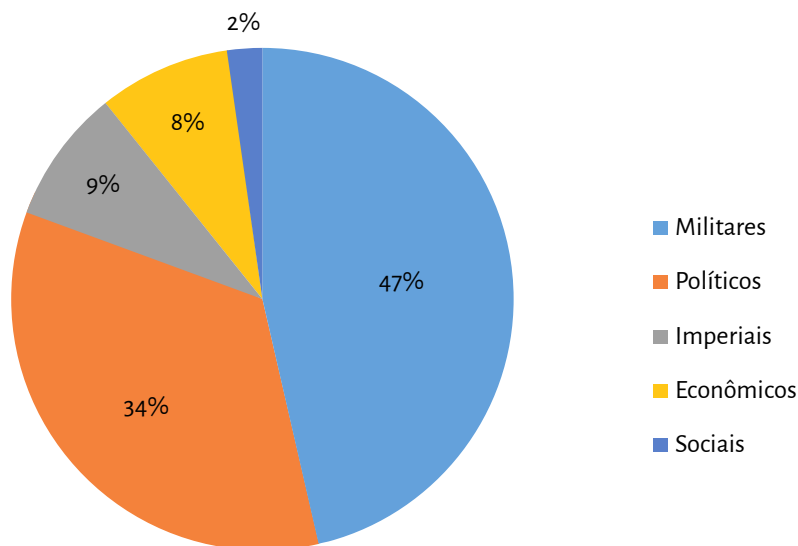
Os papéis do governo

As *Correspondências e Atos do Príncipe Regente* encontram-se dispostas nos livros 001, 002 e 003, no fundo de Governadoria da série Acciolly, depositadas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Elas configuram um *corpus* documental composto por 434 cartas avulsas recebidas pelos capitães-mores e governadores da capitania. As correspondências eram enviadas, em sua maioria, por ministros do Conselho Ultramarino ou por capitães-gerais e governadores da Bahia, durante o período de subordinação a essa capitania. Continham avisos, decretos e cartas régias, ciência da recepção dos ofícios enviados pelos capitães-mores e governadores, bem como, informações sobre requerimentos, representações e queixas feitas pela população.

O contato inicial com essa documentação ocorreu quando do levantamento das fontes primárias para a elaboração da dissertação de mestrado, que teve por objeto o conjunto de governadores nomeados pela Coroa entre os anos de 1781 a 1821. A partir desse objeto, buscou-se levantar o problema em torno da interferência do Estado nas relações escravistas pelas autoridades governamentais da capitania do Espírito Santo. Em outras palavras, observou-se a dinâmica política da escravidão em terras capixabas. E, nesse sentido, as *Correspondências e Atos do Príncipe Regente* propiciou verificar que as mudanças ocorridas na capitania, assim como, as nomeações das autoridades governamentais inseriam-se em um contexto de reordenamento político-administrativo implementado pela própria monarquia portuguesa. Além de possibilitar vislumbrar aspectos cotidianos da capitania do Espírito Santo.

Apesar de o conteúdo de algumas dessas cartas serem de conhecimento público, tal *corpus* documental é inédito. Extrair a riqueza de informações que esse conjunto revela exigiu um mergulho em fontes manuscritas em papéis gastos, corroídos por tintas que registravam letras de difícil grafia, quando não ilegíveis. O estado de conservação dos documen-

GRÁFICO 1: ASSUNTO DAS CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS ENTRE 1788 - 1822



Fonte: APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, 002 e 003 (1770 a 1822).

tos e a falta de um catálogo sobre o conteúdo das cartas, apesar de terem constituído dificuldade, não afetaram o entendimento geral da investigação proposta. A documentação recolhida junto ao APEES foi integralmente transcrita. Para um melhor tratamento das informações, as cartas foram divididas em cinco temas: militares, políticos, imperiais, econômicos e sociais (Gráfico 1).

As cartas classificadas como militares trouxeram em seu bojo questões relacionadas à defesa da capitania, como o envio e/ou pedido de armas, a formação de corpos militares, pedidos de patentes ou dispensas e denúncias de deserções. Na temática política, elencou-se questões referentes ao aparato burocrático e administrativo da capitania. Nos assuntos imperiais, destacam-se o contrabando e a guerra contra os gentios botocudos no norte da capitania. Quanto aos aspectos sociais, as duas cartas encontradas referem-se à escravidão. Por fim, em relação aos assuntos econômicos, verificou-se que o poder central fomentou o desenvolvimento da economia local, por meio do reconhecimento das riquezas na-

turais e a diversificação da produção agrícola.

Por meio das correspondências trocadas entre as autoridades da capitania e a coroa, percebeu-se o que estava em pauta na agenda política dos agentes da governança, em outras palavras, as preocupações dessa elite política. As autoridades dirigentes apareceram como responsáveis pela implantação das políticas imperiais no âmbito local. Dentre elas, destacaram-se a transformação do desenvolvimento econômico da região em política pública, a formação de um aparato burocrático-administrativo eficiente e a defesa como preocupações centrais dos administradores da capitania, no alvorecer do século XIX.

O governo de Silva Pontes (1800-1804)

Os critérios de recrutamento para o exercício da vida pública passaram do nascimento apenas, para os qualificativos técnicos e morais. Os novos requisitos à governabilidade ensejados por Pombal, com a reforma educacional empreendida em Portugal, na

década de 1770, visava instruir um corpo administrativo tecnicamente habilitado para a atuação prática no Reino ou na colônia. Tais mudanças viriam a surtir efeitos na política colonial através dos homens formados no seio do processo reformador. E chegariam às terras capixabas em 1781, por meio do decreto baixado pela Rainha Dona Maria I, nomeando Ignácio João Mongeardino para o posto de capitão-mor.

A escolha de Ignácio Mongeardino marca o início da política régia de nomeação em terras capixabas e configurou a tentativa da Coroa portuguesa em promover maior centralização administrativa por meio da escolha dos seus representantes nos domínios ultramarinos. Para seu sucessor nomeou-se Silva Pontes, mas enquanto este não assumiu, Manoel Fernandes da Silveira governara interinamente. Entre 1805 a 1811, Manoel Vieira Tovar e Albuquerque esteve a frente da governadoria capixaba, sendo sucedido por Francisco Alberto Rubim, (1812-1819) e Balthasar Botelho de Vasconcelos (1820-1821). Os governadores da capitania do Espírito Santo contemplados pela política de régia nomeação podem ser vistos como parte de uma elite política que tinha uma identidade em comum, ao partilharem

de uma mesma ilustração à portuguesa, que acabava por funcionar como um conjunto de mecanismos de controle que os regiam (CARVALHO, 2008, p. 37).

Nomeado como primeiro governador da capitania do Espírito Santo, em 11 de novembro de 1797, Antônio Pires da Silva Pontes, tomou posse do governo em 29 de março de 1800. A escolha de um “homem de conhecidas luzes e préstimo” passou pelo

particular cuidado de reanimar a quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores,

nas palavras do Príncipe Regente Dom João (AHU, cx. 05, doc. 422). Sua chegada à capitania marcou a consolidação do reordenamento político-administrativo

imperial. Silva Pontes, como ficara conhecido, era um legítimo representante da elite política e intelectual luso-brasileira, e simbolizava o poder metropolitano, nos dois lados do Atlântico, “foi um dos indivíduos que integraram essa elite preparada pelo Estado Português da segunda metade do século XVIII, atuando na rede de informações que se estendia até o território da colônia do Brasil” (ALMEIDA, 2007, p. 135).

Nascido em Mariana, capitania de Minas Gerais, Silva Pontes pertencera a uma família de conquistadores, descendendo do ramo dos Oliveira Leite. Frequentou a Universidade de Coimbra, formando-se doutor em matemática em 1777. Capitão de fragata e Lente da Academia de Marinha de Lisboa, ele foi também um dos integrantes da Comissão de Fronteiras enviada ao Brasil sob os auspícios do governo de D. Maria I devido seus conhecimentos de cartógrafo e astrônomo. A formação em Ciências Naturais permitiu a Silva Pontes integrar a Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779 pelo Duque de Lafões, mecenas do conhecimento científico em Portugal, e o Abade José Correia da Serra, naturalista português com reconhecimento internacional. Depois de realizar viagens exploratórias pelo Amazonas, Goiás, e outras regiões do Brasil, Silva Pontes recebeu a importante missão de realizar a execução de grandes planos ao ser nomeado para o governo da capitania do Espírito Santo.

Intelectual ilustrado, Silva Pontes cultivava bons relacionamentos com o poder central. O memorialista espírito-santense, Basílio Daemon, conta que o governador estabeleceu constante diálogo com o Ministro do Conselho Ultramarino, D. Rodrigo de Souza, durante todo seu mandato na capitania capixaba e que suas relações iam além da administração e configuravam laços de amizade. Basílio Daemon informa, inclusive, que Silva Pontes teria homenageado o amigo ministro ao batizar seu filho com o nome de Rodrigo (DAEMON, 1879, p. 206). O mesmo relacionamento não se deu com a população capixaba marcado por queixas de abuso de autoridade e procedimentos despóticos.

Fora encarregado pelo rei de executar grandes obras nessa capitania. A principal delas, a abertura do rio Doce à navegação, possibilitaria a comunicação com Minas Gerais. No ano de sua posse, o governador dirigiu-se a D. Rodrigo de Souza no seguinte tom:

dizem agora, que os tempos se mudaram, e que tudo está a favor da obra magnânima, e Real da Comunicação com as Minas (AHU, cx. 06, doc. 442).

Além desse feito, destacam-se dentre as suas principais atribuições políticas, a demarcação das fronteiras da capitania, a organização burocrático-administrativa, o desenvolvimento econômico, com a implantação de políticas públicas voltadas ao aumento e diversificação da produção agrícola.

Verificou-se que Silva Pontes foi o governador que mais recebeu cartas com assuntos voltados às políticas econômicas, num total de 16 (43,3%) das 37 correspondências classificadas como assunto econômico. Tal fato corrobora a ideia de que o seu governo iniciou um tempo de mudança, além de ter consolidado a política imperial em terras capixabas. Todavia, apesar de ser empossado em 1800, o futuro governador fora instruído, dois anos antes, sobre sua atuação à frente da governadoria, visto que do total de cartas referentes à economia, 50% foram recebidas antes de sua posse. O levantamento dessas informações possibilitou observar o período entre 1798 a 1799 como momento de preparação para a governação, em que ele recebeu importantes instruções de Dom Rodrigo de Souza Coutinho que viriam nortear seu governo.

Assim, cumpre destacar, sucintamente, quem fora D. Rodrigo de Souza Coutinho. Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, durante os governos de Dona Maria I e do príncipe regente Dom João, fora o responsável por transmitir a Silva Pontes as instruções para um bom governo. Importante figura dentro do contexto de reorganização administrativa, o conde de Linhares, personificou a projeção do

homem público idealizada pelo seu padrinho, o marquês de Pombal, com quem compartilhava “a defesa da monarquia portuguesa” (CARVALHO, 2008, p. 36). Português, originário da alta aristocracia, formara-se na Universidade de Coimbra, contemporâneo à Silva Pontes e se lançara à carreira pública como diplomata, em 1777, durante o reinado de Dom José I. Na percepção do conde de Linhares, a escolha de homens ilustrados para ocupar os postos de administração dos espaços coloniais, decorria da importância de promover debates acerca das instituições políticas, econômicas e sociais que circundavam o Império e suas partes. Algo que propiciaria “uma harmonia pacificadora do reino luso estendido através da razão” (CARVALHO, 2008, p. 36-37).

As correspondências

As cartas apresentadas estão depositadas em *Correspondências e Atos do Príncipe Regente*, Livro 001, do APEES. Trata-se de um conjunto de 12 cartas enviadas, no ano de 1798, por D. Rodrigo com notória intenção de preparar e instruir o futuro governador, Silva Pontes. Dentre elas, escolheu-se 4 cartas para esta exposição, pois além de trazerem em seu bojo as preocupações e interesses principais da monarquia portuguesa, ao cruzar essas informações com as obtidas durante seu governo, observa-se que tais instruções foram levadas a cabo na capitania por aquele governador.

Antes de apresentá-las, porém, faz-se necessário destacar o perfil econômico da capitania do Espírito Santo em finais do século XVIII. Desde sua ocupação, a economia capixaba foi marcada pela diversificação de gêneros agrícolas, com o desenvolvimento dos cultivos da mandioca, cana-de-açúcar, algodão, milho e arroz; além da pecuária bovina, da pesca e do extrativismo vegetal, tocado por trabalho escravo. A vila de Vitória, comarca e capital da capitania, funcionava como entreposto comercial ao estabelecer ligação com as vilas circunvizinhas: Vila

de Nova Almeida, Vila do Espírito Santo, Vila de Guaraparim e a Vila de Benevente. A dedicação a cultura de alimentos configura uma economia de abastecimento de segunda ordem, visto que parte dessa produção era destinada às praças comerciais do Rio de Janeiro, Bahia, e as vezes, Pernambuco.

Com o ressurgimento do comércio de cabotagem na década de 1770, a situação econômica da capitania voltou a reagir. A alta dos preços do algodão no mercado europeu, por volta de 1775, contribuiu para o destaque dessa cultura, em geral exportado descaroçado e na forma de panos e fios (CARVALHO, 2008, P. 36). Além desse comércio, as políticas praticadas pelo Marquês de Pombal, no reino e na colônia, favoreceram um momento de reabilitação da economia do Espírito Santo, ao final do século XVIII. A prioridade na reforma elaborada pelo ministro estava em “proteger e estimular o potencial econômico do Brasil” e na manutenção dos benefícios concedidos aos negociantes (MAXWELL, 1996, p. 132). O estímulo a diversificação da produção na América portuguesa, a partir do aumento do cultivo e reconhecimento de novos produtos, viria a ser parte das políticas econômicas necessárias à obtenção dessas prioridades.

A análise do *corpus* documental apresentado permitiu observar não só os estímulos direcionados ao desenvolvimento econômico da capitania, mas também, o momento em que esse assunto se destacou na agenda política local e a variação dos temas que configuraram essas políticas públicas. Ao apresentar as correspondências, optou-se pela manutenção da grafia utilizada a época. Todavia, é preciso elucidar o significado de três termos recorrentes nas cartas apresentadas, são eles: Mag^{de} (Majestade); V M^{ce} (Vossa Mercê); D G^{de} V M^{ce} (Deus Guarde a Vossa Mercê).

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 16 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 05.

Sua Mag^{de} he servida que V M^{ce} mande recolher, acondicionar e remetter por conta da Real Fazenda para o Real Muzeu, não somente todos e quaesquer Productos Naturaes, que forem próprios dessa capitania, ou sejam animaes, ou vegetaes, ou mineraes, mas também os mesmos productos artificiaes, que produz a industria dos homens, particularmente a dos Indios desse Destricto, comprehendendo se nos referidos productos artificiaes as Armas, de que uzam os mesmos Indios, ou ellas sejam de tiro, ou de bater de perto, os seus instrumentos muzicos tanto festivos como marciaes, os seus vestidos, e ornatos, e ultimamente os seus moveis, e utensios domésticos, tudo na conformidade das Instruções, que a Academia Real das Siencias de Lisboa publicou com o titulo = Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Siencias de Lisboa sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes a Historia da natureza para formar hum Muzeu Nacional =, e pelas ditas instruções VM^{ce} se regulará na coleta, preparaçam e remessa de huns, e outros productos; vindo finalmente cada remessa acompanhada de huma relaçam, onde se declare nome vulgar de cada produto se o tiver, o lugar aonde se acha, o uso, ou préstimo que tem.

*D Gde V Mce Palácio de Queluz em 16 de julho de 1798.
Dom Rodrigo de Souza Coutinho*

P.S.

Com os produtos naturaes dessa capitania deve VMce também remetter toda a qualidade de sementes com a declaraçam dos nomes próprios do Paiz, e de uso, e virtudes, que ahi se atribuírem as respectivas plantas.

Senhor Antonio Pires da Silva Pontes

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 18 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 04.

Dezejando S. Magde ligar com nexos indissolúveis todas as mais separadas partes de seus vastos Dominios e Estados de maneira que cada huma em particular, e todos em geral concervam para a geral felicidade dos Povos, e para a grandeza da Monarquia. He a mesma Senhora servida ordenar que V Mce procure augmentar nessa Capitania, quanto poder, o uzo, e consumo de todas as produçoens naturaes, e manufaturadas deste Reyno, e que V Mce use de todos os meios (excepto os de violência) para conseguir este tam útil como dezejado fim, distinguindo, e favorecendo mui particularmente os que introduzirem ou consumirem maior quantidade dos nossos vinhos, quaes os do Porto, Caravellas, Barra a Barra, Figueira. Azeites, sal, vinagre, manufaturas de panos, e de sedas do Reyno, trastes de luxo trabalhados em Lisboa, ou no Porto, e recomendado os na Real Presença de Sua Magde a fim que os mesmos rendam graças e favores. Igualmente procurará VMce promover para o Reyno a maior exportaçam possível de todos os gêneros, e produçoens dessa capitania, a fim que da mutua troca dos gêneros, e produçoens rezulte a maior riqueza, e felicidade de todos os ditos vassallos de Sua Magde que dezeja estender sem diferença alguma as suas benéficas, e paternaes vistas a todos os seus vassallos, pellos quaes tem o mesmo, e igual interesse. Sua Magde ordena que VMce e os seus sucessores nessa capitania fiquem encarregados de darem todos os annos conta do que houverem praticado para executar esta Real ordem, que a mesma Senhora lhe manda muito recomendar, e que ao mesmo tempo informe do fructo, que tiverem as providencias, que for dando.

*D Gde VMce Palácio de Queluz
em 18 de julho de 1798.
Dom Rodrigo de Souza Coutinho*

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 21 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 03.

Achando-se V.Mce nomeado para governador da Capitania do Espírito Santo e devendo receber nesta ocasião em officios separados varias Ordens, e Instrucções sobre os differentes objectos do Real Serviço; acrescentarei aqui alguns artigos que pela sua grande importância lhe manda Sua Magestade recomendar muito particularmente.

Entre estes artigos tem o primeiro lugar a Civilização dos Indios que até agora tem sido tão mal entendida, e practicada, pela má escolha dos Sujeitos empregados em Regentes das suas aldêas, que em lugar de os tratarem em brandura, e suavidade, e de lhes fazerem conhecer com a experiência os cômodos de viverem em sociedade e debaixo da proteção das Leys, os tem obrigado a preferir os seus Bosques às tiranias com que erão tratados pelos seus chamados Protectores.

He pois muito essencial que V. Mce se applique com particular desvelo em procurar a Civilização dos Indios, empregando para este fim pessoas de probidade que abrão com elles algum commercio de troca, em que pratiquem a mais exacta boa Fe, e lizura, e lhes dem a conhecer as vantagens que lhes devem rezultar da nossa comunicação.

He preciso, logo que elles estiverem aldeados, não os violentar em couza alguma; não os obrigar a trabalhar contra a sua vontade; pagar lhes exactamente o trabalho que elles quizerem fazer; não se intrometer com o seu governo domestico; não lhes tomar os filhos para os empregar em serviços estranhos; em huma palavra deixa-los em huma inteira liberdade em tudo o que não offender as Leys. Contribuir muito para o mesmo fim propagar entre elles, e instrui los nos princípios da Religião Cristã.

A abertura e navegação do Rio Doce he outro objecto em que V. Mce deve empregar o seu maior cuidado. As três memórias incluzas lhe darão algu-

mas noções sobre esta importante matéria, tanto a respeito da possibilidade de execução, como das imensas vantagens que devem resultar da navegação deste Rio, huma vez que ella for explorada, e seguida.

Deve V.Mce também procurar estabelecer huma navegação directa com o Reyno, tendo primeiro cuidado no estabelecimento de Alfandegas em que se segure o pagamento, e arrecadação dos Direitos Reais.

A respeito da conservação das Mattas, e do importante artigo de Madeiras, assim como sobre outros objectos de igual concideração, em officios separados receberá V.Mce como assima disse, as Ordens, e Instruções, por onde se deve governar.

DGde V Mce Palácio de Queluz em 21 de julho de 1798

Dom Rodrigo de Souza Coutinho

D. Rodrigo de Souza Coutinho em carta a Antônio Pires da Silva Pontes, em 25 de julho de 1798. APEES, Correspondências e atos do Príncipe Regente, Livro 001, doc. 13.

O grande augmento de riqueza de que são susceptíveis os Dominios portuguezes no Brasil, se nela se introduzir uma maior facilidade nos trabalhos, e hum melhor methodo na cultura, e preparo das Produções do Paiz.; fes que Sua Magestade tenha mandado imprimir huma Collecção de Instrucções colligidas do que a experiencia tem mostrado ser mais util, e vantajozo entre as outras Nações, cujas Colonias tem chegado a hum grao de prosperidade, que da bem a conhecer as utilidades que se seguirão, se nos adoptassemos os mesmos principios de Agricultura, e preparação dos Generos que elas seguem, e que agora se vão dar a conhecer a esses Habitantes. O que prezenemente se remete a V M e que por hora está pronto he o que consta da Rellação incluza. V. M destribuira essas obras, pelo modo que lhe parecer mais conveniente, advertindo que a obra intitulada O Fazendeiro do Brasil, se deve vender a

dez tustoens cada Tomo, eremetter-se o producto desta venda ao Official Maior desta Secretaria de Estado, para indennizar a Fazenda Real, do custo da impressão desta, e das outras publicações, que se hirão continuando em beneficcio do Brasil.

D GdeV Mce, Palacio de Queluz em 25 de julho de 1798

Dom Rodrigo de Souza Coutinho

- *O Fazendeiro do Brasil em três Tomos, no 1º trata da Cultura das canas, e factura do assucar: no 2º trata da Cultura do Indigo, e extracção da sua fecula: no 3º trata da Cultura do Café.*
- *Memoria sobre o Loureiro Cinamomo, vulgo Caneleira de Ceylão.*
- *Descripção da Quina-quina, com hua estampa da Planta.*
- *Memoria sobre a Caneleira.*
- *Methodo de preparar a Cochonilha.*
- *Extracto do modo de se fazer o Salitre nas Fabricas de Tabaco da Virginia.*
- *Memoria sobre a pratica de se fazer o Salitre.*
- *Memoria ou extracto sobre o Salitre.*
- *Memoria sobre a reforma dos Alambiques.*
- *Methodo de se aproveitarem todas as carnes do gado vacuum.*
- *Methodo de se conservar a Saude á Gente do Mar.*
- *Compilação de Reflexões á cerca das cauzas, prevenções, e remédios das doenças dos Exercitos.*
- *Exposição de um novo remedio curativo, e preservativo da Peste.*

Sítio de N Sra da Ajuda 25 de julho de 1798

João Filippe da Fonseca

Por meio das correspondências é possível verificar o ano de 1798 como momento de preparação para a implantação de mudanças na capitania do Espírito Santo, quando o interesse da Coroa se dirigia ao reconhecimento das riquezas naturais e produções da região, ao aumento e diversificação da cultura e a utilidade desses empreendimentos. A

importância do reconhecimento das riquezas naturais com o auxílio das ciências aparece como pauta principal dentro das políticas econômicas ensejadas por D. Rodrigo ao governo de Silva Pontes. A instrução, aliás, manteve-se nas cartas recebidas durante o seu governo.

Observa-se a questão na primeira carta, em que se ordenava a organização de inventário das riquezas naturais e remessa das produções artesanais indígenas para compor o Museu Nacional da história da natureza. Não pensar que interesses econômicos estavam por detrás desse reconhecimento é considerar o momento em que essas políticas estavam sendo implantadas. Tratava-se da Época das Luzes, em que o desenvolvimento das ciências e da razão compôs o cenário cultural e ideológico. A “curiosidade pelos fenômenos da natureza” acrescentou-se “o interesse das potências na exploração de mares e territórios ainda pouco conhecidos” a fim de se descobrir e explorar “novas possibilidades expansionistas e colonizadoras” (BICALHO, 2003, p. 105).

Tal interesse, inclusive, parece justificar também a própria escolha de Silva Pontes para a governadoria capixaba, diante de sua formação em Ciências Naturais e larga experiência em viagens exploratórias. Para um maior controle sobre os domínios coloniais, a monarquia portuguesa precisava conhecer o território para explorá-lo. As viagens filosóficas da segunda metade do século XVIII exemplificam a ação do governo português na busca por possibilidades para o melhor aproveitamento das riquezas, por meio de investigações científicas sobre a história natural. Assistiu-se a um período em que razões de natureza político-administrativa e econômica foram articuladas a questões científicas, integrando Portugal ao “grande movimento europeu de efervescência intelectual e interesse pelo exotismo típico do Iluminismo” (BICALHO, 2003, p. 109). A política de reconhecimento das riquezas demonstrava o outro olhar da Coroa sobre as formas de se obter lucros, expandindo seus interesses para além da extração mineral ou da agroexportação.

Silva Pontes estivera incumbido também em promover o comércio direto entre a capitania capixaba e o reino português. Na segunda carta, o comércio parece ser visto pela coroa como uma atividade capaz de ligar os vastos domínios coloniais à monarquia, cabendo ao governador o papel de incentivar o intercâmbio comercial entre as esferas local e imperial. A partir de tais instruções, é possível verificar também a implementação de uma política econômica por parte da coroa que visava não só o desenvolvimento econômico da América lusa, como também a regeneração econômica do próprio reino. Na medida em que a navegação direta entre os portos da vila da Victoria e da cidade de Lisboa, estimularia a importação dos produtos portugueses e, por consequência, o desenvolvimento das manufaturas reais, bem como a exportação das produções locais. Através dessa política econômica reinol, nota-se a integração da capitania do Espírito Santo aos quadros do Império português e a transformação do desenvolvimento econômico local em política pública.

As relações comerciais deveriam também ser estabelecidas com os gentios e, para isso, era preciso promover sua civilização e inserção à sociedade, respeitando, no entanto, o governo doméstico desses povos. Essa ideia remete a noção de autogoverno, intrínseca à concepção corporativa de sociedade, na qual

cada uma dessas unidades mantinha sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 42).

As noções de pluralismo político, corporativismo e autogoverno, resgatados da Escolástica colaboraram “para a formação do pensamento social e político da Monarquia Portuguesa dos séculos XIV ao XVIII” (MONTERIO, 2010, p. 24). A estruturação do Império português se deu a partir da noção de sociedade corporativa. Nessa conceituação, a sociedade funcionaria como um corpo. Ao rei, cabeça desse cor-

po, caberia manter o equilíbrio entre as partes que o constituía, primando pela manutenção da justiça e da governança.

Os historiadores voltados ao estudo do Império português defendem a utilização desses conceitos até o início do XVIII, quando, a partir desse período, ocorreria um processo de centralização político-administrativa dos espaços coloniais. Apesar do reordenamento político, acredita-se que a tentativa de centralização por parte monarquia portuguesa não tenha suprimido totalmente a autonomia dos corpos locais. E, por esse motivo, considera-se o conceito Monarquia Pluricontinental, tão cara aos historiadores Nuno Gonçalo Monteiro, João Luís Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (2009), como chave de leitura para um melhor entendimento desses documentos, principalmente, a segunda e terceira correspondências apresentadas.

A monarquia pluricontinental portuguesa é formada por um único reino – o de Portugal – e suas diversas conquistas ultramarinas. A relação entre o centro e as periferias seriam resultantes da combinação entre a concepção corporativa e a de pacto político. Em outras palavras, um relacionamento que garantiria a autonomia local, ao mesmo tempo em que, engendrava-se, através das instituições reinóis, uma referência para a organização sociopolítica. O incentivo ao estabelecimento do comércio entre o reino e a capitania, além de denotar o interesse no aumento da exploração colonial, traz elementos que ratificam a aplicação deste conceito. Visto que, uma das características dessa organização política, está na dependência da Coroa e de sua nobreza dos recursos econômicos provenientes do ultramar (FRAGOSO; GOUVÊA, 2009, p. 42).

A abertura do rio Doce à navegação também é assunto das cartas e aparece, em outras fontes, como a principal missão daquele governador. Isso porque, naquele tempo, acreditava-se que a comunicação com a capitania vizinha, Minas Gerais, possibilitada pela abertura do rio fomentaria não apenas o comércio entre as duas regiões, mas também a ocupação

populacional e o desenvolvimento do lugar. Para as autoridades reinóis, outra possibilidade seria o estabelecimento do comércio com a capitania de Minas Gerais, além de facilitar a exportação dos gêneros, entre os quais metais menos preciosos, como ferro e cobre, dessa capitania para o reino, através dos portos capixabas (APEES, 001, doc. 60).

O incentivo ao cultivo de novos gêneros agrícolas, por sua vez, veio seguido da ação imperial, que lançou mão da instrução aos povos como estratégia para o aumento e melhoramento da agricultura na capitania. O envio de impressos da obra *O Fazendeiro do Brasil* visava a adoção dos princípios agrícolas que levaram à prosperidade das colônias de outras nações europeias, pelos fiéis vassalos espírito-santense (APEES, 001, doc. 13). A imposição de um modelo denota a tentativa da monarquia portuguesa em interferir, por meio de seu aparelho institucional, no cotidiano da colônia e nas atividades econômicas de seus habitantes, a fim de aumentar a evasão de divisas para o reino.

Considerações finais

A partir do cruzamento das instruções recebidas em 1798 e das informações retiradas da interlocução entre Dom Rodrigo e Silva Pontes, durante seu governo, foi possível observar em que medida as orientações recebidas do ministro influenciaram aspectos políticos, administrativos e econômicos da governação na capitania capixaba. Assim, durante seu governo, Silva Pontes fomentou o aumento da cultura tanto pela manutenção das produções tradicionais, como algodão, açúcar, mandioca (APEES, 001, doc. 04), quanto pela introdução dos novos cultivos como linho cânhamo (APEES, 001, doc. 09), pimenta da Índia e canela (APEES, 001, doc. 31). Estreitaram-se as relações comerciais com o reino por meio do incentivo à exportação dos gêneros e a importação das manufaturas portuguesas (APEES, 001, doc. 04; 20).

Promoveu o reconhecimento das riquezas naturais da região e contribuiu com os interesses científicos e comerciais da monarquia ao enviar plantas, sementes, frutos indígenas e madeira para o Reino (APEES, 001, doc. 17, 18, 19). Um novo ramo da indústria animou-se. A descoberta do látex acrescentou mais um produto ao comércio geral dos gêneros coloniais (APEES, 001, doc. 54), haja vista ser a reexportação dos gêneros naturais atividade altamente lucrativa e praticada pelos negociantes portugueses. A abertura do rio Doce a navegação, principal missão atribuída a ele pela coroa, foi cumprida apesar de não alavancar o desenvolvimento comercial e populacional esperado para aquela região. Entre outros feitos, Silva Pontes fora responsável também por realizar a demarcação das fronteiras da capitania e promover a organização burocrático-administrativa.

A prosperidade econômica vivida no alvorecer do século XIX poderia ser atribuída à capacidade daqueles que estiveram a frente do governo dessa capitania, como o fez José Teixeira de Oliveira (2008). Todavia, outros elementos competiram para isso. Ao analisar os aspectos que propiciaram a instalação da plantation no recôncavo da Guanabara, entre o século XVI e XVII, João Fragoso (2001) percebeu a existência de um mercado imperfeito regulado pela política, através do sistema de mercês e das atribuições econômicas da Câmara. A transformação do desenvolvimento econômico da região em política pública parece ter propiciado a formação desse mercado imperfeito na capitania capixaba. A diferença é que no Espírito Santo, no limiar do século XIX, a interferência na economia local foi arbitrada pela própria Coroa, ao nomear e instruir seus representantes para a governança da terra.

À guisa de conclusão, faz-se necessário ressaltar que não se teve aqui a pretensão de esgotar a análise dos documentos transcritos. Pelo contrário, a intenção foi promover a exposição dessas cartas e desse *corpus* documental, assim como, de algumas observações feitas a partir da análise do material. A fim de fomentar a discussão acerca do passado colo-

nial em terras capixabas, contribuindo para um melhor entendimento em torno de como se configurou o Império português, formado por vastas e diversas regiões, onde em cada lugar a monarquia experimentou diferentes contornos.

Referências

Documentos

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). [CD-ROM]. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822): Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco*. Lisboa: [s.n.], 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Fundo: Governadoria. Série Accioly. *Correspondências e atos do Príncipe Regente. Cartas manuscritas avulsas*, livro 001, 002, 003 (1770-1822).

Obras

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 2.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DUTRA, Thiara Bernardo. *Autoridades coloniais e o controle dos escravos: capitania do Espírito Santo, 1871-1821*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, cap. 1.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEIA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. *Tempo*, n. 27, 2009.



FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos de Jucá (Org.). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2014.

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Chalostteville/Londres: The University Press of Virginia, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político em Portugal, Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: APEES, Secretária de Estado da Cultura, 2008.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos*. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, cap. 4.

Recebido em: 24/11/2016

Aprovado em: 31/08/2017

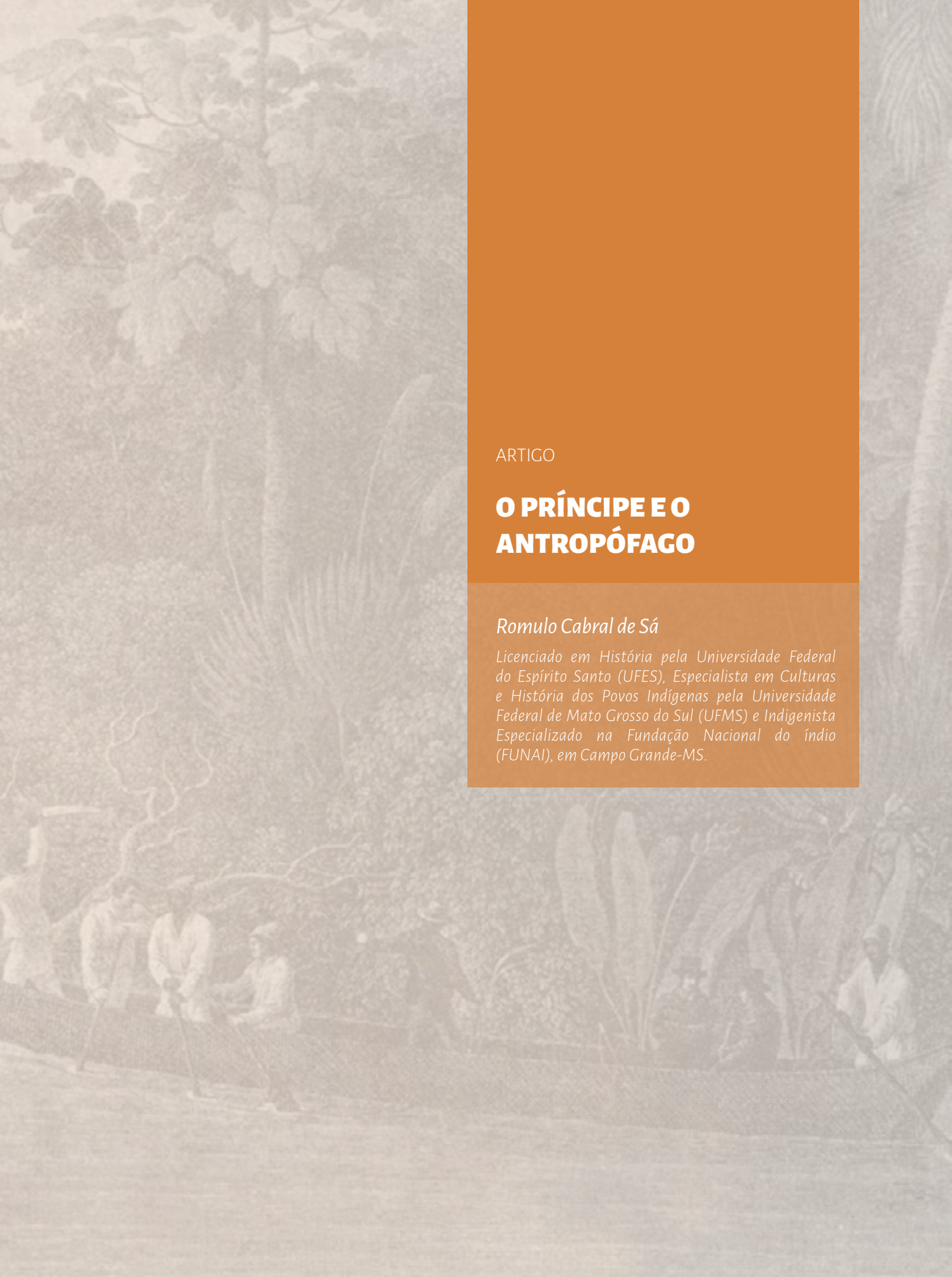


PLANTA

DA

VILLA DA VICTORIA

Situada a 20° 15' de Latid Sul e 34° 45' Longit



ARTIGO

O PRÍNCIPE E O ANTROPÓFAGO

Romulo Cabral de Sá

Licenciado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Especialista em Culturas e História dos Povos Indígenas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Indigenista Especializado na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Campo Grande-MS.

Resumo

Este artigo enfoca a viagem do príncipe prussiano Maximiliano Wied-Neuwied ao Brasil, entre 1815 e 1817, em especial em sua estadia na Capitania do Espírito Santo. Além do interesse na exuberante natureza do Novo Mundo, o príncipe direcionou também sua curiosidade aos índios do tronco linguístico Macro-Jê, considerados antropófagos, segundo relatos de colonos e governantes. Esses discursos serão examinados à luz de sua emergência no contexto das frentes de expansão para o oeste da Capitania. Verificar-se-á se tais discursos, juntamente com as leituras prévias de documentos coloniais, teriam influenciado o príncipe em sua certeza ou não da antropofagia praticada pelos índios.

Palavras-chave: Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, índios Botocudo, índios Puri, canibalismo, Capitania do Espírito Santo.

Abstract

This article focuses on the journey of the Prussian Prince Maximilian Wied-Neuwied to Brazil, between 1815 and 1817, in particular on his stay in the captaincy of Espírito Santo. In addition to the interest in the lush wildlife of the new world, the prince also directed his curiosity to the indigenous people of the Macro-Jê linguistic branch, considered cannibals according to reports of settlers and rulers. These speeches will be examined in the light of their emergence in the context of the expansion to the west of the captaincy. It will be verified whether such speeches, along with the previous readings of colonial documents, would have influenced the prince in his certainty of the cannibalism practiced by the native Indians.

Keywords: Prince Maximilian Wied-Neuwied, Botocudo Indians, Puri Indians, Cannibalism, Captaincy of Espírito Santo.

1. Introdução

O príncipe Maximilian Alexander Philipp Zu Wied-Neuwied – viajante naturalista, explorador – nasceu no pequeno estado de Neuwied, na Prússia, hoje Alemanha, em 23 de setembro de 1782 e morreu de pneumonia, no mesmo local, em 3 de fevereiro de 1867. Príncipe em seu pequeno estado natal, Maximiliano entrou em 1802 no exército da Prússia e participou das guerras napoleônicas. Seguiu como militar até 1815, quando então se reformou no posto de major-general, dedicando-se daí por diante ao estudo das Ciências Naturais, da Geografia e da História, tendo também recebido orientações do famoso antropólogo J. Fried Blumenbach. No mesmo ano embarcou para o Brasil (SCHADEN, PEREIRA, 2004, p. 427-428; COSTA, 2008, p. 9).

Nesse momento, o Brasil é o centro do Império Português, sendo D. João seu príncipe regente¹.

A família real e grande parte da corte portuguesa se refugiam em sua colônia americana, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, que haviam invadido Portugal em 1808. Além da abertura dos portos às nações amigas, D. João franquearia também, mediante autorizações especiais, subvenções e passaportes, a vinda de sábios estrangeiros, interessados em conhecer, colecionar espécimes da fauna e da flora, além de publicar obras sobre o Brasil (WIED-NEUWIED, 1989, p. 5-10; PINTO, 2004, p. 447).

Junto ao grupo de sábios estrangeiros que frequentavam o círculo do Cônsul-Geral da Rússia – o barão Georg von Langsdorff – Maximiliano, em função de interesses comuns de pesquisa, conheceu e juntou-se aos naturalistas Georg Willhelm Freireiss e Friedrich Sellow – coletores profissionais a soldo de vários museus da Europa, principalmente do de Berlim (PINTO, 2004, p. 447).

Destarte, foi então organizada a grande comitiva que percorreu os territórios que hoje representam os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e

¹ D. João VI assumirá o trono em 1816.

Minas Gerais. O resultado de suas notas – observações e ilustrações – em terras brasileiras constitui a sua conhecidíssima obra, composta dos livros *Viagem ao Brasil* (*Reise nach Brasilien*, publicado em Frankfurt, 1820); *Contribuição à história natural do Brasil* (*Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien*, publicado em 4 volumes em Weimar, entre 1820 e 1833) e *Ilustrações sobre a história natural do Brasil* (*Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens*, publicado em Weimar, entre 1823 e 1831 (PINTO, 2004, p. 448; SCHADEN, PEREIRA, 2004, p. 427-428).

Segundo Paulo Vanzolini (1996, p. 210, grifos do autor), a totalidade das observações em campo de Maximiliano foi publicada no *Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien*, livro de quatro volumes,

[...] uma das mais ricas e mais agradáveis obras zoológicas jamais escritas sobre a América do Sul. O livro foi publicado parceladamente e acompanhado por uma série autônoma de estampas (1822-31), “*Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens*”, algumas das quais contêm a descrição de espécies novas.

Resta acentuar que a obra *Viagem ao Brasil* desse aristocrata naturalista visitante é de fundamental importância para o conhecimento do país no início do século XIX, pois inclui preciosas informações sobre a fauna e, principalmente, notas etnográficas dos índios do tronco linguístico Macro-Jê (Puri, Puri-Coroadó, Coropó, Botocudo, Pataxó, Maxacari, Malali e outros); bem como das informações sobre vilas, cidades, populações e *ethos* por onde passou a comitiva. Maximiliano levou também para a Prússia o jovem botocudo Queck, que foi acolhido em seu palácio, onde veio a falecer em 1832 (PINTO, 2004, p. 448; SCHADEN, PEREIRA, 2004, p. 427-428).

Vanzolini (1996, p. 210) acrescenta ainda que a convivência de Maximiliano com os “[...] índios do Espírito Santo e Bahia acendeu uma insopitável paixão antropológica”, de forma que terminada a sua viagem e a publicação de seus trabalhos “[...] embarcou para os Estados Unidos, onde realizou, de 1832 a

1834 [...]”, a famosa expedição para conhecer e registrar os costumes dos índios das pradarias.

Assim, após uma estada na capital Rio de Janeiro para os preparativos da viagem, o príncipe Maximiliano segue pelo litoral fazendo suas observações até adentrar a capitania do Espírito Santo que, em princípios do século XIX, é um território diminuto, pois havia perdido grande parte de seu território original do século XVI para as capitanias vizinhas de Minas Gerais e Bahia (RIBEIRO, 2010, p.6).

Há apenas uma estreita faixa litorânea escassamente habitada por colonos luso-brasileiros e índios Tupi em aldeias e uma parte ocidental, de forte relevo e coberta de Mata Atlântica, onde vagueiam grupos de índios do tronco linguístico Macro-Jê: Puri e Botocudo, entre outros (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 13-14).

Nesse momento, procura-se efetivar uma determinação da Coroa Portuguesa, que será levada a cabo pelos governadores do período 1800 – 1820, para que se ocupe o sertão da Capitania: (1) ao longo do rio Doce, facilitando uma ligação com Minas Gerais; (2) na região entre o mesmo rio Doce e o rio São Mateus e (3) ao longo de uma ligação terrestre com Minas Gerais a partir de Vitória. Todas essas frentes de expansão em direção ao território de caça e coleta dos índios, até então isolados, constituem-se em fontes de tensões e violência (OLIVEIRA, 1975, p. 217).

No extremo sul, próximo à foz do Itabapoana, verificam-se conflitos intensos entre os índios Puri e os luso-brasileiros. Em 1815, Maximiliano reproduz alguns desses fatos a partir de narrativas de colonos e soldados da região. Esses relatos, além de uma vívida descrição dos ataques, têm em comum que neles se atribuem a prática da antropofagia aos Puri (WIED-NEUWIED, 1989, p. 11).

Outros pontos de tensão, agora com os índios Botocudo, são os recentes povoados e quartéis ao longo do Rio Doce (Regência, Linhares, Porto Souza e outros) e ao longo das novas vias abertas em direção à capitania de Minas Gerais. Ressalte-se que

se vive ainda a “Guerra aos Botocudos”, declarada pelo Príncipe Regente D. João VI, em 1808 (WIED-NEUWIED, 1989, p. 153).

Maximiliano, no transcorrer desses contatos com os índios falantes do tronco Macro-Jê, não ficará tão seguro quanto à antropofagia deles. No entanto, persistirá na sua mentalidade esse epíteto e essa acusação, seja por conta de suas leituras prévias de documentos coloniais sobre o Brasil, seja pela opinião de colonos e soldados que vai encontrando em sua jornada.

Acrescente-se que documentos oficiais da época enfatizavam essa condição de antropófagos atribuída aos Botocudo e aos Puri, bem assim da necessidade de, se não exterminá-los, mantê-los confinados em aldeias para que se tornassem agricultores e parassem de vagar por um território que a Coroa Portuguesa queria ocupado pelos não índios.

Este artigo pretende examinar a construção de alguns desses discursos, de onde um objeto-imagético é erigido como projeção de um demônio-canibal e tentar compreender como esses discursos, junto com leituras prévias, influenciaram o príncipe viajante em sua visão etnográfica sobre os Botocudo e os Jê em geral (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 157).

2. A capitania em guerra contra os botocudos genéricos

A capitania do Espírito Santo que o príncipe alemão Maximilian Alexander Philipp Zu Wied-Neuwied visita em 1815 compreende dois territórios divididos no sentido Norte-Sul. O primeiro é uma estreita faixa litorânea, variando de três a quatro léguas (uma média de 15 quilômetros), escassamente habitada por colonos luso-brasileiros e remanescentes de índios Tupi, entre os rios Itabapoana e Doce. O outro território, a oeste, é uma região de forte relevo ou tabuleiros, cobertos de Mata Atlântica, que se limita com a capitania de Minas Gerais. É o espaço onde vagueiam livres grupos de índios do tronco linguístico Macro-

Jê, os Puri e os Botocudo, entre outros (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 13-14).

Razões de diversa ordem fizeram a Capitania perder grande parte de seu território para a capitania de Minas Gerais, obrigando que seus sertões intersticiais constituíssem barreira de proteção às ricas minas de ouro e diamantes. Anos antes, Vitória, sua vila capital, cada vez mais seria fortificada contra o assédio dos estrangeiros vindos do mar. Luiz Cláudio M. Ribeiro (2010, p. 13) enfatiza esse papel da vila de Vitória:

[...] como porto e defesa regional no conjunto das capitanias vizinhas do Espírito Santo. [...] Entendemos que todo o seu desempenho [da Capitania do Espírito Santo] se relaciona com o comércio e a navegação, pois ela detinha alguns dos produtos coloniais mais valorizados: pau-brasil, madeiras nobres, açúcar, aguardente, farinha de mandioca, carnes e escravos.

A economia incipiente da Capitania não permitiu o desenvolvimento de grandes vilas, fato agravado pela falta de vias que possibilitassem uma ocupação do sertão e a expansão da agricultura em terras que sempre foram reputadas como férteis, desde as primeiras ocupações no século XVI. As poucas aglomerações humanas perfilhavam-se na costa e a ligação entre elas se fazia por mar, pela areia da praia ou por algumas trilhas abertas nas matas ainda virgens (SALVADOR, 1982, p. 108-109; RIBEIRO, 2010, p.6).

Contudo, os dois primeiros decênios do século XIX demarcam uma clara intenção da Coroa Portuguesa em reanimar a “[...] quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores”, segundo as palavras do então Príncipe Regente, o futuro D. João VI (*apud* OLIVEIRA, 1975, p. 217, nota 68).

Ressalte-se também a perda que fora para a Capitania a expulsão dos jesuítas em 1776. Suas quatro fazendas: (1) Muribeca, (criação de gado); (2) Itapoca (farinha de mandioca e legumes); (3) Araçatiba (açú-

car) e (4) Carapina (policultura) utilizavam largo contingente de mão de obra indígena. A essa população majoritariamente Tupi das fazendas, juntava-se número ainda maior de indígenas dessa mesma etnia que constituía os aldeamentos de Reritiba (Benevente), Guarapari e Reis Magos (Nova Almeida), todos eles ao longo do litoral da Capitania (BITTENCOURT, 1987, p. 36).

Os aldeamentos organizados pelos jesuítas no Brasil a partir do século XVI, segundo Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 119-120), destinavam-se à catequese dos índios, ao mesmo tempo em que os utilizava como cultivadores e extrativistas, cuja mão de obra repartia-se entre as necessidades do aldeamento em si, dos colonos luso-brasileiros e da Coroa. O status de “aldeado” supostamente garantiria ao índio a sua liberdade.

A concentração dos índios na costa por meio dos descimentos – deslocamento de povos inteiros para perto dos estabelecimentos portugueses – garantia, além da manutenção do estoque de mão de obra indígena, a defesa contra os ataques dos chamados “índios bravos” e da ocupação do território colonial por parte de estrangeiros (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118).

Com a expulsão dos jesuítas desarticula-se o aparato de defesa e agrava-se a já combatida economia da Capitania, pois, segundo Gabriel Bittencourt (1987, p.37), a administração laica que sucedeu aos padres da Companhia de Jesus não logrou conservar nem as fazendas nem os aldeamentos. Como consequência, os índios se dispersaram e suas terras foram paulatinamente expropriadas. Acrescenta ainda este autor (BITTENCOURT, 1987, p.37) que:

O desequilíbrio econômico regional, do qual já ressentia o Espírito Santo, nas últimas décadas do século XVIII, fê-lo intensificar a navegação de cabotagem ao Rio de Janeiro, para o Sul, e Bahia, para o Norte, principais e, talvez, únicos mercados à economia capixaba, à época.

Portanto, é esse o quadro da capitania do Espírito Santo que o regente D. João se propõe a alterar. Para tanto, vai convocar a trínca de governadores militares que a governarão nos dois primeiros decênios do século XIX. O primeiro será Antônio Pires da Silva Pontes, seguindo-lhe Manuel Vieira de Albuquerque Tovar e Francisco Alberto Rubim. Sonha a Coroa em integrar a economia incipiente da Capitania à promissora economia mineira (RIBEIRO, 2010, p.51).

É que quase esgotado o ouro, a capitania de Minas Gerais é agora extensa zona de produção agropecuária. Os governadores imaginam que grandes boiadas, tropas de muares ou canoas, repletas de produtos agrícolas e minerais, possam chegar à costa e de torna-viagem subir o sal e os implementos necessários ao cultivo. As guarnições militares e do fisco garantirão a receita de impostos que tanto se ressentem o tesouro real com o fim do ouro (ESPINDOLA, 2007, p.56; RIBEIRO, 2010, p.12).

Nomeado em 1797, mas empossado somente em 1800, Silva Pontes (1999, p.55-56) é o primeiro desses governadores a fazer um sucinto e preciso relato da situação da Capitania:

[...] A Gente desta Província, se acha toda acomodada, lavrando algodão, e algum assucar, e milhos, com a venda dos quaes generos, que exportão para a Bahia, e Rio de Janeiro, superem as necessidades do Vestuario Europeo, sendo-lhe sufficiente a farinha de Mandioca da Província, e o peixe da sua Costa para se manterem; e sendo rodeada de Gentio Inimigo todo o Perímetro da Colonia, desde a Barra do Rio Doce, athe o da Barra da Parahiba do Sul, não se entranhão os Colonos para o Centro do Sertão; alem de que pella Riqueza da pesca nos baxos fundos, e esparceis do oceano, e dos grandes lagamares, e lamedoens, que acompanhão a Costa, não se Retirão ja mais das suas Vizinhanças e se estão disputando sobre Indivisos huns com outros, em Continuo litígio, mas nunca deliberando-se a hir formar estabelecimento, onde os mattos estão sem dono, e abundancia abandonada ao Corpo do Gentio.

Destaque-se na avaliação de Silva Pontes alguns pontos. Há uma produção agrícola com excedentes exportáveis para a Bahia e o Rio de Janeiro. Além disso, os moradores da Capitania contentam-se em consumir a farinha de mandioca e o pescado abundante da costa. Por isso, ainda que disputem entre si o exíguo território costeiro, não se mostram muito dispostos a penetrar o sertão e tomar as terras do “Gentio Inimigo”.

Dessa forma, Silva Pontes, terá na capitania do Espírito Santo importantes atribuições prescritas pelo Príncipe Regente em 1800 e que se estenderão também aos períodos de governo de seus sucessores Manoel Tovar e Francisco Rubim, quais sejam (*apud* OLIVEIRA, 1975, p. 217):

[...] [1.º] abrir uma mais fácil comunicação com a Capitania de Minas Gerais, de que hão de seguir-se vantagens incalculáveis; [2.º] ampliar e conservar as preciosas matas da Capitania do Espírito Santo; [3.º] aumentar a extensão de toda a qualidade de culturas nos férteis campos da mesma Capitania; e [4.º] civilizar os índios por meio de propagação das luzes do cristianismo e concorrer assim para que eles se tornem vassallos leais.

Portanto, é para o sertão, “[...] onde os mattos estão sem dono”, interstício entre a Capitania de Minas Gerais e a estreita faixa litorânea com poucas vilas e localidades, que se voltam os olhos da Coroa. Terra indomada de posse do “Gentio Inimigo” é esse o sertão que será preciso romper a qualquer preço (SILVA PONTES 1999, p. 55-56).

Sendo o rio Doce uma via já existente para Minas Gerais, é para lá que os primeiros esforços dos governadores se concentrarão. Até porque a navegação, antes interdita para evitar o extravio do ouro, fora liberada, em 1800, pela Coroa Portuguesa (ESPINDOLA, 2007, p. 51).

Nas matas espessas ao longo deste rio, logo se darão as tensões mais significativas entre soldados e colonos com os Botocudo. O próprio príncipe Maxi-

miliano (WIED-NEUWIED, 1989, p. 153), num relato de segunda mão, dá conta de um importante fato:

Muitos anos atrás, existia um posto militar (‘destacamento’) de sete soldados a oito ou dez léguas rio Doce acima, no local onde hoje se ergue a povoação de Linhares; esse posto estava guarnecido com uma peça de canhão para proteger a projetada estrada nova para Minas. A peça, a princípio, manteve os selvagens à distância, mas, à proporção que foram conhecendo melhor os europeus e suas armas, os temores desapareceram. De uma feita assaltaram repentinamente o quartel, mataram um dos soldados, e teriam também massacrado os outros, se estes não tivessem fugido e escapado pelo rio, tomando uma canoa, que aconteceu justamente vir chegando com a salvação. Não podendo alcançá-los, os selvagens encheram o canhão de pedras e retiraram-se para as selvas.

Por essas e outras, o príncipe regente D. João, em 1808 (*apud* OLIVEIRA, p. 117), migrará então da política de “[...] civilizar os índios por meio de propagação das luzes do cristianismo [...]”, que prescrevera para Silva Pontes em 1800, para

[...] uma guerra ofensiva contra os genericamente chamados Botocudos, para liberar para a colonização o vale do rio Doce e os campos de Guarapuava, no Paraná (CUNHA, 1992, p. 136-137).

Para Manoela Carneiro da Cunha (1992, p. 136-137), o Príncipe Regente inauguraria uma forma franca de combate não experimentada nos três séculos anteriores, pois até então a guerra contra os índios sempre fora

[...] defensiva, sua sujeição como benéfica aos que se sujeitavam e as leis como interessadas no seu bem-estar geral, seu acesso à sociedade civil e ao cristianismo.

Importante salientar que as Cartas Régias, nas quais se declarava essa guerra justa aos Botocudo – de 13/5/1808; de 24/8/1808; de 05/11/1808 e de 02/12/1808 – estabeleciam que as terras deles conquistadas seriam consideradas devolutas e que aqueles que fossem apanhados vivos poderiam ser escravizados (OLIVEIRA, ROCHA FREIRE, 2006, p.74).

Ainda assim, segundo Manoela Carneiro da Cunha (1992, p. 33), no século XIX, principalmente em áreas de expansão colonial como o vale do rio Doce, a “[...] questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”.

Dessa forma, uma guerra sem trégua aos Botocudo sancionava que soldados ou colonos pudessem “afastar”, “civilizar” e mesmo “extinguir” os grupos nômades que perambulavam pelo sertão da Capitania. Isso fica bem claro quando, em 1810, o então segundo governador da Capitania Manuel Vieira de Albuquerque Tovar (1918, p. 134, grifos nossos), mandado examinar a navegação do rio Doce, acredita que

[em] poucos annos os dois quartéis [Natividade/MG e Souza/ES] serão grandes aldêas ou villas. Do augmento da população vem os estabelecimentos da mineração nos rios Guandu e Mai-Nassú [Manhuaçu], ricos em minas de ouro (como é constante); e todos estes estabelecimentos contribuirão muito para a *civilização do gentio; ou serem afugentados d'aquelles productivos e auríferos terrenos, ou para sua total extincção* [...].

Com a guerra aos Botocudo ainda em pleno vigor, Manoel Tovar infere que essa ocupação de mineiros em torno daqueles quartéis do rio Doce, além das vantagens econômicas, contribuirá para civilizar, afugentar ou extinguir totalmente o Botocudo.

O príncipe Maximiliano, citando informações colhidas *in loco* em 1815, observa que, no rio Doce, a guerra não dera

[...] trégua aos Botocudos, que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo [...]; apenas vez ou outra, “[...] crianças muito pequenas foram poupadas e criadas (WIED-NEUWIED, 1989, p. 153).

Está assim constituída a rede de poder que, autorizada sob a forma de guerra sem tréguas, vai reunir velhas e novas formas de punir esse índio rebelde. Matar, mutilar e escravizar serão ações que repetem as velhas prerrogativas do Antigo Regime: a vingança pessoal do rei e o seu poder de espada, seu poder de guerrear (FOUCAULT, 2009b, p. 48).

Civilizar, tomar terras e confinar em glebas exíguas serão as novas formas de punição, novas tecnologias de poder, em que a divisão do espaço com rigorosa distribuição dos indivíduos e a imposição hábitos “civilizados” estabelecerão uma máxima eficiência de controle e de vigilância sobre esse “selvagem” (FOUCAULT, 2009b, 137-144).

Também uma máxima eficiência nos discursos é requerida para transformar esse índio, antes “gentio inimigo” e “selvagem”, num demônio “antropófago”,

[...] objeto ‘imagético-discursivo’, cujas imagens e significações variam ao longo do tempo e conforme o embate de forças que as toma como objeto de saber (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 157, grifos do autor).

De toda forma, para Maria Hilda Paraíso (1992, p. 424) essa acusação de canibalismo aos Botocudo hoje parece duvidosa. Corroborando esta opinião de Paraíso quanto ao caráter fantasioso dessa antropofagia, posição atual da antropologia brasileira, Regina Horta Duarte (2002, p. 273) acentua a importância da crença, entre os homens da sociedade oitocentista,

[...] de que os botocudos comiam seus inimigos. Verídica ou não, todos lidavam com esta imagem que se amalgamaria aos sentimentos de desprezo e ódio, alimentando-os.

De fato, canibal ou antropófago será o epíteto que acompanhará o Botocudo, o Puri ou qualquer índio livre que seja obstáculo às frentes de expansão colonial. Sua propagação partirá de soldados, colonos, padres e, principalmente, governantes. Serão essas vozes em uníssono, em diferentes contextos e sob distintos objetivos estratégicos, que justificarão o extermínio ou o controle disciplinar desse selvagem Botocudo. Em suma, condições de desejo e poder que irão afetar o príncipe Maximiliano em sua vontade de verdade, principalmente quando entrar em contato com esses discursos (FOUCAULT, 2009a, p. 9-10).

Portanto, a Capitania que Maximiliano encontra em 1815 pode ser resumidamente descrita como uma estreita faixa litorânea; alguns colonos aferrados ao litoral a se alimentar de peixes e farinha de mandioca; algumas fazendas e pequenas roças que produzem alguns gêneros exportáveis para Bahia e Rio de Janeiro; alguns índios remanescentes dos falantes do tronco linguístico Tupi, morando em vilas ou em terras que lhes estão sendo usurpadas pouco a pouco; pequenas vilas pobres e a exuberante mata virgem.

Mas essa impressão algo modorrenta é falsa. Há uma guerra com aquela outra faixa ainda não conquistada. O sertão montanhoso no centro-sul e os tabuleiros do norte são os territórios dos índios falantes do tronco linguístico Macro-Jê. As frentes de expansão avançam sobre esse país, mas seus habitantes se defenderão.

Dessa forma, a guerra sem trégua aos Botocudo segue franca no rio Doce em 1815. O terceiro governador militar da Capitania é Francisco Alberto Rubim, o primeiro que, dispensando os outrora eufemismos de “gentio inimigo” ou “gentio”, denominará simplesmente “índios antropofagos” os Puri e os Botocudo (RUBIM, 1898, p. 182). Esse governador é que receberá Maximiliano e comitiva com “[...] aparências de cortesia [...]”, providenciando-lhes instalações e apoio em sua estada na Barra do Jucu, em Vila Velha (WIED-NEUWIED, 1989, p. 142).

Rubim vai abrir a famosa estrada para a Capitania de Minas Gerais na altura da vila de Vitória, anti-

go porto de Itacibá, hoje município de Cariacica/ES. Segundo seu próprio relato

[...] se rompeu o sertão intermedio d'esta capitania com a de Minas-Geraes, ficando uma estrada de comunicação da cachoeira do Rio Santa Maria, termo da villa de Victoria, à Villa Rica da capitania de Minas-Geraes (RUBIM, 1889, p. 169).

De acordo José Teixeira de Oliveira (1975, p. 256), toda essa via foi então guarnecida por quartéis a cada seis léguas de sua extensão (aproximadamente 40 quilômetros) para proteger os viajantes dos ataques dos Botocudo e outros índios.

Mas é a floresta virgem em sua luxuriante beleza e os costumes dos índios que vagueiam livres que constituem o centro de interesse da viagem do príncipe aos atuais territórios do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Essa intensa vontade de conhecer o intocado, o imaculado faz com que Maximiliano reduza índios, matas e animais à mesma selvagem natureza que cobiça conhecer, classificar e ordenar. Ao citar as mais perigosas feras das matas do Rio Doce, principalmente as onças, o príncipe dirá que

[...] o rude selvagem Botocudo, habitante aborígene dessas paragens é mais formidável que todas as feras, e o terror dessas matas impenetráveis (WIED-NEUWIED, 1989, p. 156).

Contudo, o príncipe supõe ter confirmada a veracidade da antropofagia entre os Puri quando alcança o território da capitania do Espírito Santo. É que qualquer viajante de princípio do século XIX que adentre a Capitania, vindo das capitânicas meridionais pela estrada que acompanha a costa, forçosamente passa pela região mais temida pela escassa população daquelas partes: a antiga fazenda Muribeca que, após a expulsão dos jesuítas em 1760, passa a ser frequentada pelos índios Puri (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 89; WIED-NEUWIED, 1989, p. 111).

É outro ponto de tensão de contato entre os índios Jê do sertão com a escassa população de colonos do litoral. No trecho que se segue após a passagem entre as fozes do rio Itabapoana e do rio Itapemirim, essa fricção entre civilizações se verifica muito perto da costa e afeta a segurança tanto dos colonos quanto dos passantes da estrada junto ao mar. Os soldados de um quartel próximo da fazenda Muribeca contam ao príncipe um suposto caso de antropofagia (WIED-NEUWIED, 1989, p. 111).

Maximiliano (WIED-NEUWIED, 1989, p. 126, grifos nossos) reproduz a narrativa dos soldados com certa dúvida. “Supõe-se”; “Acham que [...]”; “segundo afirmam [...]” são expressões que se prestam a abrir aspas para reproduzir o discurso do outro, mas também confessam incertezas sobre esse dito:

As grandes florestas das cercanias de Muribeca são habitadas por Puris nômades, que, nessas paragens e na extensão de um dia de jornada para o norte, se mantêm hostis. Supõe-se, não sem razão, serem os mesmos que vivem amistosamente com os colonos de perto de S. Fidélis [RJ]. Havia pouco, em agosto, mês que precedera o da nossa visita, atacaram os rebanhos da fazenda, à margem do Itabapuana e mataram, de maldade, trinta bois e um cavalo. Um rapazote negro, que tomava conta do gado, foi isolado dos companheiros armados, feito prisioneiro, morto, e, segundo afirmam, assado e devorado. Acham que eles separaram os braços, as pernas e a carne do tronco, levando-os consigo; porque, pouco depois, encontraram no local a cabeça e o tronco descartado do negrinho; porém os selvagens tinham-se internado precipitadamente pela mata. Reconheceram-se, também, as mãos e os pés, assados e roídos, e dizem que até se viam as marcas dos dentes.

Aqui é importante reter da descrição de Maximiliano a tática dos Puri: o ataque de surpresa sobre o “rapazote negro”, que se isolara de seu grupo, e seu posterior esquartejamento. Essas partes desmembradas de corpos humanos que se encontram

depois dos ataques é que talvez configurem certas ou incertezas da antropofagia praticada pelos índios Jê. As cartas dos jesuítas, já no século XVI, já mencionavam prática semelhante entre os Aimoré, como eram outrora chamados os grupos Botocudo (NAVARRO, 2006).

O jesuíta João de Azpilcueta Navarro (2006, p. 135, grifos nossos) narra fato acontecido em sua entrada a partir de Porto Seguro para os sertões de Minas Gerais em 1555:

No dia seguinte partimos e passamos muitos despovoados, especialmente um de vinte e três jornadas por entre uns índios que chamam tapuia [aimoré], que é um gênero de índios bestial e feroz, porque andam pelos bosques como manadas de veados, desnudos e com cabelos mui longos como de mulheres; sua fala é mui bárbara, e eles mui carneiros, e trazem flechas ervadas, e despedaçam um homem, em um momento. Para passar por entre eles juntamos muitos índios dos nossos, que estão em paz, e passamos adiante com espiões, com grande perigo. Um índio que vinha conosco, que nos era muito útil, passou um tiro de besta adiante dos brancos, e veio de súbito uma manada desses tapuias e, despedaçando-o, levaram-no em quartos. E com este medo nem os homens brancos nem os índios ousaram, daí em diante, se apartar do caminho, pelo que padeciam muita necessidade, mesmo de água [...].

Aqui é importante salientar que se trata de experiência direta do padre com os índios, embora Azpilcueta acentue no “tapuia” traços de brutalidade com clara intenção de reforçar o contraste com o tupi, reproduzindo a dicotomia tupi-tapuia que persistiu no longo prazo da mentalidade colonial (MONTEIRO, 200, p. 18).

Para além de Muribeca, logo à entrada da Capitania pelo sul, Maximiliano e comitiva não mais encontrarão Puri nem Botocudo. Prosseguem coletando espécimes da flora e fauna até que a comitiva

se separa na vila do Espírito Santo (atual Vila Velha) e o príncipe parte com alguns homens e equipamentos para ver de perto os Botocudo no rio Doce. Mas o príncipe apenas conhece em parte o rio e suas florestas. A guerra aos Botocudo lhe impede de investigar melhor esse cobiçado território (WIED-NEUWIED, 1989, p. 146-147).

No entanto, o assunto da antropofagia só será novamente examinado detidamente pelo príncipe em sua estada com os Botocudo em Belmonte na capitania da Bahia. Ali terá a oportunidade de inquirir os integrantes das hordas com que trava contato e, sobretudo, o jovem Botocudo Queck, incorporado naquela altura à sua comitiva e que regressará com o príncipe à Prússia em 1817 (COSTA, 2009, p. 78).

3. O encontro com o canibal em Belmonte

Em Belmonte, após encontrar-se com alguns grupos Botocudo e a propósito de lhes descrever os costumes alimentares, Maximiliano vai destacar preferência deles por comer macacos (WIED-NEUWIED, 1989, p. 301).

Em assim sendo, imagina Maximiliano (1989, p. 301); a partir dos esqueletos dos símios, abandonados nos acampamentos dos índios e similares aos ossos humanos; que os europeus “[...] cometessem o engano de acusá-los de preferir especialmente carne humana [...]”. Contudo, o príncipe afasta essa possibilidade e vai tentar provar a veracidade da antropofagia a partir dos depoimentos dos próprios índios.

Seja como for, como espero mostrar adiante, esses selvagens não podem ser isentos da culpa de comer carne humana; todavia, parece certo que não o fazem por achá-la mais saborosa, senão que raramente se entregam a essa inqualificável abjeção, e só com o fito de satisfazer a sede de vingança. Tem-se dito que os tapuias preferem a qualquer outra a carne dos negros; nada posso decidir a tal respeito, mas

é também crença que os Botocudos têm os negros como uma espécie de macacos, chamando-os por isso macacos do chão.

Destaque-se deste trecho três importantes questões. A primeira é a negação de que os índios comam a carne humana por gosto ou necessidade, mas por vingança. A segunda questão, por sua vez, nega a primeira. Se não é por gosto, porque a preferência pela carne dos negros? Mas, o príncipe não tem elementos para se pronunciar a esse respeito. Afinal é uma informação de segunda mão. Não será melhor inquirir os antropófagos em pessoa? A terceira indica a crença do século de século XIX na inferioridade dos negros. Será que Maximiliano coloca na boca dos Botocudo sua própria crença na “animalidade” dos negros?

É dessa forma que vai então reproduzir algumas informações sobre as táticas de guerra dos Botocudo contra as outras nações inimigas. São relatos cheios de detalhes, nos quais a influência das leituras quinhentistas prévias de Jean de Léry (*Histoire d'un Voyage fait en terre du Brésil*) e Hans Staden (*Geschichte eines Landes America*) está nitidamente presente. Todavia, essa prosa pode agora passar pelo crivo de Queck (WIED-NEUWIED, 1989, p. 310-311, grifos nossos).

Ordinariamente trava-se terrível batalha em que todas as flechas são utilizadas por ambas as partes, cabendo geralmente a vitória a quem as possua em maior número. O ataque é feito debaixo de enormes gritos e, quando os inimigos chegam-se mutuamente ao alcance das mãos, entram em ação unhas e dentes. Uma xilogravura de Léry dá-nos figura muito exata de um desses combates entre Tupinambás e Margaiás, que ainda em nossos dias seria verdadeira. O vencedor sai ordinariamente em perseguição aos vencidos, e, pelo menos no que respeita aos Botocudos, só faz muito poucos prisioneiros. Contaram-me, porém, terem sido vistos alguns em Belmonte, utilizados em trabalhos diversos, como

escravos. Se conseguem os Botocudos pôr a mão em seus inimigos, sejam eles Patachós, a que chamam 'Nampuruck', ou 'Machacaris' ('Mavon', na língua que falam), homens, mulheres e até as crianças são por eles mortos. A carne é devorada por alguns, exceção feita da cabeça e do ventre, que põem fora. Na região do baixo Belmonte asseguraram-me que se acaso derrubam a flechadas um patachó de cima de uma árvore, deixam-no apodrecer intacto sobre o solo. Esta asserção é, todavia, desmentida pelo depoimento de meu botocudo Queck (grifos nossos).

O príncipe também fica sabendo que os chefes das hordas de Botocudo que convivem em paz com os colonos se antagonizam com Jonué – um outro chefe que, naquela altura, mostrava-se irredutível a uma aproximação com os “civilizados”. Maximiliano pergunta a esses chefes se era verdade o costume de comerem os inimigos mortos em combate. Mas “[...] negavam sempre a sua existência entre eles; acrescentavam, porém, usarem-no ainda Jonué e outros compatriícios seus” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 314).

Maximiliano desconfia: que fariam eles então dos braços e pernas cuidadosamente cortados aos inimigos mortos? Na verdade, o príncipe não lhes faz a pergunta, senão que a faz a si mesmo. Sua certeza da antropofagia é tão irredutível que acaba inquirendo o jovem Queck, o qual acaba fazendo ao príncipe alguns relatos de como os Botocudo teriam devorado um Pataxó (WIED-NEUWIED, 1989, p. 315).

Um chefe de nome 'Jonué cudgi', filho do famoso 'Jonué iakiim', aprisionara um patachó. Todo o bando se reuniu, o prisioneiro foi trazido de mãos amarradas, sendo morto por 'Jonué cudgi', com uma flechada no peito. Fizeram então uma fogueira, onde foram cortadas e depois assadas, as coxas, os braços e as outras partes carnudas do corpo, que todos depois comeram, dançando e cantando.

O príncipe, ao recontar o que ouvira de Queck, recobre novamente a narrativa com detalhes co-

lhidos de Jean de Léry e Hans Staden, que lera antes de empreender sua viagem ao Brasil (WIED-NEUWIED, 1989, p. 315). É importante acompanhar seu raciocínio:

Quase todos os primeiros viajantes concordam em acusar de antropofagia a maior parte dos indígenas do Brasil; contudo, talvez se tenham enganado com relação a muitos deles [...]. Apesar de tudo, não é sem fundamento que se tem noticiado a existência daquele bárbaro costume em muitas tribos de selvagens brasileiros. Os tupinambás e outras tribos da costa aparentadas com eles engordavam os prisioneiros e depois os matavam com 'ivera-peme' [ibirapema], nome que davam a uma pesada maça de madeira, cheia de enfeites. O carrasco devia depois disso permanecer quieto na rede, e, para que seus braços não perdessem a segurança nos golpes, punha-se a atirar com um pequeno arco numa bola de cera. Todas essas tribos tupis acham-se civilizadas nos dias de hoje, persistindo porém o hábito da antropofagia em alguns ramos de tapuias, como os Botocudos e os Puris. É difícil acreditar, como alguns afirmam, que comam carne humana por uma questão de gosto, pois fala contra isso o fato de que também deixam prisioneiros com vida; não há dúvida porém que, por vingança, devoram a carne dos inimigos mortos em combate, como prova muito claramente a declaração feita pelos chefes mansos do rio Belmonte, de comerem a Jonué, seu inimigo comum.

Para Maximiliano, o Botocudo é mesmo antropófago, assim como os Puri também o são. Ambos comem seus inimigos por vingança como os Tupinambá, porém realizam um ritual mais simples. Mas, o canibalismo é uma doença que tem cura, haja vista que todas as tribos Tupi já não cultivam esse hábito, posto que “civilizadas” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 315). A fé do príncipe no poder civilizatório europeu é inabalável. Assim,

É possível que muitas das tribos que outrora comiam sem pejo a carne dos inimigos, tenham deixado já este bárbaro costume, principalmente nos pontos em que se acham em boas relações com os europeus. A própria energia com que os botocudos de Belmonte defendem a sua horda da acusação de praticá-lo, prova que eles acabaram por se convencer de quanto é degradante semelhante costume e justifica a esperança de que esse povo, cujo estágio de civilização é de todos o mais baixo, possa gradualmente progredir para um grau de cultura mais avançado.

Eis, pois, o Botocudo antropófago de Maximiliano: mistura o disse-me-disse entre os grupos rivais Botocudo, os corpos despedaçados presentes nos relatos de jesuítas do século XVI, as narrativas dos colonos luso-brasileiros do século XIX e os fragmentos de relatos antropofágicos dos Tupinambá do século XVI. Parece ser essa a maneira com que o príncipe monta seu puzzle de canibal. Mescla esse já-dito de suas leituras prévias com uma suposta verdade revelada em sua viagem.

4. Tupinambá: o canibal desejado

Maximiliano ao mencionar os remanescentes dos Tupinambá que encontra ao longo de sua jornada pela costa e pelas calhas dos rios quase sempre lhes reserva palavras melancólicas e um tanto decepcionadas com o seu atual “grau de civilização”. Ainda em 1815, em seu primeiro encontro com os remanescentes dos Tupi em São Pedro dos Índios, no território atual do Rio de Janeiro, faz deles a seguinte descrição (WIED-NEUWIED, 1989, p. 63):

[...] As roupas e a linguagem eram a das classes mais baixas portuguesas, e somente em parte conservavam o conhecimento da língua original. Tinham a presunção de querer passar por portugueses e olhavam com desprezo os irmãos ainda selvagens

das florestas, a quem denominavam ‘caboclos’ ou ‘tapuias’. As mulheres enrolavam os compridos cabelos, negros como o carvão, num coque no alto da cabeça, como as portuguesas.

Mais adiante, afirma o príncipe que os costumes originais que lhes restam, na medida em que se fizerem mais “civilizados” se perderão,

[...] de modo que deles não se encontrará futuramente nenhum vestígio e só serão conhecidos através das descrições de Hans Staden e Léry (WIED-NEUWIED, 1989, p. 65).

Mas, a despeito de todas essas contradições, será em Vila Nova de Olivença na Bahia, em 1816, após sua estada com os Botocudo em Belmonte, em outro encontro com remanescentes dos Tupinambá da costa que o príncipe revelará o antropófago que provavelmente queria encontrar (WIED-NEUWIED, 1989, p. 335, grifo nosso):

Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo de penas (‘endup’) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e as flechas na mão. Ao invés disso, os descendentes desse antropófago me saudaram com um ‘adeus’, à moda portuguesa. Senti, com tristeza, quão efêmeras são as coisas deste mundo, que, fazendo essas gentes perder seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos.

Seria mesmo impossível que esse distante e verdadeiro antropófago Tupinambá do século XVI não ficasse incutido na cabeça do príncipe. Resta dizer que as vívidas descrições de Hans Staden e Léry realmente impressionam e admiram a todos que as leem mesmo hoje.

Quem não gostaria de ver, ainda que de longe, tão imponente guerreiro com suas armas e ornamen-

tos? Até porque, mais adiante, esse Tupi, então quase extinto ou “civilizado”, será considerado o brasileiro mais autêntico e original para a maioria dos escritores românticos brasileiros do século XIX, ao mesmo tempo em que as frentes de expansão para oeste continuarão caçando sem trégua qualquer Tapuia que se lhes interponha (MONTEIRO, 2001, p. 172).

5. Considerações finais

O príncipe Maximiliano em sua jornada por esse pedaço de Brasil tropical no século XIX não se preocupou apenas com índios supostamente canibais. Sua obra publicada demonstra a descoberta de novas espécies de répteis, anfíbios, pássaros e mamíferos. Mas não ficou indiferente aos habitantes originais do território: os Tupi da costa, aldeados ou quase totalmente misturados com os camponeses luso-brasileiros pobres, e os indomados Jê, que vagavam por um território agora cobiçado pelas frentes de expansão colonial.

A guerra contra esses “tapuias”, declarada pelo Príncipe Regente em 1808, visava a sua submissão e o seu confinamento em pequenos lotes, liberando o território para abrir novas estradas, navegar as velhas vias líquidas e para formar imensas glebas a fim de fixar as frentes agrícolas que, acreditava a Coroa, salvariam a economia do nascente Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Mas eram precisos bons motivos para justificar os ataques a esses índios rebeldes. Principalmente que a questão agora não era a sua escravidão, mas a expropriação de suas terras, algumas próximas dos aglomerados já estabelecidos. Assim, um ataque aqui, outro acolá, uma vítima em pedaços, uma história mal contada e, sobretudo, um medo terrível e persistente foram os motivos para que nascesse o demônio-canibal, imagem que povoaria as mentes dos luso-brasileiros comuns e das autoridades coloniais.

Mas o príncipe, ao ouvir tais relatos, queria ter certeza. Tinha dúvidas, porém as leituras produzi-

das no século XVI construíam em sua mente uma convicção fragmentada. Só em Belmonte na Bahia, agora com as lembranças de seu jovem companheiro Queck, Maximiliano montou seu canibal possível. E esse antropófago então consumia seus inimigos por vingança num ritual simples, aliás, demasiado singelo comparado com o ritual Tupinambá, que tanto impressionou o príncipe quando leu Hans Staden e Jean de Léry.

Quando comenta, com tristeza, que esse e outros costumes dos Botocudo perderam “sua originalidade”, assim como sucedeu aos Tupinambá ao longo dos séculos, Maximiliano confessa então o canibal de verdade que esperava ver em sua viagem.

De toda forma, os costumes dos Botocudo, ainda que julgados “bárbaros e ferozes”, segundo o conceito europeu de “civilização” então corrente, puderam chegar ao conhecimento de hoje, graças a Maximiliano e aos outros viajantes naturalistas no Brasil do século XIX.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização*. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória: Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.
- COSTA, Christina Rostworowski da. *O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e a sua Viagem ao Brasil*. 2008. 132 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São, 2008.
- CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras: Secretaria Municipal: FAPES, 1992.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras: Secretaria Municipal: FAPES, p. 133-154, 1992.
- DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 267-288, 2002.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. A navegação do rio Doce: 1800-1850. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 50-72, 2007. Disponível em: <<http://www.revistanavigator.com.br/navig5/>>

art/N5_art4.html> Acesso em: 20/07/2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19 ed. São Paulo: edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo*. 2001. 233 p. Tese (Concurso de Livre Docência) – Departamento de Antropologia IFCH da Universidade de Campinas – UNICAMP, 2001.

NAVARRO, João de Azpilcueta. Uma do padre João de Azpilcueta [Porto Seguro, 24 de junho de 1555]. In: HUE, Sheila Moura (Org.). *Primeiras Cartas do Brasil [1551-1555]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 131-142.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PARÁISO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: Cunha, Manuela. Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 413-430.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal: FAPESP, 1992, p. 115-132.

PINTO, Olivério M. Oliveira. Viajantes e naturalistas. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 2, v. 3: Reações e transações, 2004, p. 445-466.

PONTES, Antonio Pirez da Silva. *Pré-memória do Governador do Espírito Santo Antonio Pirez da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802*. Vitória: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. [cadernos de História; 25], 1999.

RIBEIRO, José Eustáquio. *Viagens, viajantes e livros de viagem: Goiás na primeira metade do século XIX*. 2004. 221 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Neto" (UNESP-Franca/SP), 2004.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *O comércio e a navegação na Capitania Portuguesa do Espírito Santo – Brasil (sec. XVI-XVIII)*. Comunicação encaminhada ao XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Sessão 6A - Dinâmicas do império português, séculos XVI a XVIII, p. 1-17, em 20/11/2010.

RUBIM, Francisco Alberto. Notas, apontamentos e notícias para a história da Província do Espírito Santo: Memória Estatística da Província do Espírito Santo no anno de 1817. In: *Revista do IHGB* tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 161-348, 1898.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Revisão de Capistrano de Abreu. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

SCHADEN, Egon; PEREIRA, João Baptista Borges. Exploração antropológica. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 2, v. 3: Reações e transações, 2004, p. 425-443.

TOVAR, Manoel Vieira de Albuquerque. Informação de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação importantíssima do rio Doce. In: *Revista do IHGB*, 3 ed., tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 134-138, 1918.

VANZOLINI, P. E. A contribuição zoológica dos primeiros viajantes naturalistas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 190-238, 1996.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

Recebido em: 09/08/2017

Aprovado em: 28/09/2017





ARTIGO

O CONTRABANDO DE ESCRAVOS EM ITAPEMIRIM APÓS 1850: RESISTÊNCIA AO CUMPRIMENTO DA LEI

Laryssa da Silva Machado

Licenciada em História (2007), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2009), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2016). Mestranda do Programa da Pós-graduação em História da UFES. Docente da Rede Municipal de Ensino de Marataízes-ES.

Resumo

O presente artigo pretende abordar o tráfico ilegal de escravos na região de Itapemirim-ES, mesmo após a promulgação da lei Euzébio de Queirós, que colocava fim ao tráfico internacional de escravos. Os Relatórios dos Presidentes Provinciais do Espírito Santo e outros documentos da época denunciam que, por várias vezes a região de Itapemirim recebeu navios suspeitos de trazerem escravos africanos, sendo que alguns chegaram a ser presos ou investigados. A necessidade de se manter esse tráfico ilegal se dava graças às lavouras de cana de açúcar e de café, presentes na região do Vale do Rio Itapemirim, que utilizavam grande quantidade de mão de obra escrava, além da proximidade do Porto de Itapemirim com a Corte, o que facilitava o comércio de mercadorias entre as regiões, dentre elas os escravos. A presença de africanos nas escravarias de Itapemirim era grande, como se pode perceber nos registros de Batismo e Óbito de escravos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, inclusive com batismos de africanos adultos ocorrendo na década de 1860. Isso demonstra que a vinda de africanos para a região de Itapemirim era prática comum e, conforme as denúncias, continuou após o fim do tráfico.

Palavras-chaves: Tráfico de Escravos, Escravidão em Itapemirim, Porto da Barra de Itapemirim.

Abstract

The present article intends to address the illegal slave trade in the region of Itapemirim-ES, even after the enactment of the Euzébio de Queirós law, which put an end to the international slave trade. The Reports of the Provincial Presidents of Espírito Santo and other documents of the time state that the region of Itapemirim hosted ships suspected of bringing African slaves several times, some of which were detained or investigated. The need to maintain this illegal traffic was due to the sugar cane and coffee plantations in the Itapemirim valley, which used a large amount of slave labour, as well as the proximity of the Port of Itapemirim with the Court which facilitated the trade of goods between the regions, amongst which were slaves. The presence of Africans in the slave population of Itapemirim was large, as can be seen in the Baptism and Death records of slaves of the Parish of Nossa Senhora do Amparo, as well as through the baptisms of adult Africans occurring in the 1860s. This shows that the arrival of Africans to The Itapemirim region was a common practice and, according to the denunciations, continued to occur after slave trafficking came to an end.

Keywords: Slaves Trafficking, Slavery in Itapemirim, Barra de Itapemirim Port.

1 – Introdução

A escravidão sempre esteve presente nas sociedades desde as civilizações antigas. Gregos, romanos, dentre outros povos, utilizaram escravos como base trabalhadora na construção de seus Impérios. Estes cativos eram obtidos, principalmente como pagamento de dívidas ou eram capturados em guerras, e tinham uma vida social que em muito se assemelhava aos homens livres daqueles povos. Essa prática também era comum nos Impérios da Costa do Atlântico, no continente africano, que escravizavam seus prisioneiros de guerra e seus devedores, fortale-

cendo assim seu poder. Os escravizados, por sua vez, podiam adquirir, com o passar do tempo, direitos dos não escravizados como o recebimento de heranças e direito a propriedades. Priori e Venâncio afirmam que

Entre os escravos, os mais privilegiados eram os prisioneiros nobres, usados em atividades militares. Aí podiam ver destacadas suas características de coragem e iniciativa. Eles podiam participar da divisão do espólio de guerra e aspirar a possuir seus próprios soldados. A seguir vinham os que trabalhavam nas famílias de camponeses; estes podiam chamar

o senhor de “pai” e trabalhar com seus filhos e filhas, freqüentar sua casa e desfrutavam um padrão de vida muito semelhante ao de seu senhor. (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2004, p. 17-18)

A escravidão existente entre os povos africanos assemelha-se bastante a escravidão antiga, apesar de apresentar discordâncias para a escravidão moderna, uma vez que na antiguidade não havia conotação a cor do cativo. “A diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativo com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco.” (ALENCASTRO, 1997, p. 88). Porém, a prática da captura de cativos continuou a ser vivenciada pelos africanos ainda na modernidade. Florentino, em sua obra *Em Costas Negras*¹, descreve como os próprios africanos contribuíram para o fornecimento de mão de obra cativa para a América através da guerra, onde tanto o traficante europeu ou americano, quanto os grupos africanos, se beneficiavam com a captura e venda de humanos.

Os traficantes europeus demandavam escravos – e algumas vezes, alimentos –, podendo em troca oferecer instrumentos de guerra e outras mercadorias. Por sua vez, os grupos dominantes africanos viam no tráfico um instrumento por meio do qual podiam fortalecer seu poder, incorporando povos tributários e escravos. A venda destes últimos no litoral lhes permitia o acesso a diversos tipos de mercadorias e material bélico. Desse modo, aumentava a sua capacidade de produzir escravos, e por conseguinte, de controlar os bens envolvidos no escambo. Estava criado um circuito fechado em si mesmo, cuja velocidade de rotação dependia das oscilações da demanda americana. (FLORENTINO, 1997, p. 87)

Pode-se concluir então que, a captura e venda de escravos era uma atividade econômica lucrativa entre os povos do litoral africano, bem como para os traficantes europeus e americanos. Alencastro (2000, p. 49-50) destaca que escravos e o ouro eram as principais mercadorias exportadas em Alto Guiné nos séculos XVI e XVII. Em troca, esses africanos recebiam armas de fogo e cavalos, utilizados como bens de produção de escravos, tornando-se um ciclo que se retroalimentava.

Juntamente com a escravaria e o ouro, compunham a pauta de exportação da Alta Guiné marfim, âmbar, cera, almíscar, couros, goma-arábica, noz de cola, cobre e pimenta malagueta. Para o escambo, vinham panos bretões, flamengos, alentejanos e norte africanos, ferro dos países nórdicos e de Biscaia, vinhos e aguardentes ibéricos, cavalos da Espanha, do Marrocos e de Cabo Verde; “miçangas” da Índia. Entre as mercadorias europeias importadas, duas tinham impacto direto na produção mercantil de escravos: os cavalos e as armas de fogo (ALENCASTRO, 2000, p. 49).

Assim, a prática antiga da captura de escravos para o comércio continuou viva na África durante a modernidade, fornecendo para o continente americano quase 10 milhões de escravos entre os séculos XVI e XIX, onde cerca de 40% desse número desembarcaram nos portos brasileiros (FLORENTINO, 1997, p. 23). Estes, utilizados nas lavouras de *plantation*, nas minas e em outras atividades diversas dentro da economia brasileira, eram imprescindíveis, já que todo trabalho estava depositado sobre seus ombros. Mas também eram parte da sociedade, uma vez que estabeleciam relações sociais com outros cativos e com os livres.

A partir da década de 1970, a historiografia brasileira forneceu aos escravos identidade que durante muitos anos lhes foi negada. O uso de novas fontes como “livros tombo, livros paroquiais de registros de nascimento, de batismo, de matrimônio e de óbitos;

¹ FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

inventários e testamentos *post-mortem*, listas de escravos, cartas e registros de alforrias, entre outros” (FILHO, FILHO, 2012, p.2), deram ao escravo um papel de agente da história. Com essas novas fontes, a vida cotidiana dos homens e mulheres escravizados e suas relações sociais foram sendo descobertas e analisadas. Segundo Mattos

A partir dos debates historiográficos abertos pelas novas pesquisas sobre a história social da escravidão no período colonial, destaco, portando, uma renovada preocupação com a historicidade dos processos, que empresta novos significados à história política em sentido estrito. Sem voltar ao velho historicismo de problema único: o surgimento da nação entendido como construção essencializada, cada vez mais a dinâmica histórica dos processos estudados e a explicitação da questão formulada pelo historiador torna-se elementos chaves a possibilitar um denominador comum às discussões historiográficas. (MATTOS, 2014, p.85)

Trabalhos inovadores passaram a destacar o cotidiano dos escravos, como o de Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*², que insere o cativo na sociedade brasileira como um personagem ativo, não como mera mercadoria. Outras obras analisam a família escrava, caso dos trabalhos de Florentino e Góes³, *A Paz nas Senzalas* e Slenes⁴, *Na Senzala uma Flor*. A família cativa, que foi negada por muito tempo pela historiografia tradicional, vista como inviável a escravidão brasileira, revela-se basilar na constituição da sociedade escravista, já que promovia a paz entre os cativos, como ressaltou Florentino e Góes, além de ser uma

herança africana, como bem analisa Slenes. Também merece destaque a obra de Faria, *A Colônia em Movimento*⁵, que apesar de não se tratar especificamente sobre escravidão, analisa a sociedade colonial do norte fluminense, demonstrando as várias teias de solidariedade tecidas pelos escravos nesta sociedade, sendo estas apenas algumas das múltiplas obras sobre o tema desenvolvidas nas últimas décadas.

Apesar de o escravo ser identificado nos escritos oficiais e relatórios de cronistas e viajantes como mercadoria, sinônimo de “coisa”, eles próprios não se viam assim e nem mesmo os que com eles conviviam cotidianamente. Nesta nova abordagem, o escravo deixa de ser um agente passivo e se transforma num agente ativo. Ele foi, também construtor de sua história, muitas vezes à revelia do senhor. (FARIA, 1998, p. 291)

Essa revisão historiográfica fez com que várias pesquisas sobre escravidão, utilizando esse novo conjunto de corpus documental, fossem desenvolvidas no Brasil. Não apenas regiões que se destacaram economicamente no período colonial e imperial, mas em locais com economia voltada para o abastecimento interno, sem o devido destaque político/econômico, começaram a ter suas escravarias pesquisadas. O Espírito Santo é um exemplo disso. Apesar de ter sido uma das quinze primeiras Capitânicas Hereditárias, muitas lacunas na historiografia ainda existem. Um impulso produtivo ocorreu com a criação dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo⁶. Dentre esses pode-se destacar os trabalhos sobre escravidão que vêm sendo desenvolvidos pelo grupo liderado pela Prof.^a Dr.^a Adriana Pereira Campos, docente desta academia, revelando detalhes do cotidiano escravo em várias regiões capixabas.

2 MATTOSO, K. M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

3 FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

4 SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

5 FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

6 Disponível em: <<http://www.historia.ufes.br/pos-graduacao/PPGHIS/hist%C3%B3rico>>

Nesta perspectiva de estudos sobre a escravidão capixaba, este trabalho pretende demonstrar como o fim do tráfico internacional de escravos foi sentido na província do Espírito Santo, especificamente na região do Vale do Itapemirim, que durante a segunda metade do século XIX, destacou-se economicamente graças às lavouras de café instaladas neste local. Além disso, a proximidade com a Corte facilitava o contato dos traficantes de escravos com os fazendeiros sul capixabas. Analisando documentos oficiais como os Relatórios e Falas dos Presidentes da Província a partir de 1850, bem como registros eclesiásticos de batismo e óbito de escravos, se observará que Itapemirim recebeu navios transportando africanos escravizados ilegalmente, bem como a presença dos cativos vindos da África era grande nesta sociedade.

2 – A grande lavoura e a escravidão no Espírito Santo

Desde os primórdios da colonização do solo espírito-santense, a cana-de-açúcar foi cultivada com relativo sucesso. Uma de suas primeiras medidas tomadas por Vasco Fernandes Coutinho, donatário do Espírito Santo, foi “a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir” (DAEMON, 2010, p. 111). Aparentemente, nos primeiros anos de colonização o cultivo da cana foi bem sucedido. Segundo Freire (2006, p. 59), “em 1545, havia aqui seis engenhos, dos quais dois movidos a cavalo”. Pau-brasil e açúcar eram os principais produtos da região, mas fatores adversos, entre eles a constante ameaça indígena, estagnaram a produção capixaba. Eram produzidos mil arrobas de açúcar, e o excedente era exportado diretamente para Lisboa, mesmo com uma população branca bastante reduzida e heterogênea, sendo este, o principal produto da capitania. Neste período, regiões como Rio de Janeiro e Ilhéus possuíam três engenhos cada, e a Paraíba apenas um. Pernambuco e Bahia se destacavam na

produção de açúcar, tendo, respectivamente 66 e 36 engenhos. Assim, o Espírito Santo tinha certa importância, se comparado às outras regiões coloniais, levando em consideração que Pernambuco e Bahia eram exceções diante das capitanias brasileiras (BITTENCOURT, 1989 e BITENCOURT, 1987).

O grande engenho açucareiro foi o principal transformador do Espírito Santo, dinamizando a Capitania, já que em alguns engenhos existiam olarias, ferrarias, carpintarias, serrarias e artesanato têxtil. Essas produções provavelmente estavam voltadas à subsistência do próprio engenho, uma vez que a comunicação entre eles era dificultada pela mata fechada e o ataque dos índios presentes na Capitania (BITTENCOURT, 1987). Plantavam-se também alimentos como mandioca, algodão, milho, feijão e arroz, que era utilizado para alimentação dos moradores de cada propriedade (OLIVEIRA, 2008).

O Espírito Santo, que já nascera sob a égide da agroindústria açucareira, apesar das adversidades, criara tradição no setor. Em 1820, contavam-se na província cerca de 60 engenhos e 66 destilarias (engenhocas, talvez). Nessa mesma época, produzia-se ainda: algodão, feijão, arroz, café, milho e legumes diversos, sendo a farinha de mandioca um dos principais componentes da sua base alimentar. (BITTENCOURT, 1989, p. 36)

A mão de obra utilizada nos grandes engenhos era a escrava, como nas demais regiões açucareiras do Brasil. Segundo CAMPOS “a mão de obra escrava configurava um ativo bastante difundido na colônia brasileira, incluindo até mesmo centros de pequeno porte como a Capitania do Espírito Santo.” (CAMPOS, 2006, p. 577). Assim, o Espírito Santo recebeu muitos escravos oriundos da África, e outros vindos de outras regiões do Brasil, podendo ser encontrados escravos africanos de diversas partes, e outros negros transferidos, principalmente da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e outras regiões do Nordeste (MACIEL, 1994).

Sendo assim, segundo Cleber Maciel:

Documentos da história capixaba dão indicações de que por volta de 1550 já existiam, nesta terra, escravos negros, talvez trazidos de Portugal pelos conquistadores, embora, oficialmente, a importação de força de trabalho diretamente da África só tenha ocorrido após 1561 (MACIEL, 1994, p. 11)

Podiam ser encontrados em território capixaba, negros saídos do porto de Guiné, além de muitos Bantos, Congos, Angolas, Benguelas, Cabindas, dentre outros povos africanos (MACIEL, 1994). Segundo Bittencourt (1987), desde o princípio da colonização havia um comércio triangular entre Vitória – Portugal – Angola, criando-se a Alfândega da Capitania. O Espírito Santo então recebia escravos diretamente da África além de produtos vindos diretamente da Europa. Os grandes engenhos tinham uma grande quantidade de escravos, já que a produção de cana-de-açúcar necessitava de um grande número de trabalhadores. Muitos escravos foram enviados ao Espírito Santo, compondo não apenas a mão de obra das lavouras como parte da sociedade.

O Espírito Santo era, durante o período escravista, uma Província essencialmente agrícola e totalmente apoiada a força de trabalho dos escravos. Neste caso, é necessário destacar que os negros exerceram todos os tipos de pesados trabalhos rurais e urbanos existentes. Mas é importante destacar que muitas dessas atividades requeriam inteligência iniciativa e conhecimento técnicos. (MACIEL, 1994, p. 38)

Porém, até a metade do século XIX, poucas embarcações trazendo africanos aportavam em solo espírito-santense. Assim “para a Capitania do Espírito Santo, em fins do século XVIII e início do século XIX, a reposição de escravos africanos raramente ocorria pelo abastecimento direto de navios negreiros vindos da África” (CAMPOS, 2006, p. 580). A reposição se dava através de embarcações vindas do

Rio de Janeiro, porém, “os produtores espírito-santense permaneceram necessitando de braços servís, aumentando, inclusive, os números de cativos por meio de importação de africanos.” (CAMPOS, 2006, p. 581). Esse número de escravos oriundos da África aumenta consideravelmente no Espírito Santo com a implantação das lavouras de café, permanecendo elevados até o fim do tráfico negreiro em 1850. E mesmo assim, algumas regiões da província capixaba continuavam a receber embarcações clandestinas durante a década de 1850.

Assim, no Espírito Santo havia quantidade significativa de escravos desde o início de sua colonização, mesmo com a produção de açúcar não sendo tão significativa como era nas principais capitanias do nordeste brasileiro, mas, quando comparada a outras regiões brasileiras, obtinha certo destaque. Além disso, o comércio triangular entre Vitória – Portugal – Angola, trouxe um grande contingente de trabalhadores negros para serem escravizados em terras capixabas. A implantação das lavouras de café, principalmente na região sul capixaba, dinamizou a economia, bem como, trouxe quantidade significativa de cativos para trabalharem na região. O Vale do Itapemirim recebeu grande quantidade de escravos, alguns vindo com os fazendeiros migrantes do Vale do Paraíba e outros vindos da África, inclusive após a proibição do tráfico em 1850.

3 – Da cana-de-açúcar ao café: a vila de Itapemirim e sua importância para a província do Espírito Santo

A região de Itapemirim estava entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira em 1539. Segundo Daemon (2010, p.114), “neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”. Aparentemente, a povoação

ção não foi bem sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. Em 1674, o herdeiro da Capitania Capixaba, Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho vendeu ao coronel baiano Francisco Gil de Araújo estas terras, que, por sua vez, iniciou uma busca por ouro, colonizando assim a região de Vila Velha à Benevente. Segundo Moreno,

Seus sucessores mantiveram essa iniciativa e o desbravamento continuou ocorrendo para o sul, até chegarem ao Rio Itapemirim em princípios do século XVIII – 1701 ou 1710, onde acabaram se fixando. Foram eles Domingos de Freitas Bueno Caxangá [...] e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. Sendo plana a maior parte do terreno e ainda por cima coberto por mata, o que dificultava a defesa contra eventuais ataques dos índios, a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha (MORENO, 2016, p. 19)

A colonização efetiva dessa região ocorreu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo⁷, após ataque indígena ao local. “Até por volta de 1700 nada havia de concreto no Itapemirim, porém, nos anos seguintes, a região cresceu até se tornar a segunda maior arrecadação da província, convertendo-se em importante polo econômico e político” (BRANDÃO, 1999, p. 1).

Em 1771, os puris atacaram as minas do Castelo, obrigando quantos ali trabalhavam a abandonar a região. A fim de assegurar às mulheres e crianças retirada mais ou menos segura, homens monopolizaram a atenção dos atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício.

Vieram, os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p.222).

Segundo Bittencourt (2006), no século XVIII, as terras que antes pertenciam a Inácio Pedro Cacunda, bandeirante e descobridor das Minas de Castelo, foram compradas pelo Capitão Tavares Brum, futuro sogro de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o barão de Itapemirim. Este se casou com a filha de Tavares Brum em segundas núpcias, herdando assim as terras da região e, conseqüentemente, tornando-se grande proprietário. “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio” (BITTENCOURT, 2006, p. 78).

A partir de então, a região se desenvolveu, através das lavouras de açúcar, inicialmente, e na segunda metade do século XIX com as plantações de café. Em 1808, segundo relatos da passagem do Desembargador Luís Tomás de Navarro pelo local, nas margens do Rio Itapemirim, havia seis ou sete engenhos grandes de fabrico de açúcar. Em 1828 havia seis sesmarias com cultivos agrícolas, duas lojas de fazendas secas e três de lojas de molhados (OLIVEIRA, 2008). A povoação da região foi realizada pelos próprios capixabas, contando com a ajuda de mineiros e paulistas, que migraram para o Espírito Santo na primeira metade do século XIX em busca de melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2008). Mas, muitas famílias migraram para a região em busca de terras férteis, trazendo seus escravos e maquinários. Dentre estes que vieram para Itapemirim, pode-se destacar o capitão José Tavares de Brum, Joaquim Marcelino da Silva Lima – futuro Barão de Itapemirim, o futuro Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além das famílias Quintaes, Bello, Pessanha, Moreira, Pinheiro e Póvoa (MORENO, 2016).

Bittencourt apresenta um quadro das fazendas açucareiras de Itapemirim com base nos relatos do escritor cachoeirense Antônio Marins. Segundo este, havia ricas fazendas açucareiras na região. Muitas pertenciam ao barão de Itapemirim, sendo a mais

7 Região no interior do Espírito Santo onde foi encontrado ouro.

importante a Fazenda Muqui. O barão possuía em todas as fazendas cerca de 400 escravos. Na Muqui havia um palacete e uma igreja consagrada a Santo Antônio. Suas terras dominavam o lado sul do rio Itapemirim. Outro fazendeiro que veio para a região de Itapemirim, o mineiro Manoel José Esteves de Lima, chefiou um grupo que abriu caminho para a região, montando inúmeras fazendas até a confluência do rio Itapemirim, em “Duas Barras”. Essas fazendas foram distribuídas aos aventureiros que junto com Esteves, desbravaram Itapemirim. Outra família que possuía grande quantidade de terras em suas fazendas era a Gomes Bittencourt, que dominava o lado norte do rio Itapemirim. Marins relata que foram fundadas cerca de 50 propriedades entre os séculos XVIII e XIX (MARINS, *apud* BITTENCOURT, 2006, p. 78-79), proporcionando grande dinamismo à região.

Oliveira (2008) destaca o Barão de Itapemirim como “belo exemplar de bandeirante do século XIX. Não consta que os colonos tenham, em tempo algum, experimentado a ferocidade dos indígenas [...] As primeiras estradas já permitiam trânsito mais fácil entre os diferentes núcleos de população”. Essa migração mineira, carioca e paulista trouxe consigo o cultivo do café, principal produto exportado no Brasil no século XIX. Além disso, houve um nítido crescimento populacional na região, criando as condições favoráveis para emancipação administrativa.

Através então do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada a categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho [...]. Tomaram posse os Juízes Ordinários José da Costa Guimarães, como presidente e o Tenente Luiz José Moreira [...]. Assumiram também os vereadores Manoel Joaquim de Oliveira e Costa, José Antônio Pessanha, João Guimarães Vianna e José da Silva Quintaes, este Procurador da Casa (MORENO, 2016, p.33).

Segundo Marins, citado por Bittencourt (2007), Itapemirim, ao longo do século XIX abasteceu toda a província com açúcar e aguardente, além de exportar grande quantidade para o Rio de Janeiro. Rocha e Cossetti afirmam que, a produção agrícola no vale do Itapemirim ganhou novas terras com a chegada de fazendeiros mineiros e fluminenses atraídos pelas boas condições das terras, além da quantidade de matas virgens disponíveis para a produção de café no sul da província, pois

[...] apresentaria menores custos e, portanto, melhores condições de lucratividade e de expansão da lavoura [de café]; segundo, porque a proximidade da região de Itapemirim ao Vale da Paraíba, então principal região produtora de café, facilitava a vinda de fazendeiros fluminenses e tornava-a uma alternativa atraente à fronteira agrícola (ROCHA, CONSETTI, 1983, p. 18)

Essa proximidade com o Rio de Janeiro não era lucrativa para o Espírito Santo, uma vez que o lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA, CONSETTI, 1983). No entanto, para a Vila do Itapemirim, a exportação de café pelo seu porto conferia destaque à localidade, que acabava por se transformar em importante entreposto de produtos agrícola para o porto do Rio de Janeiro. Os fazendeiros que migraram para a região do Vale do Itapemirim, no curso do século XIX se tornaram grandes latifundiários, uma vez que conseguiram vasta área de mata virgem a baixos preços (MORENO, 2016).

Aos poucos a região do vale do Itapemirim deu lugar a fazendas de café, especialmente nas freguesias novas como as de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí). Foi para essas localidades que seguiu grande número de fazendeiros das Minas Gerais e do Rio de Janeiro (BITTENCOURT, 1987). O solo massapê predominante na região, consistente e resistente à erosão, era considerado bas-

TABELA 1: EXPORTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM E DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 1851 (VALORES)				
ANO	PRODUTO	EXPORTAÇÃO PRO-VINCIAL (VALORES)	EXPORTAÇÃO DE ITAPEMIRIM (VALORES)	PORCENTAGEM (%)
1851	Café	206:643\$700	24:216\$600	11%
	Açúcar	108:100\$860	59:692\$820	55%
	Aguardente	3:181\$200	3:181\$200	100%
	Total	88:138\$990	423:719\$020	20%
EXPORTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM E DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS DE 1857, 1861, 1862, 1863 (MEDIDAS)				
ANO	PRODUTO	EXPORTAÇÃO PRO-VINCIAL (MEDIDAS)	EXPORTAÇÃO DE ITAPEMIRIM (MEDIDAS)	PORCENTAGEM (%)
1857	Arroubas de Café	136,883	23,287	17%
	Arroubas de açúcar	24,474	15,401	63%
	Medidas de aguardente	9,869	9,720	98,5%
	Importância arrecadada	58:383\$491	8:382\$172	14,3%
1861	Arroubas de Café	223,807	62,813	28%
	Arroubas de Açúcar	21,823	18,807	86%
	Medidas de cachaça	5,090	4,810	94%
	Importância Arrecadada	1.181:005\$830	356:752\$416	30%
1862	Arroubas de Café	229,447	59,621	26%
	Arroubas de Açúcar	30,006	18,170	60,5%
	Medidas de Cachaça	36	46	78%
	Importância arrecadada	386:196\$866	1.481.254\$115	26%
1863	Arroubas de Café	139,341	37,561	27%
	Arroubas de Açúcar	32,458	20,541	63%
	Medidas de Cachaça	6,120	3,600	59%
	Importância Arrecadada	1.140:517\$882	260:764\$000	23%

FONTE: RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo, 1852, 1858, 1864.

tante fértil para o cultivo do café. Além disso, o clima úmido, com chuvas regulares, favorecia as lavouras (SALETTTO, 1996)

A tabela abaixo revela a quantidade de açúcar, aguardente e café que foram exportados pelo Porto de Itapemirim entre os anos de 1851-1863, segundo relatórios dos presidentes e vice-presidentes da Província.

O que se pode perceber, ao analisar a tabela, é que Itapemirim tinha grande relevância econômica dentro da província capixaba, exportando quantidade significativa de café, açúcar e aguardente nas décadas de 1850-1860. Além da produção de açúcar, Itapemirim contava com plantações de alimentos, como mandioca, cebola, feijão, entre outros produtos, que eram exportados para as outras províncias brasileiras pelo porto, que vai ganhar destaque nesse período.

O porto marítimo mais importante do sul da costa era o de Itapemirim (...). A importância do Porto de Itapemirim derivava de dois fatores fundamentais para o comércio da época: primeiro, a sua localização em uma região grande produtora de café; segundo a proximidade do Rio de Janeiro. Deve-se observar que os exportadores remetiam o café para o Rio de Janeiro, de onde era embarcado para o exterior. (HESS, FRANCO, 2005, p. 34)

Toda essa dinâmica econômica, na segunda metade do século XIX, gerou um aumento populacional na região, conforme será demonstrado na tabela na página seguinte.

Assim, fica claro que Itapemirim era uma região que se destacava dentro da província capixaba, nos aspectos econômico e social. Produzindo e exportando grande quantidade de açúcar, aguardente e café, necessitava de um grande contingente de escravos para trabalhar nessas lavouras. Os dados populacionais da Tabela 2 demonstra que nesta região concentrava-se uma quantidade significativa de

escravos. Muitos destes vieram migrando com seus donos, de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Outros, porém eram oriundos do tráfico internacional de escravos. Conforme será analisado a seguir, mesmo após 1850, africanos continuaram a entrar em Itapemirim clandestinamente.

4 – 1850: O fim do tráfico internacional de escravos e sua repercussão em Itapemirim

A Lei Euzébio de Queirós, promulgada em 1850 deu fim ao tráfico internacional de escravos, que há muito tempo havia sido prometido pelo governo brasileiro, visando atender os interesses externos, já que “a revolução industrial, em marcha, vê nessa forma de trabalho um entrave a expansão do mercado.” (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2004, p. 174). O Brasil foi um dos últimos países a acabar com este tipo de comércio, findando o abastecimento externo de negros no território brasileiro. Assim, “após o fim do tráfico internacional em 1850, houve um tráfico interno, em que os escravos das cidades, do norte, nordeste e até do sul, passaram a ser vendidos para as zonas rurais do centro-sul.” (ALENCASTRO, 1997, p. 92)

Em algumas regiões do país, houve uma diminuição do número de escravos, pois estes passaram a ser vendidos para outras províncias. Isso fez aumentar o tráfico interno de escravos, onde as regiões que estavam fracas economicamente ficaram responsáveis de suprir a demanda de mão de obra das regiões de economia aquecida. Esse crescimento do tráfico interno, principalmente em meados do século XIX, intensificou a “crioulização” dos cativos, trazendo consigo a possibilidade de generalizar a ideia de “cativeiro justo”, reforçando a legitimidade da dominação escravista. Sendo assim, segundo FARIA,

após 1850, tal “crioulização” se acentuou, o que interferiu sem dúvida, no comportamento dos escravos em relação à vida e à morte. Africanos ou criou-

TABELA 2: POPULAÇÃO DE ITAPEMIRIM E DO ESPÍRITO SANTO AO LONGO DO SÉC. XIX

ANO	ESPÍRITO SANTO				ITAPEMIRIM							
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	FOGOS	LIVRES	(%)	ESCRAVOS	(%)	TOTAL	(%)	FOGOS	(%)
1817	----	----	24.585	3.729	----	—	----	—	2.025	8%	147	4%
1818	----	----	25.960	3.729	----	—	----	—	2.025	8%	----	—
1824	22.165	13.188	35.353	5.274	1.184	5%	1.148	9%	2.332	7%	227	4%
1827	22.931	12.948	35.879	5.683	797	3%	1.038	8%	1.835	5%	229	4%
1833	----	----	27.916	----	----	—	----	—	3.051	11%	----	—
1839	----	----	26.080	----	----	—	----	—	2.487	10%	----	—
1843	21.122	10.376	32.720	7.677	1.825	9%	2.109	20%	3.984	12%	539	7%
1856	36.793	12.100	48.893	7.674	4.968	14%	3.454	29%	8.422	17%	428	6%
1857	36.823	12.269	49.092	----	----	—	----	—	4.393	9%	----	—
1872	59.478	22.659	82.137	10.774	6.808	11%	2.873	13%	9.881	12%	1048	10%

Fonte: RELATÓRIOS e FALAS dos presidentes e vice-presidentes provinciais do Espírito Santo nos anos de 1839, 1845, 1857 e 1871; MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*; VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*; VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*; CENSO 1872.

los, escravos do Brasil conviveram de perto com o homem branco, o que os diferenciava de algumas áreas escravistas da América. Aqui, portanto, houve possibilidade de intercâmbio ou, melhor dizendo, maior “circularidade” de culturas: Africanos se “europeizaram” e colonos brancos se “africanizaram.” (FARIA, 1998, p. 293)

Assim, as comunidades que haviam se consolidado nestas regiões, nos períodos anteriores, foram sendo separadas, uma vez que seus membros foram, paulatinamente, vendidos para regiões economicamente mais dinâmicas. Porém, a lei Euzébio de Queirós não foi cumprida imediatamente pelos portos brasileiros. E o Espírito Santo não fugiu a essa regra, onde africanos continuaram a desembarcar clandestinamente no litoral capixaba, região muito visitada por navios negreiros, dando continuidade ao contrabando de escravos, apesar da vigilância, que muitas vezes, era conivente com o tráfico (MACIEL, 1994). Segundo CAMPOS *et al* (2007, p. 44), pesquisando processos da Comarca de Itapemirim na segunda metade do século XIX, “não foram poucos os casos em que escravos, arrolados em inventários, continham,

em seus registros, sua origem africana, em datas de entrada posteriores ao ano de 1859”.

O cultivo do café fez com que a região sul da província recebesse um grande contingente de escravos oriundos da África, principalmente, na primeira metade do século XIX. E mesmo “depois de 1850, apesar do fim do tráfico de escravos, os portos das regiões de Itapemirim, de Vitória, de São Mateus e de Guarapari ainda receberam muitos escravos, via contrabando.” (MACIEL, 1994, p. 28). A região sul era a mais visada pelos navios negreiros, por ter uma das maiores lavouras de café da província, tendo um policiamento ativo em sua costa, contando às vezes com unidades da Marinha de Guerra (OLIVEIRA, 2008).

Os Relatórios da Província do Espírito Santo dos anos de 1854, 1855, 1856 relatam a preocupação com a região de Itapemirim, no que diz respeito ao tráfico de africanos, sempre pedindo às autoridades reforço para esta região. No relatório de 1855, o então presidente da Província Dr. Sebastião Machado Nunes, descreve a seguinte situação:

Contrabando de Africanos. Nem—um fato tem dado na província do desembarque de africanos

boças (sic), ou de tentativa desse crime. Em fins de setembro do ano próximo passado apareceu nas costas desta província para o lado de Itapemirim uma embarcação suspeita. Imediatamente o delegado do termo, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, deu parte desta ocorrência ao Dr. Chefe de polícia, temendo desde logo as mais enérgicas providências. Pedia auxílio a guarda nacional, da qual lhe foi prestado imediatamente um contingente comandado pelo tenente Joaquim Marcellino da Silva Lima. Com esta força e com a do destacamento de 1ª linha, que ali existe a mando do tenente José Caetano de Oliveira Rocha, pôs-se em segurança a costa de modo a tornar impossível um desembarque naquele ponto, caso fosse tentado. Quando aqui chegaram estas notícias achava-se surto no porto o brique (sic) escuna de guerra *Xingu*: imediatamente o 2º tenente Manoel Antonio da Rocha Faria desempenhou perfeitamente esta Comissão, saindo com toda a diligência e voltando depois de obter a convicção de que se não corria o risco de um desembarque de africanos naquele ponto. A embarcação suspeita, tendo-se afastado para o lado do Sul, foi apreendida em Itabapoana pelo comandante do destacamento pertencente à província d'ório de Janeiro, e depois relaxada pela autoridade competente em consequência de ter verificado que se não empregava no comércio de africanos. Não faço menção deste fato, e suas circunstâncias, senão para pôr patente o espírito das autoridades da província, com a da mesma população a cerca do comércio ilícito de africanos; e sinto não ter presentes os nomes de todos os cidadãos guardas nacionais, que compuseram o continente, para fazer deles aqui especificada menção. Todo mundo compreende hoje que, para se não comprometer o futuro do país, é indispensável que a cessação do tráfico de africanos seja uma realidade. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1855, p. 7-8)

Já em 1856, o então presidente da Província, o Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apre-

sentou na Assembleia Legislativa o seguinte fato ocorrido:

Tráfico. Depois da apreensão do palha bote Maty Smith em 20 de janeiro último pelo brigue escuna Olinda na Barra de São Matheus, duas milhas distantes da terra, nenhum mais outro fato de semelhante natureza teve lugar em todo o extenso litoral desta província, nem no seu interior. Todavia Srs. parece que os traficantes tem lembrado de escolher alguns pontos da costa desta província, sobretudo Itapemirim e S. Matheus, para alvos de suas temerárias e criminosas tentativas: mas é de esperar que a ação vigilante do cruzeiro e das autoridades e força de terra consigam frustrar esses planos imorais. E a presidência Srs. por sua própria convicção fiel observadora das ordens terminantes e altamente conveniente do governo imperial em tão grave objeto, saberá rastrear os menores vestígios desse crime e promoverá a sua repressão com todo o rigor da lei. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 7)

Outro relato, do Barão de Itapemirim, Joaquim Marcellino da Silva Lima, conhecido como um dos maiores escravocratas de toda a província e apontado como negociante de escravos (OLIVEIRA, 2008), escreveu alertando sobre o perigo que o tráfico de escravos representava para o Espírito Santo:

Tráfico de Africanos. Suposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força pública e o quanto se prestam certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nenhum se tem dado desde 1851, em que se motogrou (sic) a última empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de polícia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana apreendeu cento e tantos africanos, e bem assim, toda a tripulação do barco que os trazia; e pois se pode considerar extinto na província esse ominoso (sic) comércio. Todavia essa presidência não tem cessado de recomendar

a todas as autoridades a maior vigilância a tal respeito, com especialidade às de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo, aos pedodos (sic) ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província. (RELATÓRIO DO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1856, p. 14)

As denúncias relacionadas ao tráfico ilegal de escravos ocorreram no Espírito Santo até o ano de 1856. Lago⁸, analisando ofícios provinciais localizou uma série de denúncias sobre o tráfico ilegal de escravos, todos em 1851. No primeiro ofício analisado, o Chefe de Polícia José Bonifácio Nascentes Azambuja enviou ofício ao Ministro da Justiça relatando a apreensão de uma Sumaca Nacional chamada “Amália” por uma comandante do Brigue de Guerra Inglês, onde a tripulação estava envolvida com o tráfico de escravos. Outro ofício foi enviado por Azambuja, relatando a apreensão de outro navio, de nome Pachabote, apreendido na Vila de Itapemirim junto com africanos “boças”. Ambos foram enviados a Corte junto com sua tripulação para que fossem tomadas as devidas providências (LAGO, 2013, p. 46).

A Corte também se comunicava com autoridades locais capixabas. Foi enviado ofício da Corte ao Presidente da Província, que o repassou aos delegados de Itapemirim e Guarapari sobre o desembarque de africanos feito por Joaquim Ferreira de Oliveira com a ajuda de seus sócios Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo, negociantes de escravos, que conduziram os cativos ao interior de Itapemirim. A Corte exigia que os negociantes fossem encontrados pelos delegados. Outro ofício recebido pelo Chefe de Polícia Azambuja, sobre o desembarque de 270 africanos em Itapemirim, que pertenciam ao negociante José

Bernardino. O Chefe de Polícia se prontificava a auxiliar o delegado local.

Denunciando o desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denuncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila (OFÍCIO, 1851, *apud* LAGO, 2013, p. 47).

O chefe de Polícia Felipe José Pereira Leal e posteriormente o Secretario de Guerra, José Augusto Cesar Nabuco de Araújo, receberam ofício enviado pela Corte comunicando o desembarque de 120 africanos entre Itabapoana e Piúma, vindos da costa da África em um Palhabote de propriedade de Antônio Pinto da Fonseca. O carregamento era esperado na fazenda Sens, vizinha do rio Itapemirim. Outro ofício entregue ao Presidente da Província, José Ildefonso de Souza Ramos, originário do Ministério dos Negócios da Justiça, em 1852, continha informações sobre o desembarque de africanos. Também houve denúncias envolvendo os Gomes Bittencourt, fazendeiros de Itapemirim.

E sendo certo que os traficantes procurarão os portos dessa Província, principalmente Victoria, Aldea Velha, Itapemirim e Itabapoana, para efetuar os desembarques, cumpre que V. Ex. dê providências para que não sejam surpreendidas as autoridades particularmente nos portos indicados, recomendando toda atenção a respeito dos correspondentes de Jose Bernardino de Sá, negociante nesta Corte (OFÍCIO, 1852, *apud* LAGO, 2013, p. 48).

Percebe-se por estes ofícios que, a região de Itapemirim no período após a promulgação da Lei Euzébio de Queirós continuou recebendo navios negreiros em sua costa, o que gerava preocupação dos

8 LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

TABELA 3: ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS (1860-1870)

ORIGEM	PAI	MÃE	AVÓ	PAD.	MAD.
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	4	8	1	2	3
NAÇÃO	7	13	1	2	2

FONTE: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

presidentes da província, e autoridades policiais. Estes, acatando ordens do governo imperial, deveriam proibir o tráfico de escravos em seu litoral. Sendo assim, um grande número de escravos chegou a Itapemirim para abastecer as lavouras da região. Muitos destes, como se pode perceber nos relatos anteriores, chegaram através do tráfico internacional que apesar de ilegal, continuou a ocorrer no litoral sul. E isso pode ser percebido através da presença de africanos em Itapemirim.

Nos registros eclesiásticos da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim-ES, entre os anos de 1860 e 1870 encontram-se muitos escravos e livres originários da África. Tanto nos livros de óbito de escravos, quanto nos de batismo, muitos cativos de “Nação”, “Moçambique”, “Fasula”, “Minas de Nação”, “Angola”, “Benguela” e “Congo” são encontrados. Foram ao todo 770 registros de batismo e 372 de óbitos. No livro de óbito de escravos se encontra a maior quantidade de cativos da África. Dos 372 registros, 77 referem-se a africanos, correspondendo a 21% do total. Já no livro de batismo de escravos, 21 registros referem-se a mães africanas (3%) e 11 registros trazem pais africanos (1,5%). A origem destes africanos pode ser observada nas tabelas 3 e 4.

Merece destaque os quatro africanos batizados adultos no ano de 1864 na Matriz Nossa Senhora do Amparo. No dia 21 de setembro daquele ano, Manuel Ferreira dos Santos levou à pia batismal seus escravos Manuel, com 39 anos, Luiz com 28 para 29 anos e Luiza com 20 anos, ambos “de nação”. Todos foram apadrinhados pela Protetora Nossa Senhora da Conceição e por padrinhos que eram escravos: Manoel

TABELA 4: ORIGEM DOS ESCRAVOS AFRICANOS PRESENTES NOS REGISTROS DE ÓBITO DE ESCRAVOS (1860-1870)

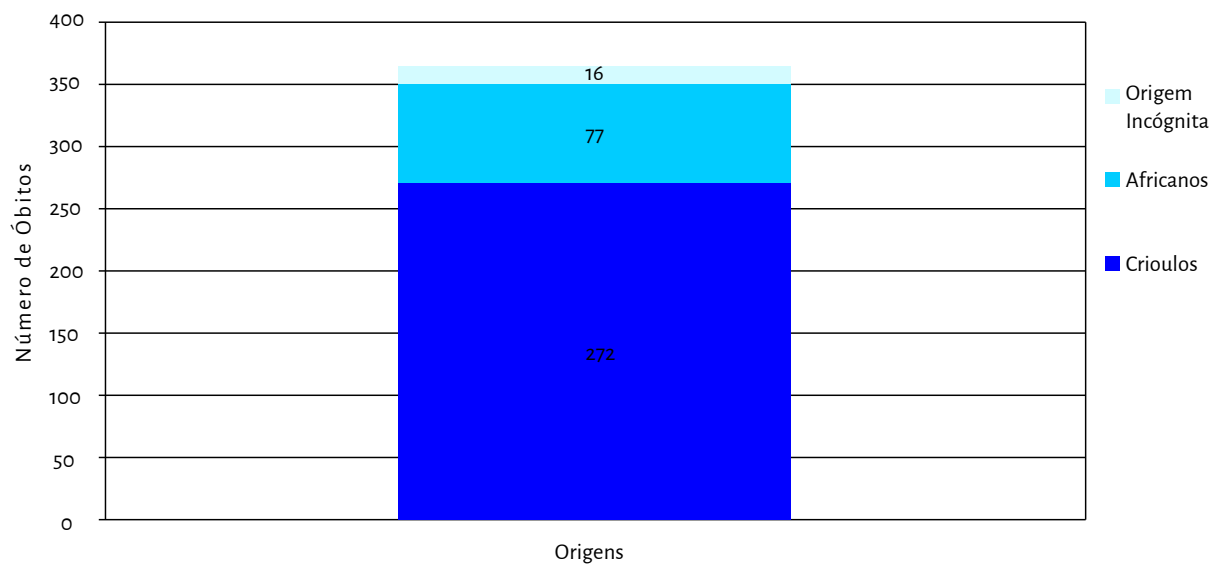
ORIGEM	HOMEM	MULHER	PAI	MÃE
AFRICANO SEM IDENTIFICAÇÃO	17	9	-	-
NAÇÃO	22	5	1	1
FASULA	7	6	-	-
MOÇAMBIQUE	1	1	-	-
MINA DE NAÇÃO	1	-	-	-
ANGOLA	4	-	-	-
BENGUELA	4	-	-	-
CONGO	2	-	-	-

FONTE: LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1872), nº 2.

teve como padrinho Antônio, Luiz foi apadrinhado pelo crioulo José e Luiza por Tito, cativos do mesmo Ferreira dos Santos. Já em 9 de outubro, também em 1864, José Joaquim Marvila possibilitou que seu escravo André “de nação” fosse batizado. Em seu registro não consta a idade, porém, sabe-se que era adulto. Foram padrinhos Manoel, escravo de Julião Fernandes Leão e Mauricia, escrava do Alferes José Monteiro Coutinho de Mello (LIVRO de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, nº 2, registros nº 411, 412, 413 e 420).

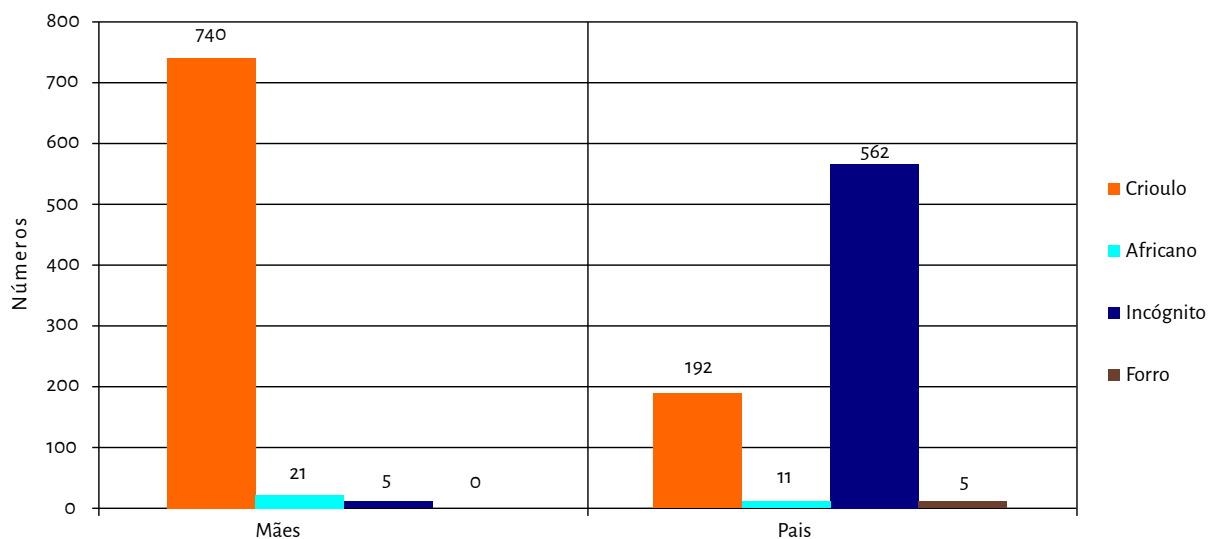
Pelos ofícios policiais fica evidente que Itapemirim recebeu escravos africanos oriundos do tráfico ilegal. Não se pode provar a origem destes escravos batizados, porém o batismo de um africano geralmente ocorria no porto em que o mesmo embarcava ou desembarcava. O certo é que Itapemirim contava com muitos cativos da África, que estabeleceram relações sociais diversas, batizando seus filhos, tornando-se compadres através do apadrinhamento, além de outras relações sociais. Estes também podiam ser apadrinhados, como ocorreu com Manoel, Luiz, Luiza e André, que adultos receberam o sacramento do batismo. Também tinham seus nomes registrados nos óbitos paroquiais após sua morte.

GRÁFICO I: Número de óbitos de Africanos e Crioulos na Freguesia de Itapemirim, E.S - 1860 à 1870.



Fonte: LIVRO de Óbito da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1859-1885), nº 2.

GRÁFICO II: Número de registro de batismo de mãe e pai crioulos e africanos na Freguesia de Itapemirim, E.S - 1860-1870.



Fonte: Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, (1850-1872), nº2.

5 – Conclusão

Este trabalho deixa claro que, regiões de pequeno destaque dentro da economia imperial, como Itapemirim, no interior da Província do Espírito Santo, também foram influenciadas pelas consequências das leis promulgadas na Corte, como a Euzébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos vindos da África. Por se tratar de uma região com economia em plena expansão, graças ao cultivo da cana e do café, muitos fazendeiros burlavam as leis imperiais, recebendo navios que transportavam escravos africanos. As denúncias presentes nos relatórios e ofícios provinciais são provas desse tráfico.

Estes registros demonstram a importância econômica de Itapemirim na segunda metade do século XIX. Merece destaque o Porto da Barra de Itapemirim, fundamental para a economia capixaba nesse período. Além de ser o ponto de embarque de mercadorias, principalmente do café e da cana, principais produtos exportados no Espírito Santo na época, era o local de chegada de mercadorias exportadas, incluindo aí os escravos. Em outras regiões do litoral sul o desembarque clandestino de cativos também ocorria.

O tráfico internacional de escravos, que era fonte de mão de obra para as lavouras brasileiras, não foi interrompido de fato com as leis promulgadas para esse fim, como a lei Euzébio de Queirós. Muitos fazendeiros continuavam adquirindo escravos oriundos da África, abastecendo suas lavouras com esta mão de obra clandestina e enriquecendo traficantes de escravos em todo o território brasileiro, não apenas nos grandes centros comerciais, mas também nas pequenas vilas, como foi o caso de Itapemirim, região sul da província do Espírito Santo.

Referências

- ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Batismo de Escravos número 2, anos de 1859 a 1872.
- ARQUIVO da Paróquia Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim-ES. Livro de Óbito de Escravos número 2, anos de 1859 a 1885.
- RELATÓRIOS da Província do Espírito Santo nos anos de 1839; 1845; 1852; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1864; 1867 e 1868 e 1871. Disponível em <<https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>>
- ALENCASTRO, L. F. Vida Privada e Ordem Privada no Império. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BITTENCOURT, G. *Formação Econômica do Espírito Santo: O Roteiro da Industrialização*. Do Engenho às Grandes Indústrias (1535 – 1980). Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra em convenio com Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.
- BITTENCOURT, G. (org.). *Espírito Santo: Um Painel da Nossa História*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes do Espírito Santo, 2002.
- BITTENCOURT, G. *Notícias do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.
- BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BRANDÃO, A. M. et al. *Itapemirim/ Marataízes. Resgate Histórico, Cultural e Econômico*. Cachoeiro de Itapemirim: S. E., 1999
- CAMPOS, A. P. A Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. IN: FRAGOSO, J. et al. (org's.) *Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico e Relações Sociais no Mundo Português*. Vitória: EDUFES; Lisboa: IICT, 2006.
- CAMPOS, C. R. P. et al. Sob a Poeira dos Tempos. Alguns momentos da História Social Sulcapixaba. *Cadernos Camilliani*. Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo, v.8, n.1, p. 37-50, set-dez, 2007
- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- DEL PRIORE, M., VENÂNCIO, R. P. *Ancestrais: Uma Introdução a História da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FREIRE, M. A. *A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*. Ilha de Vitória: Flor e Cultura, 2006.
- FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais,

Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí, 24 a 28/06/2012, p. 1-17.

FLORENTINO, M. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

HESS, R. R., FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo* – 2ª ed., Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

LAGO, R. D. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentes-co ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACIEL, C. S. *Negros no Espírito Santo*. Vitória, Departamento de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural/UFES, 1994

MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.41-104.

MATTOSO, K. M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico E Estatístico da Província Do Espírito Santo*;

MORENO, L. R. *Itapemirim: Como tudo começou*. Serra: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. História do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: UFES, Departamento de Economia, NEP, 1983.

SALETTTO, N. Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930). Vitória: EDUFES, 1996.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor* – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*;

VASCONCELLOS, J. M. P. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*; CENSO 1872.



Recebido em: 29/08/2017

Aprovado em: 19-08/2017

ARTIGO

MISAEI FERREIRA PENNA E OS FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA NO ESPÍRITO SANTO DO FINAL DO SÉCULO XIX

Julio Cesar Bentivoglio

Professor Adjunto de Teoria da História na Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador vinculado ao CEO-PRONEX RJ, ao LAB-TEO USP, além de coordenador do LETHIS-UFES. Embaixador da International Network for Theory of History.

Bruno César Nascimento

Doutorando em História pelo programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES.

Resumo

Este artigo analisa a trajetória de Misael Penna e sua contribuição para o estudo da história do Espírito Santo, por meio da redação de sua obra História da Província do Espírito Santo de 1878. No cruzamento entre esforço biográfico, história intelectual e história da historiografia ele pretende analisar o papel e a importância do autor e de seus escritos na construção da história capixaba durante o Império.

Palavras-chaves: Biografia; História do Espírito Santo; Misael Penna; século XIX.

Absctract

This article analyzes the trajectory of Misael Penna and her contribution to the study of the history of Espírito Santo through the writing of her Historia da Provincia do Espírito Santo in 1878. At the intersection between biographical effort, intellectual history and history of historiography it intends to analyze the role and importance of the author and his writings in the construction of the capixaba history during the Brazilian Empire.

Keywords: Biography; History of Espírito Santo; Misael Penna; 19th Century.

Não existe tarefa mais difícil que realizar estudos biográficos. Consenso entre os praticantes deste gênero, um dos mais antigos no rol dos estudos históricos, a realização de uma biografia é sempre um exercício exaustivo de procurar a proporção e a harmonia necessária. Deve-se evitar imagens extremadas, sejam elas laudatórias demais, com críticas em excesso ou com o personagem biografado. Ao mesmo tempo, como qualquer texto ou narrativa, um perfil sobre determinados atores históricos, jamais serão capazes de fazer justiça ao construir uma imagem ou uma representação perfeita daquilo que foram, viveram ou fizeram. Pierre Bourdieu examinou essa questão ao revelar que a escrita de biografias é sempre uma tentativa de dar coerência a uma trajetória individual. Elas são sempre organizadas acompanhando cronologicamente a vida do biografado e tentam sempre apresentar seu pensamento e seu legado em termos de completude, de totalidade. Para aquele sociólogo francês,

o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente re-

conhecida de totalizar essas manifestações com registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial ou necrologia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo. (BOURDIEU, 1996, P. 187)

De gênero consagrado na Antiguidade, passando por sua crítica por parte de uma historiografia científica que emerge no final do século XIX e se torna hegemônica durante o século XX, as biografias deixaram de ser um campo de atividade de boa parte dos historiadores, sendo praticada, em particular no Brasil, sobretudo por jornalistas. Esse refluxo do gênero por parte da atividade de historiadores deveu-se, nas palavras de Alexandre Avelar

A possibilidade de uma individualidade fixa, unitária e coerente parece então se perderem em meio a uma pluralidade de identidades, referências, locais. Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma formulação identitária exclusiva. Ao construírem

biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentados a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências. (AVELAR, 2015, p. 129)

É usual encontrarmos biografias sobre personagens célebres ou famosos, tendo em vista o interesse e a curiosidade que sempre existiram em conhecer aspectos de sua vida, não por acaso o gênero responde por um dos maiores contingentes de vendas de livros no Brasil e no exterior, dando ensejo a que praticamente todas as grandes editoras tenham em seu catálogo uma ou dezenas de biografias. Não muito comuns são os estudos que tratam de pessoas menos conhecidas ou lembradas. O que não significa que tenham sido menos importantes para sua família, seu grupo ou sua comunidade, ou ainda que sua trajetória não possa iluminar o pensamento e a cultura maior de uma determinada época, como foi o caso do clássico livro de Carlo Ginzburg (1989) sobre o moleiro de Friuli. Neste breve artigo serão examinados alguns aspectos biográficos da trajetória de Misael Ferreira Pena, procurando fazer justiça ao papel e à importância que sua figura desempenhou junto aos círculos letrados e intelectuais capixabas no início do século XX e enquadrando-o nos horizontes da temporalidade de sua época por meio da análise de sua obra *História da província do Espírito Santo* (1878).

A vida de Misael Penna coincide com um momento de inflexão da história mundial, brasileira e capixaba. Sua maturidade, vivida nos anos de 1870 em diante marcaram profundamente o quadro político no Brasil. Ele testemunhou o lançamento do Manifesto Republicano de 1870, assinado e coordenado por Quintino Bocaiuva e Joaquim Saldanha, que abalou de maneira vigorosa as estruturas monárquicas no Brasil, convencendo-se essa data como o primeiro passo definitivo rumo ao fim da Monarquia. Nesse mesmo ano encerrou-se a famigerada Guerra do Paraguai, evento considerado um dos estopins

para o fortalecimento das críticas a Dom Pedro II. Também se verificou a ampliação do movimento abolicionista na Corte e em outras capitais de províncias no Império. Conjuntura tão rica e emblemática teria sido responsável pela conformação de um pensamento novo, uma verdadeira transformação que abriu novas possibilidades no campo político e social, referendando um processo de transformação em curso, nas ideias e nas sociabilidades, conforme apontou Ângela Alonso (2002).

Enfim, a década de 1870 foi marcante para a história brasileira. Além dos eventos já citados, ainda existiram outros episódios não menos importantes. Crescia a tensão em torno da disputa política e religiosa referente à prerrogativa do imperador de nomear bispos e a ação de alguns deles acompanhando Pio IX de retaliar a presença de maçons na Igreja, que ficou conhecida como Questão Religiosa, ocorreu a assinatura da Lei do Ventre Livre, realizou-se o primeiro censo demográfico brasileiro, surgiu o Partido Republicano Paulista, além de ter ocorrido a criação da Escola de Minas de Ouro Preto (atual Universidade Federal de Ouro Preto). Mas não foi uma década menos marcante no mundo, que vivia efervescentes transformações. Seguiu curso irreversível tanto a Unificação Italiana quanto a Unificação Alemã; ocorreu a assinatura do Tratado de Versalhes, pondo fim à Guerra Franco-Prussiana em 1871, mesmo ano em que ocorreu a Comuna de Paris; e o neo-colonialismo é afirmado com o Tratado de Berlim².

Misael Ferreira Pena nasceu em 1848, mesmo ano em que a Europa viveu a *primavera dos povos*, quando diversos movimentos revolucionários ganharam as ruas em Paris, Frankfurt, Berlim, Bruxelas e outras, criticando a censura, a perseguição política e a austeridade jurídica que procurava preservar o *status*

1 Cf. NEVES, Maria Lúcia P. Bastos F. das (org). *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

2 Não seria ocioso sugerir a consagrada trilogia de HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 e HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



Figura 1. Misael Ferreira Penna. Fonte: Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Misael-Penna/6000000043465606447>>. Acesso: 18 jul. 2017.

quo do Antigo Regime. E chegou à vida adulta naquela conjuntura da década de 1870. Se o quadro político e social que se desenhou nesse período foi extremamente conturbado, o campo das ciências e das artes não poderia ficar infenso a esse conturbado cenário. No Brasil daquele período surgiram aqueles que seriam denominados, posteriormente, de pré-modernistas. Escritores preocupados com o significativo “atraso” brasileiro, verificado em diversos quesitos e avaliações, defendendo a necessidade de uma remodelação nas práticas a fim de superar tal condição, imprimindo um projeto efetivo de modernização à nação brasileira³. De algum modo sua estética e temática absorvia as inovações científicas responsáveis pela formação dos saberes, como a História, a Antropologia, a Sociologia ou a Geografia, entre outras.

No caso da história em solo brasileiro, particularmente, ela se resumia a alguns poucos estudos históricos produzidos, sobretudo por autores estrangeiros⁴. Mas, a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro presenciou-se uma renovação de suas práticas, visto que este órgão iniciou um

ambicioso projeto de integrar interessados e pesquisadores para produzir uma história para o Brasil⁵ a partir de 1838, sendo coroado em 1854 e 1857, com a publicação da *História Geral do Brasil*, por Francisco Adolfo Varnhagen, em dois volumes. Essa obra foi responsável por imprimir uma agenda de renovação radical no modo de se pesquisar, pensar e escrever a história da nação, com um olhar integrador orientado por extensa pesquisa documental⁶.

Varnhagen foi um divisor de águas metodológico nos estudos históricos brasileiros. Ao contrário daqueles que se dedicavam à pesquisa histórica antes e durante seu tempo e que tinham a *História magistra vitae* como guia, Varnhagen, futuro visconde de Porto Seguro, teria buscado na historiografia alemã, principalmente em Ranke, de acordo com Arno Wehling⁷, os novos aportes metodológicos necessários para o desenvolvimento da disciplina. Muito embora estudos mais recentes apontem direção diversa: a de que Varnhagen se inspirava na crítica documental francesa e seus reflexos em historiadores portugueses, cujo realismo narrativo teria sido a fonte decisiva que influenciou o ilustre historiador sorocabano⁸. De qualquer modo, as práticas historiográficas propostas pelo visconde de Porto Seguro somente hão de ecoar, na escrita da história no Brasil, anos mais tarde pelo seu alcance e teor inovadores.

Apesar de Varnhagen propor uma nova escrita da história para o Brasil que se tornaria modelar somente no final do século, os estilos antigos, retóricos e compilatórios seguiam predominando a orientar a escrita da história no Brasil. Mas em meio a este perfil

3 Mais a respeito ver BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1989 e CANDIDO, Antonio. *Formação social da literatura brasileira*. São Paulo: Publifolha, 1990.

4 Por exemplo, ARMITAGE, João. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977; HANDELMANN, Friedrich. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978 e SOUTHEY, R.. *History of Brazil*. London: Longman, 1810-9. 3v.

5 Esta é a tese fundamental de GUIMARÃES, Manoel L. *Salgado Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, n.1, v.1, 1988.

Tal como aponta CÉZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v.8, n.15, 2007.

6 Tal como aponta CÉZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v.8, n.15, 2007.

7 Cf. WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: IHGB, 1994.

8 Ver CÉZAR, Temístocles. *Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*. Topoi, v.8, n.15, 2007.

mais tradicional, já havia se disseminado, graças aos esforços do IHGB, ao lado do culto dos fatos *históricos* (eventos de magnitude política, as efemérides) e das perspectivas mais totalizantes, um espírito de busca por fontes primárias, mediante a reprodução muitas vezes quase literal de atos ou documentos de caráter oficial; modelo de escrita enfaticamente questionado por Von Martius em 1849, em seu texto *Como se deve escrever a história do Brasil?* Nele, Martius realiza uma crítica contundente a esse modelo de escrita memorialista e de efemérides dizendo:

Sobre a forma que deve ter uma historia do Brasil seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem de mais de certo espírito de crônicas. Um grande número de fatos e circunstancias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há-de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governador fez ou deixou de fazer na sua província, ou relacionar fatos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados, &c.; ou uma escrupulosa acumulação de citações e autos que nada provam, e cuja autenticidade histórica é por vezes duvidosa? – tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluído. (*apud* RODRIGUES, 1956, p. 454-5)

Apesar das propostas de renovação e das fortes críticas construídas ao modelo tradicional de história desde a criação do IHGB, que visava dar a esse saber um sentido prático e útil, muitas narrativas seguiram

esse modelo factual e compilatório. E na província do Espírito Santo, o quadro não era muito diferente ao longo do século XIX. Contudo, o cenário atomizado, marcado por estudos pontuais cederia lugar a um movimento de integração e orientação disciplinar da história, procurando dar ao passado capixaba uma identidade e um sentido, por meio da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a partir de 1916.

Diversas obras discorrendo sobre a história do Espírito Santo surgiram ao longo do século XIX. Entre elas estão: *Ensaio sobre a História e estatística da Província do Espírito Santo* (1858) de José Marcellino Pereira de Vasconcelos; *Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo* (1861) sob a autoria de Braz Rubim; a canônica efeméride capixaba *Província do Espírito Santo* (1879) de Basílio Carvalho Daemon; e por fim a *História da Província do Espírito Santo* (1878) de Misael Penna, este último, objeto deste breve ensaio.

Misael Ferreira Penna ou somente Misael Penna pode ser caracterizado como um típico intelectual brasileiro do século XIX. Advogado, escritor e político, preencheu perfeitamente os requisitos exigidos daqueles que granjeavam para si o reconhecimento como *historiador* naquele Brasil dos bacharéis, ou ainda dos homens de letras, conforme os dizeres da época, hábeis em manuseá-las, seja nas tribunas da política ou do Direito, seja na imprensa periódica. Ele acompanha a trajetória de muitos personagens semelhantes que, tendo formação jurídica, enveredam-se no universo da política e no estudo da História pátria ou regional.

Integrante de uma elite cultural e política que ocupava postos de decisão e administração, Misael Penna realizou, com desenvoltura, seu papel de importante ator histórico, mas também de importante intérprete da história, em solo capixaba. Em outras palavras, embora oriundo de Santo Antônio do Amparo, interior da província de Minas Gerais, Misael Penna deu contribuição decisiva aos estudos sobre o passado do Espírito Santo e não de sua terra natal, produzindo um pequeno opúsculo original de síntese,

enquanto atuava, jurídica e politicamente, em questões que se colocavam a sociedade capixaba nos idos dos anos de 1870.

Filho de Misael Ferreira de Paiva e de Matilde Carolina de Jesus, Misael Penna, nasceu em 23 de março de 1848 em Minas Gerais. Dois anos depois, em 1850 sua família se estabeleceu no Espírito Santo, mais precisamente na cidade de Alegre, onde seu pai adquiriu uma fazenda e com ela amealhou relativa riqueza. Em 1866 transferiu-se para a cidade de São Paulo, onde se graduou em Direito no célebre Largo de São Francisco; tendo, quatro anos depois, retornado a Alegre. Em seguida, ingressou na magistratura, atuando como juiz ordinário eleito e, em seguida, como juiz de órfãos. Também atuou no Poder Legislativo estadual, exercendo o cargo de deputado provincial entre os anos de 1874 e 1876⁹. Além de advogado, magistrado e político, exerceu a profissão de jornalista em diversos periódicos no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

Foi também comerciante inscrito na Junta Comercial daquela província, atuando no ramo de compra e venda de café. Foi proprietário da fazenda denominada Itapocú, na freguesia de São José do Queimado, a qual reunia um expressivo plantel de escravos¹⁰. Apesar de sua acelerada e entusiasmada carreira, Misael Penna suicidou-se na cidade do Rio de Janeiro, para onde havia se transferido, em 1878, onde vinha atuando como advogado e comerciante, com seu escritório localizado na Rua do Hospício, número 98, atual Buenos Aires. Contava com apenas 33 anos de idade quando tirou a própria vida, no dia 19 de outubro de 1881.

Pouco se sabe de sua obra completa, no entanto, dos elementos de sua produção que são conhecidos,

dá-se maior destaque aos seguintes escritos: *Reforma Judiciária* (1871); *Discurso proferido na Libertadora Primeiro de Janeiro*: em prol dos escravos (1874); *Discurso proferido na Assembléia Provincial*: em favor da moção ao Gabinete de 7 de março (1873); *Conferência nas escolas da Glória*: Presente e Futuro do Espírito Santo (1874), e *História da província do Espírito Santo* (1878)¹¹. Foi esse último trabalho que lhe auferiu maior destaque, tornando-se sua obra mais conhecida e citada. Em algumas de suas contribuições para a imprensa de Vitória utilizou o pseudônimo de Philemon para escrever duas sátiras, intituladas *Capitão Azáfama* sob a forma de poemas, e *Livro Negro*, redigido em prosa.

No Rio de Janeiro foi um colaborador do jornal *Conferências Populares* redigido por intelectuais, professores, políticos e homens de letras da Freguesia da Glória, dirigido por Manoel Francisco Correia. No Espírito Santo, colaborou com o *Espírito Santense*, jornal dirigido por Basílio Daemon, seu amigo e também historiador. Provavelmente dessa amizade tenha surgido o interesse pela história capixaba. Nele eram publicadas suas notícias e decisões, como no exemplo abaixo:

Faço saber aos que o presente edital virem, que tendo-se concluído os trabalhos da Junta Classificadora de Escravos que tem de ser libertados pelo fundo de emancipação deste município, fica marcado o prazo de trinta dias, contados desta data, para receber-se neste juízo as reclamações dos que se considerarem prejudicados pela mesma classificação. (ESPÍRITO SANTENSE, 23 de abril de 1874, p. 4)

O jornal carioca *A Nação*, por seu turno concedeu destaque para a fala de Misael Penna proferida a 2 de maio de 1873, em reunião extraordinária da Assembleia Provincial do Espírito Santo. Nela percebemos alguns traços significativos de sua personalidade, posicionamento político e convicções ideológicas. Diz ele:

9 Mais a respeito em < <https://www.geni.com/people/Misael-Penna/6000000043465606447>>. Acesso em 18 jul. 2017 e < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/praca-misael-penna-ex-praca-do-quartel-.html>>. Acesso em 18 jul. 2017.

10 Apesar de proferir um elegante discurso em prol da liberdade dos escravos, em 1874 – período que ocupava o cargo de deputado provincial –, é sabido que o Misael Penna era possuidor de um significativo número de cativos, fato que pode ser comprovado em inquéritos policiais da época.

11 Disponível em < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/praca-misael-penna-ex-praca-do-quartel-.html>>. Acesso em 18 jul. 2017.

Sou conservador, Sr. Presidente; franca e lealmente conservador. Pertencço a esse illustre partido que, buscando as suas gloriosas tradições nos primeiros tempos da monarchia brasileira, trabalha no presente pra a constituição da ordem da pátria, pertencço a essa respeitável escola política, que tão luminosos traços tem deixado na nossa história governamental e que, amando sinceramente a este abençoado torrão de Santa Cruz tem se esforçado para reconstrui-lo sob os sólidos fundamentos da liberdade, firmada de harmonia com a autoridade, a mais segura garantia da ordem pública.

E prossegue:

Sem pertencer, Sr. Presidente, ao credo liberal, eu confesso, porém, que amo de coração a liberdade, que devoto-me a esse grandioso princípio, porque vejo nele a manifestação espontânea dos sentimentos e das idéias do homem, porque vejo nele a mais santa e sublime faculdade com que o Creador do Universo poderia prender o rei da criação: a liberdade que é o princípio das civilizações modernas, o elemento primordial da organização social, a base da grandeza e prosperidade das nações, a lei da humanidade e o complemento da missão regeneradora deste século.

Sim meus senhores, porque a liberdade é para mim um symbolo mystico sublime: é o symbolo da emancipação, quando em 28 de setembro de 1871 ella quebrou as cadeias que cingião os punhos dos filhos da servidão. (...) Como conservador convencido que sou, eu devo dizer que não quero viver sob as agitações de uma liberdade anarchica, e nem tão pouco sob a serenidade de um despotismo fallaz. Não: eu quero a liberdade cercada de todas as garantias da autoridade: quero a autoridade rodeada de todas as condições da autoridade. (A NAÇÃO, 19 de junho de 1873, p. 3-4)

Discorrendo sob a liberdade em tempos de Abolicionismo, de forte agitação nas regiões onde

havia planteis de escravos, como era o caso do Espírito Santo, Misael Penna destacou sua posição política, nas fileiras do Partido Conservador, bem como seu receio face aos rumos que poderia tomar a libertação dos escravos. Simpático ao liberalismo, integrante das hostes saquaremas e integrante do Grande Oriente do Brasil, conforme indica boletim daquela loja maçônica, perfil semelhante a muitos de seus congêneres, representantes de uma elite letrada e jurídica que ocupava espaços importantes de poder e de decisão, Misael expressa a consciência histórica de seu tempo. Ou seja, era mais semelhante a seus contemporâneos que, exatamente, um inovador, seja no campo político, seja no campo dos estudos históricos.

Cumpre notar que, vez ou outra a autoridade dessa elite dirigente, da qual Misael Penna fazia parte, era contestada. Como no curioso episódio ocorrido em 13 de novembro de 1876, no qual, substituindo o juiz efetivo de Cachoeiro de Itapemirim, Misael Penna foi questionado pelo escrivão, Joaquim Lucas Correa do Espírito-Santo, que se recusou a redigir a lista de qualificação de votantes das paróquias de Alegre e Cachoeiro daquela comarca. Ao que, prontamente, o juiz emitiu voz de prisão. Apesar disso, o escrivão evadiu-se, tornando-se foragido (JORNAL DO COMMERCE, 1877, p. 5).

Outra contrariedade comum, típica dos anos da escravidão, dizia respeito à fuga de escravos. Não por acaso, Misael Penna também vai à barra dos tribunais para reivindicar seus direitos sobre escravos fugidos de sua propriedade e que tinham sido vistos trabalhando em outra fazenda próxima:

como este fato, em si mesmo grave, afeta o exercício legal do direito de propriedade sobre os escravos; como de sua não repressão virá o desprestígio e desmoralização desse direito, que, baseado em lei, é reconhecidamente necessário para o desenvolvimento da lavoura deste País e da Província; como ainda succede que da falta de uma enérgica providência por parte da autoridade resultará para os

demais escravos pernicioso exemplo, [...] o mesmo suplicante, denunciando a V. Exa. estes graves fatos, e chamando para elles a sua solícita atenção, atenta à probabilidade do perigo que pode ocasionar à tranqüilidade pública com o estabelecimento de quilombos. (APEES, Cx 669, 20.10.1876, Fl. 2)

Sobre a intimidade de Misael Penna, existem poucas notícias, apenas que fora casado com Anna Azevedo Pena, com quem teve três filhos Henriqueta Pena Lacourt, Misael Ferreira Penna Filho e Justiniano Ferreira Penna. Eles seguiram com ele para o Rio de Janeiro em 1875, como atesta a relação dos passageiros embarcados no paquete Ceres, que fazia a rota Rio de Janeiro – São Matheus, do dia 1º de fevereiro, levando ainda um escravo (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1875, p. 3).

E qual o lugar ocupado pela *História da província do Espírito Santo* de Misael Penna, no interior da historiografia capixaba? De pronto, é possível dizer que a escrita da história *no e sobre* o Espírito Santo acompanhava o estado da arte no restante do Brasil. Ela exibia traços de um regime de autonomia intelectual que preservava elementos compilatórios, ou seja, que reproduziam outros autores ou trechos de documentos que eram frequentemente compartilhados sem muito cuidado com a indicação das fontes ou citações utilizadas, que vez ou outra aparecem no texto. Misael Penna não se inclui no rol daqueles que, já em seu tempo, expressam um novo regime de autonomia, mais científico, afeito à crítica documental, que procurava acompanhar os avanços conhecidos na França, Alemanha e mesmo no Brasil, com Varnhagen¹². Seu tímido esforço nessa direção resultou apenas, da junção de vários documentos em anexo ao seu opúsculo, sem pretensão de estabelecer uma nova interpretação sobre eventos ou em relação à história do Espírito Santo como um todo.

12 Sobre os regimes de autonomia ver ARAÚJO, Valdei L. de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História*, v.31, n.56, p.365-400, 2015.

O peso da tradição retórica e de um modelo de história marcado pelo caráter exemplar do passado são também visíveis na mais importante obra de Misael Penna¹³. Os documentos são incluídos sob uma glosa de acento memorialístico, no qual o autor alia a exposição de fatos e documentos ligeiríssimas impressões, não exatamente suas, mas reveladoras da paráfrase de impressões de outros autores e das fontes que utilizou na elaboração de sua narrativa. Nesse sentido, seu texto contém a poderosa influência da obra de Francisco A. Rubim (1817). De qualquer modo, em diferentes passagens, Misael Penna indica e reconhece sua dívida para com Francisco A. Varnhagen e Robert Southey, por exemplo.

Quando de seu lançamento, sobre a obra *História da Província do Espírito Santo*, o editor da *Revista Ilustrada*, Ângelo Agostini (1879, p. 2), diz ser essa obra “um bello volume cheio de erudição”, já Affonso Cláudio é duramente crítico ao volume de Misael Penna. Affonso Cláudio, em sua *História da Litteratura espíritosantense* (1912), afirma que Misael é o:

Quarto historiographo [capixaba e que], como é de prever, seguiu a rota dos antecessores, tendo por consequencia muitos dos defeitos já apontados, quando estudei os trabalhos de Rubim, de Vasconcelos, de Daemon e outros. (CLÁUDIO, 1912, p. 246)

O erro residiria no balizamento da história em torno de datas significativas e em torno de personagens mais célebres. Em outras palavras, para Affonso Cláudio, Misael Penna continua a seguir os mesmos erros factuais de seus antecessores, muito embora, reconheça que Misael realiza um avanço significativo no que se refere à qualidade de sua exposição. Para Affonso Cláudio:

13 Ver também CARMO, Vânia. Reflexo do reflexo: nação, região e memória na historiografia capixaba do século XIX. In: Seminário Nacional de História da Historiografia – SBTHH, II, 2008, Mariana. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. DA MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (org.). Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

Comparado o seu livro com os que tomou de modelo, levou-lhes vantagem na clareza da exposição, no aproveitamento discreto das informações, na concisão do escrever e na veracidade da indicação das fontes. (*Ibidem*, p. 247)

O fato é que, analisando essa obra referencial aos interessados na história do Espírito Santo e nas práticas historiográficas do século XIX, pode-se dizer que ela se constitui, fundamentalmente, como um dos livros inicialmente mais citados, ou seja, que trata de uma perspectiva integradora do passado remoto aos tempos mais recentes, pois ela inicia seu registro no ano de 1534 (ano da colonização da Capitania do Espírito Santo) e se estende até 1743, tentando assim, dar conta da história dessa terra. Ou seja, uma das melhores sínteses, até então produzidas a respeito da história do Espírito Santo.

O próprio Misael Penna avalia o estilo adotado para a elaboração de sua obra:

Destruidos muitos importantes documentos, que deviam estar conservados nos arquivos da província para a formação de sua história, empregamos grandes esforços para formar a narração de factos, que, sem vestígio algum, já estavam também apagados da memória pública.

Nesse empenho muito auxiliou-nos alguns trabalhos históricos, os quaes aqui indicamos, em homenagem a seus autores. Taes foram: *História Geral do Brazil* pelo Visconde de Porto Seguro; *História do Brazil* de R. Southey; *História do Brazil* por Abreu Lima; *Corographia Brasílica* por Ayres do Casal; *Corographia Histórica* por Mello Moraes; *Orbe Serafico e Brasilico* por Frei Santa Maria Jaboatam; *Memórias Históricas e documentadas da Província do Espírito Santo* por Braz Rubim; *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo* por José Marcellino; *Notícia Histórica da Villa de Nova-Almeida* por José Maria Mercier; *Chronica da Companhia de Jesus* por Simão de Vasconcellos; *Nova Lusitania* por Brito Freyre; *Notícias sobre a Província do Espírito Santo* por Machado de

Oliveira; *Diccionario Histórico, descriptivo e geographico do Brazil* por Milliet de Saint Adolphe; *Revistas do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*; *Seminário*, Jornal de instrução publicado em Victória em 1858. Consultamos também alguns livros de registros antigos da Villa de Guarapary e da cidade de Victória, dos quaes extrahimos alguns preciosos documentos, que publicamos no Appendice dessa obra.

Reunindo os acontecimentos, que se achavam desordenadamente dispersos por todas essas obras, procuramos sujeital-os á uma narração chronológica e methodica, onde se podesse reconhecer o progressivo desenvolvimento da Província. (PENNA, 1878, p. 12-3)

Visando dar vazão a *toda* história do Espírito Santo, Misael, divide a obra em três partes: a primeira compreendendo o período de 1534 a 1718, abrangendo o governo dos donatários; a segunda parte está focada nos anos de 1718 a 1822, ou seja, a era dos capitães-mores e governadores; e a terceira e ultima parte é composta por um apêndice, na verdade um anexo, com documentos resgatados pelo autor que seriam úteis para a compreensão do texto.¹⁴

História da Província do Espírito Santo explicita visivelmente o caráter factual marcado por um regime de historicidade mais tradicional – de perfil *magistra vitae* –, como se depreende da leitura de sua introdução, onde se lê:

Reunindo os acontecimentos, que se achavam desordenadamente dispersos por todas essas obras, procuramos sujeital-os á uma narração chronológica e methodica, onde se podesse reconhecer o progressivo desenvolvimento da Província. (PENNA, 1878, p. 13)

Em suas 140 páginas iniciais, o autor sintetiza boa parte da história capixaba a partir de literatura já

¹⁴ Disponível em < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/praca-misael-penna-ex-praca-do-quartel-.html>>. Acesso em 18 jul. 2017.

existente. As últimas 30 ou 40 páginas indicam dados administrativos, sem caráter analítico, limitando-se a descrever listas de pessoas e cargos ocupados. As citações em rodapé apresentam algumas dezenas de autores, mas não são exaustivas, pois, esses autores se repetem com alguma constância ao longo do texto, como exemplo Francisco Rubim. As últimas 74 páginas do livro, ou seja, 1/3 dele, trazem documentos importantes relacionados com a história do Espírito Santo, que de fato, tem reconhecido apreço de leitores e interessados no passado capixaba. De modo semelhante a Varnhagen esses textos revelam um traço específico daquela cultura historiográfica, no qual o documento é uma evidência, criando um efeito de realidade. Mas ao contrário de Varnhagen não há o mesmo ímpeto analítico de se extrair maiores informações ou de se produzir uma interpretação mais específica do passado. Ajuntá-los no final foi, de algum modo, um avanço, mas um pouco tímido no sentido de se produzir uma história mais original e mais crítica. Vivendo numa era de intensas transformações, o trabalho de Misael Penna expressa a sintonia com seu tempo, estando mais vinculada ao universo da tradição que da inovação, pelo menos do ponto de

vista historiográfico. Mas nem por isso deixa de ser uma obra cuja leitura é fundamental para todos os que pretendem conhecer a história capixaba.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Mandado de apreensão de escravos. Inquérito n.484, Caixa n.669, 20 de outubro de 1876.

Impressas

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A Nação, dia 19 de junho de 1873.

Diário do Rio de Janeiro, 2 fevereiro 1875.

Jornal do Comércio, 5 de janeiro de 1877, p.5.

Jornal do Comércio, 5 de janeiro de 1877.

PENNA. Misael Ferreira. História da Província do Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximino & C., 1878.

Bibliografia

AGOSTINI, Ângelo. *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, n. 139, 1879.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.



ARAÚJO, Valdeir L. de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia História*, v.31, n.56, p.365-400, 2015.

ARMITAGE, João. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

AVELAR, Alexandre de Sá. Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 466, p. 121 - 150, 2015.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CANDIDO, Antonio. *Formação social da literatura brasileira*. São Paulo: Publifolha, 1990.

CARMO, Vânia. Reflexo do reflexo: nação, região e memória na historiografia capixaba do século XIX. In: Seminário Nacional de História da Historiografia – SBTHH, II, 2008, Mariana. *Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. DA MATA, Sérgio Ricardo; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (org.). Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

CÉZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v.8, n.15, 2007.

CLAUDIO, Affonso. *História da literatura espírito-santense*. Porto: Oficinas do Commercio do Porto, 1912.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n.1, v.1, 1988.

HANDELMANN, Friedrich. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MORRO DO MORENO. Praça Misael Pena (ex-praça do Quartel). Disponível em < <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/praca-misael-pena-ex-praca-do-quartel-.html>>. Acesso em 18 jul. 2017.

NEVES, Maria Lúcia P. Bastos F. das (org). *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista de História da América*, n. 42, 1956.

RUBIM, Francisco A. *Memórias para servir a história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo...escrita em 1818*. Vitória: s.n, 1818.

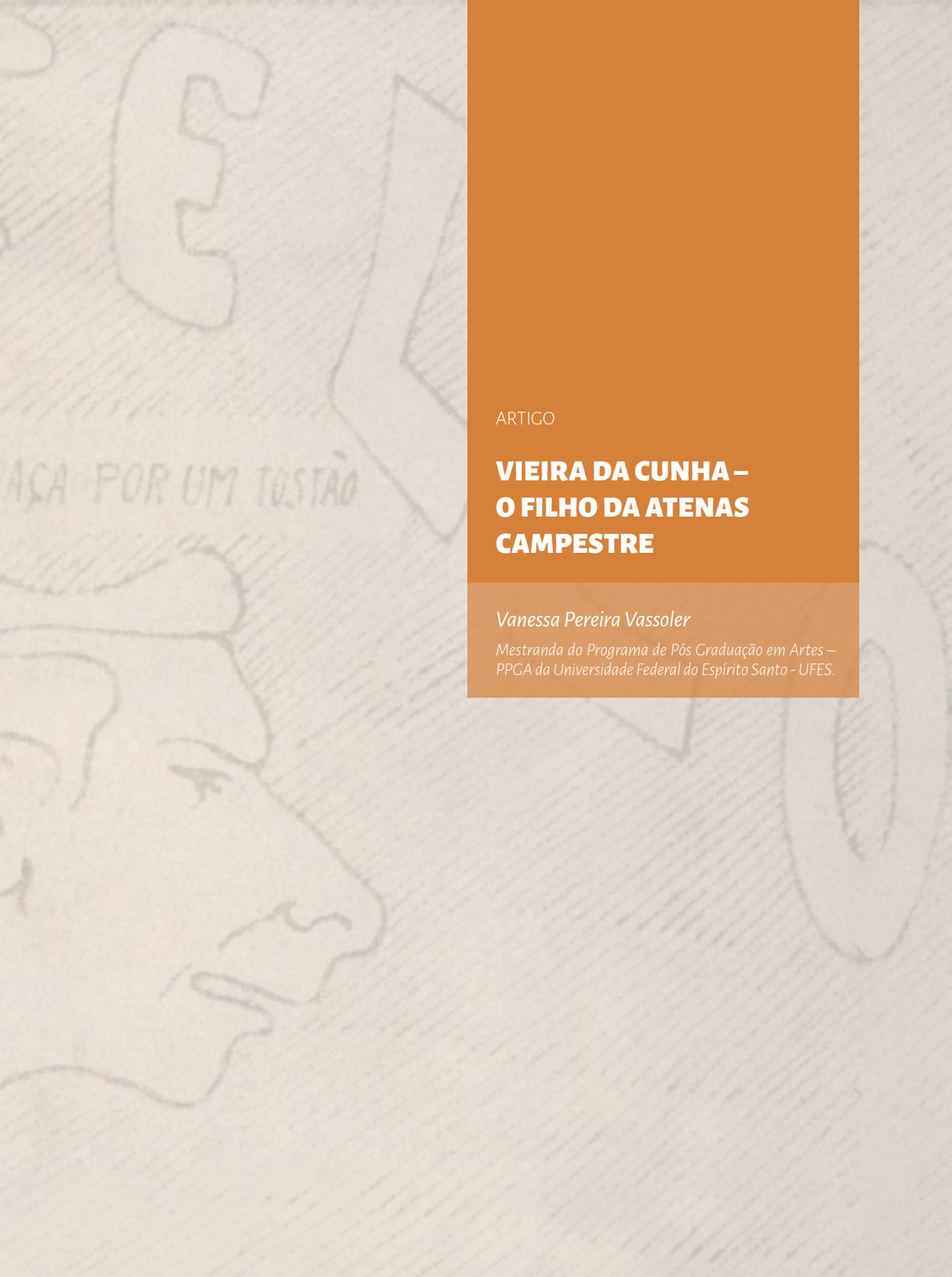
SOUTHEY, R.. *History of Brazil*. London: Longman, 1810-9. 3v.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: IHGB, 1994.

Recebido em: 15.07.2017

Aprovado em: 12.08.2017



The background of the page features a faint, light-colored sketch of a human face in profile, looking towards the left. The sketch is composed of simple, expressive lines. Above the face, the words "AÇA POR UM TOSTÃO" are written in a similar sketchy, hand-drawn style. The entire background has a textured, slightly grainy appearance.

ARTIGO

VIEIRA DA CUNHA – O FILHO DA ATENAS CAMPESTRE

Vanessa Pereira Vassoler

*Mestranda do Programa de Pós Graduação em Artes –
PPGA da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.*

Resumo

Olhar Cachoeiro do Itapemirim do século passado é lembrar-se dos problemas sociais, das transformações urbanas, da crise política e do rico contexto cultural que surgia graças à economia do município no período e da afeição da elite intelectual por cultura. Nesse cenário, intelectuais capixabas de realidade campestre revolucionaram a cultura local e expandiram fronteiras. Fizeram versos, poesia, política, jornais e revistas e propagaram a realidade da sociedade e seus costumes e ideais. Este artigo pretende ser o começo de um estudo sobre o periódico "O Martello", a linguagem e discurso de Vieira da Cunha, um dos criadores, capixaba que aspirou renovação e mudança na política e cultura.

Palavras-chave: Vieira da Cunha, O Martello, caricatura.

Abstract

To look at Cachoeiro do Itapemirim of the last century is to remember oneself of its social problems, of the urban transformations, of the political crisis and of the rich cultural context that emerged thanks to the economy of the municipality at the time and the eagerness of the intellectual elite for culture. In this scenario, Capixabas intellectuals of a rural background revolutionised the local culture and expanded borders. They made verses, poetry, politics, newspapers and magazines and propagated the reality of society and its customs and ideals. This article intends to be the beginning of a study on the periodical "O Martello", the language and discourse of Vieira da Cunha, one of the Capixaba creators who inspired the renewal and change in politics and culture.

Keywords: Vieira da Cunha, O Martello, Caricature.

Introdução

O aparecimento da caricatura no Brasil está vinculado ao surgimento e desenvolvimento da imprensa, na primeira metade do século XIX. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil houve a abertura dos portos, oportunizando a introdução das primeiras oficinas gráficas no país, que iniciaram a produção de livros e periódicos ainda sem material ilustrativo. Com oficinas tipográficas e litográficas instaladas em solo brasileiro, a imprensa obteve o estímulo que faltava para expansão e multiplicação de publicações de jornais e periódicos, inclusive os de caráter satírico e crítico. As duas primeiras décadas do século XX foram auspiciosas para esses veículos no país que desempenharam significativa função de formação sociocultural do povo, por serem os principais meios de informação.

A caricatura assim como a charge fazendo uso do humor, da sátira e também da sutileza, articulou importantes comentários sobre a história política brasileira. Os periódicos críticos e satíricos foram os

veículos que propuseram divergir, censurar, corrigir ou ironizar atitudes, ideias, valores e pessoas. Exerceram importante papel, tanto como meio de informação, quanto como objeto de questionamento e protesto.

A caricatura tem sido, através da história, voz contundente e impiedosa que, mesmo sob as condições severas da censura, usando a linguagem metafórica, subversiva e velada da ironia, da sátira, do sarcasmo e do trocadilho, denuncia e reivindica os sofrimentos dos oprimidos. A caricatura é portanto, arma aguçada que o povo aplaude ao ver ridicularizadas nela a força, o despotismo, o autoritarismo, a intolerância, a injustiça. (FONSECA, 1999, p. 13).

O contexto comportamental do início do século XX ainda era conservador e tradicionalista, não aceitando e censurando tudo que problematizava a realidade social e cultural, e ameaçava a imagem da elite instituída sobre os valores da moral e dos bons costumes.

Antônio Belisário Vieira da Cunha foi um intelectual capixaba que viveu de forma atuante entre Cachoeiro do Itapemirim e o Rio de Janeiro, no período da Primeira República. Além de capixaba, razão pela qual causa grande motivação pesquisar, suas obras jogam luz sobre a sociedade da época e todos os seus problemas. Será realizada uma breve análise, dos discursos divulgados pelas obras do periódico “O Martello” e algumas caricaturas de personagens importantes do início do século XX, no Espírito Santo. O intuito é alcançar respostas de como se dava a sociedade frente aos acontecimentos naquele período, as influências políticas e culturais diante do modelo vital proposto na época. Além do posicionamento do periódico em relação à população no que tange à liberdade de expressão e a consideração aos leitores.

A origem e descoberta do talento

Em 5 de novembro de 1896, mesmo dia do nascimento de Rui Barbosa, nasce Antônio Belisário Vieira da Cunha na fazenda Prosperidade no município de Vargem Alta, província do Espírito Santo. Veio ao mundo portador com pendor e intuição para as belas artes e com um próspero começo de vida. Seu pai, o carioca Belisário Vieira da Cunha era médico e intelectual, dono de um invulgar talento literário e sempre preferiu assuntos poéticos aos profissionais, optando em certo momento de sua vida entregar-se ao culto das letras e ao cultivo da terra.

Vieira da Cunha iniciou seus estudos e compôs seu espírito até os 16 anos sob a luz e orientação de seu pai, na fazenda de sua família. Belisário Vieira da Cunha, que assinava seus poemas com o pseudônimo de Phídias, promovia reuniões e recitais poéticos em sua casa. Como a “Prosperidade” localizava-se a caminho de Cachoeiro de Itapemirim, tornou-se hospedagem de políticos, intelectuais e artistas que faziam o percurso entre Cachoeiro e a capital Vitória. Foi nesse ambiente cheio de visitantes ilustres, com acesso a uma grande biblioteca com livros e revistas atuali-

zados vindos da Capital do país, Rio de Janeiro, que o menino em 1902 deslumbrou-se com o caráter do recente periódico “O Malho” de Crispim do Amaral e não resistiu à tentação de caricaturar os visitantes do casarão patriarcal.

Dotado de grande senso de observação e síntese, reparava a fisionomia, os trejeitos, as características marcantes de cada pessoa, e sintetizava de forma prodigiosa os desenhos caricaturais em poucos traços, porém seguros e marcantes. Em 1906 usando um tipo de pedra comum na região, argamassa de caolin, tinta de alinina e outros materiais conseguiu imprimir seus desenhos como se fazia com a pedra litográfica.

O pai e o irmão mais velho (João Belisário) começaram a produzir um periódico em 1904 chamado “O Martello” com conteúdo literário e artístico. Em 1906, para ajudá-los, Vieira da Cunha refaz o projeto gráfico inspirado no semanário “O Malho”, acrescentando suas charges e caricaturas e fundamentando-o no humor e crítica política. Com o uso da litografia consegue produzir uma tiragem de 250 exemplares. O periódico circulou por mais 4 anos, até 1910, com rico conteúdo crítico que rapidamente agradou os leitores que consumiam toda sua produção.

O Martello e suas marteladas

A capital do Espírito Santo, Vitória, era uma cidade pequena e esvaziada economicamente entre o final do século XIX e início do século XX. Até meados do século XX tinha menos habitantes que Cachoeiro, que chegou a responder por um terço da arrecadação do Estado. A região sul era a mais próspera e rica do estado nesse período. Por conta disso, tornou-se viável a implantação de ferrovias, estradas e portos para escoamento de suas riquezas, principalmente o café. O café transportado era despachado diretamente para o Rio de Janeiro. Havia um complexo e eficiente sistema multimodal ainda na época do Império.¹

1 CALIMAN, O. Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos...

Tendo a região sul o maior desenvolvimento econômico e político do estado, com a cultura não poderia ser diferente, grandes artistas, poetas, escritores, intelectuais, caricaturistas surgiram e tornaram-se reconhecidos nacionalmente na época.

João Belisário Vieira da Cunha (irmão do Antônio) assim como o pai Dr. Belisário Vieira da Cunha, foi grande escritor e poeta. Em uma excepcional produção, datilografada em forma de brochura, que não chegou a ser publicada, chamada “Os Vieira da Cunha e o Jornal ‘O Martello’”, Levy Rocha (1969, p. 4) relata que a fazenda Prosperidade teve repercussão no movimento simbolista brasileiro e que “Andrade Muricy, ao traçar o ‘Panorama do Movimento’, no livro em 3 volumes que publicou em 1952, dedica algumas páginas ao poeta João Belisário Vieira da Cunha, transcrevendo alguns de seus versos”. O também literato Rubens Falcão em sua obra “Antologia dos Poetas Fluminenses”, publicada em 1968, escolhe duas produções do poeta para compor o livro e diz que a produção de João Belisário Vieira da Cunha ficou dispersa em jornais e revistas, caindo no esquecimento².

Enquanto Antônio ocupava-se em ser criança, desfrutando do espaço e liberdade oferecidos pela vida campestre na fazenda Prosperidade, Dr. Belisário e João extrapolavam a inquietude de suas mentes lançando o referido jornalzinho manuscrito chamado “O Martello”, com 4 páginas, em 23 de outubro de 1904. A apresentação era modesta, em duas colunas. A primeira página era tomada por coisas políticas articuladas por um redator oculto pelo pseudônimo de Sr. Ismênio Júnior. Já a segunda página continha poesias geralmente de Jobeli ou J. Senior, alguns dos pseudônimos de João Belisário. Na terceira página, Phídias, pseudônimo do Dr. Belisário, divulgava seus versos e por meio de crônicas traçava perfis de per-



VIEIRA DA CUNHA. Capa do periódico “O Martello” nº 1, 25/10/1904. Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal “O Martello”. Material datilografado, inédito, 1969. p. 20.

sonalidades da cidade de Cachoeiro do Itapemirim. A quarta página era dedicada a notas e telegramas, como exemplo da nota citada por Rocha (1969, p. 6) do “versejador Tico-tico: ‘Que alegria, meus leitores, / Ao ver surgir “O Martello”, / Órgão dos lutadores, / Dos paladinos do Belo!’.” Levy Rocha teve em suas mãos alguns exemplares do jornal, durante o tempo que escreveu essa obra, emprestados por Gil Gonçalves, memorialista da cidade, e a quem a viúva de Vieira da Cunha (Antônio) confiou a coleção.

O surgimento de jornais e periódicos em Cachoeiro do Itapemirim no início do século XX confirma uma formação territorial já alicerçada e uma socie-

tos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view-File/10061/7196>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

2 ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o jornal “O Martello”. Material datilografado, inédito. Brasília, set. 1969. p. 4.

Foto Bernardo Horta 11/04/1905.
Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-vedicao/videos/>.



dade ávida por informação e cultura. Segundo a historiadora capixaba Deane Costa:

Cachoeiro de Itapemirim apresentou uma intensa vida “de relações” com os valores “literários, teatrais, musicais e jornalísticos”. As respostas aos perigos e desafios vividos pela população era demonstrado com uma significação e lógica próprias através das criações de ambientes ricos em obras (entidades culturais) e em eventos “urbanos. (COSTA, 2002).

O ano II, nº 6, de 21 de abril de 1905 é marcado pelo aparecimento de um desenho em medalhão, de Bernardo Horta (1863 -1913), farmacêutico, jornalista, engajado na política local, neto do barão do Itapemirim³, amigo dos Vieira da Cunha e frequentador da Prosperidade. Ao lado desse medalhão um soneto de Phídias, saudando o insigne intelectual. Esse medalhão, embora sem assinatura, Rocha (1969, p.7) relata que “evidencia o aparecimento do ilustrador A. Vieira.” Bernardo Horta foi o editor do jornal “O Cachoeirano”, um dos principais da província, após a conversão do periódico à causa da República.

Nessa pequena caricatura, cuja imagem não está muito nítida, pode-se verificar em poucos traços as características mais relevantes do perfil do Bernardo Horta, se comparada com a foto ao lado. Apesar de pequena e com traços ainda tímidos, nota-se uma representação leal, a imagem da personagem sem exa-



VIEIRA DA CUNHA. Capa do periódico “O Martello” nº 1, 25/10/1904. Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal “O Martello”. Material datilografado, inédito, 1969. p. 20.

geros e deformações da fisionomia, ato que é comum ao caricaturar. Vieira da Cunha nessa caricatura capta aspectos da personalidade do Bernardo por meio do jogo das formas. Observa-se o formato do cabelo e orelha bem marcados, assim como a feição do rosto fino, com olhar e bigodes notáveis. É possível perceber nesse desenho o início de uma demonstração de capacidade síntese, peculiar em caricaturistas, o que mais tarde se tornará sua marca registrada.

A cada edição o jornalzinho mensal trazia conteúdo político, de cultura, poesias, sonetos, perfis em versos, novidades da cidade, notas e telegramas de leitores, colaborações de mais intelectuais e dessa forma foi agraciado pela população, que, devido

³ SANTOS, A. Um republicano histórico no Espírito Santo da primeira república: a carreira de Bernardo Horta de Araújo (1887-1913). 2009. p. 142.

à pequena tiragem, passava de mão em mão e já aguardava ansiosa pela próxima edição. O ano era 1905, segundo ano de publicação do mensário, que já passava do número 8 e os redatores encontraram-se desvanecidos (fora de contexto) com a grande procura e advertiram os leitores que:

[...] “Martello” não aspira grande publicidade, vegetando humildemente no seio de uma fazenda longe dos bulícios da cidade, era organizado para simples passatempo dos seus redatores e fixação das ideias variadíssimas que a natureza da solidão onde residem e as notícias do mundo civilizado lhes imprimissem n’alma. E prossegue: De simples álbum de impressões passou, a pedido de amigos, a tomar o caráter de publicação cuja manuscritação muito nos sobrecarrega por não havermos à mão pessoal idôneo e... termina a explicação nos versos: “Como abelhas às flores / Os leitores ao “Martello” / Se lançam de mil amores / Como as abelhas às flores / Mas não há pó amarelo / Para servir-vos leitores, / Oh! Leitores do “Martello” / Como as abelhas as flores. (apud ROCHA, 1969, p. 8).

No ano de 1906, terceiro ano do periódico, inicia-se a segunda fase, marcada pelo aparecimento do menino Antônio Belisário Vieira da Cunha, então com 10 anos, que refaz todo o projeto gráfico do jornal, cria o slogan “Jornal de graça por um tostão” e com ajuda do processo litográfico produz uma tiragem de 250 exemplares. Seus bonecos e calungas em poucos traços assinalam o indiscutível aparecimento de um jovem artista. De acordo com Rocha (1969, p. 10) em “todos os números V. da Cunha se faz presente, desenhando e também escrevendo prosa ou verso”.

No exemplar a seguir de nº 4, ano 3, observa-se a repaginação da capa do periódico realizada por Vieira da Cunha, reproduzida por intermédio da litografia. O perfil caricaturado é do Senador capixaba Muniz Freire, realizado com poucos traços, a cabeça de tamanho desproporcional em relação ao corpo, típico da caricatura, exagerar alguns traços pesso-



VIEIRA DA CUNHA. Capa do periódico do “O Martello” com o Sen. Muniz Freire, 05/11/1906. Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal “O Martello”. Material datilografado, inédito, 1969. p. 25.

ais do personagem. Muniz Freire foi um importante capixaba que na política trabalhou para o desenvolvimento do Espírito Santo, tinha reconhecida inteligência, talvez por isso a desproporção da cabeça em relação ao corpo nessa caricatura, que tem por característica refletir a personalidade em formato de desenho. Pelo texto de Juvêncio, o peralta, o político era estimado pelo editores do “O Martello”.

Abaixo outra capa do periódico do ano seguinte com Muniz Freire, dessa vez de frente. Nota-se que o título do jornal sofreu mudanças em relação ao ano anterior, com menos traços e mais limpo, de fácil leitura, ganhou leveza. Muniz Freire além de político era jornalista e advogado e fez uso da sua cultura



VIEIRA DA CUNHA. *Ilustração da Capa do periódico "O Martello"*, 30/08/1907. Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal "O Martello". Material datilografado, inédito, 1969. p. 27.

dos veículos de comunicação para escrever reivindicações, protestos e comunicação a população⁴. Essa atitude fica clara no segundo parágrafo do texto do Juvêncio e talvez seja o motivo de Vieira da Cunha caricaturá-lo com uma pena tão grande nas costas.

Vieira da Cunha na charge ao lado, com tão pouca idade já demonstra uma capacidade de analisar e questionar de forma racional e inteligente a política da época. Apresenta maturidade ao exibir à sociedade uma crítica por meio de um humor carna-



VIEIRA DA CUNHA. Página com charge política do periódico "O Martello", 05/11/1906. Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal "O Martello". Material datilografado, inédito, 1969. p. 26.

valizado, de característica modernista. Nessa charge, retrata personalidades da época, fazendo uma ácida crítica as atitudes de cada personagem, incluindo a charge central que põe em questão a conduta do fisco, tão atual hoje.

No exemplar de nº 2, ano 5, Vieira da Cunha faz uma homenagem ao amigo da família, o poeta João Motta, que lançou o livro "Musa Simples". Phídias (Dr. Belisário) também o homenageia com o texto ao lado da caricatura? João Motta além de poeta foi escritor e jornalista, uma figura pública de Cachoeiro do Itapemirim, defensor dos ideais libertários, tanto que segundo Paulo Monteiro (2011, p. 73) "o jornal 'O Cachoeirense', por ele dirigido, foi empastelado em

4 FRANCO, S. P.; HEES, R. R. A República e o Espírito Santo. Vitória: multiplicidade, 2003.



VIEIRA DA CUNHA. Capa do periódico "O Martello", 26/11/1908. Fonte: ROCHA, L. De Vasco Coutinho aos Contemporâneos. Ed. Embrasa. 1977. p.142.

1906." A vasta produção literária de João Motta foi esquecida e perdida. Em 1966, o jornalista Trófanos Ramos reuniu o que sobrou de suas obras no livro "Poesias de João Motta".

Nota-se um amadurecimento, uma evolução com traços mais limpos, fortes e seguros. Percebe-se também a introdução da hachura, uma técnica artística utilizada para criar efeitos de tons ou sombras a partir de linhas paralelas próximas. O conceito principal é o de que a quantidade, a espessura e o espaçamento entre as linhas irão afetar o sombreamento da imagem como um todo e enfatizar as formas, criando ilusão de volume, diferenças na textura e na cor.



VIEIRA DA CUNHA. Página 2 com charge política ao Dep. Nestor Gomes - "O Martello". Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal "O Martello". Material datilografado, inédito, 1969. p. 30.

As linhas tracejadas devem sempre seguir o formato do objeto desenhado. A presença da hachura no chapéu, cabelo, por traz do coqueiro traz um efeito tridimensional ao desenho, acresce perspectiva, apesar de ser um desenho bidimensional.

A página 2 do exemplar acima mostra uma charge fazendo uma crítica aos candidatos da eleição que não valem votos. Nota-se abaixo do desenho a presença de um texto de conteúdo irônico, acrescentando potência à crítica da charge. Ladeando o quadro da charge há um texto criticando o deputado Nestor Gomes, que cometeu o equívoco sobre o estado de origem de Bernardo Horta. Não foi encontrada



VIEIRA DA CUNHA. Capa do periódico "O Martello", 18/02/1909. Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal "O Martello". Material datilografado, inédito, 1969. p. 32.

a página seguinte da continuação do texto, por isso não se pode afirmar que também seja de autoria de Vieira da Cunha. A charge é simples, poucos traços, porém bem definidos e sintéticos. É interessante analisar como os políticos há mais de 100 anos, no início da república, já não inspiravam credibilidade e confiança à sociedade.

Na capa acima, Vieira da Cunha adverte para o que hoje é conhecido por todos. O Brasil paralisa durante o carnaval, só a folia acontece. Ser um bom desenhista é um atributo para um caricaturista, mas a criatividade e o senso crítico é um aspecto fundamental para que o trabalho torne-se notório ao público.



VIEIRA DA CUNHA. Charge de personagens não identificados, s. d. Fonte: ROCHA, L. Os Vieira da Cunha e o Jornal "O Martello". Material datilografado, inédito, 1969. p. 37.

O potencial da caricatura e da charge é usar a comicidade e a sátira com o fim de denúncia, e fazer rir até mesmo os denunciados. Baudelaire declarou que "a caricatura é dupla: o desenho e a ideia; o desenho violento, a ideia mordaz e velada; complicação de elementos penosos para um espírito ingênuo, acostumado a compreender por intuição coisas simples como ele." (CITAÇÃO DIRETA) A charge acima é a ilustração dessa declaração de Baudelaire, a sátira ilustra a hipocrisia da elite da sociedade da época. Percebe-se no desenho, traços mais limpos, firmes e seguros, além da introdução de perspectiva.

Em outra publicação em 1977, chamada “De Vasco Coutinho aos contemporâneos”, Levy Rocha relata que ao terminar a monografia “Os Vieira da Cunha e o Jornal ‘O Martello’”, enviou uma cópia ao poeta Carlos Drummond de Andrade, que ao ler, generosamente escreve a carta abaixo:

Os jornais manuscritos sempre me seduziram, e as caricaturas também. Por isto, foi com satisfação que recebi seu trabalho: “Os Vieira da Cunha e o jornal O Martello”, contendo interessantíssima documentação sobre um dos mais curiosos mini-jornais ilustrados que já fizeram no interior. Acresce uma circunstância: trabalhei ao lado de Vieira da Cunha, por algum tempo, no porão da Biblioteca Nacional, onde funcionava a seção da Enciclopédia Brasileira, do Instituto Nacional do Livro, e tinha simpatia por ele. Por sinal que, em sua descrição jamais me revelou os dotes de caricaturista excelentes, que eu admirava através da leitura de velhas revistas cariocas, sem entretanto ligar o nome à pessoa... Por mero acaso – prossegue o poeta Carlos Drummond de Andrade – estou em condições de fornecer ao distinto confrade um esclarecimento sobre a fotografia reproduzida na pág. 15 do seu livro. O grupo não foi tirado em Cachoeiro do Itapemirim, e sim no Rio de Janeiro. Percorrendo, há dias, a coleção de revistas “Selecta”, pertencente a um amigo meu, lá encontrei aquela foto, e mais duas, feitas na mesma ocasião, todas estampadas no número 10 de maio de 1919, com a seguinte legenda: “A vida carioca – Correia Dias, o nosso prezado companheiro de trabalho Vieira da Cunha ofereceram, na sua residência encantadora da rua da Matriz, um chá à família do Dr. Belisário Vieira da Cunha, no dia de seu aniversário. Como as nossas fotografias deixam ver, as mãos da fada de Correia Dias, aliadas ao bom gosto de Vieira da Cunha, criaram um ambiente de delícias para aquela reunião de intimidade.” E o poeta que tanto me honrou com sua atenção, assim finaliza a carta: “Muito lhe agradeço a boa lembrança de enviar-me seu valioso trabalho, e mando-lhe,

cordialmente, o meu abraço.” (ANDRADE apud ROCHA, 1977, p. 144-145).

Diante da exposição feita, é percebido que “O Martello” trabalhava sempre com abordagens que tratassem de questões políticas, culturais e sociais que ocorriam em Cachoeiro do Itapemirim, e que fizessem sentido à sociedade. Um jornal constituído e propagado principalmente para a sociedade Cachoeirense.

Certa vez, “O Martello” foi apresentado à Tribuna da Câmara Federal, pelo deputado Graciano Neves, e de acordo com Ruben Gill (1942, p. 01),

foi o único órgão da imprensa cachoeirense respeitado pela fácil irritabilidade de partidários da política local, empasteladores de quotidianos, e outros representantes do ‘quarto poder’!

Conclusão

Desde a monarquia, o humor era uma espécie de denominador comum entre a intelectualidade das grandes cidades brasileiras, mas se intensificou a partir da proliferação das revistas ilustradas. Foi nesse clima propício, com polêmicas acirradas em várias áreas, que as revistas humorísticas surgiram, denunciando o sistema, opondo-se as decisões erradas, exaltando a cultura, criticando a elite e os governantes e trazendo um pouco de conhecimento ao povo. Devido ao poder de comunicação conquistaram leitores fora das elites, já que não era preciso saber ler para entender as caricaturas e charges. E lá estavam “O Malho”, “D. Quixote”, “Careta” entre outras, fazendo história. Os periódicos correspondiam principalmente aos enfoques sociais da população. Devido às suas publicações polêmicas e satíricas, suas opiniões tornavam-se, a cada dia, mais interessantes a vários leitores da presente época. Exemplificamos como era tratada a política que, em outros jornais e revistas eram publicadas de forma sistemática com arti-

gos de críticos, contextualizando-as com o momento temporal. Essas revistas ganharam admiradores e foi inspiração para o surgimento de novos periódicos. Esse não foi exatamente o caso da criação de “O Martello”, mas foram as revistas cariocas e seus conteúdos críticos que inspiraram Vieira da Cunha na reformulação do mensário.

O periódico “O Martello” foi um produtor e reprodutor social de notícias, opiniões, novidades e costumes da sociedade. Mesmo com toda censura e repreensão governamental da época, o jornal de forma sutil e humorística, mas com conteúdo honesto e verdadeiro, sobreviveu aos empasteladores e usufruiu da liberdade de expressão. Divulgou seu trabalho de forma expansiva e contagiante, e os leitores cachoeirenses corresponderam às chamadas, sendo fiéis ao mensário.

Referências Bibliográficas

- BAUDELAIRE, C. *Escritos sobre Arte*. São Paulo: Imaginário, 1998.
- BRAGA, R. *Crônicas do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Global Editora. 3ª edição. 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=hsZcBAAQBAJ&pg=PT61&dq=Os+vieira+da+Cunha+de+Cachoeiro+de+Itapemirim&hl=pt-BR&sa=X&ei=UYEtVbixBsGosAT1voGwDQ&ved=oCBoQ6AEwAA#v=onepage&q=Os%20vieira%20da%20Cunha%20de%20Cachoeiro%20de%20Itapemirim&f=false>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- BRANDÃO, A. P.; *Um olhar bem-humorado sobre o Rio dos anos 20*. Secretaria Especial de Comunicação Social CADERNOS DA COMUNICAÇÃO. Série Estudos – Vol. 5. ISSN 1676-5494. Março de 2003. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101397/estudos5.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- CALIMAN, O. *Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento*. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/10061/7196>. Acesso em: 22 de abril de 2016.
- CARVALHO, M. A.; *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo. 1ª Edição. 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=mpVkJWinXxAcC&pg=PA54&lp=PA54&dq=Ant%C3%B4nio+Belis%C3%A1rio+Vieira+da+Cunha&source=bl&ots=AKxnXC_n4u&sig=z7XKNPX-zGstSgqtLv9SnQYUy5l0&hl=pt-BR&sa=X&ei=6sclV-cKdOMbYgWtB6llo&ved=oCCUQ6AEwAQ#v=onepage&q=Ant%C3%B4nio%20Belis%C3%A1rio%20Vieira%20da%20Cunha&f=false. Acesso em: 20 de março de 2015.
- COSTA, D. M. V. *Cachoeiro do Itapemirim – Um Clube Republicano e um herói*. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/cachoeiro-de-itapemirim-um-clube.html>. Acesso em: 16 de junho de 2017.
- COTRIM, A. *Catálogo da exposição O Rio na Caricatura*. Organizada pela Seção de Exposições da Biblioteca Nacional e patrocinada pelo Jornal do Brasil, como contribuição aos festejos dos 4.º Centenário da Cidade. Biblioteca Nacional, 1965. 61p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon693341.pdf. Acesso em: 03 de março de 2016.
- FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Artes e Ofícios Editora Ltda.: Porto Alegre, 1999.
- FRANCO, S. P.; HEES, R. R. *A República e o Espírito Santo*. Vitória: multiplicidade, 2003.
- GILL, R. *O século boêmio*. Rio de Janeiro: Jornal Dom Casmurro. 19 dez. 1942. Arquivo Biblioteca Nacional.
- GOMBRICH, E.H. *A história da arte*. 15 ed. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 543 p.
- GONDIN, F. da. *Biografia do Jornalismo Carioca*. Ed. Quaresma, 1941. 416 p.
- GOUVÊA, L. V. B. *Cecília em Portugal*. Ed. Iluminuras Ltda. 2001. 131p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uK9QeChVPfC&pg=PA50&lp=PA50&dq=Caricaturas+de+Vieira+da+Cunha&source=bl&ots=WRABB-nLE5o&sig=pmdHouOKMbA691oZg9DTT6AG5wk&hl=pt-BR&sa=X&ei=IMklVe2aEsTCggT6mIPACQ&ved=oCE8Q6AEwDA#v=onepage&q=Caricaturas%20de%20Vieira%20da%20Cunha&f=false>. Acesso em: 20 de março de 2015.
- LIMA, H. *História da Caricatura no Brasil*. Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.
- MEN. S. L. *Daumier et la caricature*. Ed. Citadelles & Mazenod. 1ª Ed. 2008. 236 p.
- MONTEIRO, L.; *O movimento modernista e a construção de uma identidade nacional sob a égide do Estado Novo*. Disponível em: https://bibliobelas.files.wordpress.com/2012/02/1345085694_arquivo_artigo-lucianomonteiroshc.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2015.
- MORAES, A. J. de M. *História da Trasladação da Corte Portuguesa Para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. da Casa Imperial de E. Dupont Editora, 1872. 450 p.
- MURUCI, L. P. *Seth: um capítulo singular na caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: PUC, 2007.
- ROCHA, L. *De Vasco Coutinho aos Contemporâneos*. Ed. Embrasa. 1977. 205 p.
- ROCHA, L. *Os Vieira da Cunha e o jornal “O Martello”*. Brasília, set. 1969. 57p. (Obra concluída, mas não publicada).
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole, São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SUETH, José Candido Rifan. *Espírito Santo, um estado “satélite” na primeira república*: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor & Cultura, 2006.

VELLOSO, M. P.; *A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112. Disponível em: http://www.casarui Barbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MonicaVeloso_Brasilidade_verde_amarela.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2015.

ZANON, M. C. *A sociedade carioca da belle époque nas páginas do Fonfon!* Patrimônio e Memória: UNESP, Assis – São Paulo, v. 4, n. 2, p. 217-235, 06/2009.

_____. *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987. 50 p.

_____. *O modernismo brasileiro: outros enredos, personagens e paisagens*. 2007. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/3557>. Acesso em: 02 de maio de 2015.

_____. *O modernismo e a questão nacional*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO; NEVES L. de A. *O Brasil Republicano: o tempo liberalismo excludente*. v. 1, 2, Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ZUIN, J. C. S.; *a crise da modernidade no início do século XX*. Revista Estudos de Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - Universidade Estadual Paulista - v. 6, n. 11 (2001) – Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/412>. Acesso em: 12 de maio de 2015.

Recebido em: 25/11/2016

Aprovado em: 02/10/2017



R\$ 9 milhões
foi o total de
investimento nos
**Editais
da Cultura**

40 mil pessoas
assistiram aos concertos da
**Orquestra Sinfônica
do Espírito Santo**

**10 mil
pessoas**
visitaram as
4 exposições
da
**Galeria
Homero
Massena**

Balanço da Cultura 2017

**8.166 mil
pessoas**
foram ao
**PALÁCIO DA
CULTURA
SÔNIA
CABRAL**
em 115 eventos

41.104 mil pessoas
foram ao Teatro
Carlos Gomes
assistir aos 78 espetáculos

6 Obras de
Espaços Culturais
de Memória e de
Patrimônios
históricos

46 mil pessoas
visitaram as
3 exposições
no Palácio Anchieta

Em 2018, faremos muito mais. Venha com a gente!

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Cultura



Cachoeiro de Itapemirim
Santa Casa de

ARTIGO

**ENTRE O CUIDAR E O
CURAR: AS IRMÃS DE
JESUS NA EUCARISTIA
E A SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA
DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM**

Luciene Carla Corrêa Francelino

*Mestranda em História Social das Relações Políticas
(PPGhis) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).*

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de análise a atuação das Irmãs de Jesus na Eucaristia na Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, entre os anos de 1930 a 1950. Buscar-se-á discutir como o proceder das religiosas junto aos doentes e seus familiares, favoreceu a constituição de uma postura mais humanizada e ética no atendimento a todos que dependiam da assistência do hospital nesse período. A pesquisa visa analisar como as mudanças causadas pela institucionalização da medicina chegaram ao município e de que maneira estas repercutiram no dia a dia da instituição. Será realizado um histórico da fundação das Santas Casas no Brasil, como forma de destacar os mecanismos de atuação das mesmas, bem como a relevância e alcance destas em todos os locais em que se estabeleceram. Pretende-se também compreender de que forma as relações de poder no interior do hospital se alteraram na medida em que o conceito de cuidar presente na prática cotidiana das irmãs vai sendo paulatinamente transformado pelo pressuposto do curar, praticado pelos médicos.

Palavras-chave: Cuidar; Curar; Santa Casa; Saúde; Medicina.

Abstract

The purpose of this project is to analyse the actions of the Sisters of Jesus in the Eucharist in the Santa Casa de Misericórdia (Holy House of Mercy) of Cachoeiro de Itapemirim between the years of 1930 and 1950. The actions of the religious women together with the patients and their families will be discussed with regards to how they favoured the constitution of a more humanised and ethical stance in the care of all who depended on the hospital's care during this period. The research aims to analyse how the changes caused by the institutionalisation of medicine reached the municipality and how they impacted on the day to day of the institution. A history of the foundation of the Santas Casas (Holy Houses) in Brazil will be carried out, as a way of highlighting the mechanisms of their performance, as well as the relevance and reach of these in all the places in which they were established. It is also intended to understand how the power relations within the hospital have changed as the concept of care present in the sisters' daily practice is gradually being transformed by the presumption of healing, practiced by doctors.

Keywords: Caring; Healing; Holy House; Health; Medicine.

Introdução

Considero importante mencionar que esse trabalho é apenas um esboço de uma pesquisa em desenvolvimento, que pretende comprovar as mudanças nos conceitos, métodos e práticas desenvolvidas pelas Irmãs da congregação de Jesus na Eucaristia – anteriormente conhecida como Irmãs de Cristo Rei – na Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim à partir das diretrizes apontadas pela medicina do início do século XX através de novas profilaxias e de um modelo de assistência à saúde institucionalizado e voltado para a coletividade.

A filantropia e a caridade sempre estiveram aliadas à lida com doentes, seja em grandes surtos

epidêmicos, no auxílio aos médicos e demais profissionais de saúde ou em locais onde o poder público – pelos mais diversos motivos – não conseguiu alcançar a população com suas medidas profiláticas. A palavra hospital é originária de hospitalidade e hotel, sendo que a era Cristã presenciou o surgimento de estabelecimentos religiosos que serviam como lugar de refúgio para necessitados e peregrinos, esses primeiros estabelecimentos eram mantidos por ordens religiosas, mas apesar de conter várias camas e até aparatos para a assistência aos desvalidos, esses locais podiam ser adaptados de acordo com a necessidade, visto que não possuíam um caráter de permanência, como o que vislumbramos quando pensamos em uma unidade hospitalar moderna (BYNUN, 2011).

Em um contexto de epidemias, fome e guerras, surge a Santa Casa de Misericórdia em Portugal, ou seja, a Irmandade de Nossa Senhora mãe de Deus Virgem Maria da Misericórdia, foi consagrada no dia 15 de agosto de 1498. A nova irmandade fundada sob o patrocínio de D. Leonor e confirmada por seu irmão, o rei D. Manuel I, tinha o objetivo de proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados. A irmandade conhecida como Santa Casa da Misericórdia, ou apenas Santa Casa, espalhou-se por vários países, com filiais desde Nagasaki, no Japão, até Ouro preto, em terras brasileiras (WOOD, 1981).

A partir da virada do século XV para o XVI as Misericórdias além de se estenderem também para as colônias passaram por um processo de renovação no auxílio a pobreza, isso por causa do processo de pauperização provocados pela peste, ondas de desemprego e aumento do contingente populacional nas cidades (GEREMEK, 1986).

A Misericórdia de Lisboa através da assistência institucionalizada aos doentes, tornou-se um modelo para a fundação de diversos hospitais, mas a atuação ia muito além do trato com os enfermos, era diversificada com várias ações beneméritas, visto que a caridade fazia parte de uma lógica de salvação bastante difundida na época moderna. Mas se por um lado é inegável o protagonismo institucional das Misericórdias, vale destacar que por trás da proteção régia havia uma nítida política de expansão dos estabelecimentos assistenciais. A rápida aceitação dos principais da terra escondia uma série de benefícios e privilégios destinados à irmandade, ou seja, a instalação de uma Misericórdia não era onerosa do ponto de vista financeiro à medida que seus custos eram pagos pelos setores mais abastados de cada localidade, sendo essas pessoas privilegiadas do ponto de vista simbólico, tendo prestígio e notoriedade na comunidade. As Misericórdias mais expressivas, principalmente a partir do século XVIII administravam além de serviços hospitalares, recolhimento de órfãos, boticas, roda dos enjeitados, cemitérios, visitavam cadeias, auxiliavam na alimentação e no livramento

de presos pobres e distribuíam esmolas. Na América portuguesa dois exemplos que mais se aproximaram desse tipo de atuação foram as Misericórdias do Rio de Janeiro e de Salvador (FRANCO, 2011).

Até o fim do reinado de D. Manuel, em 1521, a irmandade alcançou grande prestígio, visto que o rei além de incentivar a criação de várias Misericórdias, emitiu diplomas que garantiam a excelência das mesmas em uma série de atividades. Entre a primeira Misericórdia fundada em 1498 e o fim da dinastia de Avis, em 1580, tais instituições eram um modelo de sucesso, do qual a popularidade se refletia nas fundações ultramarinas, estabelecidas na África, Ásia e América, adentrando inclusive em regiões onde não havia a presença política dos portugueses, como em Manila, Japão e Filipinas (SÁ; PAIVA, 2004).

A fundação das primeiras Santas Casas americanas acompanhou o surgimento de vilas e povoados, concedendo à instalação dessas novas instituições um duplo papel: em primeiro lugar confirmava a Misericórdia como uma das principais confrarias em tempos imperiais e em segundo, a presença de uma irmandade como a Santa Casa conferia uma identidade – mesmo que lusa – às frágeis povoações que tanto careciam de elementos e instituições que as distinguisse e com as quais se identificassem. Em 1584 o então jesuíta José de Anchieta relata com entusiasmo a estruturação da assistência aos necessitados na colônia:

Em todas as capitanias há Casas de Misericórdia, que servem de hospitais (...) em que se dão esmolas, assim em vida como em morte e se casam muitas órfãs, curam enfermos de toda a sorte e fazem outras obras pias (...) (JOSÉ DE ANCHIETA, 1933, p. 321).

As capitanias de Pernambuco e São Vicente disputam o título de ter abrigado a primeira Misericórdia em terras brasileiras, Olinda (1539? 1545) e Santos (1543), porém muitos historiadores como Francisco Adolfo Varnhagem e Serafim Leite concordam que essa premissa é privilégio da irmandade de Santos,

fundada por Brás Cubas em 1543 e confirmada por alvará real no mês de abril de 1551. Geralmente a fundação de uma Misericórdia ocorria concomitantemente à criação de uma cidade. Nos anos seguintes foram instituídas confrarias em outros locais como no Espírito Santo (1545), Bahia (1549), São Paulo (1560) e Ilhéus (1564). A misericórdia da Bahia praticava a filantropia social mantendo um hospital, uma casa de retiros, além da “roda dos expostos” para recém-nascidos rejeitados por suas famílias. O recolhimento ou casa de retiro acolhia jovens de família, em idade de casamento, caso estas estivessem com a sua honra ameaçada, pela perda do pai, da mãe ou de ambos. Também acolhia viúvas e solteiras de boa reputação mediante um pagamento. Esse recolhimento também poderia ser utilizado como uma espécie de abrigo provisório, para as órfãs de Portugal, conforme o texto:

O ano seguinte de 1551 – narra Frei Vicente – mandou el-rei outra armada, e por capitão dela Antônio de Oliveira Carvalhal para alcaide-mor de Vila Velha, com muitas donzelas da Rainha D. Catarina e do mosteiro das órfãs, encarregadas ao governador para que as casasse, como o fez, com homens a quem deu ofícios da república e algumas dotou de sua própria fazenda”(CALMON, 1971, p. 233).

A “roda dos expostos” – também conhecida como roda dos enjeitados – era comum em muitas Misericórdias, geralmente ficavam junto ao muro das Santas Casas, sendo metade da roda para o interior e a outra metade para o exterior, desse modo a identidade da pessoa que ali abandona a criança, ficava resguardada. Essas crianças eram geralmente filhos de mães solteiras, que eram ali deixadas na calada da noite, para que fossem adotadas por famílias de posses ou abrigadas em algum orfanato da cidade (MOULIN, 2011).

Segundo Abreu (2001) ao final da União Ibérica (1560 – 1650) estima-se que existiam mais de 300 Misericórdias no império, sendo pouco mais de uma

dúzia em território americano. Entre os anos de 1580 e 1640 foram criadas Misericórdias no Rio de Janeiro (1582), Paraíba (1565) e São Luís do Maranhão (1622).

No século XVIII, a fundação das Misericórdias prossegue em 1735 são fundadas em Vila Rica e Recife. No ano de 1792 em Campos de Goytacazes no estado do Rio de Janeiro.

O século XIX assiste à fundação das Misericórdias de Itu e Sorocaba (ambas no estado de São Paulo) em 1804; Porto Alegre (RS) e Santo Amaro (RJ) em 1814; São João del Rei (MG) em 1816; Resende (RJ) em 1835; Paraná também em 1835; Paranaguá (PN) em 1847; Manaus (AM) em 1853; Recife (PE) em 1858; Jahú (SP) em 1893. No dia 27 de janeiro de 1900 foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim no estado do Espírito Santo. Durante o século XX até o ano de 1985 haviam 455 Santas Casas cadastradas no Brasil (MOULIN, 2011).

O gráfico abaixo traz uma abordagem de algumas das principais Misericórdias instaladas no Brasil até o final do século XIX.

Em Cachoeiro de Itapemirim a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 27 de janeiro de 1900 e inaugurada no dia 11 de fevereiro do presente ano, sendo que esta originou-se da Associação Beneficência Cachoeirense criada em 25 de dezembro de 1889. O jornal *O Cachoeirano* em edição datada de 23 de janeiro de 1900 convidou toda a população para a inauguração do Hospital irmandade:

No sábado, dia 27 do corrente, terá lugar a inauguração do hospital fundado às expensas da caridade pública [...] tendo a comissão recebido a delegação do povo e querendo dar o caráter festivo, a quem tem direito factos desta ordem, tem a honra de convidar às Exmas. famílias em participar e ao povo em geral para comparecerem na casa situada à Tijuca e já conhecida por Hospital, pela 1 hora da tarde, afim de proceder-se a necessária inauguração [...] roga-se aos Srs comerciantes o obsequio de fecharem suas portas do meio dia em diante, afim de que possam todos tomar parte na referida festa (...)

Confirmando o seu caráter de assistência aos desvalidos, o Artigo segundo do Regimento da instituição determinava o seguinte: “São fins da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim: I - Manter assistência hospitalar às pessoas indigentes; II – Manter um consultório médico para pessoas pobres; III- Fornecer gratuitamente aos indigentes não internados no hospital os medicamentos receitados pelos médicos da Santa Casa; IV – Fazer gratuitamente o enterro dos indigentes que falecerem no hospital.

O Hospital de Caridade, como era popularmente conhecida a Santa Casa, recebia auxílio através de quermesses e doação da bilheteria de espetáculos circenses e de outros artistas que estivessem se apresentando na cidade. No dia 8 de agosto de 1901 o jornal *O Cachoeirano* trouxe o seguinte anúncio:

O estimável artista sr. João do Valle Simões, diretor do circo mineiro Estrella do Oriente, que actualmente tem trabalhado nesta cidade, com aplausos geraes, generosamente ofereceu um espetáculo em benefício do hospital de caridade, com ingentes sacrificios mantido pela associação acima indicada (...)

No dia 5 de setembro de 1901 o referido jornal noticia a realização de uma quermesse em benefício do hospital, destacando que o sr. Alberto Ferreira “um verdadeiro coração aberto a todos os actos de filantropia” obteve dos srs. Agricultores da zona da Valla do Souza, diversas sacas de café, destinadas ao mesmo fim humanitário. Nessa nota a Associação de Beneficência Cachoeirense afirma ter recebido a quantia de 220\$700,00 do espetáculo circense citado acima, tendo ainda a receber a quantia de 13\$000.

A congregação das irmãs de Jesus na Eucaristia, foi fundada em Cachoeiro no ano de 1927 por madre Gertrudes de São José, no ano seguinte a religiosa inaugura um colégio, à princípio com a finalidade de escolarizar moças da região. Atento ao trabalho das irmãs junto à comunidade do município, o então presidente da Santa Casa, Mário Rezende, escreveu uma

ANO DE FUNDAÇÃO		LOCALIDADE
Século XVI	* 1539 ? 1545	Olinda
	* 1543	Santos
	* 1545	Espírito Santo
	* 1549	Salvador
	1560	São Paulo
	* 1564	Ilhéus
	1582	Rio de Janeiro
	* 1585	Paraíba
Século XVII	1611	Itamaracá
	1622	São Luís
	1629	Igarassu
	1650	Belém
Século XVIII	1735	Vila Rica
	1735	Recife
	1792	Campos
Século XIX	1804	Itu
	1804	Sorocaba
	1814	Porto Alegre
	1814	Santo Amaro
	1816	São João del Rei
	1835	Resende
	1835	Paraná
	1847	Paranaguá
	1853	Manaus
	1858	Recife
	1893	Jahu
	1900	Cachoeiro de Itapemirim

*Data incerta ou contestada por estudiosos.

carta à madre pedindo a atuação das religiosas junto aos enfermos do hospital, atendendo ao pedido feito, a superiora designa algumas religiosas da irmandade para atuarem na Santa Casa de Cachoeiro.

Foi publicada uma nota no jornal *Correio do Sul*, no dia 07 de maio de 1929 informando sobre a entrega da direção de todos os serviços internos do Hospital aos cuidados das religiosas da congregação, sendo a superintendência geral dos serviços sob os cuidados de madre Gertrudes de São José, o periódico destacou que a entrega ocorreu no dia anterior, ou seja, dia 06 de maio de 1929. A partir de então, as

freiras passaram a atuar na Santa Casa em diversos setores, como: farmácia, enfermaria, lavanderia, cozinha, pediatria, entre outros. O período em que estas passam a administrar o hospital – início do século XX – coincide com diversas mudanças em relação a assistência médica no país, portanto se faz necessário destacar os acontecimentos que contribuíram para que tais transformações ocorressem.

A institucionalização da medicina no Brasil

O conhecimento científico acerca das condições de saúde coletiva no século XIX relacionava-se ao estudo da higiene, uma disciplina que estava sob a influência das transformações pelas quais passava as sociedades europeias em virtude da industrialização e urbanização cada vez mais crescentes. Cidades como Paris, Londres e Berlim já atingiam cerca de um milhão de habitantes, com um contingente populacional tão expressivo não é inusitado que surjam cada vez mais problemas relacionados a infraestrutura e saúde coletiva. Em resposta a estas questões despontam diversas publicações relacionadas a situação sanitária e combate a epidemias.

As associações do Brasil às doenças, em especial de natureza transmissível, são de certa forma recentes em nossa história, pois até a segunda metade do século XIX a ideia que prevalecia acerca do Brasil era a de “um país sem mal”, expressão utilizada por Sergio Buarque de Holanda, em “Visões de Paraíso” (1969), para retratar as impressões descritas por cronistas e viajantes. Mas essa imagem se altera a partir da incidência de várias moléstias contagiosas que passam a assolar a capital federal, das quais destacaram-se: a tuberculose, febre amarela, varíola, malária, cólera, beribéri, febre tifoide, sarampo, coqueluche, lepra, peste e escarlatina, que juntas representavam 42% das mortes registradas na cidade. Nesse momento destaca-se a atuação dos médicos pesquisadores como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas,

que motivados pelos avanços da medicina, passam a propor medidas profiláticas e de saneamento através de uma intervenção direta no modo de vida, nos hábitos e costumes da população (LIMA, 2002).

O início do século XX presenciou um surto de peste bubônica que assolou Santos, tal fato agravou o quadro sanitário e a percepção da população sobre o risco que as epidemias representavam. Tanto a criação do Instituto Butantan em São Paulo, quanto a instalação do Instituto soroterápico Federal – atual Fundação Oswaldo Cruz – no Rio de Janeiro, foram sem dúvida importantes iniciativas para o desenvolvimento das ciências médicas e de saúde pública (STEPEN, 1976; BENCHIMOL, 1990; BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993).

A saúde pública no Brasil está associada a história de combate a grandes surtos epidêmicos em áreas urbanas, bem como as amplamente conhecidas endemias rurais, a exemplo da malária, doença de chagas e ancilostomose. Ao contrário do que ocorreu durante as epidemias de febre amarela, essa doença afetava brancos e negros sem distinção e passou a ser associada a apatia do trabalhador brasileiro. Vários textos tanto de médicos como de leigos do período, tratavam do assunto e alcançam expressão significativa através do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, que se tornou o símbolo do pobre e dos habitantes dos sertões (LIMA, 1999; LIMA; HOCHMAN, 2000).

O personagem Jeca Tatu retrata bem a ideia que se tinha do significado de ser brasileiro no início do século XX, uma mistura de indolência e preguiça, que segundo a teoria racista era resultado da miscigenação do povo dessas terras. Com as mudanças oriundas da bacteriologia e o avanço das pesquisas acerca das doenças e suas causas, o perfil do Jeca vai sendo gradativamente modificado e a assertiva de que “ele é assim” – indolente e preguiçoso – perde espaço para a constatação: “ele está assim”, doente e fraco. Nossa identidade nacional passa então a ser reconstruída juntamente com os avanços da medicina e das práticas higienistas.

O discurso médico do início do século XX ia além do debate sobre saúde e prevenção de doenças, na verdade constituíam representações sobre a nossa identidade nacional. Os higienistas afirmavam que o Brasil era uma nação doente, a ciência neste momento procurava identificar os sintomas da nossa cultura, para justificar nossas mazelas e atraso diante das demais nações.

A tentativa de explicar as razões dos males do Brasil sempre foi um tema constante em diferentes momentos da história intelectual do nosso país. Escritores como Manoel Bonfim afirmavam que a nossa herança ibérica aliada a tradição estadista, pouco apta a iniciativa individual era o nosso grande problema. No entanto para outros autores, o grande entrave era a composição étnica da população, visto que foi constituída através de uma mestiçagem que provocou o empobrecimento e o surgimento de raças tidas como inferiores (LIMA; HOCHMAN, 2000).

Para melhor compreensão dos fatores que favoreceram o processo de institucionalização da medicina no país, destacaremos quatro eventos relevantes e precursores do movimento sanitário. Em primeiro lugar, a divulgação em 1916 do relatório da expedição médico-sanitarista do Instituto Oswaldo Cruz, chefiada por Belisário Penna e Arthur Neiva, ao interior do Brasil no ano de 1912. Essa empreitada acabou por revelar a existência de uma população doente, atrasada, improdutiva, abandonada e sobretudo que não se identificava com a pátria (ALBUQUERQUE *et al.*, 1991; PENNA; NEIVA, 1916).

Em segundo lugar, a repercussão e o enorme alcance do discurso de Miguel Pereira em outubro de 1916 – discurso considerado como o marco inicial do movimento pelo saneamento – que caracterizava o Brasil como um imenso hospital. Em terceiro, a repercussão dos artigos de Belisário Penna sobre saneamento e saúde publicados no *Jornal Correio da Manhã* nos períodos de 1916 e 1917, com o título: O Saneamento do Brasil. A liga pró-saneamento foi criada em 11 de fevereiro de 1918, por iniciativa de Belisário Penna, a fundação da mesma caracterizou um momento de estruturação e

organização das ações sanitárias no país. Em quarto e último lugar, a atuação da liga pró-saneamento entre os anos de 1918 e 1920, momento em que se encontravam em curso a implementação da reforma dos serviços de saúde federal (LIMA; HOCHMAN, 2000).

O discurso de Miguel Pereira que caracterizava o Brasil como um imenso hospital foi inspirado no relatório da expedição científica de 1912 chefiada por Belisário Penna e Arthur Neiva, que percorreu o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Pará e todo o estado de Goiás. O relatório desses dois médicos tornou-se instrumento fundamental para a realização de um diagnóstico do Brasil, resultando numa importante descoberta: a de que o problema do Brasil não estava na sua constituição genética mestiça e sim nas doenças que assolavam o povo (LIMA, HOCHMAN, 2000).

Albuquerque (1995 *apud* NEIVA; HOCHMAN, 2000) destaca que a expedição percorreu durante sete meses uma imensa área de regiões que periodicamente eram assoladas pela seca, o objetivo era elaborar um estudo que viabilizasse a construção de açudes pelo governo federal. Foi realizado um enorme levantamento – inclusive fotográfico – das condições climáticas, socioeconômicas e nosológicas.

Esse diagnóstico de uma população doente trazia um certo alento, pois a crença de que o atraso era consequência da miscigenação, se revelava até certo ponto fatalista, mas quando a questão é vista sob a ótica da doença, surge a possibilidade de reverter a situação através de medidas profiláticas e de saneamento.

O progresso alcançado pela medicina graças a microbiologia inaugurada por Pasteur e por experiências bem-sucedidas realizadas por Oswaldo Cruz, favoreceram o surgimento de inovações no combate a um grupo significativo de doenças. A constatação de que determinadas moléstias tinham um agente causador e um vetor que agia como propagador – a exemplo do mosquito transmissor da febre amarela – fez com que o Estado alargasse suas ações para além do isolamento, que até então era amplamente utilizado e em alguns casos tido como única medida profilática. Em virtude dos novos conhecimentos mé-

dicos, várias ações estatais foram implementadas com a finalidade de combater doenças específicas, como a peste bubônica, febre amarela, malária e varíola. Com característica de uma verdadeira guerra para o Estado utiliza instrumentos como a vacina, para destruir o vetor ou eliminar completamente sua presença no ambiente (BENCHIMOL, 2001).

O reflexo das mudanças na imprensa de Cachoeiro de Itapemirim

As mudanças acerca da percepção da saúde e da doença passaram por profundas transformações em virtude da institucionalização da medicina a partir da década de 1920 repercutindo no dia a dia das pessoas em várias partes do país, no município de Cachoeiro de Itapemirim os meios de comunicação da época, à exemplo do jornal *O Cachoeirano* – fundado no ano de 1887 – passa a publicar do dia 30 de março de 1922 uma coluna intitulada: *Pela Medicina*, assinada pelo médico Luiz Lindenberg. Nessa primeira abordagem o médico afirma que receberá consultas médicas de todos os leitores do jornal, por meio de cartas ou pessoalmente em seu consultório. Na mesma página o colunista escreve um artigo sobre febres climáticas, no qual aborda a causa das febres intestinais, denominadas por ele como *Paratyphicas*. No dia 06 de abril inicia as respostas às cartas, nas quais identifica os leitores pelas iniciais de seus nomes, explicando a possível moléstia, formas de tratamento e ainda recomendando a alguns que o procurem em seu consultório – anexo a farmácia Guandu – para maiores esclarecimentos. Em anúncio publicitário veiculado no jornal o Dr. Luiz Lindenberg informa os horários de consulta, destacando que em seu laboratório médico realiza exames de sangue, urina, pus e escarros para diagnóstico.

No dia 27 de abril de 1922 foi publicado no *O Cachoeirano* um artigo com o título: “Cuidado com a água”, advertindo a população para que consumisse apenas água potável, como forma de evitar infecções

e doenças como: febre tifoide e cólera. Em 11 de maio de 1922 a sessão: “Pela Medicina”, assinada pelo médico Luiz Lindenberg traz a seguinte advertência:

Este artigo e outros que se seguirão, sem preocupação de estylo e de linguagem tecnica, são dirigidos não aos technicos, mas ao povo em geral, ensinando-lhes meios e modos, ao seu alcance, para se livrar ou se curar das moléstias mais comuns, em nosso meio.

E começa abordando o Impaludismo, o tema não se esgota em uma única edição, sendo necessários vários dias para conclusão da temática proposta, e início de outra de interesse da população.

Entre o cuidar e o curar: as religiosas na Santa Casa de Misericórdia

É nesse contexto de profundas transformações em relação ao saber médico e o tratamento de moléstias diversas, que as irmãs de Jesus na Eucaristia passam a administrar a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim. Esse período foi marcado pela incidência de doenças graves que dizimaram um grande contingente populacional na região, entre essas enfermidades pode-se citar a lepra, tuberculose, febre amarela e febre tifoide.

A hipótese defendida no presente trabalho é que as religiosas cuidavam dos doentes internados na instituição, mas esse cuidado rompia as fronteiras do corpo e alcançava os limites da alma, visto que estas se preocupavam com o conforto espiritual dos convalescentes e de seus familiares, o que certamente tornava o atendimento mais humanizado, favorecendo a cura ou minimizando o sofrimento e possibilitando uma melhoria na qualidade de vida daqueles que eram atendidos no hospital.

A institucionalização da medicina e as modernas profilaxias implementadas pelo poder público em prol da coletividade provocam profundas mu-

danças na sociedade, trazendo a público uma nova compreensão da doença e da saúde, esse discurso foi capaz de redimensionar as relações de poder no interior dos hospitais, estabelecendo um conflito entre o saber médico e o fazer das religiosas no cotidiano da Santa Casa do município do sul do estado. Para demonstrar tais mudanças foi realizada uma pesquisa no jornal *Correio do Sul* entre junho de 1928 a junho de 1929, bem como nas cartas e circulares da madre endereçadas às irmãs que atuavam na Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim.

No jornal *Correio do Sul* foram publicadas as seguintes notícias: no dia 11 de abril de 1929 um informe destacando que o prefeito Francisco Alves Athayde determinou vistoria nos quintais, chácaras e logradouros, tal fato se deu em virtude da descoberta de um caso de febre amarela em Campos, enfatiza que por haver comunicação diária de pessoas de Campos com habitantes de Cachoeiro a medida é necessária, o edil convoca toda a população para que coloque o lixo retirado das habitações junto às calçadas para que seja recolhido. Nos dias 06 e 20 de abril de 1929 foram publicados informativos do médico Luís Phillipe com o título: “O que todos devem saber sobre a Febre Amarela”, demonstrando que havia uma preocupação em relação a incidência de casos na região. Nos dias 18 e 20 de abril a Diretoria de Higiene trouxe um anúncio intitulado: “Guerra ao Mosquito Rajado”, descrevendo a aparência e hábitos do mosquito transmissor da febre amarela, bem como a importância de manter reservatórios de água devidamente tampados.

A assistência filantrópica sempre ocorreu ao longo da história da humanidade, o socorro aos pobres e desvalidos foi muitas vezes financiado por beneméritos, irmandades e associações de diversos modelos. Em Cachoeiro de Itapemirim a Santa Casa de Misericórdia recebia com frequência donativos em dinheiro e gêneros diversos, que eram utilizados para manter o hospital funcionando com assistência a população pobre e indigentes. O que geralmente ocorria, como o noticiado no dia 05 de março, é que

eram divulgados o nome dos beneméritos e a quantia doada em dinheiro, o mesmo ocorria com os que doavam gêneros como arroz, feijão, batata, coelho e material para higiene e limpeza. Além de ser uma forma de reconhecimento público, a notícia de que aquelas pessoas eram colaboradoras de obra social tão nobre, servia muitas vezes como trampolim político ou meio de conseguir inserção na “grande sociedade” do município.

No dia 07 de maio de 1929 foi publicado uma nota sobre a entrega da direção de todos os serviços internos da Santa Casa aos cuidados das irmãs de Jesus na Eucaristia, sendo a Superintendência Geral dos Serviços à encargo da Madre Gertrudes de São José. Após dois dias o periódico publica o contrato de serviço firmado entre a Madre e o Hospital. A seguir citaremos alguns trechos desse contrato que tem nove cláusulas:

1ª. A Irmã Gertrudes de São José, diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, também designada primeira contratante, contrata com a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, também designada contratante ou simplesmente Santa Casa, representada por seu presidente Mário Resende e devidamente autorizada por Assembleia Geral, a direção interna de todos os serviços, sem despesa alguma para a primeira contratante e sob as condições seguintes:

2ª. A primeira contratante obriga-se a superintender todo o serviço interno das dependências da Santa Casa, inspecionando-os diariamente sob força maior e zelando para sua economia, limpeza, asseio, ordem e moralidade. Conforme dispõe o regulamento interno;

[...] 7ª. A segunda contratante obriga-se a dar às Irmãs uma alimentação boa, sadia (...) bem como no caso de doenças de qualquer delas, dar-lhes também além dos necessários medicamentos, a respectiva assistência médica e, verificando algum falecimento, serão por conta da Santa Casa todas as despesas de transporte e enterro;

8ª. A segunda contratante pagará a cada uma das Irmãs empregadas nos serviços da Santa Casa, inclusive à primeira contratante a importância mensal de 100\$000 (cem mil réis) e dará também mais 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) mensalmente para serem aplicados nos seus serviços religiosos podendo a primeira contratante contratar capelão com as atribuições que achar pertinente;

9ª. Este contrato terá vigor durante quatro anos a partir da data de sua assinatura e, se não for proposta a sua rescisão, será ele renovado por mais quatro anos e assim sucessivamente.

A residência das irmãs era nas dependências da Santa Casa, elas assumiram a responsabilidade da chefia de diversos setores, como: farmácia, centro cirúrgico, enfermagem, maternidade, lavanderia, além de assistência espiritual aos enfermos e seus familiares. Em entrevista realizada com a irmã aurora Cogo membro da irmandade desde a década de 1960 – esta tem procurado preservar a história congregação através de concessão de entrevista e arquivamento de documentos - havia no hospital uma diretoria “leiga”, eleita, formada por membros da sociedade local e a diretoria “interna”, na qual as irmãs atuavam, a estas cabia supervisionar todos os setores do hospital, cuidando para que este funcionasse adequadamente, caso encontrassem alguma irregularidade, denunciavam imediatamente.

Ao contrário da diretoria “leiga”, que tinha horário fixo de trabalho, as irmãs permaneciam no hospital - por residir nas dependências do mesmo - por isso em qualquer emergência elas acionavam os médicos e demais membros da diretoria. Na escola as religiosas atuavam em favor dos alunos e nos hospitais em favor dos enfermos, isso favoreceu um tratamento mais humanizado em relação aos doentes e seus familiares, pois os pacientes se identificavam muito com as irmãs e relatavam suas angústias, temores e até se queixavam caso entendessem que estavam sendo vítimas de maus-tratos ou descaso por parte da equipe médica. Nesse sentido o papel destas era

fundamental, pois se o médico quisesse continuar atuando na instituição precisava de certa forma do aval das religiosas, se houvessem malsinações relacionadas a sua prática junto aos doentes, elas denunciavam junto à diretoria “leiga”, o que podia provocar a demissão do “galeno”.

Até a primeira metade do século passado as mulheres tinham muito pudor de se consultarem e de realizarem seus partos com médicos, o mais usual é que partejassem no conforto do seu lar sob os cuidados de uma parteira. Mas a partir da inserção das Irmãs no quadro de funcionários da Santa Casa ocorreu uma mudança significativa nesse sentido.

Irmã Celina que ingressou na congregação com 24 anos e passou a atuar na Santa Casa no ano de 1935, recebeu destaque, por ter um pequeno quarto ao lado da maternidade – a religiosa era acionada a qualquer hora do dia ou da noite para a realização dos partos – e quando tinha algum tempo livre, costurava roupas para bebês, cintas e camisolas para as mães pobres, geralmente chamadas de indigentes. Ela trabalhou no hospital por cerca de 52 anos – de 1935 a 1987, quando faleceu – calcula-se que tenha realizado cerca de 10 mil partos (MOULIN, 2011).

Numa época em que o Brasil era considerado um imenso hospital, não é de se admirar que as irmãs, independente do contato direto com os doentes ou não, também fossem acometidas por doenças graves que assolavam a região do sul do estado do Espírito Santo nesse período. Em carta datada de 22 de julho de 1938 a madre Gertrudes de São José pede que as demais religiosas continuem rezando pela irmã Edwirges que estava há um mês doente de parietifo.

Em 15 de dezembro de 1938 a superiora informa que irmã Olívia se submeteu a uma operação de apendicite e que passa bem, mas em outra carta datada de 31 de dezembro de 1938, a mesma relatou com pesar o falecimento da referida irmã, que após a cirurgia foi atacada por uma febre muito alta, com o passar dos meses foram conhecidos os sintomas da febre tifoide e como descreveu a madre, a medicina esgotou todos os seus recursos sem nenhum resultado.

De acordo com a descrição do velório percebemos que à época a morte era “um espetáculo”, capaz de fazer refletir sobre a fugacidade da vida, de gerar comoção e solidariedade entre estranhos, espetáculo capaz de minimizar as mazelas cotidianas:

Houve três missas de corpo presente. O seu coche fúnebre todo coberto de lírios onde repousava o seu corpo virginal foi acompanhado por inúmeras pessoas que confundiam as suas lágrimas com as nossas. As ruas estavam repletas de pessoas que vinham apreciar aquele quadro triste, mas belo (*Cartas de Madre Gertrudes de São José*, 1938, p. 108).

Havia preocupação por parte da madre com a atuação das religiosas que trabalhavam na Santa Casa, em carta de 10 de agosto de 1939 a superiora alerta que se lembrem do capítulo 9º das constituições do regimento que determina a proibição das irmãs de terem correspondência com qualquer que seja, sem licença de sua superiora, nem amizades particulares com pessoas religiosas, mesmo confessores e Diretores. Destaca que é proibido às religiosas fazer ou receber presentes, entreter-se com conversas fiadas com qualquer secular, isto é, médicos, enfermeiros, empregados e até com sacerdotes fora do confessionário. Na mesma carta madre Gertrudes alerta sobre a importância da obediência à determinação da Saúde Pública, que ordenou a todas as pessoas que tratavam com doentes, seja nas enfermarias, salas de operações e curativos, a vestirem-se de branco, segue escrevendo que em todos os hospitais onde havia atuação de membros da irmandade, as religiosas deveriam usar um avental inteiro com mangas compridas e véu branco.

Podemos observar que as mudanças no pressuposto do cuidar para o curar começam a chegar no município a partir do final da década de 1930 alterando de certa forma a rotina do hospital e o modo de atuação das irmãs junto aos doentes, ao que indica outra carta da madre, houve resistência por parte das religiosas em acatar a nova vestimenta. Tanto

que em carta do dia 10 de agosto de 1939 a mesmas e queixa que algumas freiras não estão cumprindo as exigências da Saúde Pública, tampouco as suas determinações, destaca que as diretoras deveriam ser as primeiras a cumprir a norma para dar o exemplo, mas recusam-se a obedecer às ordens e segue afirmando que para evitar escândalos, proibirá a renovação dos votos às irmãs que antes da data fixada não estiverem vestidas conforme o que foi determinado.

As religiosas que atuavam no hospital passaram a buscar capacitações através de cursos de enfermagem, como forma de adequação aos novos rumos da saúde no país. No ano de 1946 – dia 08 de março, madre Gertrudes escreve às irmãs Olívia e Celestina sobre a importância de ambas fazerem o curso de enfermagem superior na renomada escola Ana Nery no Rio de Janeiro, para obtenção de certificado, destaca no texto que o estudo e a prática adquirida na escola têm muito valor nos hospitais. Irmã Olívia foi a pioneira, fazendo inclusive especialização em São Paulo, ao regressar passou a ministrar cursos de auxiliar de enfermagem com emissão de certificados, depois dela um número significativo de religiosas ingressaram na escola superior de medicina no Rio de Janeiro. Antes disso o que havia era a aprendizagem na prática, adquirida no dia a dia da instituição.

As cartas escritas pela superiora eram lidas em todas as congregações em que as religiosas da irmandade atuavam, como forma de alertar, corrigir, informar e encorajar as demais. Em 02 de maio de 1937 a madre escreve uma Carta Circular endereçada as “queridas filhas” da Santa Casa de Misericórdia, na qual elogia o trabalho das religiosas e destaca que há dissabores, contrariedades, desgostos e perseguições, promovidas por pessoas a quem estas dedicam os mais ternos carinhos. Apesar de não ser objetiva em relação ao que significam essas perseguições, a hipótese que aqui defendemos é de que haviam conflitos internos no interior do Hospital, em virtude das mudanças que ocorriam na implementação do novo modelo de saúde coletiva que se institucionalizava. Para reforçar tal argumento analisamos uma carta

datada de 20 de agosto de 1951 – época em que as irmãs apesar de continuarem atuando na instituição, não administram mais o hospital – na qual a Madre procura saber notícias detalhadas sobre o cumprimento das obrigações por parte das religiosas, inquirindo a estas se estão mantendo uma postura séria no trato com os médicos e empregados; se guardam postura religiosa junto aos seculares; se a nova administração as trata bem e se as “considera e as respeita”. Continua citando os deveres de uma diretora hospitaleira que seriam os seguintes: visitar os doentes diariamente, tanto pensionistas como os indigentes, atendendo-os em suas reclamações, para que não as façam ao diretor; confortá-los, aconselhá-los nos Sacramentos para que ninguém morra sem eles; percorrer os empregos das irmãs para verificar se cumprem suas obrigações ou se deixam em falta “os doentinhos”. Pede que tratem bem umas às outras, os seculares e sobretudo os membros da diretoria.

A partir da década de 1950 – como foi citado anteriormente – as irmãs permanecem nas dependências da Santa Casa atuando em vários setores, apenas como funcionárias da instituição. Segundo relatos da religiosa Aurora Cogo esse momento de transição está relacionado a mudança pela qual a medicina estava passando, pela ampliação da atuação do hospital e a complexidade que este passa a ter. Segundo a mesma, se transformando muitas vezes em “fonte de lucro”.

As religiosas começaram a perceber que os demais funcionários reclamavam que estas possuíam privilégios dentro do hospital, pois como ficavam o dia todo – e às vezes até a noite – trabalhando na instituição, se alimentavam da comida que era produzida pelo hospital e utilizavam os serviços da lavanderia. Ainda segundo a religiosa citada anteriormente, esses benefícios eram uma forma de compensar o pouco salário que as freiras recebiam.

Conclusão

Concluimos destacando que a partir do século XIX o Brasil teve que lidar com surtos de moléstias diversas, à exemplo do cólera, tuberculose, peste bubônica, febre amarela, varíola e malária. Os avanços da microbiologia e os estudos desenvolvidos por Oswaldo Cruz e seus colaboradores favoreceu o surgimento de uma política de saúde pública voltada para a coletividade.

As religiosas da congregação de Jesus na Eucaristia passaram a atuar na Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim em 1930, assumindo a administração interna do hospital. No cotidiano o fazer das irmãs junto aos doentes, familiares, médicos e demais funcionários da instituição, favoreceu o desenvolvimento de um tratamento ético e humanizado junto a todos os que de alguma forma ou em algum momento necessitaram de atendimento junto ao hospital.

As mudanças acerca da institucionalização da medicina ecoaram no município fazendo com que as religiosas buscassem se adequar às novas normas da Inspetoria de Saúde, seja através da vestimenta ou de qualificação em cursos de enfermagem e especialização. Tais mudanças geraram um certo conflito entre o fazer das freiras e a nova prática médica, tanto que em 1950 estas continuam trabalhando na instituição, mas deixam a administração interna da mesma e aos poucos migram para outras frentes de atuação junto aos desvalidos e necessitados.

Referências

- ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos lugares além-mar na formação do império português. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, vol. VIII (3): 591-611, set-dez, 2001.
- ALBUQUERQUE, Marly et al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil (1903-1911)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 1991.
- ANCHIETA, José de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre José de Anchieta (1554-1594)*. Civilização Brasileira S.A, Rio de Janeiro, 1933.

BENCHIMOL, Jaime L. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2001.

BENCHIMOL, Jaime L.; TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos Institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.

BENCHIMOL, Jaime L. *Manguinhos: do sonho à vida, a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 1990.

BYNUM, William. *História da medicina*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

CALMON, Pedro. *História do Brasil (Séc. XVI)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971. Vol. I

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. 2011. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. USP, Doutorado, 2011.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

Jornal O Correio do Sul, Ano I, junho de 1928 a junho de 1929 (versão digitalizada). Arquivo Público do estado do Espírito Santo.

Jornal O Cachoeirano, 1900 e 1901. Biblioteca nacional - hemeroteca digital.

LIMA, Nísia Trindade. O Brasil e a organização Pan-americana de Saúde: uma história em três dimensões. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.). *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e interpretações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 313-332, 2000.

MADRE GERTRUDES DE SÃO JOSÉ. *Cartas*. Congregação das irmãs de Jesus na eucaristia (maio de 1937 a junho de 1962). Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1981.

MOULIN, Ariette. *Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim, 1900 – 2010*. Cachoeiro de Itapemirim, Gracal, 2011.

PENNA, Belisário; NEIVA, Arthur. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 8, n. 3, p. 74-224, 1916.

SÁ, Isabel dos Guimarães; PAIVA, José Pedro. Introdução. In: PAIVA, José Pedro (Coord.). *A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2004, p.7-26. Vol. 3.

WOOD-RUSSEL, A.J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia (1550 – 1755)*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro. Artenova, 1976.

Recebido em: 31/07/2017

Aprovado em: 29/09/2017



ARTIGO

IMPACTOS DA DITADURA MILITAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: A ATUAÇÃO DA AESI/UFES ENTRE 1974 E 1975

Ayala Rodrigues Oliveira Pelegrine

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social das relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com amparo à pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Leonardo Baptista

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o funcionamento das atividades repressivas promovidas pela Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/UFES) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre os anos de 1974 e 1975. Para tanto, baseia-se na análise da documentação produzida pelo órgão, na qual se encontram registros de suas atividades no interior do campus no referido período. Tal acervo foi descoberto pelos trabalhos da Comissão da Verdade UFES, que, desde 2013, tem investigado e revelado as práticas repressoras e de violação de direitos humanos promovidas pelo Estado brasileiro sobre estudantes, professores e funcionários integrantes da comunidade universitária. Nessa direção, o contato com informes e pedidos de busca da AESI/UFES permitiu a reconstrução de parte do cenário de controle, vigilância, e medo que permeou a vida acadêmica capixaba, revelando o caráter e a dinâmica das práticas repressivas às quais estava submetida.

Palavras-chaves: Ditadura militar; Repressão; Universidade Federal do Espírito Santo; AESI.

Abstract

The present article aims to discuss the repressive activities promoted by the Special Advisory on Security and Information (AESI/UFES) at the Federal University of Espírito Santo (UFES) between 1974 and 1975. To this end, it is based on the analysis of the documentation produced by the agency, which contains records of its activities inside the campus in said period. Such a collection was discovered by the UFES Truth Commission, which, since 2013, has investigated and revealed the repressive and human rights violating practices promoted by the Brazilian State against students, teachers and employees of the university community. In this direction, the contact with AESI/UFES search reports and requests allowed the reconstruction of part of the scenario of control, surveillance, and fear that permeated academic life in the state of Espírito Santo, revealing the character and dynamics of the repressive practices to which it was subjected.

Key-words: Military dictatorship; Repression; Federal University of Espírito Santo; AESI.

1. A repressão nas universidades brasileiras a partir de 1970

Durante os vinte e um anos em que vigorou a ditadura militar no Brasil – entre 1964 e 1985 –, a coerção policial, a censura, o controle do processo político e o domínio arbitrário do poder Executivo sobre os demais poderes marcaram a vida política nacional. Nesse período, a repressão política é prática essencial nas relações estabelecidas pelo Estado com suas instituições e seus cidadãos.

Segundo Mariana Joffily (2014, p.158), a repressão política

abarca uma diversidade extensa de atos, entre os quais incluem cassações, intervenções, censura, leis autoritárias, ameaças, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas.

Em maior ou menor grau, um inventário de ações autoritárias foi praticado pelo regime militar durante todo o período de sua vigência no país¹. Supostamente em defesa da ordem e dos valores morais da sociedade brasileira, um poder autoritário foi construído para combater opositores políticos – indivíduos, movimentos e organizações – e o que era identificado como “ameaça comunista” (MOTTA, 2014).

De acordo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p. 12), a repressão foi um elemento basilar da política de *modernização conservadora e autoritária* dos governos militares no Brasil, que conduziam o país sob a lógica do “desenvolvimento com

segurança”. Buscava-se promover o desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico ao mesmo tempo em que se pretendia “conservar” as tradições morais e a ordem social do país – tradicionalmente elitista e desigual. Nesse projeto, as ações repressivas seriam instrumentos para remover obstáculos aos anseios modernizadores do governo e para combater as ações revolucionárias de esquerda e as demais formas de “subversão” e “desvio” políticos e morais. Assim, a construção de uma estrutura legal e burocrática, que desse respaldo às ações repressivas do Estado autoritário, processou-se desde 1964.

Conforme analisa o historiador Marcos Napolitano (2014, p. 81), desde seus primeiros movimentos, o governo instalado pelo golpe civil-militar se configurava, gradativamente, numa ditadura. Entre 1964 e 1967, durante o governo de Castelo Branco, a repressão aos opositores e o fechamento do sistema político, com o reforço do Executivo, cristalizavam-se por meio da outorga dos Atos Institucionais, da Lei de Segurança Nacional, de uma nova Constituição (1967)². A partir de 1968, iniciou-se o período de maior intensidade da repressão política. A posse do general Arthur Costa e Silva, no ano anterior, significou a ascensão ao poder da chamada “linha-dura”³ (ANGELO, 2009, p.63), ala militar defensora do reforço das atividades repressivas contra os “inimigos” do regime e da nação. Diante da explosão dos movimentos de

¹ É exemplar da opção repressiva pela ditadura o fato de que, já nos seus primeiros anos, a presidência do general Castello Branco (1964-1967) – algumas vezes classificada como branda por alguns estudiosos – tenha fortalecido a interferência militar na sociedade, resultando em prisões políticas, exílios, tortura, mortes, cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos e anulação da estabilidade dos funcionários públicos civis e militares (GASPARI, 2002, p. 130-131). Da mesma forma, entre 1975 e 1976, no contexto da chamada distensão do governo Geisel (1974-1979), membros de partidos clandestinos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), também foram exterminados pelo aparelho repressivo do governo (RIDENTI, 2014, p.39).

² Questionando o caráter liberal do governo de Castelo Branco, Napolitano (2014, p.81) afirma que “apesar de passar para a história como um presidente ‘liberal’, o general foi o que mais cassou os direitos políticos e os mandatos parlamentares. Além disso, ele colaborou na estruturação das bases jurídicas do regime autoritário, com vistas a uma ação político-institucional de longo prazo”.

³ Mariana Joffily (2013, p.25), indica que a expressão “linha dura” designava um “grupo de militares de extrema-direita, disseminados pelos quartéis, que defendiam o uso da violência como instrumento de afirmação do poder”. A autora aponta para a dificuldade na polarização entre uma ala moderada e uma ala dura no que tange à postura em relação à repressão política do regime, haja vista que mesmo os relacionados ao primeiro grupo também apoiavam, em determinadas circunstâncias, posturas radicais. Carlos Fico (2001, p. 23) também alerta que, por militares, devemos entender um grupo de diferentes posições ideológicas sobre o aparato repressivo do Estado. Deve-se pensar além dessa divisão, que procura homogeneizar os indivíduos, para melhor compreender as ações repressivas da ditadura.

resistência e do crescimento das ações armadas dos agrupamentos revolucionários, os setores da extrema-direita militar encontraram ambiente propício para seus anseios repressivos⁴.

Nesse quadro, assistiu-se ao enrijecimento do regime militar, cujo marco fundamental foi a decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Além de viabilizar maior fechamento do sistema político brasileiro, dando amplos poderes ao Poder Executivo, o AI-5 ampliou os mecanismos de controle e repressão à sociedade⁵. Além disso, o Ato representou o caminho jurídico para a nova estrutura repressiva, concedendo maior liberdade de ação aos agentes da repressão, legalizando e institucionalizando práticas antes ilegais⁶ (JOFFILY, 2013, p.27). Doravante, o Brasil experimentava seus chamados “anos de chumbo”, expressão que ilustra a rigidez do governo seguinte, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici⁷ (1969-1973).

No período, consolidou-se a especialização dos sistemas de segurança e informação do regime por meio da capilarização de uma rede repressiva institucional – o “sistema de informações” – incumbida de

vigiar e combater organizações e indivíduos considerados subversores. Originava-se, assim, a “comunidade de segurança e informação” (FICO, 2001, p.17-18), estruturada num conjunto de órgãos e profissionais especializados na coleta e armazenamento de dados da subversão no país. O Serviço Nacional de Informação (SNI), criado em 1964⁹, centralizava suas ações, reunindo e produzindo informações para a segurança nacional, com apoio de suas agências espalhadas pelo país. Ele alimentava o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que abastecia a presidência de dados para a tomada de decisões¹⁰, e regulava os Sistemas Setoriais dos Ministérios Cíveis, compostos por órgãos de informações instalados nos ministérios, autarquias e empresas estatais. (FICO, 2001, p.81-83).

Nos ministérios cíveis, o monitoramento das atividades e dos funcionários era realizado, desde 1967, pelas Divisões de Segurança e Informações (DSI). A partir de 1970, sob a coordenação do SNI, elas foram reforçadas e ramificadas com a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) – ou, a partir de 1975, Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) (MOTTA, 2014, p.194-195). A DSI do Ministério da Educação (DSI/MEC) foi uma das mais atuantes no período, incumbida, principalmente, de cuidar da vigilância e do monitoramento dos campi brasileiros (FAGUNDES, 2013, p. 299). No contexto de uma guerra subversiva imaginada, as atividades políticas nas universidades recebiam bastante atenção da comunidade de segurança e informações da ditadura, uma vez representadas como terreno fértil

4 A radicalização repressiva não deve ser entendida somente como uma resposta pontual da ditadura ao crescimento da resistência, a partir de 1967. Conforme aponta Fico (2001, p.64), desde o golpe, os setores radicais exerciam forte pressão sobre o alto comando militar, com intuito de elevar o nível da repressão política e finalizar a “operação limpeza” da sociedade brasileira – neutralizando corruptos, subversivos, desordeiros e comunistas.

5 O AI-5 suspendeu as garantias constitucionais dos cidadãos por prazo indeterminado; ampliou os poderes discricionários do presidente; fechou o Congresso; cassou membros dos únicos dois partidos autorizados a existir pelo Ato Institucional nº 2 (1965), a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mantendo o primeiro sob a total subserviência do Estado e o relegando o segundo à quase impotência; institucionalizou a censura (MENDONÇA; FONTES, 1988, p.45-46).

6 Segundo Joffily (2013, p.27), “o AI-5 aboliu o habeas corpus para os crimes políticos e permitiu que as prisões prescindissem de acusação formal e de mandado judicial”. Afrouxavam-se as limitações legais para o combate violento aos representados como subversivos.

7 O general Médici foi eleito em 1969, por uma Junta Militar, para ocupar o vazio presidencial causado pelo falecimento de Arthur da Costa e Silva, no mesmo ano.

8 Além dos órgãos criados para atuar na produção e na coleta de informações, a Comunidade contava com órgãos de segurança voltados

para execução de tarefas operacionais, prisões e apreensões como o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Para um maior detalhamento da estrutura e das funções dos órgãos da Comunidade de Segurança e Informação, ver Fico (2001).

9 Importante citar que a criação do SNI ocorreu em junho de 1964, no início do regime, denotando a precoce preocupação militar com a vigilância e a produção de informações sobre os inimigos políticos.

10 As diferentes instituições de segurança nacional possuíam sistemas de informação específicos para assuntos militares: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) (FICO, 2001, p.85).

para infiltração e difusão das utopias revolucionárias comunistas (MOTTA, 2014).

Dessa forma, a partir de 1971, as universidades públicas foram coagidas a criar suas específicas AESIs. Legalmente, as ações das agências foram respaldadas pelo Decreto-Lei 477/69¹¹, que legislava o controle e a repressão a professores, alunos, e funcionários de estabelecimentos de ensino acusados de cometerem infrações disciplinares. Ao mesmo tempo, como verifica Motta (2014), suas atividades obedeciam a decretos e normas de caráter sigiloso, lançados pelos chefes dos DSI/MEC, a fim de efetivar sua política repressiva nas universidades. Segundo as normas que regulavam seu funcionamento, sua função era apoiar as reitorias universitárias nas questões ligadas à segurança.

Todavia, na prática, elas atendiam às determinações do Plano Setorial de Informações, prestando à DSI/MEC informações requisitadas, produzindo contrainformações e alimentando os sistemas de segurança e informação. Conforme constatado pela Comissão Nacional da Verdade em seu relatório final (BRASIL, 2014, p.277), as Assessorias se concentravam na produção de informação e contrainformação, na monitoração estudantil e na triagem de professores e funcionários. Seus agentes eram formados tecnicamente pela Escola Nacional de Informações (EsNI) e conheciam os manuais de segurança, elaborados pelo sistema de informação (MOTTA, 2014, p.198).

A intensificação das atividades repressivas nas universidades públicas refletiu o contraditório projeto modernizante-conservador e autoritário do regime. A dimensão desenvolvimentista dessa política acelerou o processo de crescimento econômico e de expansão industrial do país – ocasionando o “milagre econômico” brasileiro. Além disso, investiu na rees-

truturação física das universidades, com a ampliação das vagas e o incentivo à pesquisa, implantando uma reforma universitária que expressava seus anseios modernizantes. O objetivo era conectar as universidades ao projeto de desenvolvimento do país, considerando-a como espaço fundamental para a síntese entre o econômico e o social e para a formação da elite intelectual que sustentaria o avanço científico e tecnológico nacional¹².

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que as universidades experimentavam a expansão do ensino superior, a dimensão repressiva zelou pelo reforço das ações de vigilância e de repressão nos campi, limitando a autonomia acadêmica, a produção e a circulação dos saberes e das manifestações criativas. O aumento da repressão revela o inegável caráter autoritário da cultura política¹³ compartilhada pelos servidores do regime, que se pautavam em representações, tradições, ideias, valores e sentimentos anticomunistas,¹⁴ e justificavam as violações cometidas contra os direitos individuais dos cidadãos brasileiros, a autonomia universitária e a liberdade dos estudantes, professores e servidores – por meio de práticas como a tortura, o banimento, o expurgo, o afastamento, e a aposentadoria forçada. Nesse suposto combate ao “inimigo vermelho”, proliferou-se as AESIs, acirrando as práticas de vigilância e repressão no cotidiano das comunidades universitárias.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a agência foi instalada em 1971 (FAGUNDES, 2013, p. 306) e a investigação histórica de suas ações tem sido possibilitada, desde 2012, pelos trabalhos

11 De acordo com Luiz Antonio Cunha, o Decreto-lei nº477, de 26 de fevereiro de 1969, era decorrência natural do AI5, aplicado aos professores, alunos e funcionários das instituições de ensino, proibindo qualquer manifestação de caráter político nas instituições de ensino. Para mais informações, ver: CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 12. ed, 1991.

12 Motta (2014, p.56) afirma que a reforma universitária efetivada em 1968 tinha como objetivo aplacar os movimentos estudantis que, desde 1967, radicalizavam suas ações pela reformulação estrutural e pedagógica das universidades brasileiras. Esperava-se que os projetos reformistas resultassem na desmobilização dos focos de resistência nos campi.

13 Sobre a discussão acerca das culturas políticas, consultar: BERS-TEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998; e MOTTA, Rodrigo Patto de Sá (org.). Culturas Políticas na História: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009.

14 Sobre o assunto, consultar MOTTA (2012).

da Comissão da Verdade UFES (CV/UFES), que localizaram milhares de documentos reveladores do cotidiano da atuação repressiva na instituição. A chefia da AESI/UFES ficou a cargo do advogado Alberto Monteiro, servidor da própria Universidade, que chegou a cursar a Escola Superior de Guerra como representante da UFES no ano de 1972, tendo como um de seus principais objetos o estudo da infiltração comunista na Universidade e do seu grau de ameaça para a segurança nacional¹⁵.

Nota-se que a chefia de um órgão do sistema de informação do regime militar ficara a cargo de um civil, mas, que, em certa medida, militarizava-se ao ser formado ideologicamente pela ESG e seus manuais de segurança e combate aos inimigos internos da nação. Caberia, talvez, também questionar, em que medida esses agentes civis da repressão também não seriam representados pela comunidade universitária como “indivíduos militarizados” ou “policiais” a partir da função que exerciam e das práticas que adotavam.

2. Repressão na UFES: as ações da AESI entre 1974 e 1975

Os estudos realizados com parte da documentação localizada na UFES, especificamente sobre os anos de 1974 e 1975, permitem alguns apontamentos dos aspectos que marcaram as atividades repressivas no cotidiano da instituição capixaba. Nesse período, teria início o processo de “abertura democrática”. Promoveram-se alterações no regime que, paulatinamente, entre avanços e recuos, o liberalizaram. Com a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1978), originou-se o processo de “distensão”, de forma len-

ta, segura e gradual, permitindo uma relativa flexibilização do sistema político ditatorial, mas ainda sob controle militar (COUTO, 1999, p.134). Nesse sentido, o caráter controlado da abertura e a influência dos comandos militares dos órgãos de segurança e informação criaram condições para a permanência da repressão nas instituições e na sociedade brasileira.

Como define Napolitano (2014, p. 3014), a *política de distensão* tratava-se de mais uma etapa do processo de institucionalização de um regime militar autoritário. Ela deve ser entendida como um conjunto de medidas adotadas, mais especificamente até 1977, que combinou a institucionalização da exceção, a descompressão pontual, restrita e tática, como um projeto estratégico de retirada militar para os quartéis. Dessa maneira, ao lado da abertura relativa de espaços democráticos, o governo Geisel (1974-1979) considerava, naquele contexto, a repressão como insuficiente e arriscada para tutelar o sistema político, sob o risco do governo se isolar dele. Ao mesmo tempo, não se abria mão das ações dos órgãos repressivos, na medida em que se entendia como necessária a segurança do processo político, ou seja, a manutenção do controle militar.

Dessa forma, a manutenção do discurso acerca da necessidade de controlar possíveis focos subversivos na sociedade manteve atuante a espionagem e o controle sobre indivíduos e organizações. Afastada a ameaça da luta armada desde o início de 1974, o aparato repressor da ditadura militar brasileira buscou legitimar sua existência, fomentando “novas ameaças” e reforçando a imagem de seus principais inimigos (FICO, 2001, p.133). Assim, o monitoramento da vida universitária também foi preservado, e continuou recebendo significativa atenção dos sistemas de informação.

Neste sentido, a partir da análise dos documentos produzidos pela AESI/UFES entre os anos de 1974 e 1975, início do governo Geisel (1974-1979), pode-se suscitar a ideia de que, ao se verificar a rotina repressiva instalada no cotidiano das universidades

15 Essas informações constam de um documento oficial, produzido pelo próprio Alberto Monteiro, no estado da Guanabara em 15 de junho de 1972, e remetido ao diretor da Escola Superior de Guerra. No documento, o chefe da AESI se apresentava como representante da UFES na Escola e pedia apoio com a sugestão de medidas que pudessem ser incluídas em seu trabalho (Arquivo Comissão da Verdade UFES. Ofício s/n. AESI/UFES. Vitória: 1972).

brasileiras nesse período, é possível evidenciar o caráter seguro e ainda militarizado do processo político de liberalização do regime militar propalado pela política de distensão.

Os documentos tratados a seguir referem-se, mais especificamente, ao intercâmbio de informações confidenciais entre AESI/UFES, os Centros de Ensino de Artes (CAR), os de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), os Estudos Gerais (CEG) e o de Biomédicas (CBM) da UFES. Com intuito de buscar uma melhor apresentação textual ao leitor, adota-se aqui uma organização do texto de forma temática, a partir das funções e tipos de atividades assumidas e exercidas pela referida agência de vigilância no cotidiano da universidade entre os anos de 1974 e 1975.

2.1 A AESI/UFES entre 1974 e 1975

Entre os anos de 1974 e 1975, os ofícios que circularam entre a AESI e os Centros da UFES permitem verificar a busca pelo controle sobre entrada e saída de estudantes nos cursos. A especificação desses indivíduos indica uma possível preocupação com a entrada e a circulação de elementos considerados “indesejáveis” na universidade. Visando localizar estudantes, pedidos de busca oficiais e confidenciais foram destinados às diretorias dos Centros a fim de coletar dados acerca de possíveis matrículas e solicitações de transferência. Em 11 de março, a AESI/UFES solicitou ao Centro de Artes (CAR)¹⁶, ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)¹⁷, e ao Centro de Biomédicas (CBM)¹⁸, informações acerca da possível matrícula, no sistema seriado, dos estudantes Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco. Ambos os Centros remeteram, respectivamente, nos dias 12¹⁹

e 13²⁰ de março, resposta oficial negativa sobre a matrícula dos alunos procurados.

A documentação analisada também evidencia o papel exercido pela AESI/UFES como elo entre o sistema de segurança e informação e a vida universitária. Nesse sentido, percebe-se a postura da agência no sentido de tentar assegurar a aplicação das punições a estudantes que teriam infringido os artigos do Decreto-lei 477/69 e os regimentos internos da universidade. Em 1974, por exemplo, a AESI/UFES informou a decisão do Ministério da Educação que proibia a matrícula em estabelecimento de ensino, por três anos, de estudantes enquadrados no inciso II, § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 47721. Assim, foram punidos os alunos Marcelo Amorin Netto (CBM); Jorge Luiz de Souza (CCJE); Adriano Sisternas (CT); Angela Milanez Caetano (CEG); Iran Caetano (CBM); Gustavo Pereira do Vale Neto (CBM); e José Willian Sarandy (CCJE), conforme os comunicados oficiais enviados em 05 de abril, ao CAR²², ao CBM²³ e ao CCJE²⁴. Apesar do ofício expedido pela AESI não especificar a infração cometida por aqueles universitários, o conteúdo do decreto-lei e o artigo no qual os mesmos foram enquadrados, indicam uma provável acusação por atos de subversão e/ou desordem nos campi, que, possivelmente, também teriam sido averiguados pelos agentes repressivos atuantes na universidade.

Além disso, a AESI/UFES fiscalizava a manutenção de matrícula de alunos que estavam sendo processados pelo MEC. Em 22 de janeiro de 1974, comunicou, oficialmente, à direção do CBM o impedimento de matrícula dos estudantes Gustavo Ferreira

16 Acervo Comissão da Verdade UFES. Ofício 050/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

17 Idem. Ofício 053/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

18 Idem. Ofício 054/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

19 Idem. Ofício 059/74 – CAR/UFES. Vitória: 1974.

20 Idem. Ofício 129/74 – CCJE/UFES; Ofício 01/74 – CBM/UFES. Vitória: 1974.

21 Para consulta ao texto integral do Decreto-Lei 477, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Dele0477.htm. Acesso em 11 de fevereiro de 2015.

22 Acervo Comissão da Verdade UFES. Ofício 079/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

23 Idem. Ofício 080/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

24 Idem. Ofício 082/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

do Vale Neto e Marcelo Amorim Netto “até decisão do Ministro da Educação e Cultura, no processo sumário em que foram indicados conforme o Decreto-lei 477, instaurado pela Portaria nº2, de 07 de agosto de 1973, do magnífico reitor da UFES”.²⁵

O controle e a triagem ideológica do corpo docente universitário também incorporavam o rol de ações da AESI/UFES. Em contato com os documentos, percebe-se a tentativa de constante monitoramento sobre professores, evidenciando-se preocupações de fundo político-ideológico. Dessa forma, interessava à chefia da AESI/UFES tomar conhecimento dos nomes e perfis dos docentes que atuavam na universidade. Por isso, em 11 de junho de 1974, a agência solicitou, em nível de urgência, ao CCJE²⁶, ao CAR²⁷ e ao CBM²⁸, uma lista nominal dos professores em atividade em seus departamentos.

A conduta moral e profissional dos professores também era observada. Nessa direção, os horários de trabalho dos docentes eram alvos da fiscalização da AESI. Em ofício de 25 de abril de 1974, a agência informou às direções do CAR²⁹ e do CBM³⁰ que tinha ciência de professores que não cumpriam sua carga horária, principalmente, os de regime integral. Nesses termos, solicitava a relação das disciplinas, departamentos e horários dos profissionais que lecionavam naquele regime. Ambas as diretorias remetem resposta oficial enviando os dados solicitados: o CAR/UFES em julho³¹ e o CBM em agosto³².

O controle por meio da censura à circulação de obras e ideias consideradas “subversivas” também foi presente nas ações da AESI/UFES. Segundo Motta (2014, p.221), a DSI/MEC não tinha poder formal para

censurar publicações e, muitas vezes, usou meios indiretos de pressão para exercer essa tarefa. Em 18 de novembro de 1974, as direções do CAR³³ e do CBM³⁴ foram comunicadas oficialmente, pela AESI, sobre a proibição, lançada pelo Ministério da Justiça, da circulação de alguns livros, por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes. Caso fossem encontrados exemplares das obras seguintes, os Centros deveriam recolhê-las e enviá-las imediatamente à AESI: “Sileen Idol”, de Robert Moore; “All Juiced Up”, de Verônica King; “Jeff’s Trade”, de Roger St. Clair; “Cruise Ship”, de Py Jay Geene; e “Kim Il Sung - Obras escondidas”. Em 1975, alertava-se para a possível entrada de literatura “subversiva” comunista na universidade. Assim, a referida agência alertava aos Centros sobre a atuação do “comunismo internacional”, que estaria disseminando obras comunistas “a livreiros de faculdades e universidades por meio da Livraria Camões”.³⁵

As cerimônias de formatura também não escaparam da vigilância repressiva. Isso porque os órgãos de informação compreendiam que, muitas vezes, tais momentos poderiam ser utilizados como tribuna de protestos contra o governo, o que implicou em sua normatização pelo MEC³⁶, em 1973 (MOTTA, 2014, p.218). Dessa forma, em 1974, o CBM/UFES recebeu pedidos da chefia da AESI/UFES acerca de informações sobre os discursos a serem proferidos por oradores, paraninfos e patronos, homenageados das turmas formandas³⁷. Em resposta, sua direção envia os programas e homenageados dos cursos de medicina³⁸ e odontologia³⁹ nas formaturas que ocorreriam

25 Idem. Ofício 027/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

26 Idem. Ofício 125/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

27 Idem. Ofício 124/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

28 Idem. Ofício 127/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

29 Idem. Ofício 088/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

30 Idem. Ofício 086/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

31 Idem. Ofício 36/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

32 Idem. Ofício 03/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

33 Idem. Ofício 215/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

34 Idem. Ofício 217/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

35 Idem. Ofício 174/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

36 Em 1973, por meio do aviso n.873/73, o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, normatizou a organização de eventos de caráter científico, acadêmico, cultural e esportivo, com o objetivo de censurá-los (MOTTA, 2014, p.218).

37 Acervo Comissão da Verdade UFES. Ofício 236/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

38 Idem. Ofício 05/74 – CBM/UFES. Vitória: 1974.

39 Idem. Ofício 07/74 – CBM/UFES. Vitória: 1974.

em dezembro daquele ano, assim como os discursos⁴⁰ a serem proferidos em homenagem aos médicos e dentistas que adquiriam sua graduação.

A circulação de ideias e o contato dos Centros, estudantes e professores, com influências internacionais também eram monitorados. Por meio de ofícios encaminhados ao CAR⁴¹, CBM⁴² e CCJE⁴³, a ASI/UFES questionava, em 1975, sobre o convite para a participação no “Encontro de Universidades Latino-Americanas”, que seria realizado em março daquele ano, em Bogotá, na Colômbia. Essa preocupação refletia a orientação da DSI/MEC no sentido de se tentar bloquear contatos de estudantes e professores universitários com países do bloco socialista, reforçando a burocratização dos pedidos de afastamento para a participação em eventos no exterior, e dificultando o desenvolvimento da carreira de possíveis “docentes subversivos” (MOTTA, 2014, p.224).

O controle sobre a comunicação da comunidade universitária com outros países, especialmente os que poderiam contribuir com o avanço comunista nos campi, é evidente. Em documentos encaminhados ao CAR⁴⁴ e ao CBM⁴⁵, em 1975, a AESI/UFES alertava para a necessidade de tomar nota das correspondências internacionais que chegassem aos Centros. O indicativo desse controle sobre o recebimento de correspondências dos Centros pode ser evidenciado na resposta remetida pela direção do CBM, em 04 de julho, lembrando à chefia da agência que já enviava as correspondências recebidas⁴⁶, explicitando sua coação.

A própria movimentação de estudantes e professores estrangeiros nos *campi* era vigiada pela AESI/UFES. Os documentos atestam o interesse sobre os discentes estrangeiros que frequentavam

oficialmente a universidade como “estudantes-convênio”: a agência almejava informações sobre os motivos da vinda, o tempo de sua permanência e a origem do custeio dos estudos. Tal situação aparece nos ofícios encaminhados, em 30 de junho de 1975, ao CAR⁴⁷, CCJE⁴⁸ e CBM⁴⁹. A chefia da ASI/UFES também buscava informações sobre docentes estrangeiros na universidade, o que motivou, nesse mesmo ano, uma solicitação oficial emitida ao CAR⁵⁰, CCJE⁵¹ e CBM,⁵² pedindo dados de identificação pessoal e profissional desses docentes.

Por final, cabe atentar para, talvez, uma das principais funções das AESIs no cotidiano das universidades brasileiras: o monitoramento e o controle das atividades dos movimentos estudantis. Na UFES, os documentos evidenciam alguns traços dessa realidade. As atividades de representação estudantil recebiam significativa atenção da AESI/UFES. A legitimação de candidaturas dependia de consulta à respectiva chefia da Assessoria, que discriminava a conduta dos universitários que pleiteavam os cargos junto aos Diretórios Acadêmicos, Colegiados, e Conselhos Universitários. Em 1974, foram encontradas respostas remetidas pela AESI/UFES, possivelmente, às solicitações oficiais de abono ou desabono de conduta, feitas pelos Centros. Assim, em 26 de setembro, o ofício assinado pelo chefe da agência, Alberto Monteiro, comunica o “nada consta” a respeito da conduta de candidato à representação de órgãos colegiados junto ao Centro de Biomédicas:

Senhor Diretor, vimos, pelo presente, comunicar à Vossa Senhoria de que nada consta até a presente data nesta Assessoria, que desabone a conduta do

40 Idem. Ofícios nº 08/74 – CBM/UFES e nº 09/74 – CBM/UFES. Vitória: 1974.

41 Idem. Ofício 021/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

42 Idem. Ofício 023/75 – CBM/UFES. Vitória: 1975.

43 Idem. Ofício 020/75 – CBM/UFES. Vitória: 1975.

44 Idem. Ofício 113/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

45 Idem. Ofício 118/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

46 Idem. Ofício 02/75 – CBM/UFES. Vitória: 1975.

47 Idem. Ofício 107/75 – CBM/UFES. Vitória: 1975.

48 Idem. Ofício 109/75 – CBM/UFES. Vitória: 1975.

49 Idem. Ofício 112/75 – CBM/UFES. Vitória: 1975.

50 Idem. Ofício 167/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

51 Idem. Ofício 165/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

52 Idem. Ofício 179/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

estudante Emílio Maneri Neto, candidato a Representante dos órgãos colegiados junto a êsse (sic) Centro⁵³.

No ano de 1975, há indicações de um aumento do monitoramento da AESI/UFES sobre o movimento estudantil, o que coincidiu, e possivelmente, refletia o processo de reorganização dos Diretórios e Centros Acadêmicos da UFES⁵⁴ (MOREIRA, 2008). Neste contexto, é possível verificar a atenção destinada pela AESI/UFES à identificação e qualificação de conduta dos candidatos aos espaços de representação estudantil.

Em 25 de junho de 1975, a chefia da AESI/UFES informava à direção do CAR a inexistência de informações que impedissem a participação em pleito, para a direção do Diretório Acadêmico “Carlos Cavalcanti”, das estudantes Márcia Braga Capovilla, Marivani Lacerda da Costa, Rita de Cássia Cola, Nádia Cortes Batista e Eliane de Oliveira Sá. Por outro lado, “não recomendava” a candidatura de Paulo Cesar Henriques Jeveaux, por constarem seus dados nos arquivos da Assessoria⁵⁵. Da mesma forma, em 22 de agosto, a AESI/UFES solicitou dados de qualificação acerca dos membros pertencentes aos respectivos Diretórios Acadêmicos do CAR⁵⁶, CCJE⁵⁷ e CBM⁵⁸. Mais tarde, em 05 de dezembro, tal procedimento se repetiu nas eleições de representantes discentes no Conselho Departamental do CAR⁵⁹. Assim, evidencia-se a inter-

venção direta da agência na organização política dos estudantes, limitando suas escolhas e possibilidades nas entidades representativas no campus capixaba.

A partir da análise desses documentos, percebe-se que a triagem ideológica fazia parte das tarefas dos agentes de informação na comunidade universitária capixaba, visando eliminar potenciais lideranças estudantis de caráter opositor e ou que fossem identificadas à “subversão”. Dessa forma, limitava-se a autonomia dos estudantes em suas pretensas atividades políticas.

A documentação analisada permite evidenciar, também, indícios dos impactos da vigilância na rotina dos campi e as maneiras como funcionários e estudantes lidavam com ela. A preocupação em levantar, antecipadamente, possíveis impedimentos para as candidaturas por parte dos Centros de ensino, permite refletir sobre os possíveis mecanismos de autocensura que poderiam emergir no cotidiano da universidade. Possivelmente, o medo das intervenções dos agentes repressivos pode ter impedido que estudantes ocupassem espaços de representação e mobilização estudantil, por medo de serem enquadrados na legislação autoritária vigente, ou inseridos no rol daquilo que se considerava subversivo. Neste sentido, Motta (2014, p.202) interpreta e traduz esse cenário, quando afirma que:

[...] os agentes de informação vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente ‘desviantes’ – usuário de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais – o que revela a influência marcante sobre eles da cultura conservadora. As atividades realizadas por essas agências, mais sua aura de segredo e mistério já que poucos sabiam como elas funcionavam e quais os seus limites, conferiu-lhes poder e disseminou o medo.

53 Idem. Ofício 193/74 – AESI/UFES. Vitória: 1974.

54 Vale verificar que tal fenômeno não foi específico aos universitários capixabas: nesse período, as ações do movimento estudantil brasileiro se rearticularam, despertando o reforço da produção de informações pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informação universitárias (MOTTA, 2014, p.201).

55 Acervo Comissão da Verdade UFES. Ofício 106/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

56 Idem. Ofício 147/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

57 Idem. Ofício 150/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

58 Idem. Ofício 148/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

59 Naquela ocasião, a AESI respondia ao ofício nº252 – CAR/UFES de 20 de outubro de 1975, e não localizado pela CV/UFES, comunicando ao diretor do centro o nada consta a respeito da conduta das estudantes Maria Silva Lima, Dalmir Pereira dos Santos, Rowena Vianna Vassallo,

Liliane de Oliveira Gabeira, Suzana Pimentel da Costa, Giovanna Barbosa Soneghet e Izabel Maria Stein, o que permitiria a participação das referidas alunas como candidatas a representantes do corpo discente no Conselho Departamental e nos Departamentos do Centro. ACERVO COMISSÃO DA VERDADE UFES. Ofício 210/75 – AESI/UFES. Vitória: 1975.

3. Considerações finais

A documentação produzida pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informação nas universidades públicas brasileiras constitui um acervo fundamental para o esforço historiográfico no sentido de compreender a dinâmica de atuação e os impactos desses órgãos repressores no cotidiano das comunidades acadêmicas. Eles se enquadram naquilo que é genericamente definido como “arquivos da repressão”: “[...] conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos” (BAUER; GERTZ, 2011, p.177).

Expressando a rotina das atividades repressivas, eles são capazes de revelar a lógica de funcionamento e o próprio caráter dos órgãos que os produziram. Como “documentos de arquivos”, os arquivos da repressão possuem força probatória por serem “subprodutos de atividades praticadas por instituições e indivíduos no cumprimento de suas funções, de acordo com os padrões jurídicos da sociedade em que se inserem” (CAMARGO, 2009, p.427-428). Assim, possuem estreita proximidade com os fatos, pois são resultados naturais da rotina burocrática, nascendo das necessidades práticas e instrumentais do cotidiano das operações de segurança e informação. Já surgem como provas, registrando as atividades realizadas, com função imediata de nortear e criar conjecturas para tomada de decisões (CAMARGO, 2001, p.4).

Dessa forma, a análise de parte da documentação produzida pela AESI/UFES, aqui apresentada, pode contribuir para revelar sobre a dinâmica repressiva implantada pelo órgão na Universidade Federal do Espírito Santo. Assim, é possível evidenciar o tipo de informação que se privilegiava coletar, o trâmite informacional, os alvos e o caráter das intervenções promovidas pela Assessoria sobre a vida universitária. A documentação revelada pelos trabalhos da Comissão da Verdade UFES abre novos caminhos investigativos sobre os mecanismos

repressores lançados pela ditadura para monitorar, censurar, e controlar comportamentos e ideias no seio das diferentes comunidades universitárias brasileiras. Reforça-se, assim, a relevância do debate sobre as consequências da implantação de um instrumento repressivo no interior dos campi, pelo regime militar, e seus impactos específicos, como na trajetória da UFES. Nessa direção, cumpre-se a função histórica da conservação da memória e da busca pela identificação dos responsáveis pelas violações cometidas pelo Estado brasileiro nesses espaços.

Referências

Documentação Primária

Acervo Comissão da Verdade UFES. Vitória: 1974-1975.

Bibliografia de apoio

ANGELO, Vitor Amorim de. *Luta armada no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2009.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Volume II - Textos Temáticos: A violação dos direitos humanos nas universidades. *Relatório Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, p. 277.

CAMARGO, Ana Maria. *Os arquivos da polícia política como fonte*. São Paulo: Mimeo, 2001.

CAMARGO, Ana Maria. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). Florianópolis: *Tempo e Argumento*, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MENDONÇA, Sônia R.; FONTES, Virgínia M. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo, Ed. Ática, 1988.

MOREIRA, Renato Heitor Santoro. *O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao Poder (1976-1981)*. 2008. 231f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. Contemporânea: história y problemas del siglo XX*, v. 3, n. 3, p. 133-148, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: FILHO, Daniel A.R.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar*. São Paulo: Contexto, 2014.

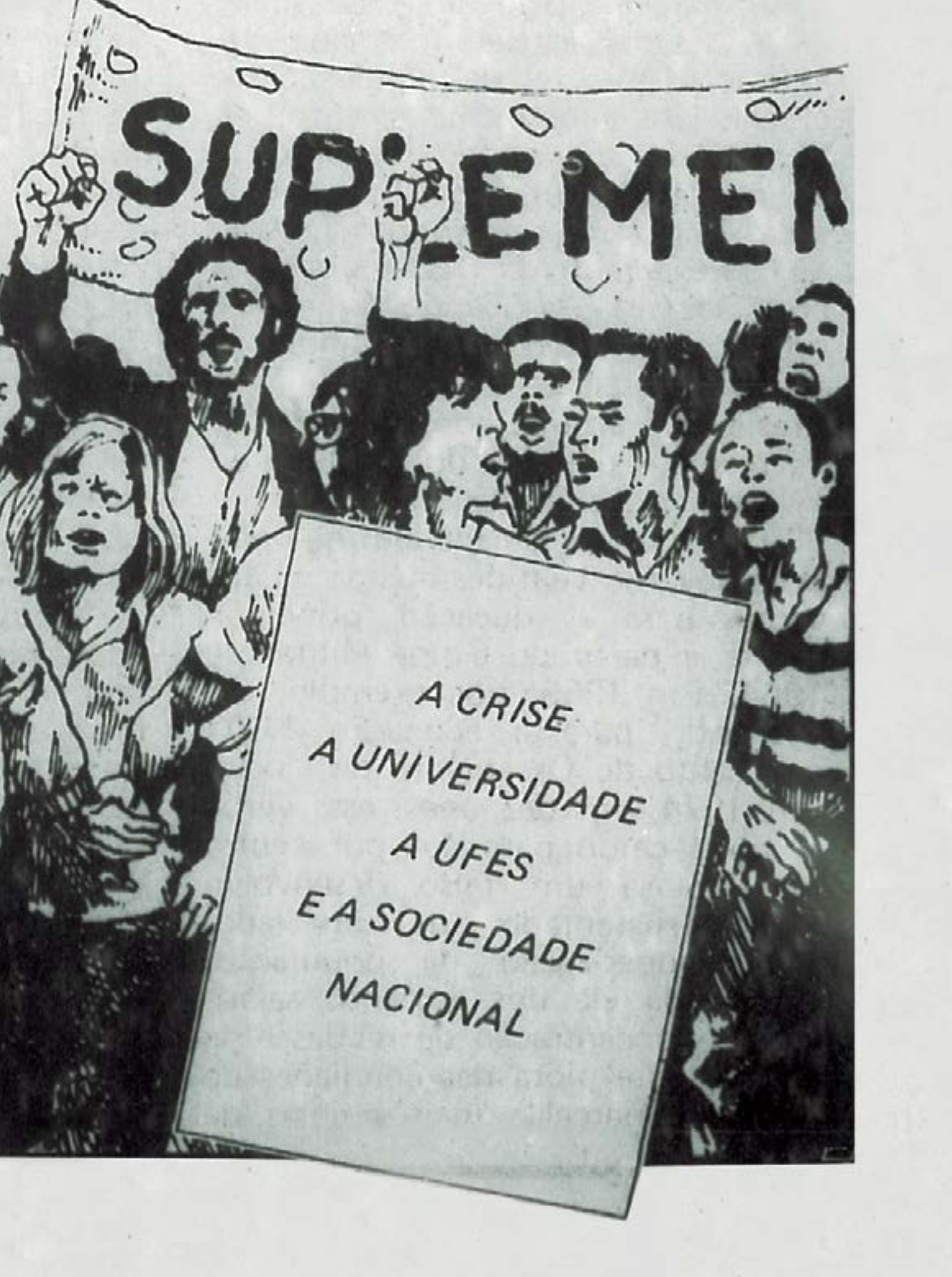
RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura. In: FILHO, Daniel A.R.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2014.

Recebido em: 30/08/2017

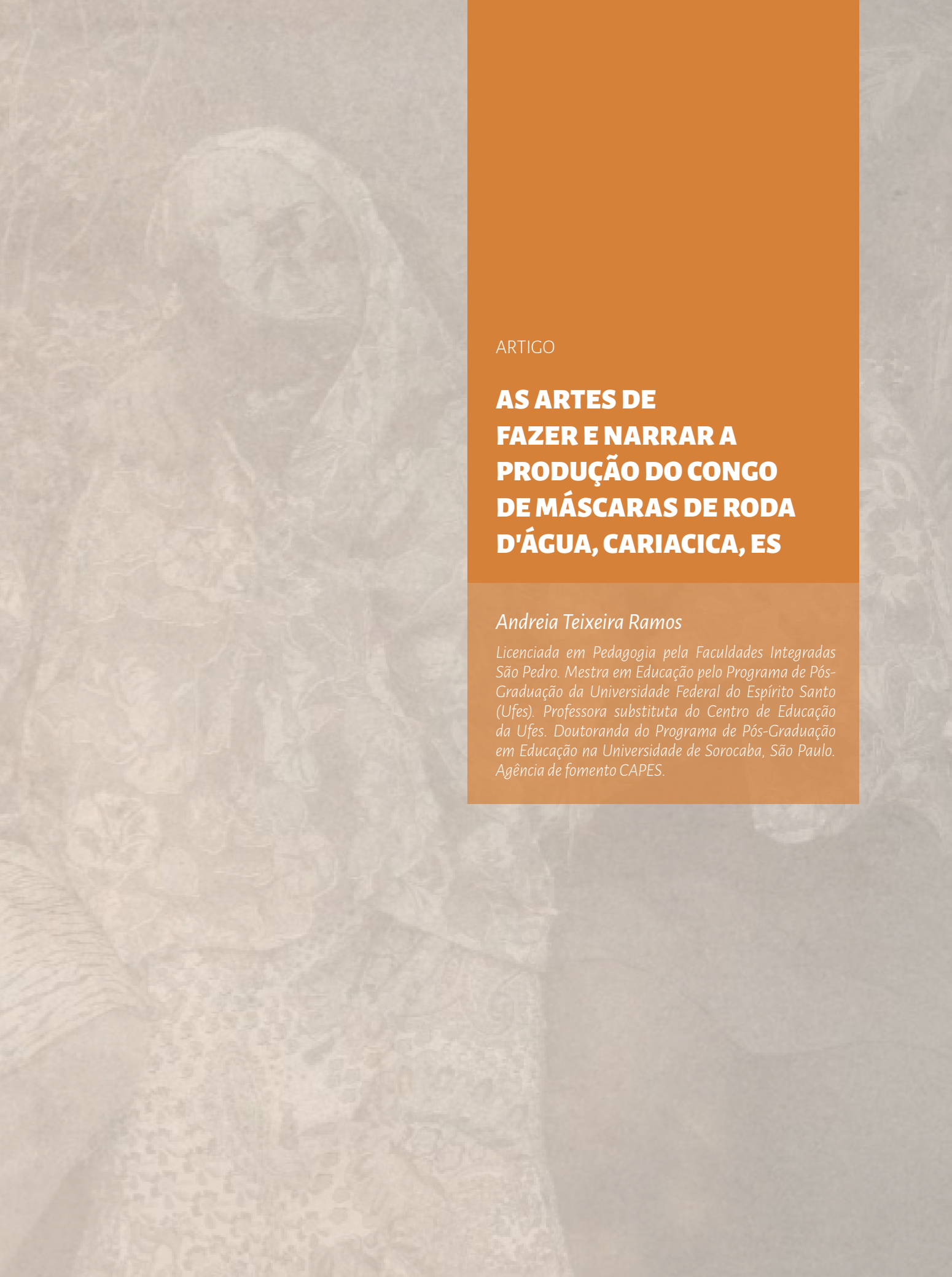
Aprovado em: 29/09/2017



SUPLEMENTO



A CRISE
A UNIVERSIDADE
A UFES
E A SOCIEDADE
NACIONAL



ARTIGO

AS ARTES DE FAZER E NARRAR A PRODUÇÃO DO CONGO DE MÁSCARAS DE RODA D'ÁGUA, CARIACICA, ES

Andreia Teixeira Ramos

Licenciada em Pedagogia pela Faculdades Integradas São Pedro. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora substituta do Centro de Educação da Ufes. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Sorocaba, São Paulo. Agência de fomento CAPES.

Resumo

O texto apresenta o fragmento de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer as artes de fazer e narrar a produção do congo de máscaras de Roda D'Água, Cariacica, Espírito Santo, como prática cultural cotidiana e como modo de resistência na sociedade contemporânea. Em 2014 o Conselho Estadual de Cultura reconheceu o Congo Capixaba como Patrimônio Imaterial do Estado do Espírito Santo. Participaram da pesquisa: professores/as, educadores/as e educandos de redes cotidianas escolares, mestres de congo, artesão de congo, congueiras, filhos e filhas dos congueiros. A pesquisa conheceu diversas as artes de fazer e narrar a produção das máscaras de congo, que é parte da História do povo capixaba, apostando nas conversas, experiências, bons encontros, potencializando dimensões éticas, políticas e estéticas, articulando a vida cotidiana, seus rastros, cheiros, sabores, gestos, risos, cores, saberes, poesias, fazeres, sons, afetos e alegrias.

Palavras-chave: congo de máscaras, prática cultural cotidiana, pesquisa com o cotidiano, narrativas.

Resumen

El texto presenta el fragmento de un estudio que tuvo como objetivo conocer las artes de la fabricación y narrar la producción de máscaras Rueda de agua congo, Cariacica, Espíritu Santo, como práctica cultural cotidiana y como una forma de resistencia en la sociedad contemporánea. En 2014 el Consejo de Estado de Cultura reconoció Congo Capixaba como Patrimonio Inmaterial del Estado de Espírito Santo. Los participantes fueron: maestros / as, educadores / estudiantes y las redes de todos los días de escuela, maestros congo, congo artesano, congueiras, hijos e hijas de congueiros. El estudio se reunió varias artes de la fabricación y narrar la producción de máscaras Congo, que es parte de la historia del pueblo Capixabas, la inversión en las conversaciones, experiencias, buenas reuniones, la mejora de ética, política y estética, la combinación de la vida cotidiana, sus pistas, olores, sabores, gestos, risas, colores, conocimiento, poesía, obras, sonidos, emociones y alegrías.

Palabras clave: máscaras de congo, prácticas culturales todos los días, todos los días de investigación con, narrativas.



Primeiros sons dos tambores e casacas do congo de máscaras

*Ajuda eu Tambor! ...Ajuda eu cantar.
(Toada de Congo)*

O congo de Roda D'Água me chamou, com inspirações nos sons das toadas¹, casacas² e tambores³ do congo⁴ de máscaras⁵ de Roda D'Água, Cariacica, Espírito Santo (ES), Brasil, escrevemos este artigo⁶, embalados pelos ritmos do congo, que em 2014, o Conselho Estadual de Cultura reconheceu o Congo Capixaba como Patrimônio Imaterial do Estado do Espírito Santo. O registro afirmou o papel do governo, a proteção e a preservação do Congo, que é parte da História do povo



Imagem produzida pela autora na realização da pesquisa de campo.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

1 Toadas são canções guardadas de memória ou improvisadas, elas falam de temas variados: o mar, o amor, a natureza, a devoção aos santos e, por vezes a morte. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/espíritosanto_negro/historia_congo.htm. Acesso em 06/06/2015.

2 A casaca: Instrumento peculiar das Bandas de Congo, recebe outras denominações conforme o lugar: cassaca, canzaca, canzã, ganzã, carcaxá, reque-reque e reco-reco. É uma das variações do reco-reco. A cabeça esculpida é que lhe dá o diferencial, fazendo dele um instrumento antropomórfico. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/espíritosanto_negro/historia_congo.htm. Acesso em 06/06/2015.

3 Tambores feito de pau cavado, às vezes oco por sua natureza, tendo em uma das extremidades um couro, pregado com tarugos de madeira rija. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/espíritosanto_negro/historia_congo.htm. Acesso em 06/06/2015.

4 O congo é considerado por estudiosos das tradições populares do ES, como uma dança folclórica, por ser um grupo musical de estrutura simplificada, com dançadores e um dirigente (mestre), possui coreografia própria, sem texto dramático, e outras pessoas podem ser incluídas, isto quer dizer: podem participar desta manifestação, que possui características próprias sem igual em outros estados do país.. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/espíritosanto_negro/historia_congo.htm. Acesso em 06/06/2015.

5 O Carnaval de Congo de Máscaras em Roda D'Água representa a memória e a história do povo de Cariacica ilustrado na festa das cores e do ritmo dos tambores e da casaca. Como símbolo da cultura do município, o congo de máscaras mantém acesa uma das mais representativas manifestações folclóricas do Estado. Disponível em: <http://www.cariacica.es.gov.br/tradicao-e-cores-nas-mascaras-de-congo-do-mestre-valcedi/>. Acesso em 06/06/2015.

6 Esse artigo foi inspirado na pesquisa de dissertação de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, intitulada, Educação Ambiental entre os carnavais dos amores com os mascarados do Congo de Roda D'Água (RAMOS, 2013) e teve como agência de fomento a CAPES.

capixaba, e o dia de 20 novembro entrou para a História como marco da preservação desta cultura.

O texto apresenta o fragmento de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer as artes de fazer e narrar a produção do congo de máscaras de Roda D'Água, Cariacica, Espírito Santo, como prática cultural cotidiana e como modo de resistência na sociedade contemporânea, e os seus atravessamentos com as redes cotidianas escolares e de outros espaços de convivência.

Para alcançar nossos objetivos optamos pela metodologia da pesquisa com os cotidianos (ALVES, 2001; 2010) e (FERRAÇO, 2003). Além disso, a pesquisa se baseia de modo teórico-metodológico nos trabalhos de Michel de Certeau (2008a, 2008b), e Humberto Maturana (1999; 2002; 2006).

Nos movimentos da pesquisa, os sujeitos praticantes (CERTEAU, 2008a) foram: professores/as, educadores/as e educandos de redes cotidianas escolares, mestres de congo, artesão de congo, congueiras, filhos e filhas dos congueiros, que habitam a região próxima da banda de congo da região de Taquaruçú em Roda D'Água, Cariacica.

Desse modo, a produção de dados com a pesquisa de campo, aconteceu no acompanhamento das redes de conversações, tecidas nas coletividades

ao longo do ano de 2011 e parte de 2012, em encontros quinzenais de compartilhamento de vivências⁷, conversas e narrativas registradas no diário de campo. Além disso, usamos linguagens artísticas e audiovisuais, além de fotografias, vídeos, gravações e transcrições⁸.

Vale a pena ressaltar que exercitamos a conversa (MATURANA, 1999), como procedimento metodológico, com compromisso ético e estético, com atitude política de descolonização dos modos de pensar e exercitar a produção de dados no campo problemático da pesquisa. Assim, pensamos a conversa com Humberto Maturana que segundo ele: o fluir entrelaçado de linguajar e emocionar eu chamo conversar e conversação o fluir, no conversar, em uma rede particular de linguajar e emocionar (MATURANA, 1999, p. 173).

Nesse sentido, destacamos, que o local da pesquisa está inserido em um contexto sociocultural marcado pelo hibridismo entre indígenas, negros e imigrantes europeus. O primeiro nome do município foi *Carijacica*, que na língua tupi significa *chegada do homem branco*. Segundo pesquisador (BEZERRA, 2009, p.35), *Carijacica* era o nome de um rio descoberto pelos indígenas que descia do Monte Moxuara. Com o tempo, a linguagem popular abreviou o nome para Cariacica.

Vale lembrar que a mídia e a opinião pública associam Cariacica como terra dos *que vem das margens* (REIGOTA, 2013) e com graves problemas de violência socioambiental, constituindo historicamente esses discursos, como uma verdade, desconsiderando e apagando as potencialidades locais, mas, no meio do chão de asfalto também nascem flores, como diria o poeta Chico Buarque (1990).⁹

7 Neste artigo colocamos apenas alguns lampejos dos registros de conversações, como narrativas. Considerando que devido ao limite da pesquisa não é possível colocar todas as transcrições.

8 As conversações foram gravadas com autorização, transcritas e problematizadas como narrativas de acordo com os objetivos da pesquisa, compondo o que chamamos de Diário de Campo.

9 Chico Buarque de Holanda (1944) é músico, dramaturgo e escritor

*'E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão'*

Assim, a aposta desta pesquisa está na desconstrução dos reducionismos veiculados na mídia e na opinião pública associando ao município, imagens de um lugar marginal e que foram constituídos historicamente. Mas, Cariacica também tem suas belezas, como o Monte Mochuara, ponto mais elevado do município e conhecido pela Lenda (CORADINE E GERLIN, 2008) *O Pássaro de Fogo*¹⁰.

Temos ainda a Reserva Biológica de Duas Bocas, considerada uma das mais importantes Unidades de Conservação do Estado e está inserida no bioma da Mata Atlântica. Cariacica está na Rota Imperial com suas histórias, memórias, identidades, culturas e belezas naturais marcados pelas viagens de Dom Pedro II ao ES e Minas Gerais.

Pensando nos movimentos da pesquisa e com as singularidades do Carnaval de Congo de Máscaras que acontece anualmente, fomos embalados por suas toadas, casacas, tambores, toadas, músicas, danças e personagens João Bananeira¹¹. O foco da festa do Carnaval de Congo de Máscaras é a devoção a Nossa Senhora da Penha, padroeira do ES. O festejo conta com a presença singular do brincação com as máscaras de Congo, sendo que os participantes

brasileiro. Revelou-se ao público quando ganhou com a música A Banda, interpretada por Nara Leão, o primeiro Festival de Música Popular Brasileira. Disponível em: http://www.e-biografias.net/chico_buarque/. Acesso em 26/06/2015.

10 Disponível em: <http://lendasdecariacica.blogspot.com.br/2012/05/o-passaro-de-fogo.html>. Acesso em 01/07/2015.

11 João ou Zé Bananeira? Essa manifestação cultural genuína de Roda D'água é conhecida como mascarado. Ele aparece nos festejos de louvor à Nossa Senhora para brincar na procissão e assustar os distraídos. Seu rosto é uma máscara com grande capuz de tecido colorido, criada a partir do barro, só para esconder o congueiro que se apresenta. Veste roupas e sapatos emprestados, usa meias como luvas e uma saia de palhas secas de bananeira feita especialmente para a festa. Sai correndo atrás das pessoas, leva alegria e deixa seu rastro pelo chão. Quando chega a hora santa é que se revela o brincação. (CD DAS BANDAS DE CONGO DE CARIACICA/ES/BRASIL, 2008).

utilizam máscaras produzidas artesanalmente na comunidade. A presença das máscaras é uma das peculiaridades que difere o Carnaval do Congo de outros grupos de congo do ES. Além das máscaras o Carnaval é abrillantando com as Bandas¹² de Congo.

Escavações e encontros com o congo de máscaras

*Iaiá você vai à Penha,
me leva ô, me leva
Eu vou tomar capricho
Meu bem vou trabalhar
Eu tenho uma promessa a pagar
Essa promessa
Que eu tenho a pagar
É pra Santa padroeira
Ela vai me ajudar
(Toada de Congo)*

A pesquisa com as máscaras de congo se pluralizou com as inspirações de Michel de Certeau, no que ele denomina de Cultura no Plural (2008b). As pluralizações das culturas são verdadeiros ataques às celebrações estabelecidas da cultura no singular e que evidenciam o *singular de um meio*, assim, a vontade política, centrada na noção de Certeau (2008b) de cultura no plural, propõe a dissolução de hierarquização das culturas.

12 Até o fim de 2012, o município contava com seis bandas de Congo e mais duas bandas de Congo Mirins. São elas: Banda de Congo São Benedito de Piranema – Fundada em 3 de março de 1937; Banda de Congo de São Benedito de Boa Vista – Fundada em 31 de março de 1947; Banda de Congo de Unidos de Boa Vista – Fundada em 23 de junho de 1947; Banda de Congo de Santa Izabel – Fundada em 12 de abril de 1965; Banda de Congo de São Sebastião de Taquaruçú – Fundada em 2 de abril de 1983; Banda de Congo de Mestre Tagibe – Fundada em 8 de março de 2008; Banda de Congo Mirim Raiz de Roda D'Água – Fundada em 8 de março de 2011 e Banda de Congo Mirim São Benedito de Boa Vista – Fundada em 29 de junho de 2012.



Imagem produzida pela autora na escola da pesquisa durante a realização do Carnaval de Congo de Máscaras de congo de Roda D'Água em Cariacica/ES. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A relação da cultura com a sociedade modificou-se: a cultura não está mais *reservada* a um grupo social; ela não mais constitui propriedade particular de certas *especialidades* profissionais [...]; ela não é mais *estável* e definida por um código aceita por todos (CERTEAU, 2008b, p. 103-104).

Como dissolver as repressões políticas e sociais dos discursos que hierarquizam as culturas? Como escapar das concepções estáticas, majoritárias e reducionistas dos discursos que classificam as invenções cotidianas culturais? Nas brechas, entre o dizer e o fazer, pensamos aqui, as práticas culturais como resistências e antidisciplinas, que são extraídas nos ruídos das maneiras de fazer e das astúcias e táticas dos *sujeitos praticantes* do cotidiano. Sempre recordando, e inspirado em Certeau (2008a), que não devemos tomar o outro como tolo, percebendo micro-diferenças e micro-resistências, nos jogos das táticas silenciosas e sutis das vidas cotidianas.

Assim, com uma pesquisa bibliográfica, na busca por publicações que problematizam as questões de investigações aqui levantadas, encontramos pistas, movimentos, processos, forças que nos deslocaram ao encontro de diversos materiais, entre dissertações, artigos, livros, revistas, vídeos, CDs, projetos

institucionais, imagens, etc. Nesse mosaico de materiais e fontes, destacaremos alguns, a começar com os livros de Guilherme Santos Neves (2008), que, ao longo de quase 40 anos – de 1944 a 1982 –, dedicou-se a estudar os folclores dos capixabas¹³.

Reunida em dois volumes a referida obra, intitulada Coletânea de estudos e registro do folclore, apresenta no seu primeiro volume o capítulo Canto de amor ao Espírito Santo ou Iaiá, você vai a Penha? E, o segundo volume com destaques nas festas e folguedos populares, no qual o Congo é visto como um dos recantos das terras capixabas, nas cidades e vilas, enredando ajuntamentos de pessoas, com suas singularidades, entoadas ao som de cuícas, tambores, chocalhos, congos e casacas.

A primeira referência impressa de bandas de congos no ES está no livro do Padre Antunes de Sequeira, Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense (1893), fazendo menção às bandas de congos dos índios mutuns do Rio Doce.

Outras notícias a respeito das antigas bandas de congos no século XIX podem ser colhidas, talvez, nos livros dos viajantes estrangeiros que por aqui passaram, nos apontamentos de outros visitantes interessados, ou nos jornais que, na época, circulavam em Vitória ou no interior. Todas, ou quase todas dirão da presença de índios e de negros nas antigas bandas de congos, o mais típico e curioso conjunto musical do folclore capixaba (SANTOS, 2008, p. 76).

Paradoxalmente, a importante coletânea desse folclorista capixaba chamou atenção pela ausência de registros das máscaras do Congo de Roda D'Água. No que se refere a produção científica em relação às práticas culturais, percebemos as potências desse

campo problemático, ainda em constituição, justificada pela pouca expressão de trabalhos publicados num diálogo com a Educação.

Encontramos na Biblioteca Central da Ufes, especificamente no conjunto de obras das Coleções Especiais e no acervo da Comissão Capixaba de Folclore, a monografia de obtenção do grau de Bacharel em História, de Eliomar Carlos Mazoco (1986) com a temática O Congo de Máscaras de Roda D'Água em Cariacica. Segundo o historiador:

As máscaras, motivo da brincadeira [...]. Os mascarados vão chegando de suas casas já trajados e ficam aguardando, ocultos na *venda* [...]. Abrindo o cortejo vão os mascarados. Atrás o povo. O cortejo vai num barulho alegre, anunciados pelos fogos, pelo som grave do tambor, pelo ronco da cuíca, pelo trilar do apito, pela algazarra e pelo canto. Ao longo do trajeto já determinado, o cortejo vai parando, sempre acompanhado de fogos atraindo mais gente por vezes recolhendo mais mascarados, que durante o cortejo vão em hilariante festividade, em brincadeiras e estripulias, caindo pelas estradas, correndo em direção às pessoas, cantando e dançando (MAZOCO, 1986, p. 23-24).

A leitura desse material, novamente potencializou a pesquisa, uma vez que o Congo de máscaras está poeticamente apresentado na obra.

As máscaras dão o toque singular nesse festejo que, apesar de sua antiga realização, não possui registro na bibliografia capixaba do folclore capixaba e, justamente pela presença delas, nenhum paralelo ou semelhança com outros festejos do Congo no Espírito Santo e no Brasil (MAZOCO, 1986, p. 25).

Continuando nossos caminhos de rastreio e de escavação, chegamos à duas dissertações que nos ajudaram a problematizar as questões de investigação em relação ao Congo de máscaras.

Desejamos ressaltar o compromisso político

13 Segundo os estudiosos da língua tupi, capixaba significa, roça, roçado, terra limpa para plantação. Os índios que aqui viviam chamavam de capixaba sua plantação de milho e mandioca. Com isso, a população de Vitória passou a chamar de capixabas os índios que habitavam na região e depois o nome passou a denominar todos os moradores do ES. Disponível em: http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/origem_do_termo_capixaba.aspx. Acesso em 01/07/2015.

e ético nesta pesquisa com as práticas culturais, de problematizar os discursos, por meio de abordagens que consideram as identidades como fragmentadas, não fixas e em processos de identificação dos sujeitos, imersos nas diferenças dos devires cotidianos, em redes de saberes, alargando e atualizando, na contemporaneidade, a noção de tradição. São apostas políticas, éticas, estéticas e epistemológicas assumidas aqui e que advém também das leituras feitas e movimentadas com os grupos de pesquisas dos quais participamos.

Temos, ainda, a dissertação de Mestrado em Educação na UFES de Miranda (2007), denominada *Leitura de imagens: da casaca à konshaça* – mediações na particularidade do enredo cultural serrano, na formação de professores em educação à distância. Tal pesquisa analisou, a partir da prática de leitura de imagens fotográficas das bandas de congo, os enunciados dialógicos dos professores do município de Serra, articulando saberes e valores na prática docente, envolvendo a consciência histórica, a memória e o pertencimento aos saberes populares regionais.

A leitura dessa dissertação evidenciou pistas e vestígios que torceram meus pensamentos, deslocando-me a outra pesquisa, com foco nas bandas de congo, denominada *Tamborizar: Histórias e Construção da Auto-Estima das crianças Adolescentes Negras e Negros, através dos tambores de Congo* (SOUZA, 2005). Essa pesquisa produziu uma arqueologia sócio histórica das bandas de Congo Mirim e sua inserção na Escola Estadual Pluridocente de Ensino Fundamental em Roda D'Água.

Roda D'Água, bairro rural do Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo, é um lugar encantado em meio a montanhas, matas e nascentes. Abriga segredos e linguagens que somente são revelados em dias como o de Nossa Senhora da Penha, quando as bandas de congo de Cariacica se reúnem para o Carnaval de Congo, num espetáculo radiante em que cores, sonoridades e danças principiam ciclos de comunalidade mantidos pelas Bandas de Congo

de Santa Isabel de Roda d'Água, São Benedito de Piranema, São Benedito de Boa Vista e São Sebastião de Taquaruçu. (SOUZA, 2005, p. 18).

A historiadora destaca uma das versões em relação aos vestígios do Congo de Máscaras:

Entre as muitas particularidades dessa região, Roda D'Água se destaca pelo Carnaval de Congo. Tradição do século XVII, originalmente uma procissão em homenagem a Nossa Senhora da Penha, na qual máscaras e fantasias ocultavam negros e brancos que não queriam, ou não podiam ser reconhecidos (Souza, 2000). Trata-se de uma tradição que remonta ao século XVII, quando os trabalhadores escravizados aproveitavam da saída de seus senhores para a festa em homenagem a Nossa Senhora da Penha e, segundo Muniz Sodré (1998), reterritorializavam (rompimento dos limites topográficos impostos pela divisão social do espaço urbano aos negros) o espaço para livre circulação, vestidos com fantasias e máscaras que ocultavam suas identidades. Com o passar do tempo, também os brancos que não queriam, ou não podiam ser reconhecidos, se ocultavam atrás de máscaras rústicas de papel e vestiam roupas adornadas com folhas de bananeira (SOUZA, 2005, p. 102).

Serão essas maneiras de fazer o Carnaval de Congo de Máscaras, modos de usos subversivos, de resistências e de reinvenção das celebrações das comemorações do dia da santa padroeira do ES? Portanto, para Certeau (2008a) as artes de fazer e os usos dos produtos culturais, desenham operações multiformes escondidas e que habitam as redes cotidianas, criando artes de combinar indissociáveis com as artes de utilizar, como é o caso, da invenção do Carnaval de Congo de Máscaras.

Nessa cartografia evidenciamos ausências potentes para pensar a pesquisa – ou, pelo menos, fazer um exercício nesse sentido – emergindo, na temática, e em mim, diferentes contextos epistemológicos



Imagem produzida pela autora na realização da pesquisa de campo.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

e ontológicos, apoiando-nos, metodologicamente, na produção de narrativas e nas conversas nas redes cotidianas, reconhecendo sujeitos híbridos, memórias, identidades descentradas e práticas culturais tecidas nas coletividades, na solidariedade e na produção de subjetividades.

São as narrativas, como histórias contadas, e as conversas de acontecimentos tecidos entre as redes cotidianas do Congo de Máscaras, e seus atravessamentos com as comunidades em Cariacica, que a pesquisa com os cotidianos, encontra um terreno fértil de possíveis, seja em redes de conversações e afetos, seja nas artes de fazer (CERTEAU, 2008a) e narrar, com compromissos ético e políticos com os *sujeitos praticantes*.

Nesse sentido, quais singularidades do congo de máscaras? Como trazer à tona as práticas culturais de um município, retratado como lugar dos que *vem das margens* (REIGOTA, 2013), onde as mazelas são evidenciadas na mídia, pela opinião pública, nos discursos e na política? Como o congo de máscaras, pode furar e problematizar os discursos constituídos historicamente, que escamotearam singularidades potentes das práticas culturais em Cariacica?

As pesquisas alargaram os possíveis desse caminho investigativo num movimento de experimen-

tar as metamorfoses de uma prática cultural singular, que é o congo de máscaras. Esses movimentos me metamorfosearam como diz a canção de Raul Seixas¹⁴ (1973): *Eu prefiro ser aquela metamorfose ambulante, do que te aquela velha opinião formada sobre tudo*.

O linguajar das artes de fazer as máscaras de congo

Maturana (1999) ressalta que *conversar* vem do latim, *cum* - com; e *versare* - dar voltas. Como mamíferos, somos animais que nos nossos devires evolutivos aprendemos a coordenar os fluxos emocionais nas ações, como animais linguajantes.

Estou chamando de ações tudo o que fazemos em qualquer domínio operacional que geramos em nosso discurso, por mais abstrato que ele possa parecer. Assim, pensar é agir no domínio do pensar, andar é agir no domínio do andar, refletir é agir no domínio do refletir, [...], e assim por diante, e explicar cientificamente é agir no domínio do explicar científico (MATURANA, 2006, p. 128-129).

Dessa forma, Maturana entende a conversa como um domínio operacional biológico e ontológico dos seres humanos, constituindo cotidianamente, redes de conversações na linguagem:

Conversações as diferentes redes de coordenações entrelaçadas e consensuais de linguajar e emocionar que geramos ao vivermos juntos como seres humanos (Maturana, 2006, p. 132).

Assim, podemos pensar de que modo os *sujeitos*

14 Raul Seixas (1945-1989) foi um músico, compositor e cantor brasileiro, um dos grandes representantes do rock no Brasil. Raul Santos Seixas (1945-1989) nasceu em Salvador, Bahia, no dia 28 de junho de 1945. Disponível em: http://www.e-biografias.net/raul_seixas/. Acesso em 26/06/2015.

praticantes do Congo de máscaras, vivem e são produzidos, em redes de conversações cotidianas? Diversos pontos de vistas dos observadores emergiram nas travessias da produção do congo de máscaras. As redes de conversações que compõem as feitura das Máscaras desenham as artes de fazer e narrar tecidas nas coletividades das redes cotidianas que atravessaram a pesquisa.

Nesse sentido, destacamos um fio de conversação, escrita no diário de campo, narrativa em que o mascarado do congo de máscaras é batizado como João Bananeira. *É Chico? É Pedro? É José? Não, Não, não, não, é João Bananeira!* (Toada do Congo da Banda de São Sebastião de Taquaruçu).

A história do João Bananeira surgiu na região do alto de Roda D'água. João Bananeira é o personagem que faz o carnaval de congo. Antigamente o mascarado era de pano, não tinha máscara como nós fazemos hoje. Era de um pano, fazia os olhinhos, a boquinha aí, pintava aquele pano de preto, aí botava no rosto e ficava na casa de um e outro. Depois nós fazíamos as formas de barro da natureza, não era de argila, mas era muito difícil de fazer, era o dia todo para fazer uma forma daquele barro mole, para a criança era muito difícil tinha que fazer e ficar duas horas para colocar o papel e conseguir fazer a máscara. A oficina que eu ensino as crianças agora, eu compro a argila, faço a forma da massa. No dia eu boto o papel, faço a forma, boto o jornal e antes do jornal boto uma sacola de papel aí vai rasgando os papéis vão colocando umas doze ou quinze camadas de papel, para formar a máscara dura oito dias (MESTRE DE CONGO).

Na narrativa do mestre de congo, a duração da produção da máscara de congo necessita de oito dias, período que envolve crianças, adultos, mestres de congo, congueiras, todos em movimentos de compartilhar as artes de fazer suas próprias máscaras de congo, em suas singularidades, afetos e subjetividades, inventando a si mesmos, com mo-

vimentos inventivos, e com potencial criador nas coletividades.

Fazer as Máscaras de congo é habitar movimentos de invenções de si e de mundos, mundos esses que não são preexistentes, não são dados de antemão, e conforme Maturana são produzidos na relação, no viver e no com-viver nas complexidades das redes cotidianas. Nas conversas com a congueira-filha do mestre de congo são destacados saberes, que, na narrativa da congueira, a máscara surgiu através dos escravos que fugiam de Queimados/Serra.

O João Bananeira surgiu aqui na região de Taquaruçu. Tinha um senhor que o nome dele era João e quando tinha a festa de congo ele se vestia de palhas de bananeira. A máscara surgiu através dos escravos que fugiam de Queimados/Serra e para não serem achados pelos seus patrões colocavam uma máscara para não serem reconhecidos e vinham para festa de Nossa Senhora da Penha com a máscara (CONGUEIRA FILHA DO MESTRE DE CONGO).

A narrativa de um jovem congueiro, com-vive desde criança, com o devir-mascarado.

Eu participo desde quando tinha seis anos, agora tenho quinze. Meu pai é filho do mestre. Hoje eu sou o caseiro da banda de São Sebastião de Taquaruçu (*que toca o instrumento Casaca*). Eles falam que é Zé Bananeira, João Bananeira, eu não sei direito. Eu sei que esse negócio eles inventaram. Eles inventam as máscaras. Todo mundo faz junto a máscara (JOVEM CONGUEIRO NETO DO MESTRE DE CONGO).

Invenções cotidianas! Máscaras inventadas na cooperação e com o devir-mascarado! As vidas escapando aos controles, competições e da negação do amor que atravessam as relações competitivas da cultura contemporânea. A própria comunidade é quem as produz. Há meninos e meninas que sentem prazer em criar as suas máscaras (SANTOS, 2012, p.11).

Humberto Maturana problematiza a negação

do amor e a *competição* no âmbito das relações sociais. Para ele, constituímos-nos historicamente e biologicamente como humanos na cooperação, sendo a competição uma invenção cultural humana, portanto, não biológica.

Nós temos a biologia do compartilhar, e isso se nota na vida cotidiana. [...] O compartilhar é em nós um elemento que pertence à nossa biologia, não pertence à cultura. Pelo contrário, vivemos atualmente uma cultura que nega o compartilhar, porque estamos supostamente mergulhados na maravilha da competição (MATURANA, 2006, p. 93).

As artes de fazer e narrar as máscaras de congo embalam os *sujeitos praticantes* em emoções amorosas, solidárias e cooperativas, produzindo aprendizagens inventivas com relações solidárias, negociando as tensões e conflitos com conversas que ampliam os afetos. Assim, as emoções, como o medo, a ambição, a competição, a violência, o preconceito restringe a inteligência. O amor é a única emoção que amplia a inteligência (MATURANA, 1999, p. 19).

Sem amor, sem aceitação do outro junto a nós, não há socialização, não há humanidade. Qualquer coisa que destrua ou limite a aceitação do outro, desde competição até a posse da verdade, passando pela certeza ideológica, destrói ou limita o acontecimento do fenômeno social. Portanto, destrói também o ser humano, porque elimina o processo biológico que o gera. [...] destacar o amor como fenômeno biológico do social, bem como as implicações éticas dessa dinâmica, seria desconhecer tudo o que nossa história de seres vivos de mais de três bilhões e meio de anos nos diz e nos legou (MATURANA, 1999, p. 269-270).

Nesse sentido continuamos tecendo fio de conversas com a narrativa de um jovem morador da região e membro do Congo de Taquaruçu:

Nessas máscaras você pega a argila, faz a forma que você quer e você enche de jornal, deixa secar, depois pinta e já está pronto! É fácil! Olha, eu faço porque eu ajudo o meu pai, porque ele é Presidente da Associação das Bandas. No carnaval eles colocam a máscara, aí não dá para ninguém perceber. Um monte de gente lá em Roda D'água faz máscaras. Tem criança e adolescente também. Eles fazem com palha de bananeira, colocam a máscara e fazem a roupa de palha de bananeira. Algumas pessoas vão com roupa normal. Eles usam uma linha e vão amarrando as palhas de bananeira, aí faz tipo uma saia. Eu gosto! (CHICO).

Continuamos com as artes de fazer e narrar os fios de conversas com dois praticantes do Carnaval de Congo, professores e ativistas culturais e que trazem à cena o Mascarado. Aqui o Mascarado é batizado como Zé Bananeira:

O personagem do Zé Bananeira foi um personagem criado. Então, vimos aquilo tudo, fizemos uma caminhada de 10 km e eles bebiam cachaça, tocavam tambor até na casa, era muito longe, íamos na escuridão. Começamos a frequentar Roda D'água, conhecemos o senhor Queiroz que fazia as máscaras na época. Seu Queiroz era um português que resgatou o Carnaval de Congo e trouxe para Roda D'água, nós pegamos o básico do básico (JOSÉ).

Nessas redes de conversações nos deparamos com os Mascarados...com o João Bananeira e com o Zé Bananeira...todos esses personagens estão imersos no Carnaval de Congo de máscaras e produzem saberes que atravessam e são atualizados e compartilhados por gerações, com relações solidárias, amorosas e cooperativas.

Fios de conversas tecidas com professores nos devires-mascarados traduzem as relações-aproximações dos *sujeitos praticantes* do Carnaval do Congo com as matas da região. Durante um tempo, esses mascarados começaram a fazer coisas dos cotidia-

nos junto com o Carnaval de Congo e foi se redimensionando. São várias versões do surgimento das máscaras, vários pontos de vistas dos observadores... *A ideia era para assustar brincar, alegrar, porque ali era uma região de mata.*

A máscara dele era bem primitiva juntava o barro e fazia um molde, pegava jornal, papelão, revista, não usa cola tenaz, ele fazia goma de maisena, porque a intenção dele era fazer só para a festa daquele dia. Ele começava a fazer dez formas de barro, aí ele juntava o povo e ensinava a fazer a papietagem, tira de jornal e goma e depois tira de jornal nesta disposição. Tem gente que confunde papietagem com papel machê. O papel machê é o papel triturado, você faz a massa e a papietagem você faz tiras de papel sobrepostas até ficar uma camada espessa para depois retirar e pintar. Ele até triturava também para fazer um nariz, uma orelha. Ele era Mestre de Congo de Santa Izabel de Roda d'água. A comunidade era dividida, Seu Queiroz era branco, português. Ele reclamava muito da discriminação da própria comunidade. A maioria das máscaras tinha o formato de animais, focinho de porco, a fisionomia das máscaras era de animais, é misturado humano com animal. A ideia era para assustar porque ali era uma região de mata (JOÃO).

O Congo de máscaras como uma subversão, um escape! Táticas dos sujeitos praticantes e produtores desconhecidos, que inventam maneiras de fazer e burlar as formas-forças dos cotidianos... sujeitos não alienados! Aprendemos com Certeau (2008a) que não devemos tomar o outro como idiotas, pensando em redes de astúcias, maneiras e artes de fazer e narrar, que subvertem, traçam desvios sutis e criações anônimas irrompendo a vida cotidiana, que não se capitaliza (FERRAÇO, 2003).

[...] É preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pelas operações dos seus usuários; é mister ocupar-se

com “as maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática. O que importa já não é, nem pode ser mais a “cultura erudita”, tesouro abandonado à vaidade dos seus proprietários. Nem tampouco a “cultura popular”, nome outorgado de fora por funcionários que inventariam e embalsamam aquilo que um poder já eliminou, pois para eles e para o poder “a beleza do morto” é tanto mais emocionante e celebrada quanto melhor encerrada no túmulo. Sendo assim, é necessário voltar-se para a “proliferação disseminada” de criações anônimas e “perecíveis” que irrompem com vivacidade e não se capitalizam” (CERTEAU, 2008a, p. 13).

Como dispositivo, destacamos a seguinte conversação com as artes de fazer e narrar o congo de máscaras e seus atravessamentos com os cotidianos escolares da região.

A gente começou a criar essa referência do Carnaval de Congo na escola. Eu comecei a trabalhar com professores, comecei a pegar a técnica. As crianças adoram, é instigante, colorido. Eu fiz um Baile de Máscara em homenagem ao Carnaval de Congo. Começamos a fazer as máscaras e os professores fizeram uma Oficina com alunos para fazerem as máscaras tradicionais com o pano e as crianças na sala fizeram as máscaras simples de cartolina. Todas as salas foram para o Carnaval de Congo e criamos um grupo vestidos de congo e com a máscara de Congo. A gente conta sobre as brincadeiras da máscara, o porquê esconder das máscaras (JOSÉ).

Aprendemos também com Certeau (2008a, p. 152), que se a própria arte de dizer é uma arte de fazer e de pensar, pode ser ao mesmo tempo a prática e a teoria dessa arte...

A oralidade está em toda a parte, porque a conversação se insinua em todo lugar; ela organiza a família e a rua, o trabalho na empresa e a pesquisa



Imagem produzida pela autora durante a realização da pesquisa de campo. Fonte: Arquivo pessoal da autora.

nos laboratórios. Oceanos de comunicação que se infiltram por toda a parte e sempre determinantes, mesmo onde o produto final da atividade apaga todo traço desta relação com a oralidade. É de ser natural e necessária em todo lugar que a conversação provavelmente tira seu estatuto teórico inferior. Como creditar inteligência e complexidade requintada às astúcias de uma prática tão comum? (CERTEAU, 2008a, p. 337).

Veremos essas aprendizagens inventivas nos coletivos das produções das máscaras do carnaval de congo, as redes de conversações, com zoons na Escola do Encantado¹⁵, nos entres das geografias da

¹⁵ A pesquisa percorreu travessias e pousou nas redes cotidianas do Congo e nos cotidianos escolares da Escola Municipal do Campo e Estação de Ciências Margaret Cruz Pereira, localizada em Roda D'Água, que no artigo chamarei de Escola do Encantado. O Congo do Encantado acontece no dia de Páscoa na Associação da BC de São Sebastião de Taquaruçu. É o pré-Carnaval de Congo de máscaras de Roda D'Água. Ressalto que a pesquisa, quando pousou no cotidiano da escola campo, considerou os desafios de pensar as relações étnico-raciais, a população negra, afrodescendente e indígenas, que são também sujeitos praticantes do congo de máscaras, apostando na formação de professores/as, com aportes éticos, estéticos e políticos. Considerando as garantias de direito previstas na legislação educacional do Brasil que, em janeiro 2003, criou a Lei 10.639/03 (2005), que determina como obrigatório o Ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas. Em março de 2008, a 11.645/08 (2008) alterou a lei anterior e

Reserva Biológica Estadual de Duas Bocas e da Área de Preservação Municipal do Moxuara, a uma altitude aproximada de 500 metros, coberto pela Mata Atlântica.

Sentiremos também as presenças das máscaras de congo nas brincadeiras, nos amores mascarados, nos afetos e nas alegrias, com as oficinas culturais musicais.

O congo de máscaras nas oficinas culturais musicais

Nos exercícios de acompanhar processos, preparamos dispositivos para entrar na conversa, inspirados pelas artes, com usos de imagens, casacas, tambores, cd's, dvd's, músicas e sons, cores, cheiros, barros, chuvas, papietagens, amores, afetos, paixões alegres e tristes, que povoam o Congo de máscaras. A pesquisa com os cotidianos é um mergulho...

Mergulhados nos movimentos de invenções e reinvenções da pesquisa produziram diferentes oficinas culturais musicais na Escola do Encantado, enredadas com o congo de máscaras: Oficinas de Sensibilização Ambiental e conversações, de Máscaras e Contação de Histórias, de Percussão e de Toadas de Congo e de Técnicas de Cinema de Animação. As atividades foram momentos e movimentos de devires coletivos.

Reconhecendo atentamente as experiências com as oficinas culturais musicais como potência de ação, exibimos, na Escola do Encantado, Produções Audiovisuais, Cinemas de Animação, músicas, toadas, e vídeos sobre as histórias do Congo de Roda D'Água. Capturamos fotos e imagens dos bastidores dos *sujeitos praticantes* envolvidos com a produção das máscaras, inventando bons encontros e experiências, entrelaçando os espaços da pesquisa, carto-

acrescentava como temática para a educação nacional a história e cultura indígena.

grafando processos, relações, fluxos, linhas, gestos.

O Mestre e Artesão de Máscara de Congo de Taquaruçu e *sujeito praticante*, foi convidado para produzir Oficinas de Máscaras e contação de histórias. A Oficina de Máscaras percorre várias etapas experienciadas nas coletividades: o preparo do barro, escolha e montagem do molde da máscara, que segue a singularidade de cada pessoa, aplicação de plástico sobre o molde de barro, colagem de tiras de jornais em várias camadas, utilizando-se da técnica conhecida por papietagem. Após essa composição, há que se esperar por oito dias para a secagem completa da máscara.

Outra oficina cultural musical foi realizada para a decoração das máscaras, juntamente com os estudantes, que puderam pintá-las com cores diferentes de tinta guache, e, com a ajuda da professora de Artes, os estudantes fizeram os acabamentos finais e costuraram os tecidos de algodão estampado a cores, do tipo chita.

Com eles eu nunca tinha trabalhado com congo, eu aprendi tudo aqui como foi seu projeto com Mestre Valdeci e com essas confecções de congo. Eu aprendi com eles, graças a Deus eu tenho essas habilidades, mas o que aprendi sobre congo, aprendi com você e com a professora de educação física da escola, porque ela já estava um pouquinho nesses projetos, mas eu acho bacana para essas crianças terem essa cultura, eles verem onde eles vivem, não deixarem morrer a cultura deles de onde eles estão. Eu gosto muito dessas coisas, dá para levar para outras escolas, aprendi a técnica como é feita, a pintura só de olhar dá para saber como é feita eu acho bacana e espero levar isso para outras escolas (CASACA)¹⁶.

Percebemos que, com os movimentos dos fazimentos das Máscaras de congo, acontecem em dife-

rentes temporalidades, intensidades, saberes-fazer e experiências como nos ensina Larrosa (2004, p. 154),

experiência é o que nos passa, ou o que nos acontece, ou nos toca. A cada dia passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos passa. Dir-se-ia que tudo está organizado para que nada nos passes.

Os tempos dos movimentos das Oficinas de Máscaras são intensos e atravessados por experiências de cooperação, solidariedade, amorosidade, paciência, e, o cultivo da atenção, da delicadeza, do aprender, do brincar, da lentidão, domínios de ações não numeráveis, nem sucessivas... Experiências cultivadas com as artes dos encontros, como aprendemos com Larrosa.

A experiência [...] requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 24).

Para realizar com os estudantes as oficinas de percussão e toadas com os instrumentos do congo, convidamos um historiador, músico, pesquisador e Professor de História.¹⁷ Os instrumentos foram inventados no decorrer da oficina, com o reaprovei-

¹⁶ Ressaltamos que usaremos os nomes dos instrumentos e indumentárias do Congo como modo de nomear os/as professores/as e os outros habitantes da Escola do Encantado.

¹⁷ Santo, José Elias Rosa dos. Processos organizativos e identidade afro-brasileira: a transmissão cultural do congo em Cariacica/ES. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

tamento de objetos e materiais usados, inventando também sons e ritmos, a partir de chocalhos, tambores de baldes e varetas de bambu.

Criamos, brincamos e inventamos situações... devires e infâncias nos educandos, em redes de alegrias embaladas pelas toadas de congo inventadas nos exercícios de serem crianças, como modos essenciais de vidas, na amorosidade. Amor e brincadeira são modos de vidas e relações. São domínios de ações, como diz Maturana e Gerda Verden-Zöller:

O amor e a brincadeira não são conceitos nem ideias abstratas na história que nos deu origem. São aspecto de uma forma de vida que se manteve, geração após geração, como uma referência operacional em torno da qual mudou todo o resto, no devir evolutivo da linhagem de primatas à qual pertencemos. Ou seja, o amor e a brincadeira eram formas não-reflexivas de modos de ser mamíferos dos primatas bípedes, que foram nossos ancestrais pré-humanos: simples costumes e maneiras de relacionamento mamífero, cuja conservação como aspectos centrais de seu modo de viver tornou possível a origem da linguagem (MATURANA E VERDEN-ZÖLLER, 2011, pág. 247).

Continuando a conversa os estudantes participaram de uma oficina de cinema de animação, produzindo roteiro de um curta-metragem, com as seguintes técnicas: Desenho, Stop-Motion, Pixilation e flip-book, em parceria com o Instituto Marlin Azul¹⁸. Nas oficinas audiovisuais os estudantes, na coletividade, discutiram e negociaram o roteiro *tecidos* pelas redes de conversações, resultando num filme de 7 minutos, intitulado por eles de Amor Mascarado. O filme foi lançado com os estudantes da Escola do Encantado em outubro de 2014, no Dia Mundial de



Imagem produzida pela autora na escola da pesquisa após a realização da Oficina de Máscaras de congo, na etapa da pintura e decoração.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Cinema de Animação, e continua sendo exibido em diferentes espaços de convivências.

Muitas outras conversas atravessaram as oficinas culturais musicais nos devires-crianças e devires-mascarados, o corpo fala..., a expressão ao vestirem as máscaras, ao brincarem com elas, dançaram e cantaram ao se camuflarem coletivamente pelas matas da Escola do Encantado entre os Carnavais dos Amores.

In-concluindo aos sons, tons e cores do congo de máscaras de Roda D'Água

Esse artigo desejou ser um exercício coletivo de discussão do potencial das redes de conversações dos processos de produção das máscaras de congo, apostando na potência da vida, nos bons encontros, potencializando dimensões éticas, políticas e estéticas, nos movimentos de invenções de si e de outros mundos, articulando a vida cotidiana, seus rastros, cheiros, sabores, gestos, risos, cores, saberes, poesias, fazeres, sons, afetos e alegrias.

A tentativa foi traçar linhas nas redes de conversações com a produção das máscaras de congo, a pesquisa apostou nas experiências cooperativas,

18 O Instituto de Desenvolvimento Social e de Gestão de Produção Cultural, Artística e Audiovisual Marlin Azul é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Disponível em: <http://www.institutomarlinazul.org/>. Acesso em 06/04/2013.

amorosas e felizes, conexões, fluxos, encontros intensos, conversas, verdades inacabadas e aproximações. E peço emprestadas as palavras da interpretação de Maria Bethânia¹⁹ (1985) para continuar essas conversas, em outros espaços-tempos de convivências...

Você verá que a emoção começa agora. Agora é brincar de viver. [...] Eu desejo amar todos que cruzar pelo meu caminho... como sou feliz eu quero ver feliz vem andar comigo vem. Agora é brincar de viver! Vamos brincar de viver?

Atualmente a pesquisa com as máscaras de congo, continua sendo desenvolvida pela autora do artigo, com o ingresso no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso/SP). O desejo é continuar potencializando experiências em diferentes espaços de convivências, formação e de aprendizagens inventivas, dialogando com políticas cognitivas, epistemológicas e de narratividade, principalmente apostando nas dimensões políticas, ecológicas (REIGOTA, 1999 e 2011) e pedagógicas dos que vêm das margens (REIGOTA, 2013) e, com inspirações nas contribuições éticas, estéticas e políticas, presentes no pensamento de Paulo Freire (2009).

As máscaras em um trabalho inconcluso! Potencial criador e problematizador que acompanham as máscaras, os mascarados, os espíritos-santos-mascarados. As máscaras nas práticas culturais capixabas... O que podem as máscaras? (RAMOS, p. 117, 2013).

19 Maria Bethânia Viana Teles Veloso, mais conhecida como Maria Bethânia (Santo Amaro da Purificação, Bahia, 18 de junho de 1946). Disponível em: <http://www.bahia.ws/biografia-maria-bethania/>. Acesso em 26/06/2015.

Referências bibliográficas

- ALVES, N. *O espaço escolar e suas marcas*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. IN: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (ORG.). *Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ALVES, N. Sobre as razões das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. GARCIA, Regina Leite (org.), *Diálogos cotidianos*. Petrópolis, RJ: DP ET Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.
- ARANTES, Guilherme; LUCIEN, Jon. *Brincar de viver*. PL: Despertar, 1985.
- BEZERRA, Omyr Leal. *Cariacica*. Resumo Histórico. Cariacica: IPEDOC, 2009.
- BUARQUE, Chico. *Sonho impossível. Álbum*: Simplesmente, 1990.
- BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, Poder Executivo.
- BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Brasília: Diário Oficial da União, Poder Executivo.
- CD-ROM. *Bandas de Congo de Cariacica –ES – Brasil*. Cariacica. 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas, SP: Papirus, 2008b.
- CORADINI, Marcia; GERLIN, Meri. *Pássaro de fogo: lendas, contos e cantos*. Vitória: GSA, 2008.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In.: GARCIA, Regina Leite (org.), *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 157-175.
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.98, pp.73-95. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000100005>. Acesso em: 24/11/2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, 2002.
- LARROSA, Jorge. Experiência e paixão. *Linguagem e educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagens na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MATURANA, HUMBERTO; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brin-*

car. Fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2011.

MAZOCO, Eliomar. *O congo de Máscaras*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1986.

MIRANDA, Marina Rodrigues. *Leitura de imagens: da casaca à konshaça – mediações na particularidade do enredo cultural serrano, na formação de professores em educação à distância*. (Dissertação de Mestrado). Universidade federal do Espírito Santo. 2007.

NEVES, Guilherme Santos. *Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba (1944-1982)*. Vitória: Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, 2008, v. 1.

RAMOS, Andreia Teixeira. *Educação ambiental entre os carnavais dos amores com os mascarados do congo de Roda D'Água*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2013.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2011.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. *Ecologistas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-colonial*. São Paulo: Cortez, 2011.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos. A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens. *Teias*, 11(21). 2010. Disponível em: <http://periodicos.proped.pro.br/index.php/revista-teias/article/viewFile/533/446>.

Acesso em 31/07/2013.

SEIXAS, Raul. *Prelúdio*. Álbum: Sonho que se sonha só. É só um sonho que se sonha só, 1973.

SEQUEIRA, Padre Francisco Antunes de. *Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense desde os tempos coloniais até nossos dias*. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1893.

SOUZA, Edileuza Penha de. *Tamborizar: História e afirmação da auto-estima das crianças e adolescentes negros e negras através dos tambores de Congo*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

Recebido em: 25/11/2016

Aprovado em: 25/07/2017





ARTIGO

PANELEIRAS DE GOIABEIRAS: OFÍCIO COMO HERANÇA CULTURAL IMATERIAL CAPIXABA

Fernando Santa Clara Viana Junior

Mestre e graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do curso de Gastronomia da Faculdade Novo Milênio (ES).

Lucas Onorato Braga

Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

Pensar a cultura capixaba é ponderar uma série de saberes e fazeres evocados como identitários da cultura local. Ultrapassando a leitura política e econômica, buscamos a interpretação social e cultural por meio da reflexão histórica. Procurando entender a cultura a partir de sua multiplicidade, elegemos como objeto deste artigo a alimentação e os diversos sentidos e significados que podem ser revelados a partir dessa instância tão cotidiana e, ao mesmo tempo, simbólica. Nesse contexto, procuramos analisar a questão da preservação do ofício das paneleiras de barro de Goiabeiras (Vitória/ES) na atualidade e os usos dos símbolos inerentes aos produtos de tal ofício, especialmente a panela de barro, recipiente obrigatório ao preparo da moqueca capixaba e outros pratos representativos da identidade capixaba.

Palavras-chave: Cultura Capixaba; História da alimentação; Paneleiras.

Abstract

To think about the culture of Espírito Santo is to contemplate a series of knowledge and deeds evoked as staple identities of the local culture. Going beyond a political and economic reading, we sought social and cultural interpretation through a historical reflection. Looking to understand culture departing from its multiplicity, we have elected food to be the subject of this article, and the various senses and meanings that can be revealed from such a customary and symbolic practice. In this context, we seek to analyse the question of the preservation of the craft of the clay craftswomen of Goiabeiras (Vitória / ES) in the present time and the usage of the symbols inherent to the products of this craft – especially the clay pot, the mandatory vessel for the preparation of the moqueca of Espírito Santo and other representative dishes of the Capixaba identity.

Keywords: Capixaba Culture; Food; History; Clay Craftswomen.



Enquanto uma de nós conservar os saberes de vocês, enquanto de mão em mão e de geração em geração se transmitirem as receitas da terna paciência de vocês, subsistirá uma memória fragmentária e obstinada da própria vida de vocês. A ritualização dos gestos elementares tornou-se-me assim mais preciosa que a persistência das palavras e dos textos, porque as técnicas do corpo são mais bem protegidas da superficialidade da moda e porque aí entra em jogo uma fidelidade material mais profunda e mais densa, uma maneira de ser no mundo e de fazer aqui a própria morada (GIARD, 2011, p. 215-216).

Introdução

As menções aos elementos culturais identitários são parte de nossa realidade contemporânea. Buscamos nos interstícios em que se inscrevem um povo algo que nos diga sobre quem eram, quem são esses elementos, convocando-nos, inclusive, a interpretar possíveis rumos a serem tomados no futuro. Assim, ultrapassando o limiar da leitura política e econômica, buscamos na interpretação social e cultural dos ocorridos ecos e espelhos do passado. Tentamos entender uma cultura a partir de seus fazeres múltiplos. Tais fazeres, por sua vez, expressam-se pela música, pela língua, pelo dialeto, pelas brincadeiras, pela alimentação e por sua conformação cotidiana. É na esfera da expressão alimentar, especificamente, que se inscreve este trabalho.

A alimentação atualmente vem ganhando notório destaque no cenário nacional e internacional. A mídia, por sua vez, tem cumprido um relevante papel para o fomento de tais discussões, já que, nos últimos anos, programas de culinária e tabloides especializados na área têm se feito aos montes. O impacto que tais abordagens causam no grande público, porém, deixam de fora um importantíssimo aspecto da alimentação: sua concepção como manifestação cultural. Para o historiador Massimo Montanari (2008, p. 15-16),

Comida é cultura *quando produzida*, porque o homem não utiliza apenas o que encontra na natureza [...], mas ambiciona também criar a própria comida [...]. Comida é cultura *quando preparada*, porque, uma vez adquiridos os produtos-base da sua alimentação, o homem os transforma mediante o uso do fogo e de uma elaborada tecnologia que se exprime nas práticas da cozinha. Comida é cultura *quando consumida*, porque o homem, embora podendo comer de tudo, [...] na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste.

Logo, alimentar-se é um ato muito mais complexo que a mera reposição nutricional do organismo. Conforme nos diz o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos (1997, p.160), “não é suficiente que uma coisa seja comestível, para que efetivamente seja consumida. É necessária uma série de condicionamentos como o biológico, o psicológico, o cultural e o social para que se dê um passo”.

Dessa forma, a alimentação emerge como reflexo de um contexto, tanto pelo alimento em si quanto pelas práticas – e símbolos – que o rodeiam. Segundo o antropólogo Sidney Mintz (2001), o comportamento relativo ao alimento revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido, evocando em seu escopo uma série de significados aos sujeitos inscritos nesse bojo de fazeres. Por ser, assim, uma expressão social, a historiadora Patrícia Merlo (2011, p. 27) compreende a comida como uma expressão de uma “governabilidade”, de uma prática que procura uma própria liberdade de expressão na contínua mediação entre corporalidade e corpo social.

Na contramão ao posto, alguns setores têm buscado no universo de significados alimentares as mais diversas formas de especulação. Assim, a noção de apropriação de tais símbolos envolvidos no ato de *alimentar-se* ganha espaço, ressignificando-os a de

seu sentido primário. Para o historiador Petrônio Domingues (2011, p. 407),

a questão dos usos, por sua vez, está diretamente relacionada ao conceito de apropriação. É por meio da apropriação que os setores não hegemônicos operam a “produção de sentidos”, ou seja, que a recepção se torna “matreira” e “rebelde”.

É nesta esfera dialógica que se inscreve este trabalho. Num franco diálogo que convoca a relação entre alimentação como manifestação cultural e os símbolos ali envolvidos, colocaremos em tela a questão da preservação dos ofícios ligados a alimentação – em nosso caso, as panelas de Goiabeiras (Vitória/ES) – e os usos feitos dos símbolos inerentes a este processo – a panela de barro e a moqueca capixaba. Questionaremos, ainda, em quais medidas a especulação desta dita *cultura popular* recai no âmbito da apropriação por outros grupos e ressignificam os fazeres destes ofícios.

A cultura alimentar e sua ressignificação

Atualmente, o conceito de cultura tem abarcado uma série de manifestações, abrangendo praticamente tudo que pode ser apreendido em uma sociedade – desde uma variedade de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) até práticas cotidianas (comer, beber, andar, falar, ler etc.) (BURKE, 2005, p.42). É nessa esfera que a alimentação – processo que abarca o alimento, os rituais de comensalidade e os significados dos alimentos – se matiza na esfera da *cultura alimentar*. Dito de outra forma, as opções alimentares, as modalidades de preparação de uma comida, a maneira de comer, as palavras, as expressões, os comportamentos, todos têm um valor simbólico e ritual.

É inscrito nesta matiz de abordagem que as várias ciências têm se visto articuladas e em franco

diálogo. Não pertencendo somente à esfera da Antropologia, da Sociologia, da História, da Psicologia, do Turismo etc., as questões que põem em *xeque* as articulações entre alimentação e cultura emergem a partir de reflexões das mais diversas áreas do saber. Para a turismóloga Maria Henriqueta Gimenes (2006, p. 2),

O interesse de várias áreas do conhecimento pelo tema [da cultura da alimentação] se deve em muito ao fato deste fenômeno possuir interfaces variadas, extrapolando a mera satisfação fisiológica e cumprindo uma série de funções e expressões que transcendem à fome biológica e se traduzem em costumes, rituais e demais comportamentos.

Passa-se, portanto, a refletir sobre os vários agentes envolvidos na alimentação. Num universo de significados e ressignificações, tais agentes receberão, cada um à sua maneira, a mensagem imbuída no *alimentar-se* sob determinadas circunstâncias. Assim, os ritos ligados a alimentação terão diferentes significados para os sujeitos em questão.

Estando, então, a alimentação fortemente ligada à história e as tradições culturais de toda uma comunidade, o consumidor nativo ou turista, segundo Zuin e Zuin (2008), acaba por consumir a cultura do local, uma vez que a gastronomia de um lugar traduz toda uma herança cultural, como clima, situação geográfica, especificidades dos solos, a história, a situação. A partir disso, portanto, produz a sua rede de significantes e significados.

É inscrito num universo cultural, portanto, que a alimentação conota sentidos. Dessa forma, determinados alimentos emergem como elemento de referência a determinado local e a determinados costumes. Portanto, uma

iguaria, por reforçar a identidade de uma localidade e de seu povo, torna-se muitas vezes uma espécie de insígnia local, fato que ganha importância dentro do contexto turístico” (GIMENES, 2016, p. 4).

É dentro de um cenário de ação de forças, então, que os vários signos vão se estabelecendo. Nos últimos tempos, a alimentação (e os fazeres aliados a elas, como no caso do ofício das panelleiras) ganha espaço na vitrine. O turismo tem nela, então, um alicerce para a sua manutenção. Para Henriqueta Gimenes (2016, p. 5),

Da mesma maneira em que o anseio por reconhecer e proteger os símbolos gastronômicos nacionais e regionais como forma de preservar uma identidade permanece até os dias de hoje, nota-se ainda a relação que se estabelece entre espaço e produção gastronômica é visível e reconhecida na atualidade não apenas pelos autóctones, mas também pelos turistas e excursionistas que se deslocam até determinada localidade para provar estes pratos. Na lógica da atividade turística, onde a diferença e as especificidades de uma localidade são matérias-primas básicas, esta territorialidade não é apenas incentivada, mas divulgada amplamente como forma de diferenciação de um destino turístico em relação ao outro, pois quanto mais diferenciado, mais “típico” for o prato, mais valorizado ele será.

Cria-se, então, na seara do alimento como manifestação identitária local, um manejo de exploração para pluralizar os vários significados a ela imbricados. Extrapolando os significados locais, o turismo convoca a resignificação ampliada, pondo aos olhos do *outro* aquilo que tem sentido para uma comunidade local.

Assim, num momento em que o conceito de *identidade* é posto em reflexão e que a noção de *cultura* não para de se alargar, algumas reflexões se fazem necessárias.

Para o historiador Roger Chartier (1988, p. 59),

anular o corte entre produzir e consumir é antes de mais nada afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações.

Dito de outra forma, é a pluralidade de significados atribuídos às várias manifestações culturais, incluindo aí a alimentação, que evoca um conjunto de percepções sobre determinada prática, não privilegiando um zênite, mas concebendo vários pontos de vista.

Dessa forma,

agir como se os textos (ou imagens) [ou demais manifestações culturais] tivessem significados em si mesmos, fora das leituras que lhes conferem sentidos, é elevar tais [objetos] ao estatuto de categoria absolutas e universais, em última instância, a-históricas (DOMINGUES, 2011, p. 408).

Tendo a panela de barro como uma manifestação histórica e recheada de (res)significações, propomos a reflexão.

Segundo a comunicóloga Manaíra Abreu (2001), no decorrer dos anos 1980 a indústria turística consagrou a panela de barro por meio de campanhas publicitárias, associando sua imagem a da moqueca e da torta capixaba, num processo que acabou por transformá-la em ícone da cultura regional. Tal ação, por sua vez, colocou o Espírito Santo em destaque no cenário do turismo gastronômico desde então. Estava inaugurada, então, a consagração de apropriações e reapropriações de significados da panela de barro e da alimentação capixaba.

A panela de barro e as panelleiras de Goiabeiras

Inscritas nesse universo simbólico, a panela e as panelleiras formam sistemas que se retroalimentam: uma não existe sem a outra. Junto a isso, não há o ofício e nem a panela sem o local, o barro e tintura extraída do mangue vermelho,¹ ambos característicos daquela

¹ Um tipo de árvore do mangue (*Rhizophora Mangle*) da qual se extrai a tintura de tanino a ser utilizada na queima da panela de barro, que

região. Assim, nas palavras dos sociólogos Marques e Caloti (2013), forma-se a “Cultura do Barro”.

Não há, ainda, receita para fazer a panela de barro escrita em cadernos ou livros. Tal como os quitutes de nossas mães e avós, recheados por *punhados, pouquinhos, pitadas, tiquinhos*, são também assim construídas as panelas de barro, que esteiam sua existência na oralidade.

No ano de 2002 iniciou-se o processo de reconhecimento do ofício das paneleiras de Goiabeiras. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio de sua superintendência no Espírito Santo, deu início ao reconhecimento e registro desse ofício. Segundo consta em dossiê publicado pela instituição após o reconhecimento,

a fabricação artesanal de panelas de barro é o ofício das paneleiras de Goiabeiras, bairro de Vitória, capital do Espírito Santo. A atividade, eminentemente feminina, constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, no âmbito familiar e comunitário. A técnica cerâmica utilizada é de origem indígena, caracterizada por modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino. Apesar da urbanização e do adensamento populacional que envolveu o bairro de Goiabeiras, fazer panelas de barro continua sendo um ofício familiar, doméstico e profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha. É o meio de vida de mais de 120 famílias nucleares, muitas das quais aparentadas entre si. Envolve um número crescente de executantes, atraídos pela demanda do produto, promovido pela indústria turística como elemento essencial do “prato típico capixaba” (IPHAN, 2002, p. 13).

É necessário reforçarmos, ainda, que tal fazer não se inscreve num processo recente: nos remonta,

na verdade, a um período anterior às colonizações que marcaram a Idade Moderna.

O processo de produção das panelas de Goiabeiras conserva todas as características essenciais que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos. As panelas continuam sendo modeladas manualmente, com argila sempre da mesma procedência e com o auxílio de ferramentas rudimentares. Depois de secas ao sol, são polidas, queimadas a céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino, quando ainda quentes. Sua simetria, a qualidade de seu acabamento e sua eficiência como artefato devem-se às peculiaridades do barro utilizado e ao conhecimento técnico e habilidade das paneleiras, praticantes desse saber há várias gerações. (IPHAN, 2002, p. 15).

É, portanto, num universo alheio ao sincretismo cultural moderno que marcou a formação do Brasil, que surge o ofício, há 2500 anos aproximadamente (PEROTA *et al.*, 1997, p. 10-11).

Apesar de a técnica cerâmica utilizada ser reconhecida por estudos arqueológicos como legado cultural Tupi-guarani e Una, com ênfase maior a elementos característicos desse,

o saber foi apropriado por colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal, território historicamente identificado como um local onde se produziam panelas de barro, já a partir do século XVI (IPHAN, 2013, p. 15).

Na verdade, partes do utensílio sofreram modificações ao longo do tempo.

A produção artesanal da cerâmica popular de Goiabeiras foi contínua porque sempre foi utilitária. Algumas alterações de caráter funcional, como as alças nas proximidades dos lábios das bordas são

confere a coloração escura dos refratários (MARQUES; CALOTI, 2013, p. 168).

detalhe raramente encontrado na cerâmica indígena, deve ter sido uma adaptação para uso das panelas em fogões e, posteriormente, para uso em mesas. (PEROTA *et al.*, 1997, p. 13).

Se os sambaquis espalhados ao longo do litoral espírito-santense, repletos de concha de moluscos e outros elementos que nos remetem ao consumo de frutos do mar, são expressão da culinária capixaba desde há muito (NEVES; PACHECO, 2002), é hoje a panela de barro quem traduz o que resta da identidade culinária do povo de Vitória com o litoral. Talvez por reminiscência do consumo de torta capixaba no período da páscoa e do consumo da moqueca aos fins de semana e em dias festivos, o ofício das panelleiras ainda existe e resiste, mantendo-se totalmente artesanal.

Tão artesanal quanto as panelas, devem ser os pratos que são apresentados nelas. Como que saindo do fogo, ainda borbulhando, a poética da descrição da receita apresentada pela pesquisadora Patrícia Merlo (2011, p. 30) nos dá uma dimensão do que se trata o prato. Para a autora,

“na receita típica capixaba, a cor vem da tintura de urucum, o azeite é doce, o tomate precisa estar bem maduro, a cebola branca e o alho devem ser bem cortados e o coentro picado, salpicado em doses bem generosas. A moldura perfeita fica por conta da panela de barro”.

Esse prato tem, para o capixaba, gosto de domingo e de comemorações especiais.

Apreciada tanto quanto a moqueca, a torta capixaba também traz consigo a tradição do capixaba. Acompanhada pela lembrança do chocolate e da páscoa, esse prato é característico do período quaresmal. O ofício das marisqueiras (outrora desfiadeiras de siri) é, tal qual o das panelleiras, predominantemente feminino (VIANA JUNIOR, 2010, p. 5). Faz-se várias moquecas de mariscos (ostra, sururu, siri, caranguejo e camarão), além da moqueca de pei-

xe branco; quando secas e misturadas, agrega-se o palmito e os ovos batidos. Para finalizar, claras nevadas e rodela de cebola. Eis o prato típico da Semana Santa do capixaba, servida em panela de barro.

Falamos, portanto, de um elemento central, que cria o vínculo entre uma dita *identidade capixaba* e a alimentação: a panela de barro. Mais que uma estrela à mesa, a panela traz consigo muitos significados, convocando uma série de saberes e fazeres que traduzem a relação entre o capixaba, a sua história e o mar, e que apresenta aos diletantes uma parte importante do ser capixaba.

O ofício feminino na produção da identidade alimentar capixaba

Não podemos, entretanto, abrir mão de encarar a atual realidade das mulheres – em sua maioria – que ainda levam à frente o fazer da panela de barro como sua principal atividade econômica. Segundo o sociólogo Luís Rodrigues (2011, p. 3),

passada de mãe para filha e para netas a tradição criou o ofício das Panelleiras de Goiabeiras dando referência à localidade chamada de Goiabeiras Velha; assim são conhecidas as mulheres que fazem as panelas. Embora o trabalho de manusear o barro e dar formas aos utensílios era exclusivamente feminino e de característica artesanal familiar, elas sempre contaram com a ajuda dos maridos e filhos para a extração e obtenção das matérias-primas que são o barro, tanino e madeira para queima, bem como na confecção e comercialização.

Assim como as técnicas de produção garantem a autenticidade da panela de barro, as panelleiras que as executam são reconhecidas como genuínas; e essas só podem ser as “Panelleiras de Goiabeiras Velha”, pois, segundo entende-se, dominam todas as etapas de produção, perpetuam a forma genuína de fabrico, isto é, os elementos tradicionais, e estão inscritas no

“lugar de memória”.² Dito de outra forma, são elas as personagens que garantem, desde há muito, a construção simbólica de significados que perpassam a panela de barro.

Apesar do simbolismo implícito nesse processo, muitas vezes a crença da feitoria das panelas como elemento essencialmente artesanal, que se inscreve numa condição lúdica, cai à tona quando nos deparamos com a realidade. O consumo sistemático das panelas convoca uma produção quase que industrial, haja vista a demanda do bem simbólico. Assim, as panelas

[...] passaram a ser apreciadas e comercializadas por uma nova rede de mercados: lojas de artesanato, turistas com seus souvenirs e restaurantes que servem a moqueca, os maiores compradores por participarem da rede de turismo. As panelas foram então ‘descobertas’ e suas produtoras ‘reveladas’. Neste contexto de crescente demanda, a pequena produção familiar feita nos quintais entre uma ou outra tarefa doméstica foi modificada e ganhou novos contornos e novos modos de organização e produção (Dias, 2006, p. 205).

Dessa forma, as panelas e as paneleiras passam, atualmente, por um processo de adaptação e ressignificação: as artesãs constroem, a partir da produção articulada e sistematizada, um bem simbólico repleto de sentidos ligados à tradição, evocado no imaginário comum ainda como uma produção manufatureira e singular. Dito de outra forma, não se perdeu o sentido da confecção da panela de barro tal qual fora em outros tempos, mas se reajustou a forma de confeccioná-las, de modo a ser possível às paneleiras adaptarem-se à atual demanda pelo produto.

2 Segundo Motta, “lugar de memória” pode ser entendido como um “espaço” comum, onde se recria a tradição num processo de identificação coletiva. A “memória seria vulnerável às manipulações, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (Motta, 1992, p. 6).

À guisa da conclusão

Refletir sobre a cultura no Espírito Santo é fazer menção a uma série de fazeres e saberes que são evocados como identitários da cultura capixaba. A alimentação, por sua vez, coloca-se como o espelho social debatido neste trabalho.

A panela de barro é, segundo compreendemos, um elemento essencial à idade capixaba: é o que nos liga diretamente ao mar e ao que dele vem. Assim, ter à mesa peixes e frutos do mar é ter a panela de barro como coadjuvante desse processo.

Não haveria, porém, a panela de barro sem as paneleiras e o próprio barro, que formam uma tríade consonante o que compreendemos como “Cultura do Barro”. Assim, graças a essa manifestação cultural, é possível evocarmos uma identidade local que nos defina num cenário multifacetado de culturas.

Dessa forma, a mulher coloca-se, junto à panela, como elemento essencial para a identidade capixaba. Sem a artesã do barro, sem este elo que se coloca entre a cozinha do mar e a panela de barro, esse não seria um viés cultural e de identidade. Logo, o repasse do saber fazer, de geração a geração, é um dos pilares que nos torna capixabas.

Finalmente, cabe-nos a percepção: um conjunto de alicerces é o que forma o esteio de uma identidade, repleta de significantes e significados, para autóctones e para os que chegam pela curiosidade. Ainda assim, é nesse bojo de signos que se inscreve os emaranhados de uma cultura local.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. *Isto não é uma panela*. Monografia de Graduação em Comunicação Social – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2001.
- BURKE, P. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel, 1988.
- DIAS, C. C. *Ser paneleira não é brincadeira – Estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional*, Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, 2006.

DOMINGUES, P. Cultura popular: as construções de um conceito na historiográfica. *História*, v. 30, n. 2, p. 401-419, 2011.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. 10. Ed. Trad. Ephraim F. Alves; Lúcia E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2011, v. 2 (morar, cozinhar), p. 209-372.

GIMENES, M. H. S. G. *Patrimônio Gastronômico, Patrimônio Turístico: uma reflexão introdutória sobre a valorização das comidas tradicionais pelo IPHAN e a atividade turística no Brasil*. Disponível em <https://www.academia.edu/489721/Patrim%C3%B4nio_Gastron%C3%B4mico_Patrim%C3%B4nio_Tur%C3%ADstico_uma_reflex%C3%A3o_introdut%C3%B3ria_sobre_a_valoriza%C3%A7%C3%A3o_das_comidas_tradicionais_pelo_IPHAN_ea_atividade_tur%C3%ADstica_no_>. Acesso em 21 jun. 2016.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Dossiê 3: Ofício das Panelas*. Brasília: IPHAN, 2002.

MARQUES, M. S.; CALOTI, V. A. As Panelas de Goiabeiras e a Cultura do Barro. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVI, pág. 163-185, 2013.

MERLO, P. Repensando a tradição: a moqueca capixaba e a construção da identidade local. *Interseções*, v. 13, n. 1, p. 26-39, jun. 2011.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

MONTANARI, M. *Comida como Cultura*. Trad. Letícia Andrade. São Paulo: Senac, 2008.

MOTTA, M. S. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1992.

NEVES, L. G.; PACHECO, R. *Torta Capixaba*. Vitória: Eldorado Comunicacões, 2002.

PEROTA, C.; LELING NETO, R. A.; DOXSEY, J. *Panelas de Goiabeiras*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

RODRIGUES, L. H. Transmissão Cultural e Mercantilização: uma etnografia da produção e comercialização de panelas de barro pelas panelas de Goiabeiras. In: *Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2011.

SANTOS, C. R. A. dos. Por uma história da alimentação. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 154-171, 1997.

VIANA JUNIOR, F. S. C. *Desfiadeiras de Siri: elementos de identidade cultural de um povo ligado à gastronomia*. Vitória: Secretaria do Estado de Cultura, 2010.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Alimentação é cultura – aspectos históricos e culturais que envolvem a alimentação e o ato de se alimentar. *Nutrire, Revista Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 225-241, 2009.

Recebido em: 26/07/2017

Aprovado em: 26/09/2017





The background of the cover features a faint, sepia-toned illustration of three women. The woman on the left is shown in profile, facing right, wearing a large, ornate earring and a beaded necklace. The woman in the center is facing forward, looking slightly to the left, with a bindi on her forehead. The woman on the right is shown in profile, facing right, wearing a large, ornate earring and a beaded necklace. They are all wearing traditional, possibly Indian, clothing.

DOCUMENTO

ARBITRAMENTO PARA A LIBERDADE

KATIANE DUTRA DE MEIRELES

Pesquisadora e historiadora.

RESENHA

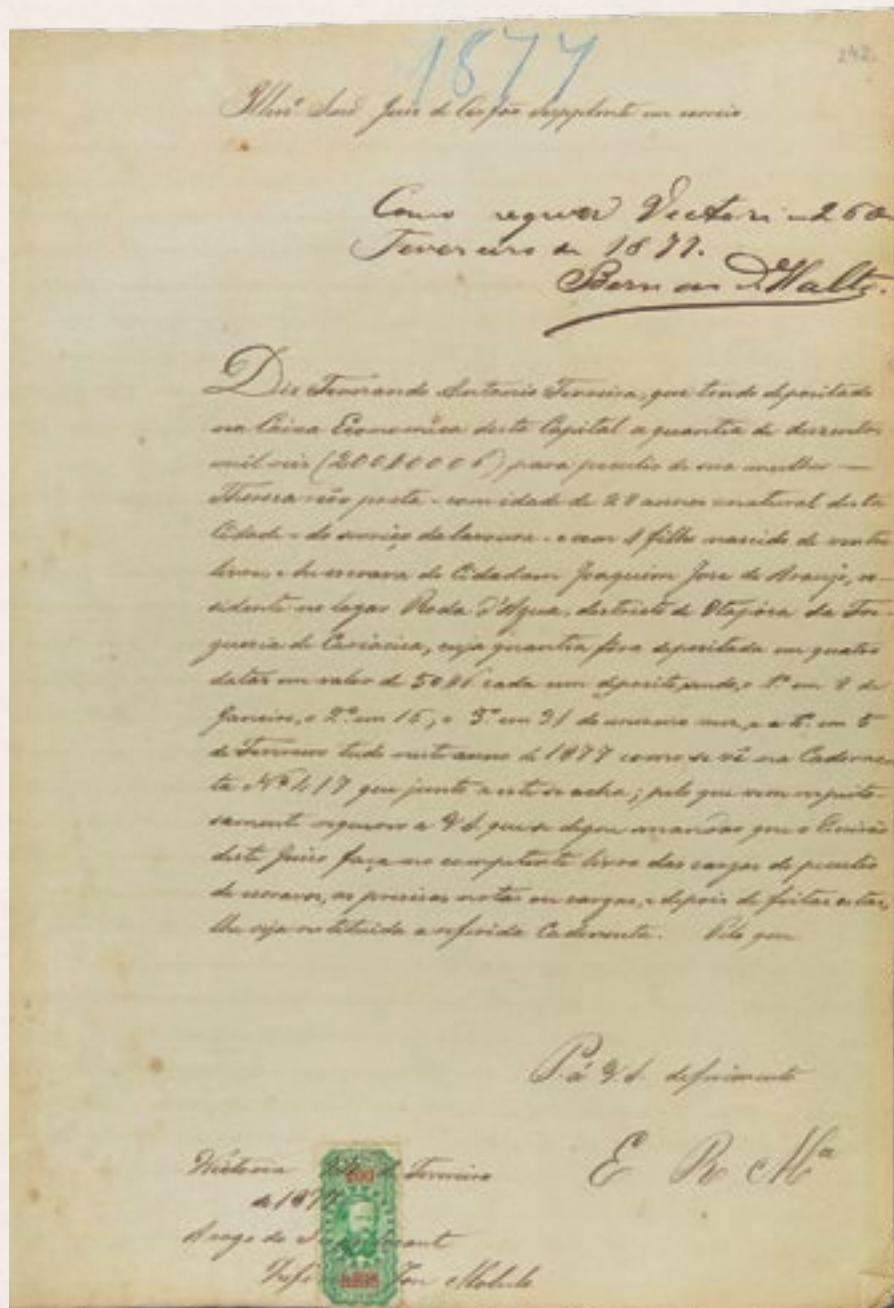
Ofício encaminhado ao Juiz de Órfão Suplente, em exercício, da Comarca de Direito de Vitória, em 26 de fevereiro de 1877, por Zefirino Jose Molulo, a rogo do suplicante, Fernando Antonio Ferreira, o qual solicita o pecúlio de sua mulher Theresa, escrava de Joaquim José de Araujo, residente em Roda D'água, distrito de Itapóca, freguesia de Cariacica, comunicando sobre o depósito na Caixa Econômica, no valor de 200 réis, em quatro parcelas de 50 réis, para a alforria de sua esposa.

RESUMO

Pecúlio de Liberdade: Após um ano de sancionada a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre e também conhecida como Lei Rio Branco, foi lançado o Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872 que a regulamentava. Os artigos 48 a 63 do Capítulo III do referido decreto, discorrem sobre o direito ao pecúlio e à alforria. Por consequência, havia a possibilidade do escravo

de indenizar o seu senhor por meio do pagamento de um pecúlio, sendo este relativo ao seu “valor de mercado”.

O documento em destaque faz parte do Fundo Documental Juízo de Direito da Comarca de Vi-



TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Ilmº. Snr. Juiz de Orfão Suplente em exer[cí]cio

[deferimento do Juiz de Órfão]

Como requer Victoria 26 de / Fevereiro de 1877.

[assinatura] Bern ar Waltz.

Diz Fernando Antonio Ferreira, que tendo depositado / na Caixa Economica desta Capital a quantia de duzentos / mil reis (200\$000 r) para peculio de sua mulher — / Theresa = côr preta = com idade de 28 annos = natural desta / Cidade = do serviço da lavoura = e com 1 filho nascido de ventre / livre, e he escrava do Cidadam Joaquim José de Araujo, re / sidente no logar Roda D'Agua, districto de Itapóca da Fre / guezia de Cariacica, cuja quantia fôra depositada em quatro / datas em valor de 50 \$r. cada um deposito, sendo, o 1º. em 8 de / janeiro, o 2º. em 16, o 3º em 31 do mesmo mez, e o 4. Em 5 de Fevereiro tudo neste ano de 1877 como se vê na Caderne / ta Nº. 417 que junto a este se acha; pelo que vem respeito / samente requerer a V. S. que se digne mandar que o Escrivão / deste Juizo faça no competente livro dos cargos de peculio / de escravos, as presisas notas ou cargos, e depois feitas estas, / lhe seja restituída a referida Caderneta. Pelo que

P.á V.S. deferimento

E. R. Mce

[E receberá mercê]

[Selo Imperio do Brasil de 200 réis]

Victoria 24 de Fevereiro

de 1877

A rogo do Supplicante

Zefirino Jose Molulo

tória. O acervo foi inventariado e disponibilizado ao público no ano de 2017. No conjunto documental é possível encontrar autos de liberdade e matrícula de escravos, termos de partilhas de bens, cartas de emancipação e provisões de tutela de órfãos, rela-

tórios, ofícios e certidões referentes às solicitações e prescrições do Júri da Comarca de Direito de Vitória. O acervo é composto por 56 livros e 13 caixas com datas limites entre 1832-1921.

An aerial photograph of a coastal town, likely Capixaba, showing a bay, a river, and surrounding hills. The image is faded and serves as a background for the text overlay.

RESENHA

**PASSADO A LIMPO: O
ESTADO CAPIXABA E O
SEU MITO FUNDADOR**

Thiago Vieira de Brito

Doutorando em História - UFES

Passado a limpo: o estado capixaba e o seu mito fundador é o mais novo livro do historiador capixaba José Pontes Schayder. Lançado em edição própria, o livro chega para os historiadores locais, intelectuais diletantes e demais interessados na história do Espírito Santo no ano de 2017. A densa obra é resultado de longos anos de pesquisa do autor sobre a história capixaba e revela um pesquisador amadurecido em comparação aos seus livros anteriores. Em formato de ensaio, o livro é um esforço de síntese monumental que se estende por 516 páginas apoiadas em vasta bibliografia documental e também numa erudição historiográfica formidável sobre o que se considera atualmente a *história do Espírito Santo*.

O objeto principal do livro é refletir e propor como problema o *mito fundador* da história (e também da historiografia) capixaba. Nesse sentido, o leitor é convidado a conhecer o personagem histórico Vasco Fernandes Coutinho para além de sua tradicional roupagem historiográfica e assim fazer a sua devida crítica. Orbitando a figura do capitão donatário, o leitor é apresentado ao que se sabe de concreto sobre o personagem histórico e como foi a historicidade de sua construção no seio da historiografia capixaba. Schayder nos apresenta uma nova forma de interpretar a história capixaba a partir da chave do *mito fundador*, que para ele é resultante de um constante e secular esforço de criação narrativa de historiadores em aliança com as tradicionais elites que forjaram o estado capixaba.

O livro está dividido em cinco grandes partes. Em sua introdução, Schayder pede desculpas à comunidade de historiadores capixabas pela sua tentativa de romper com a estrutura narrativa clássica que fora construída ao longo de décadas. Nestas primeiras páginas o autor pede para não ser tratado como um *traidor* pelos eventuais leitores e explica que sua pesquisa é apenas um esforço para abrir novos horizontes possíveis de compreensão do lugar e do significado da história capixaba.

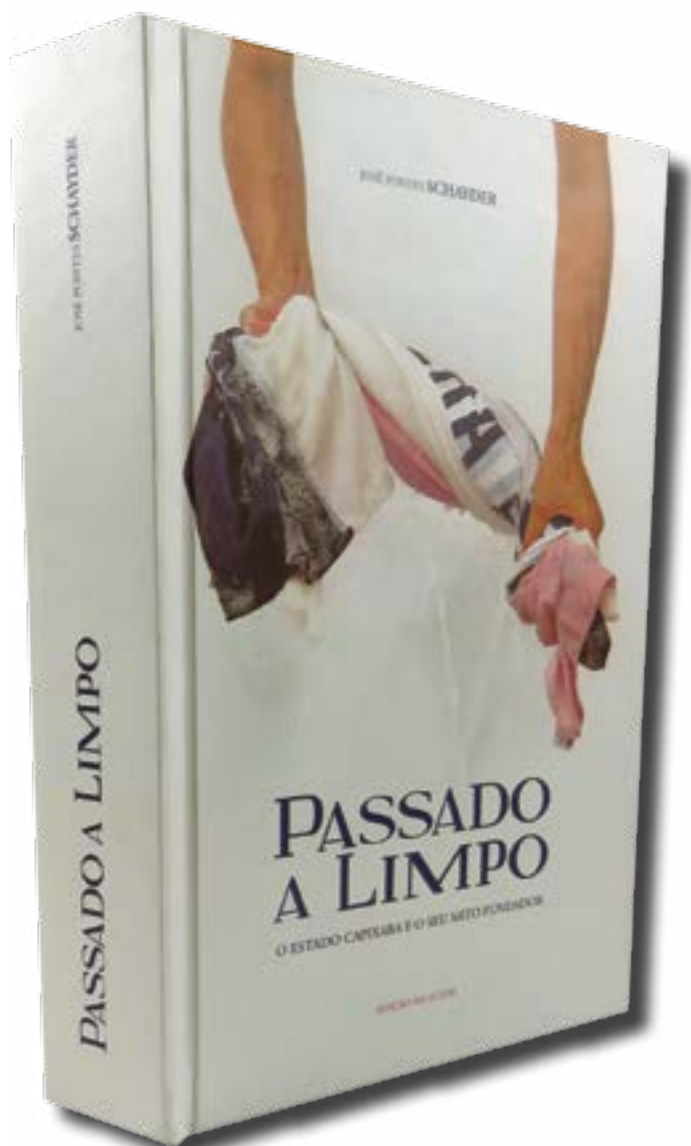
No primeiro capítulo, intitulado de *Faça-se o mito!*, Schayder recupera de maneira profunda a

narrativa histórica sobre Vasco Fernandes Coutinho, sempre se apoiando fartamente, em documentos e bibliografia sobre o tema. Sua tese é que desde muito, historiadores capixabas encarnaram uma leitura de um capitão donatário perseguido e alvo de conspiração e que teria, por isso, fracassado em seu empreendimento colonial. A mácula original estaria então selada para sempre. A capitania, depois a província e o estado estariam condenados ao esquecimento e à perseguição, seja da Coroa, da elite imperial ou dos chefes executivos da vindoura república. O mito então se fez trauma e chegou aos dias atuais.

Em *A história vos libertará* (segundo capítulo), o pesquisador propõe que, apenas diante de uma percepção clara da atuação do *mito* no decorrer da história recente do Espírito Santo é que será possível se *libertar* de uma narrativa uníssona. Neste, que é o mais curto capítulo, Schayder propõe fazer uma *arqueologia* do mito e anuncia sua vontade de percorrer a história política do estado em busca de seus rastros.

No capítulo *Conhecereis a história* é exposta ao leitor uma pormenorizada atuação do *mito*, desde os momentos finais da fase imperial brasileira até o século XXI. Cada fase política do Estado brasileiro é apresentada em sua forma de lidar com o trauma da perseguição aos capixabas. A política de atuação dos governadores - sempre pedindo e implorando privilégios e ajuda ao governo federal - também é mostrada. Em determinados momentos, o poder central se inclina a aceitar as reclamações, mas na maioria do tempo o que se percebe é uma indiferença aos reclames capixabas. Destaca-se também aqui, a atuação dos grandes personagens da história estadual. Desde os principais governadores até suas contribuições para consolidar a identidade mítica em elementos simbólicos como o hino e a bandeira estaduais, que são símbolos que para o autor absorvem e encarnam o mito capixaba.

Por fim, em seu último capítulo, *Qual progresso?*, Schayder amarra sua derradeira crítica. Fica en-



SCHAYDER, José Pontes. *Pas-
sado a limpo: o estado capixaba e
o seu mito fundador*. Cachoeiro
de Itapemirim: Edição do au-
tor, 2017, 516p.

tão patente o grande incômodo do autor. Esse incômodo se dá pela busca incessante pelo *progresso*. O historiador conclui propondo que o *mito/trauma* se consolida e se fortalece pela incessante apologia ao progresso praticada pela grande imprensa capixaba. Num ritual permanente orquestrado pelo poder constituído e a mídia local, incensa-se o *mito* da perseguição e a necessidade de superar a eter-

na conspiração contra os capixabas. O *progresso* se aproxima (mas nunca chega), pois o suposto atraso está umbilicalmente ligado ao desastre original e mítico herdado do donatário. Dessa forma, o ensaio é concluído e deixa como marca indelével o qualificado esforço de pesquisa para abrir novas chaves de compreensão sobre a história do Espírito Santo.

COGNOME E NO

Sennali[†]

†

Giovanni
I. C...

REPORTAGEM

RAÍZES

Hesio Pessali

Jornalista com atuação como repórter/editor na Revista Veja, Jornal do Brasil, O Globo, BBC de Londres, A Gazeta e A Tribuna, e como docente na Universidade Federal do Espírito Santo e Faesa. É autor de textos acadêmicos e jornalísticos sobre a imigração italiana no Espírito Santo.

Raízes

Londres, aeroporto de Gatwick, 3 horas da madrugada de sábado, dezembro de 1975. Um italiano falante perturbava o salão de embarque, embora pouca gente entendesse: ele falava alto, em italiano, e falava mal da Inglaterra. Ninguém demonstrava se dar por incomodado. Como fazem os ingleses, discretamente leem o jornal ou olham algum ponto indefinido no teto.

Del Carmine cansou de esperar um interlocutor e sentou do meu lado. Mudou de assunto e perguntou se eu ia para a Itália. Não esperou e já foi dizendo que ia para Rivarolo. Perguntou se eu sabia onde ficava. Respondi que ia para Milão. Ele também, de Milão ia de trem para casa.

Aí começava uma viagem para ficar na memória. Meu giro pela Itália durou quase um mês, e o reencontro com as origens a gente nunca mais apaga, são lembranças para sempre. Esse italiano da Lombardia foi, digamos, quem me facilitou essa emoção ainda tão forte passados todos esses anos.

Ele fora a Londres com a família para o casamento do filho com uma inglesa, numa festa em que só ele não falava inglês. Quis permanecer sóbrio mas não conseguiu. Da festa foi direto para o aeroporto, carregando ainda a sobra do porre.

Sentamos juntos no Boeing, e a conversa durou o tempo do voo. De manhã descemos em Malpensa. Ao lado da pista havia restos de neve sobre o capim onde um faisão ciscava procurando comida.

Del Carmine a esta altura já sabia que eu era um ítalo-brasileiro, ainda sem a cidadania, que viria mais tarde; que era jornalista; trabalhava para o Serviço Brasileiro da BBC de Londres e que estava para realizar um sonho de infância, o de ver o cenário que meus avós descreviam repetindo o que tinham ouvido dos seus pais imigrantes: Quattrocasse, “*quel piccolo paese*”, no meio de uma plantação de milho imensa, do tamanho da Pianura Padana.

Na saída do avião, ele me convida. Embarco com ele, a mulher e a filha no trem que nos deixa



Seta no caminho indicando o destino (Foto Hesio Pessali).

em Cremona, onde tomamos um táxi e chegamos à tarde em Rivarolo. Tarde demais para seguir viagem. Meu roteiro até Quattrocasse passava pelo *comune* de Casalmaggiore, província de Cremona. O último ônibus já tinha saído: “Dorme aqui na minha casa”.

Dormi cansado numa cama enorme, de metal amarelado, antiquíssima. Uma amiga inglesa casada com um diplomata italiano me disse que muitas famílias ainda conservavam esse tipo de cama de casal, tão grande que, se é verdade, ela é colocada dentro do quarto antes de levantar as paredes.

Segui viagem no único ônibus de domingo, que saía à tarde. Levava comigo um bilhete dele a um amigo gerente de um pequeno hotel em Casalmaggiore. Nem era necessário: depois que o ônibus partiu ele reforçou o bilhete com um telefonema.

Nunca mais vi esse italiano nem sua família, mas, depois das férias, de Londres escrevi uma extensa carta onde acho que consegui passar meu encanto pela Itália e essa espécie de taquicardia que acomete os *oriundi* toda vez que falam da terra de origem, tenham conhecido ou não. No fim, fiz um convite para ele me visitar quando voltasse para ver o filho casado com a inglesa.

No hotel não serviam jantar aos domingos, mas a minha ceia estava reservada, por encomenda de Del Carmine. Eu jantava tranquilo e solitário, enquanto um bando de jovens conversava. Mas tão alto e agitado que às vezes achava que iam se bater. Ainda



Rua central de Quattrocasa (cartão postal).

não tinha visto do que é capaz um grupo de rapazes italianos quando fermentados pelo vinho da região.

A certa altura, levanto a cabeça e me vejo cercado. Um deles me diz que os estrangeiros são bem-vindos a Casalmaggiore, e pergunta de onde eu vinha, o que queria e se eles podiam ajudar. Quando disse o que queria foi como se tivesse dado uma ordem. Já me vi dentro de um carro com destino a Quattrocasa, a uns poucos quilômetros dali, na zona rural. No caminho escutei uma observação: que eu falava italiano com sotaque inglês...

Na igreja de Quattrocasa, Don Remo Baruffaldi tinha terminado de celebrar a missa vespertina e esquentava a janta, porque no domingo dava folga à empregada. Pelo jeito como veio atender à porta, devia conhecer aqueles rapazes barulhentos. Foi in-

timado a abrir a sacristia porque queriam fazer uma devassa nos registros de batismo até encontrar o nome do bisavô do visitante.

Até ele se mostrou simpático à história de alguém buscando os ancestrais e esqueceu a janta, que queimou no fogão. A busca continuava, porque eu não tinha a data certa do nascimento de Pezzali Paolo, e nem eles completa lucidez para procurar. Meia hora depois, a descoberta: Pezzali Paolo, filho de Pezzali Giovanni e Rosa Moretti Caroli, batizado em Quattrocasa, nascera em 11 de maio de 1848. A descoberta merecia uma comemoração, às custas da adega de Don Remo.

Sáímos de Quattrocasa já bem escuro, no meio da neblina. Atravessamos uma ponte sobre o Pó, só para esticar a comemoração, até um vilarejo chama-



Quattrocasa do início da década de 1970 (cartão postal)

do Colorno, voltamos e eu fui para o hotel, alegre de emoção e de vinho.

No dia seguinte voltei de táxi a Quattrocasa. Desembarquei na frente de um bar, entrei e perguntei a um rapaz, naquela segunda-feira vazia, onde moravam os Pezzali: “Lá na esquina, quase no fim da rua”, mas provavelmente estariam na lavoura.

Dei umas voltas, fiz algumas fotos, comprei uns postais e entrei na igreja, da qual só conhecera a sacristia na noite anterior. Na lateral, uma imagem de Santa Luzia, sempre invocada por alguém com alguma doença nos olhos – e então lembrei do que na infância me dizia vovô Marcelino: seu pai era devoto da santa, e trouxe da Itália um quadro, que eu ainda cheguei a ver quando criança, pendurado na parede da casa dele, sem entender por que aquela mulher segurava uma bandeja em cima da qual havia um olho.

Pelo meio-dia bati na casa dos Pezzali. Estavam almoçando e, sem a menor cerimônia, me convidaram a entrar e ouviram um resumo de minha história. Sentei à mesa e comi com eles. Naquela tarde, Gino e Alessio não voltaram com o trator para os quatro hectares e meio de terra que se estendiam atrás da casa.

A mãe Chiara ficou escutando também. Falamos de tudo, mas, principalmente, das histórias que eu tinha de memória sobre o que Paolo e a minha bisavó Elisa Barbantini – a *nonna* Elisa – haviam trazido da Itália.

Eles também tinham vaga memória de que, num passado distante, alguém se desgarrara da família *per far l'America*, só e nada mais. Nenhuma carta, nenhum nome, nenhuma data. Ficaram surpresos quando tirei do bolso uma cópia do passaporte de Paolo e Elisa. Agora, a imigração era real. E remon-

tando a genealogia, eles eram descendentes de um dos filhos de Giovanni que ficaram. *Mamma Chiara* encheu os olhos, enxugou o nariz e me deu um longo abraço. Senti aquele gesto de afeto como se quatro gerações estivessem me recebendo de volta! O pai Alessandro bem que gostaria de ouvir minha história, mas já havia falecido.

Saí de lá flutuando, rindo sozinho, com a alma confortada e a indicação de mais parentes a encontrar. Depois da última casa só existia o verde dos dois lados da planície. Caía uma chuva muito fina e gelada. Um bando de patos selvagens cruzou o céu na direção do sudoeste. Não havia táxi nem ônibus, então continuei andando pela estreita estrada sem me importar com a distância de Casalmaggiore. Passou um carro e me deu carona. À noite, o céu se abriu, e da janela do hotel fiquei admirando um arco em volta da lua, maravilhado com tudo o que estava acontecendo.

Nos dias que se seguiram visitei Dante, que tinha uma concessionária da Fiat no *comune* vizinho de Viadana. Almoçamos num restaurante caseiro à beira da estrada, e foi o *capelletti* mais saboroso que jamais comi, com recheio adocicado de abóbora madura. No dia seguinte, acompanhei Dante a um vilarejo onde ele ia expor à moda italiana uma nova versão do *Lancia Beta*, parecido com nosso antigo Opala: estaciona o carro na praça e os curiosos vão chegando. O fascínio do italiano pela *macchina* logo produz uma aglomeração, e a partir daí começam as encomendas.

Fiz uma foto de Dante de perfil e, depois que revelei, percebi o quanto seus traços se pareciam com os de meu irmão Orlando.

Dante telefonou para o *zio Giovanni*, que já se aposentara do seu comércio em Desenzano del Garda e agora se dedicava à pesquisa familiar. *Zio Giovanni* morava num *palazzo* encantado, numa elevação que dominava o lago. Via-se do outro lado as Dolomitas quase cor-de-rosa.

De suas mãos recebi um presente de valor inestimável. Ele tinha refeito a genealogia de sua linha



Bar em Mantova (Foto Hesio Pessali).

familiar até 1610, com algumas ramificações. Uma delas mostrava que nossos ramos se separavam no início do século 18. O restante completei daqui e dali, com parentes ou em arquivos públicos nas semanas que fiquei por lá.

Ainda encontrei a prima Beatrice, docente universitária, professora de Antropologia, que me convidou para uma conversa informal com seus alunos sobre a América Latina. Eles queriam saber de tudo: sistema político, economia, relações com o mundo. Do Brasil queriam também saber de futebol. E eu tomei a iniciativa de lhes falar sobre a imigração do século anterior. Para minha surpresa, sabiam muito e perguntaram ainda mais.

Essa busca por familiares e informações me levou ainda a Cortina d'Ampezzo, uma cidade encantada, já próxima da Áustria.

Pouco antes de deixar o ninho, ainda encontrei a prima Chiara, casada com um Bellini, pais de duas meninas loiras e curiosas a respeito do parente que viera de tão longe. Eu estava em permanente estado de graça por mim mesmo, mas era como se eles participassem desse meu sentimento, porque eu mesmo me sentia como um elo reencontrado, um filho de volta ao abraço da família.

Enquanto esperava o sono no quarto do hotel fazendo um balanço do dia, estava certo de que não passava de anedota preconceituosa aquela descon-

fiança do italiano sempre que aparece um parente da América: “Vai ver que veio atrás de herança!”

Três semanas depois de chegar, comprei em Parma um bilhete de trem para Roma, e fui fazendo a viagem em prestações, seduzido pelos encantos da Toscana: Firenze, Assisi, Arezzo, Perugia. Teria aproveitado Roma muito mais se não tivesse me demorado na Lombardia e no Vêneto. Mas, naqueles dias, a Cidade Eterna era algo tão minúsculo, enquanto Quattrocasse ocupava meu coração por inteiro.

Ainda assim, houve emoções fortes, como quando, aproveitando a multidão que o Ano Santo levou ao Vaticano, escapei da Guarda Suíça e fotografei de perto Paulo VI sentado na Sé de Pedro abençoando os peregrinos. Pensei na alegria de papai ao ver uma foto do papa feita por seu filho. Mas, em Milão, de volta a Londres, me esqueci do raio-x do controle e passei com o filme dentro da câmera, uma Pentax novinha, o mais novo requinte da indústria fotográfica japonesa. O policial da alfândega ainda

tentou salvar o turista: “*La camera no!*”, e estendeu o braço num gesto apressado de ajuda. Mas não houve tempo, e a papai só restou ouvir a história.

Dezembro de 2005. Depois de deixar Londres, concluído o doutorado, outro Pessali de uma geração mais nova, entra no bar em Quattrocasse e se dirige ao proprietário de barba grisalha perguntando se sabia onde moravam os Pezzali.

Ivo Sacconi demorou o olhar nos olhos do visitante enquanto seus neurônios processavam o que sairia nesta resposta: “*Trent'anni fa, un altro straniero con lo stesso accento inglese mi ha fatto la stessa domanda.*” Meu filho se lembrou, então, da história que eu havia lhe contado.





Página anterior. Ciprestes sem folha no inverno na área Planície do Pó. Foto: Hesio Pessali.

Sede da administração do comune de Casalmaggiore.
Foto: Hesio Pessali.

Referências das Imagens

Capa: Cartão-postal com reprografia colorida do Theatro Melpômene [Detalhe]; 1906; Vitória; Acervo Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFES; Série Mário Aristides Freire; Referência: 297.

Página 05 (Ficha Técnica): Fantasias para o carnaval [Detalhe]; 1925; Vitória; Acervo APEES – Revista Vida Capichaba.

Página 10 (Editorial) e 170: Planta da villa da Victoria: capital da capitania do Espírito Santo [Detalhe]; CALDAS, José Antonio; 1860; Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530868/cart530868.jpg>; Acesso em: 9 fev. 2018.

Página 14-15: Teatro Melpômene [Detalhe]; 1908-1910; Vitória; Acervo APEES – Indicador Ilustrado; Imagem 022.

Página: 20-21: Vista de Vitória [Detalhe]; 1908; Acervo APEES – Coleção Maria Stella de Novaes; Caixa 34; Imagem 100.

Página 22-23: Termo de encerramento de Processo de Terra [Detalhe]; 1861; Acervo APEES – Fundo Agricultura, Série Processos de Terras – Processo 3.132.

Página 36-37: Planta da Villa da Victória [Detalhe]; 1767; Acervo Biblioteca Nacional Digital – Divisão de Cartografia; Ref:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530866/cart530866.html.

Página 38-39: Navegação pelo Rio Doce [Detalhe]; 1815; Acervo Biblioteca Nacional Digital – Divisão de Iconografia – Gravura do príncipe de Wied-Neuwied, Maximilien Alexander Philipp; Original em alemão: Reisen nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817; 1820-1821.

Página 52-53: Navegação pelo Rio Doce [Detalhe]; 1815; Acervo Biblioteca Nacional Digital; Divisão de Iconografia – Gravura do príncipe de Wied-Neuwied, Maximilian Alexander Philipp; Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817; 1820-1821.

Página 54-55: Desembarque de escravos [Detalhe]; Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. Viagem pitoresca através do Brasil; Acervo Biblioteca Nacional Digital; Gravura 81.

Página 71: Transporte de comboio de negros [Detalhe]; Rugendas, Johann Moritz, 1802-1858. Viagem pitoresca através do Brasil; Acervo Biblioteca Nacional Digital; Gravura 83.

Página 72-73: Prova de História aplicada no Colégio N.S. Auxiliadora; 1934; Vitória; Acervo APEES – Fundo Educação; caixa 148.

Página 82-83: Vista geral da cidade de Vitória; 1860; Acervo Biblioteca Nacional – Divisão de iconografia, Fotógrafo Victor Frond (1821-1881).

Página 84-85: Capa do jornal “O Martelo” [Detalhe]; 1909; Cachoeiro de Itapemirim; Rocha, Levy. Os Vieira da Cunha e o Jornal “O Martelo”. 1969; Página 29.

Página 96: Caricatura publicada no periódico “Revista Capichaba” [Detalhe]; 1911; Vitória; Rocha, Levy. Os Vieira da Cunha e o Jornal “O Martelo”. 1969; Página 27.

Página 98-99: Hospital Santa Casa de Misericórdia [Detalhe];

S.d; Cachoeiro de Itapemirim; Andrade, Waldemar Mendes. Cachoeiro de Itapemirim – Edição Histórica. 1976; Página 28.

Página 111: Cais do Imperador, vendo-se o Palácio [Detalhe]; 1905; Vitória; Acervo APEES – Coleção Jerônimo Monteiro; Referência: 204.

Página 112-113: Cartaz apreendido pela DOPS “Vote viração na UNE” [Detalhe]; 1980; S.I.; Acervo APEES – Fundo Delegacia de Ordem Política e Social, Série Movimento Estudantil; Referência: BR.ES.APEES.DES.O.ME.UFES.13 P.55.

Página 114: Cartaz apreendido pela DOPS “Em defesa da UNE” [Detalhe]; 1980; S.I.; Acervo APEES – Fundo DOPS, Série Movimento Educacional, Subsérie UFES; Referência: BR.ES.APEES.DES.O.ME.UFES.1 P.194.

Página 124-125: Cartaz apreendido pela DOPS “Dia Nacional de Mobilização da Comunidade Universitária” [Detalhe]; 1983-84; S.I.; Acervo APEES – Fundo DOPS, Série Movimento Educacional, Subsérie UFES; Referência: BR.ES.APEES.DES.O.ME.UFES.11 P.67.

Página 126-127: Carnaval de Congo de Máscaras em Roda D’Água [Detalhe]; S.d; Cariacica; Fotógrafa: Andreia Teixeira Ramos; Acervo pessoal da autora.

Página 128: Congo de Máscaras em Roda D’Água [Detalhe]; 2010; Cariacica; Acervo institucional da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT-ES).

Página 142-143: Congo de Máscaras em Roda D’Água; 2010; Cariacica; Acervo institucional da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT-ES).

Página 144-145: Painel de barro em fase de preparo [Detalhe]; 2015; Vitória; Fotógrafa: Karla Rafaela Verner; Acervo pessoal da fotógrafa.

Página 146: Paineira de Goiabeiras [Detalhe]; 15/12/1981; Vitória; Acervo APEES – Coleção Eurico Rezende; Referência: BR ESA-PEES ER.5.457.

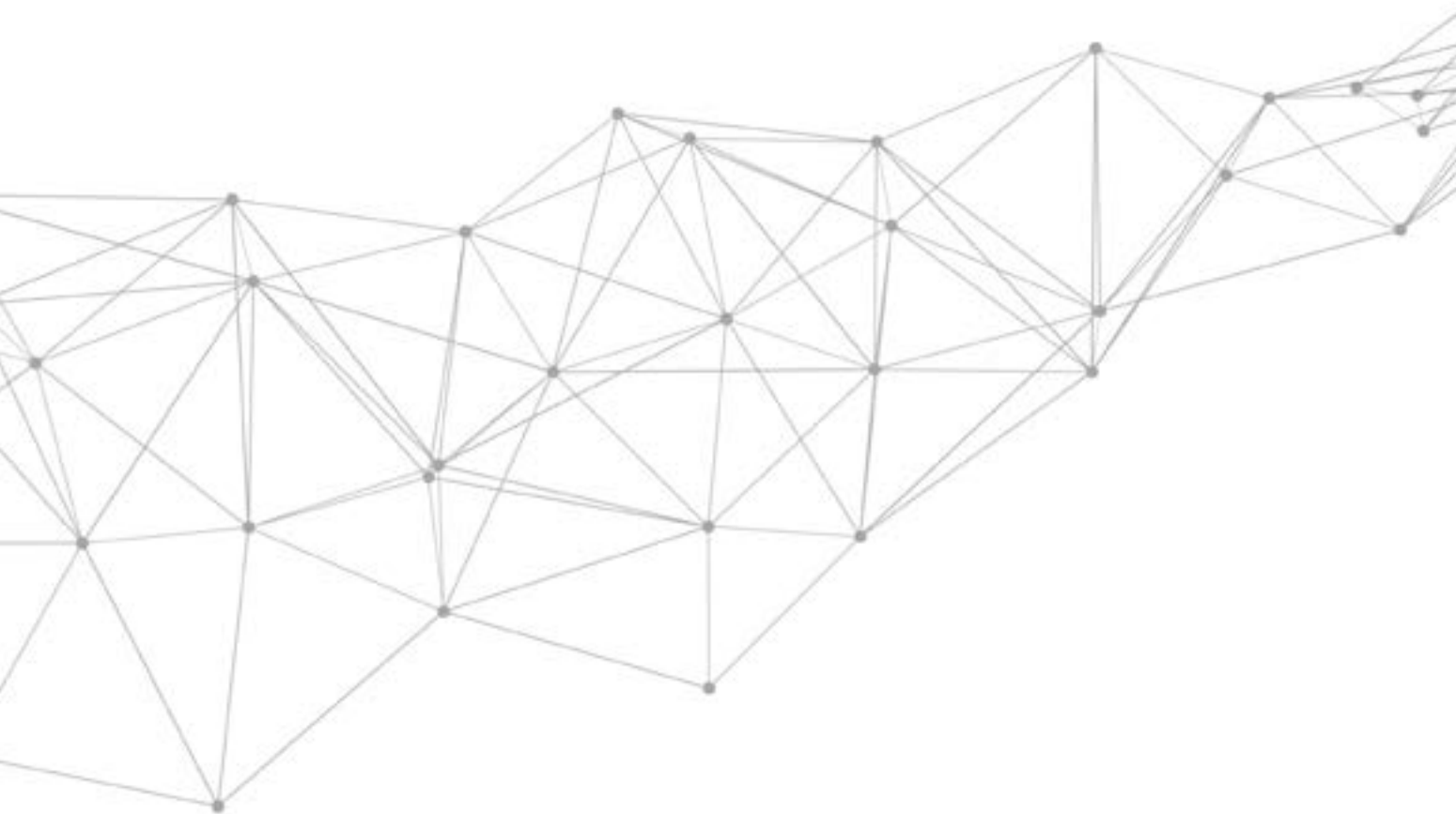
Página 153: Paineira de Goiabeiras [Detalhe]; 15/12/1981; Vitória; Acervo APEES – Coleção Eurico Rezende; Referência: BR ESA-PEES ER.5.458.

Página 154-155: Escravas negras de diferentes nacionalidades; Debret, Jean-Baptiste (desenhista), 1768-1848. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome deuxième. p. 24. Acervo Biblioteca Nacional – Divisão de Iconografia.

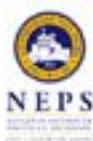
Página 159-160: Enseada de Vila Velha [Detalhe]. 1936; Vila Velha; Fotógrafo: Octavio Paes; Acervo APEES – Coleção Punaro Bley; Referência: 1582.

Página 162-163: Livro de cadastro de nascimentos da comuna de Casalmaggiore - ITA [Detalhe]; Acervo Hesio Pessali.





PARCERIA



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Cultura

